

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**Programa de Pós-graduação em Antropologia Social**



**Coletores de samambaia-preta e a questão ambiental: estudo antropológico na área dos Fundos da Solidão, município de Maquiné, Encosta Atlântica no Rio Grande do Sul.**

Rumi Regina Kubo

Orientadora: Cornelia Eckert

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Antropologia Social.

Porto Alegre, novembro/ 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS  
Programa de Pós-graduação em Antropologia Social

**Coletores de samambaia-preta e a questão ambiental: estudo  
antropológico na área dos Fundos da Solidão, município de  
Maquiné, Encosta Atlântica no Rio Grande do Sul.**

Rumi Regina Kubo

Orientadora: Cornelia Eckert

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Antropologia Social.

Porto Alegre, novembro/ 2005

**BANCA EXAMINADORA**

Dra. Ana Luiza Carvalho da Rocha (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dra. Carmen Rial (Universidade Federal de Santa Catarina)

Dra. Isabel Cristina de Moura Carvalho (Universidade Luterana do Brasil)

## AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esta tese, fica a certeza de que as pessoas são fundamentais.

À Dra. Cornelia Eckert, a minha professora orientadora, sou profundamente grata, pois me abriu as portas do universo da Antropologia e, sob diferentes formas, orientou esta tese: pela sua paciência, amizade e compreensão ao meu ritmo de trabalho, pela medida exata entre interferir e apoiar, pelo exemplo de profissionalismo, pelas críticas quando estas se fizeram necessárias e pelo apoio até os últimos momentos de escritura desta tese.

A Dra. Gabriela Coelho de Souza, amiga e parceira na trajetória dentro do Projeto Samambaia-preta e no DESMA (Núcleo de Estudos em desenvolvimento Rural sustentável e Mata Atlântica) cujo alcance e significado, as palavras não são capazes de traduzir. Na realidade, ao longo do tempo tenho descoberto o quanto, complementarmente, conseguimos construir um espaço de atuação em que depositamos nossos ideais e colocamos à disposição de outras pessoas o que temos a oferecer profissionalmente e como pessoas.

Aos moradores dos Fundos da Solidão e Espreado, André, Araci, Avelino, Dete, Dila, Dona Eurides, Dona Henriqueta (*in memoriam*), Dona Lina, Dona Maria, Dona Otilia, Dona Vitória, Fabiano, Ivone, Ivone Dias, Lidorino, Lino, Lisiane, Lourdes, Margarida, Maria, Mariano, Mariante, Marino, Marta, Mauro, Nei, Nico, Regina, Roberto, Romarise, Seu Amândio, Seu Arlindo, Seu Ervino, Seu Juca, Seu Lidorino, Seu Manoel, Seu Olímpio, Seu Reduzino, Seu Renato, Seu Valdir, Seu Virgílio, Simone, Sueli e todas as crianças, por compartilharem comigo suas vivências.

A Rafinha, Nei, Lisiane e Miriam pela hospedagem e hospitalidade e momentos de intensa troca de idéias.

A toda a equipe do Projeto samambaia-preta, Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel, Ana Cristina Brandão Dourado, Cláudia Luiz Schirmer, Cleonice Kazmirczak, Fabiana Silva, Gabriela Coelho de Souza, Jair Gilberto Kray, João Batista de Almeida Sobrinho, Leonardo Alonso Guimarães, Luciane Corrêa, Marcelo Marin Farias, Rafael Ribas, Rodrigo Magalhães, Tânia Inês Serafini, e a todas as pessoas que em determinados momentos contribuíram com este projeto. São pessoas com as quais iniciei minha incursão aos Fundos da Solidão e

igualmente o alcance e significado, não são saberia expressar por palavras, visto que deixarão marcas por toda a minha vida, pelo exemplo de profissionalismo, empenho, dedicação e companheirismo.

A equipe do Desma (Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica), Carolina, Cristina, Cristofer, Eliza, Gabriela, Gilberto, Guilherme, Gustavo, Guto, Joana, Jorge, Julia, Luciano, Mari, Marilia, Rodrigo, Rodrigo Baggio, Thiago, Tiago Germann, que da mesma forma que a equipe do projeto samambaia, tem me ensinado a delícia do “conhecer” quando esta se constrói também com o coração.

A ONG ANAMA, que hoje é constitutivo de meu ser e minha formação enquanto pessoa e profissional.

A toda a equipe do Herbário ICN, Profa. Dra. Mara, Joana, Regina, Jair, Alexandre e seu Reinaldo, pelo apoio, carinho e pela compreensão às ausências em decorrência da realização deste trabalho.

A Ana Elisa Freitas por compartilharmos este grande desafio de nos aventurarmos por outros campos disciplinares e ao Gianpaollo Adomilli, pelos momentos de conversas e debates.

As professoras Dras. Ana Luiza Rocha e Isabel Carvalho, pela leitura, críticas e sugestões para esta tese.

Aos professores do Curso que gradativamente me conduziram pelos caminhos da Antropologia.

À Rose, secretaria do PPG Antropologia Social, por todo apoio em todos os momentos do curso.

Ao CNPq pela bolsa e taxa de bancada, que tem permitido a formação de gerações de pesquisadores neste País. Ao Fundeflor e Programa RS-Rural que me permitiram custear parte das saídas a campo.

Ao Ricardo meu companheiro nesta vida, por toda a compreensão, solidariedade e sabedoria em todos os momentos.

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1** - Resumo das diferentes classificações relacionadas à área de Mata Atlântica (compilado de Rizzini, 1979; Adams, 2000).

**Quadro 2** – Resumo dos principais eventos relacionados à Mata Atlântica no Estado do RS. (compilado de Marcuzzo *et al*, 1998)

**Quadro 3** – Principais eventos ocorridos entre 1999 e 2004 em Maquiné, RS.

**Quadro 4** - Principais leis referentes à atividade extrativista da samambaia-preta no RS.

**Quadro 5** – Listagem dos integrantes da equipe de trabalho da ANAMA, que acompanhavam as atividades das Farmácias Caseiras Comunitárias de Linha Solidão.

**Quadro 6** - Equipe de trabalho que elaborou o projeto de pesquisa sobre a biologia e ecologia da samambaia-preta.

**Quadro 7** - Equipe de trabalho do Projeto Samambaia-preta, com respectiva formação profissional e identificação da função dentro do projeto.

**Quadro 8** – Faixa de preços (R\$ por *mala*) de compra e venda da samambaia-preta entre as diferentes fases de intermediação - do Litoral Norte do RS para outros estados.

**Quadro 9** – Moradores dos Fundos da Solidão, no período de realização do trabalho de campo entre 2000 e 2005.

**Quadro 10** – Levantamento dos produtos do grupo Samambaia-preta-artesanato, em Reais (R\$), vendido no período de março de 2004 a fevereiro de 2005, intermediado pela ONG ANAMA (Ação Nascente Maquiné).

## LISTA DE FIGURAS (\*)

**Figura 1** - Colagem com detalhe da capa e cartaz do 2º Encontro de Pesquisas sobre o Vale do Rio Maquiné realizado no Município de Maquiné em 30/11/2002 (criação de Luciano Montanha e Vladimir Evangelista) e fotos de samambaia-preta dos arquivos do Projeto Samambaia-preta.

**Figura 2** - Mapa da área de abrangência da Mata Atlântica com os limites das formações vegetais constantes no Mapa da Vegetação do Brasil, do IBGE (1993) e respectivas extensões indicadas. (Fontes IBGE: 1999, 1993; ISA: 1999 *apud* Capobianco, 2001.).

**Figura 3** - Mapa do Rio Grande do Sul com as áreas correspondentes à Mata Atlântica, com indicação das três áreas piloto (em vermelho): a) Quarta Colônia, b) Litoral Norte, c) Entorno do Parque Nacional da Lagoa do Peixe.

**Figura 4** - Mapa com a localização do município de Maquiné, RS. (Elaborado por Márcia Tavares, 2000).

**Figura 5** – Bacia Hidrográfica do Rio Maquiné.

**Figura 6** - Topo-seqüência das encostas dos vales da bacia Hidrográfica do rio Maquiné, com a vegetação e atividades associadas (ANAMA/ PGDR-UFRGS, 2000)

**Figura 7** - A pesquisadora em atividade de campo. (Fotografia de: Ricardo Augusto Lopes Fagundes)

**Figura 8** – Montagem contendo: a) Miniatura de um mapa de Maquiné, de fonte desconhecida b) fotografia com a vista geral dos Fundos da Solidão tirada de um dos morros, c) mapa em detalhe da área dos Fundos da Solidão, d) imagem de satélite do município de Maquiné com indicação da área dos Fundos da Solidão.

**Figura 9** – Genealogia dos moradores dos Fundos da Solidão, com desenho esquemático da distribuição das casas. Foram utilizados cores e números para identificação da casa dos progenitores e delimitação da família extensa.  
O início da subida ao morro para a coleta de samambaia.

**Figura 10** – Genealogia familiar montada por Zeneida Gonçalves (em negrito, os moradores fixos ou ocasionais do Fundo da Solidão em 2004)

**Figura 11** – Representações em torno das atividades produtivas ao longo do tempo entre os moradores dos Fundos da Solidão, Maquiné, RS.

**Figura 12** – O início da subida ao morro para coleta de samambaia.

**Figura 13** - Uma mala (unidade básica para comercialização de samambaia).

**Figura 14** – Margarida num momento de coleta de samambaia-preta.

**Figura 15** – Seqüência do processo de coleta da samambaia.

**Figura 16** – Margarida carregando um fardo de samambaia.

**Figura 17** - A amarração das malas e o monte com samambaia para ser entregue ao puxador.

**Figura 18** – A entrega das samambaias ao puxador.

**Figura 19** – Elos da cadeia produtiva da samambaia-preta.

**Figura 20** – Seqüência do processo de levantamento de um fardo.

**Figura 21** - Gráfico identificando as diferentes fases da atividade extrativista e relação com a regeneração vegetal.

**Figura 22** – Etiqueta identificando as peças artesanais produzidas pelo grupo de artesãos.  
(Autores da etiqueta: Silvio Lovato e Tânia Serafini)

**Figura 23** – Parte do material de divulgação do grupo que trabalha com o artesanato.

**Figura 24** – Peças produzidas antes e após o processo de formação do grupo (Fotografia: Gabriel Coelho de Souza).

(\*) As fotografias tiradas pela autora não foram identificadas.



**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ANAMA** Ação Nascente Maquine

**CDB** Convenção da Biodiversidade

**CONAMA** Conselho Nacional do Meio Ambiente

**EMATER** Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural no Rio Grande do Sul

**IBAMA** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ONG** Organização Não-governamental

**PGDR** Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural

**RBMA** Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

**UNESCO** Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## RESUMO

Este trabalho consiste em um estudo antropológico sobre os moradores dos Fundos da Solidão, uma localidade do município de Maquiné, RS. Essa área encontra-se dentro dos limites da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e sua identidade e condições de existência são tensionadas pela prática de uma atividade específica: a coleta de samambaia-preta - que sofre restrições sob ponto de vista da legislação ambiental. Caracteriza-se assim, um grupo social, envolto por um problema que tem conotação ambiental. Reconhecendo o caráter polissêmico do termo ambiental, parte-se do pressuposto de que esse grupo, encontra-se atravessado por ditames gestados por um campo circunscrito como ambiental. Tais ditames, tendo abrangência ampla, atingem esferas sociais diversas, e diante de situações locais específicas, como no caso deste grupo, apresentam-se na forma de conflito e dilemas que evidenciam modos de vida diferenciados e submetidos às condições assimétricas constitutivas da sociedade, transfigurando-se como um problema social. O recorte e a abordagem ocorrem, portanto, sob o horizonte de uma prática específica, a extração de samambaia-preta, a partir da qual, buscou-se o desvendamento de seu universo social. Nesse percurso, não se buscou apenas, resgatar as práticas sócio-culturais desses extrativistas frente a um processo que tende à sua exclusão social, mas procurou-se uma aproximação a estes sujeitos “em processo” que percebem determinadas mudanças em seu meio ecológico e sócio-político, e que frente às intimações de seu tempo, constituem um devir, através da luta pela permanência de determinadas práticas locais, a adesão a outras práticas sociais e aliança com novos mediadores e interlocutores, tudo isto, num clima de constante conflito e re-acomodações.

**PALAVRAS-CHAVES:** saber-fazer, identidade, conflito ambiental, extrativismo, Mata Atlântica

**ABSTRACT**

This work is an anthropological study on the inhabitants of Fundos da Solidão, locality of the city of Maquiné (Brazil), whose territory are inside of the limits of the Reserva da Biosfera da Mata Atlantica and its identity and life conditions are pressured by the practical one of a specific activity: the Samambaia-preta harvest. This activity is prohibited under point of view of the current forest legislation. We have thus, a social group crossed for environmental questions. Such questions reach diverse social spheres, and in contact with specific local situations, as in the case of this group, results in the conflict form. The clipping and boarding of this group occur, therefore, under the horizon of practical one specify, the Samambaia-preta harvest, from which, your social universe are disclosed. In this situation, one does not only search, to rescue cultural practices of the these harvesters in front to a process that tends to its social exclusion, but to search an approach to these citizens "in process" that they perceive changes in course in its ecological and social context. In this way, they constitute your future, either through the fight for the permanence of determined local practices and knowledges, the adhesion to social practical others and alliance with new mediators and interlocutors, everything this, in a conflict condition and re-adaptations.

**KEY-WORDS:** know-how, identity, environmental conflict, extractivism, Atlantic Rainforest

## SUMARIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPITULO 1</b>	
<b>O contexto para o estabelecimento de uma problemática ambiental relacionado ao extrativismo de samambaia-preta.....</b>	<b>19</b>
1.1. Entre a retenção e o deleite: o paradoxo das relações dos seres humanos em relação ao seu meio ambiente.....	20
1.2. A busca de definições para Mata Atlântica: um olhar fitofisionômico.....	23
1.3. Mata Atlântica e as preocupações com a proteção ambiental: a construção do conceito de Mata Atlântica e de Reserva da Biosfera.....	25
1.4. A Mata Atlântica no jogo entre o global e o local.....	33
1.5. Maquiné: a emergência de uma nova ruralidade entre natureza e cultura.....	36
1.6 O extrativismo da samambaia-preta: um problema ambiental?.....	47
1.7. Do campesinato às populações tradicionais, um panorama conceitual para a caracterização dos moradores do Fundo da Solidão.....	55
1.8. ANAMA, uma organização não-governamental e uma certa forma de intermediação.....	60
1.9. A parte, o todo e a mediação.....	64
<b>CAPITULO 2</b>	
<b>Entre a Biologia e Antropologia, o contexto para a realização do presente trabalho.....</b>	<b>70</b>
2.1. A entrada nos Fundos da Solidão: embaraços de um processo de inserção no universo de pesquisa pela porta de uma ONG.....	71
2.2. O novo lugar “político” e a experiência compartilhada: a inserção etnográfica a partir da academia antropológica.....	77
2.3 No fluxo da experiência etnográfica, misturam-se coisas, palavras e as pessoas.....	86
<b>CAPITULO 3</b>	
<b>Os Fundos da Solidão.....</b>	<b>91</b>
3.1. “Estar lá”.....	92

3.2. As famílias e a distribuição espacial.....	93
3.3. As terras e a tradição sucessória.....	96
3.4. Os moradores dos Fundos da Solidão: descrição e funcionamento das unidades domésticas.....	102
3.5. As relações entre gêneros.....	106
3.6. As novas gerações e o estatuto da criança.....	108
3.7. A renda familiar.....	110
3.8. O tempo como fonte de estranhamento aos olhares exógenos.....	112
3.9. Ser colono, ser samambaiero... identidades sobrepostas.....	115
3.9.1. Tempo da samambaia, tempo da roça: a construção de uma temporalidade relacionada à atividade produtiva.....	118
3.9.2. Tempo da roça: onde se plantava de tudo.....	119
3.9.3. Tempo da samambaia, quando as coisas começam a mudar.....	122

## **CAPITULO 4**

<b>Tempo da samambaia e a atividade extrativista.....</b>	<b>125</b>
4.1. Vassourinha – capoeirinha - capoeirão: a dinâmica da vegetação e o espaço para a atividade de coleta.....	127
4.2. Tirar samambaia e a intrincada relação entre família, gênero e a atividade.....	128
4.3. Molho, mala, cotas: definição de terminologias de quantidade.....	131
4.4. Tirar samambaias e as habilidades inerentes à atividade.....	133
4.4.1. Um dia de coleta de Margarida.....	134
4.4.2. Catar, catar, catar.....	139
4.4.3. Tirar e colher, diferentes formas de manejo.....	141
4.4.4. A preparação das malas.....	143
4.5. Cadeia produtiva da samambaia-preta.....	144
4.6. A atividade de “tirar samambaia” e sua narrativa.....	148

## **CAPITULO 5.**

<b>Em torno da dimensão conflitual: do cotidiano e da problemática ambiental.....</b>	<b>152</b>
5.1. O estrangeiro em sua dimensão conflitual: o caso de Rafinha.....	154
5.1.1. A Fraternidade Semente da Esperança.....	155
5.1.2. A “Farmacinha”.....	158
5.1.3. A saída de Rafinha e a emergência de um conflito latente.....	160

5.1.4. A condição social de estrangeiro.....	164
5.3. A tensão diante da legislação ambiental.....	166
5.4. A atividade extrativista e a legislação ambiental.....	171

## **CAPITULO 6**

### **Tempo do artesanato: na etnografia do processo de busca de uma alternativa econômica, as reflexões em torno do devir.....177**

6.1. O grupo “Samambaia-preta – artesanato”.....	179
6.2. Reflexões em torno da formação do grupo e da instauração da atividade artesanal como uma alternativa de renda.....	186
6.3. Algumas dificuldades do processo de instauração da atividade artesanal como alternativa de renda.....	191
6.4. Fatores que contribuem para a permanência deste grupo.....	196

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

1. Os moradores do Fundo da Solidão diante da problemática ambiental.....	204
2. Os samambaieros dos Fundos da Solidão, dentro do panorama conservacionista: da vida de colono a samambaiero, da agricultura ao extrativismo, um modelo de proposta de desenvolvimento sustentável para a região?.....	206
3. Problematização em torno da categoria populações tradicionais e as especificidades do contexto local.....	208
4. Do que foge da apreensão: comentários sobre a narrativa visual.....	212

## **CONCLUSÕES.....217**

## **REFERÊNCIAS.....223**

## **ANEXOS.....241**

## APRESENTAÇÃO

As motivações iniciais para a realização desse trabalho relacionam-se a minha inserção no contexto ambiental, inicialmente por minha origem rural, imersa no mundo de plantas, colheitas e problemas enfrentados pelo pequeno agricultor no País; na incursão no mundo das Ciências Biológicas, mais especificamente da Botânica, onde novamente deparo-me com as plantas, agora com o olhar deslocado para as suas estruturas, taxonomias e saudosa de minha vivência anterior, preocupa-me os usos e aplicações; e de forma mais ampla, as relações que os seres humanos estabelecem com estas.

Dentro da perspectiva das relações seres humanos-plantas, percebo-me envolvida por um contexto de crescente visibilidade de temas relacionados a preservação ambiental e o gradativo transbordamento da questão ambiental para outros campos do conhecimento, da qual emergem temas como “conflitos socioambientais”, “populações tradicionais e conservação da biodiversidade”, “desenvolvimento sustentável”, entre outros. Embalada pela percepção de que esses temas são, majoritariamente abordados pela perspectiva das ciências biológicas, sobrevém a tentativa de abordar tais temas pela perspectiva complementar - considerando que o campo ambiental abrange diferentes áreas do conhecimento e, portanto, não devendo ser circunscrito às áreas das ciências da vida. Neste contexto, busco a abordagem antropológica. Assim, nesse trabalho, ao mesmo tempo em que busco um diálogo com os construtos teóricos e empíricos que fundamentam esse campo disciplinar, configura-se como o “tatear” de uma aprendiz que ao ter que utilizar as ferramentas teórico-metodológicas constituídas dentro da Antropologia, a todo momento se pergunta “mas o que é Antropologia”, “o que é ser antropóloga”, tendo como ponto de partida a confrontação com a realidade complexa do campo empírico e inevitavelmente, os meus referenciais disciplinares anteriores calcados na Biologia e de modo menos explícito, nas Artes Plásticas.

## INTRODUÇÃO

As indagações para a proposição desta tese originaram-se dentro de um projeto de pesquisa intitulado “Projeto Samambaia-preta”, ligado a uma organização não-governamental, da qual faço parte. Na área de atuação desta organização não-governamental (ONG), o Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente o município de Maquiné, uma das atividades correntes é a coleta da samambaia-preta. Essa atividade, apesar de corriqueira aos munícipes, analisado sob os parâmetros da atual legislação federal e estadual – principalmente pelo fato dessa área estar dentro dos domínios da Mata Atlântica - é proibida. Tal condição coloca essas pessoas que vivem dessa atividade e seus familiares, numa condição bastante vulnerável e sujeitos a uma série de constrangimentos, sendo considerados como “saqueadores da Mata Atlântica”<sup>1</sup>. Apesar de toda essa situação, pouco se conhecia sobre essa atividade e sobre os coletores (até 2001, não havia nenhum dado sobre essa atividade no Estado), razão pela qual foi proposto esse projeto de pesquisa, de modo a cobrir estas lacunas.

Os dados iniciais gerados nesse Projeto se referem à cadeia produtiva dessa atividade, a coleta, e sobre a ecologia da espécie. A partir desses dados pôde-se vislumbrar as complexas relações estabelecidas entre as determinações de uma legislação e a entre a condição das pessoas atingidas por essa, configurando-se, como um problema de conotação ambiental. Nesses termos, reconhecendo o caráter polissêmico do termo ambiental, na perspectiva do presente trabalho, parte-se do pressuposto de que essas pessoas encontram-se atravessadas por ditames gestados por um campo circunscrito como ambiental que corresponde a “um conjunto heterogêneo de atores e de diversidade de valores, práticas e crenças que se orientam para a valorização da natureza e do meio ambiente como um bem” (Carvalho, 2001, p. 16). Tais ditames, tendo abrangência ampla, atingem esferas sociais diversas e, diante de situações locais específicas, apresentam-se na forma de conflito e de dilemas, os quais evidenciam modos de vida diferenciados, submetidas às condições assimétricas constitutivas da sociedade, transfigurando-se como um problema social. O interesse por essa problemática socioambiental encontra-se no reconhecimento de que, atualmente, temas relacionados com o meio ambiente atingem diferentes campos, manifestando-se na forma de disputas, conflitos e

---

<sup>1</sup> Para ilustrar tal fato, tome-se como exemplo, a manchete de capa de um jornal de grande circulação estadual, intitulado “Ameaça a um paraíso gaúcho”. Esta reportagem, em tom de denúncia, alerta sobre “a extração sem controle de espécies nativas”, colocando que “a retirada de samambaia é o mais escancarado dos saques que ocorrem diariamente contra o último vestígio de Mata Atlântica que resta em solo gaúcho” (reportagem de Elton Werb, publicado no jornal Zero Hora de 21/05/2000, capa e p. 50-51).



re-ordenamentos, cujas dinâmicas permitem adentrar nas principais preocupações contemporâneas do campo ambiental, mas estende-se para reflexões de outros campos disciplinares e espaços sociais.

Assim, a coleta de samambaia-preta em área de Mata Atlântica é o marco inicial para as reflexões aqui tecidas e a busca de um aprofundamento incorre na aproximação às pessoas que exercem esse ofício e dependem dessa atividade para sua sobrevivência. Essa aproximação constitui-se num momento de encontro, que permite o desvendamento do modo de vida dessas pessoas e evidencia, de forma contundente, a necessidade de aproximação com o cotidiano de prática dessa atividade. É por esta via que envereda esse trabalho: o das práticas. Nessa abordagem, considera-se que, são desvelados alguns elementos que posteriormente poderão vir ao encontro de um debate sobre a condição contemporânea da humanidade frente à natureza, suas relações com a técnica, o corpo, as ferramentas; como são concebidos e articulados; e principalmente, evidenciam um saber-fazer que incorre também no acionamento de uma memória coletiva, seja via tradição ou processo de incorporação de novos valores.

Capta-se, dessa maneira, as relações que as pessoas tecem com o seu meio, a forma como esse meio está “incorporado” ao grupo e as imagens mobilizadas no acionamento de tais mecanismos. Há, na elucidação da problemática da samambaia-preta e o cotidiano dos coletores, o desvelamento da situação de um grupo que luta por impetrar sua permanência, entre tradição e renovação. A constituição dessa continuidade ou duração, se apresenta de forma simples e, muitas vezes, sofrida e que mostram o caráter multifacetado da problemática inicialmente proposta.

Subjacente a esse processo apresenta-se também a reflexão sobre a adequação dos meios utilizados para tal intento; o uso da imagem, propícia a pesquisa das práticas, principalmente, em sua materialidade e tangibilidade e também, um fator de estabelecimento de reciprocidade com o grupo e em tudo isso o limite do que pode ser revelado tendo como princípio fundamental, respeito ao outro.

No primeiro capítulo, está a descrição da área de estudo e dos contextos que orquestram o acionamento das problemáticas ambientais na região, com referenciais oriundos de outros campos disciplinares, sobretudo da Biologia.

No segundo capítulo, é narrado o processo de ingresso no campo e aspectos metodológicos e conceituais subjacentes a esse ingresso, evidenciando algumas situações de campo emblemáticas. Nessa narrativa são fornecidas também, algumas caracterizações relacionadas ao universo de realização da etnografia.

No terceiro capítulo, objetivando desvendar os universo social do grupo em questão, identificam-se os atores sociais, seus papéis, como se organizam e, sobretudo, como estabelecem uma continuidade entre passado e presente, que permite com que prossigam constituindo-se enquanto grupo e pessoa. Apresentam-se a paisagem e o cotidiano em seus ritmos peculiares - elementos para a constituição de uma temporalidade, onde está aglutinado o estilo de vida dessas pessoas e as narrativas que constituem um saber-fazer próprio das pessoas desse grupo. Verifica-se nesse capítulo, a tentativa de compreender a coleta da samambaia-preta não apenas na perspectiva de um conflito ambiental, mas como essa atividade está subsumido nos fazeres de cada pessoa, a partir da qual é possível pensar nas relações abrangentes das pessoas com o seu meio “ambiente”.

No capítulo seguinte, ressalta-se a atividade extrativista, a partir da descrição do trabalho e os saberes a ele associados, além de aspectos da cadeia produtiva. Nesse contexto, o extrativismo apresenta-se como um paradoxo entre um fazer, onde um dos aspectos está no íntimo contato com um modo de vida tradicional, mas que representa também a passagem para um universo de relações complexas, onde está presente o mercado, consumo, o ambientalismo. Manifesta-se nesse capítulo uma progressiva aproximação com a experiência vivida.

No capítulo cinco, busca-se abordar alguns aspectos relacionados aos conflitos locais, principalmente relacionados ao campo ambiental, como se faz presente na localidade, no cotidiano dessas pessoas, tendo como um dos elementos fundamentais, o estranhamento. Dessa forma, objetiva-se caracterizar o conflito ambiental, como essa coexistência de um caráter universal em contextos locais e particularizados, onde estão subsumidos outros fatores de ordem afetiva e social.

No capítulo seis, a partir do acompanhamento em campo de uma experiência concreta de busca de alternativas para a atividade de coleta da samambaia-preta – o artesanato em palha de bananeira – busca-se resgatar as especificidades da atividade extrativista, o percurso entre a proposição de uma nova atividade e seu processo de implementação, os saberes envolvidos, o acionamento de memórias. A análise de todo esse processo, por emulação, remete ao processo e mecanismos que possibilitaram a instauração do extrativismo da samambaia-preta.

Assim, nas linhas finais, espera-se chegar ao desfecho de uma trajetória, com o início demarcado por uma problemática específica e posterior mergulho “empírico-conceitual”, onde estão envolvidos, inclinações pessoais, escolhas conceituais dentro da disciplina,

confronto com o campo, as tensões que se estabelecem neste confronto e a busca de uma síntese, dentro das possibilidades expressivas da linguagem escrita e visual.

A seqüência dos capítulos reflete um ordenamento dos conteúdos de modo a permitir ao leitor adentrar no mundo do extrativismo, representando também o próprio percurso do trabalho como um todo. Dessa forma, no primeiro capítulo lança-se de um olhar ainda externo a comunidade, posteriormente no processo de inserção descreve-se a atividade extrativista, tentando adentrar ao universo empírico, decorrendo desse processo os conflitos, inevitáveis não somente pela temática, mas sobretudo, converte-se num processo ritual. Nos capítulos finais, ao mesmo tempo em que abordo a temática referente ao devir, construo-o dentro de uma perspectiva onde se busca uma fusão de horizontes, noção essa que leva em conta “a experiência do encontro etnográfico, com todas as suas particularidades, onde se defrontam horizontes vivos, igualmente tangíveis pela observação empírica” (Cardoso de Oliveira, 1996). Por outro lado, apesar do termo fusão trazer uma conotação de indistinção, compreendo essa tese como dentro de um processo, conforme colocado por Turner (1986) onde num momento inicial, há uma indistinção de papéis e ao final do processo, observa-se - não somente como resultado de um processo de auto-conhecimento, mas da interação social - uma definição mais clara dos contornos dos papéis sociais exercidos por cada agente. Com isso, para a situação colocada de conflito ambiental, espera-se fornecer dados, de natureza etnográfica, que contribuam para a formulação de leis e ordenamentos mais adequados com a situação dos agentes envolvidos.

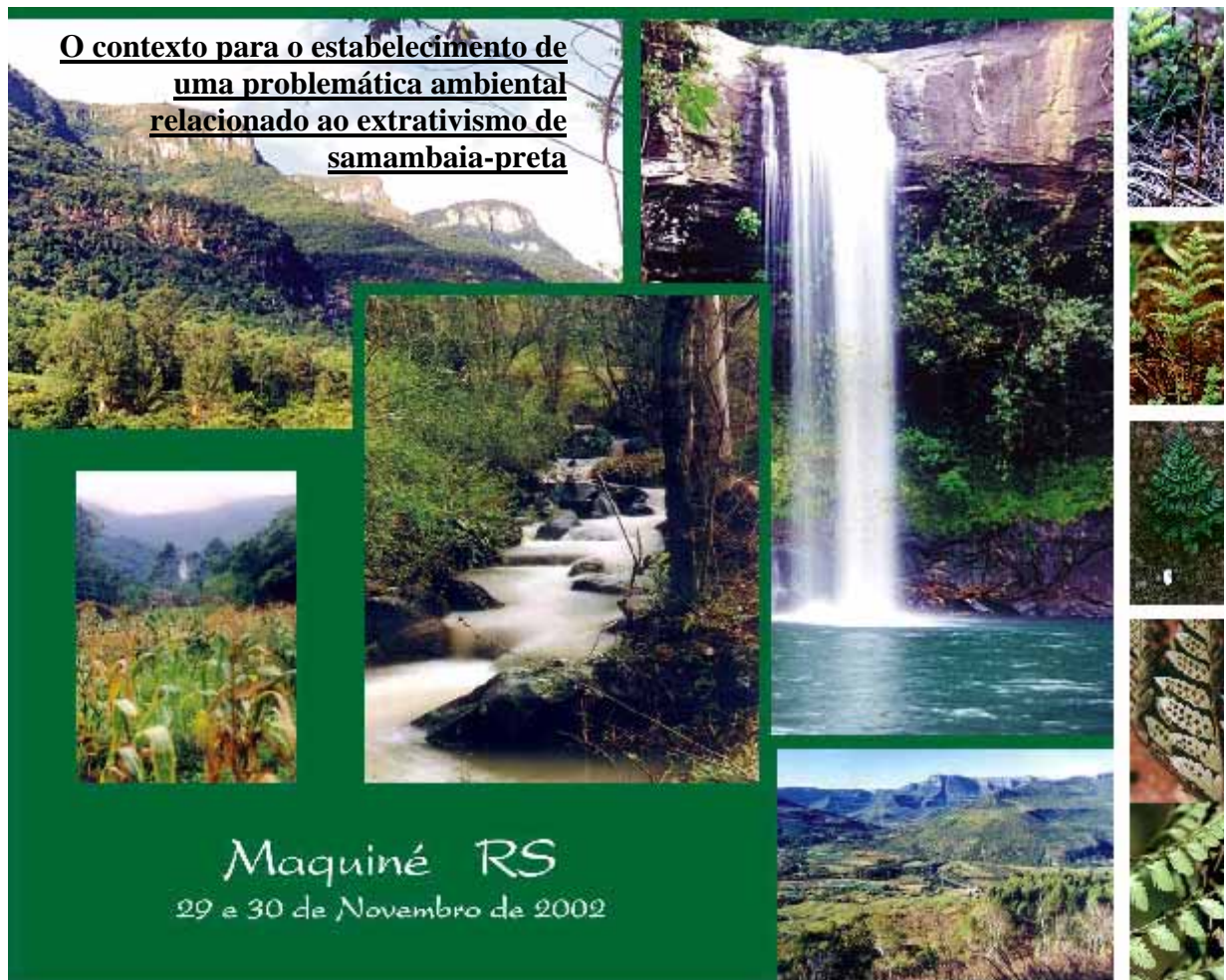


Figura 1 - Colagem com detalhe da capa e cartaz do 2º Encontro de Pesquisas sobre o Vale do Rio Maquiné realizado no Município de Maquiné em 30/11/2002 (criação de Luciano Montanha e Vladimir Evangelista) e fotos de samambaia-preta dos arquivos do Projeto Samambaia-preta.

### 1.1. Entre a retenção e o deleite: o paradoxo das relações dos seres humanos em relação ao seu meio ambiente

Quando os europeus, mais especificamente os portugueses iniciaram a colonização do território brasileiro, encontraram duas grandes formações florestais: a maior delas, a Floresta Amazônica e a outra, situada ao longo da Costa Atlântica (do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte), estendendo-se por centenas de quilômetros continente adentro, chegando a Argentina e ao Paraguai. (Capobianco, 2002, p. 111). É exatamente sobre essa área a que se referem as descrições de Pero Vaz de Caminha na carta-relato ao seu Rei, anunciando a descoberta da nova terra. Em sua carta, exalta a nova terra, suas belezas, o frescor naturalístico e a vastidão, “onde não importa se em verdade exista ouro ou prata ou pedras preciosas. Já a felicidade simples dos sentidos esclarece aos homens que o paraíso existe. E que tudo nele será possível” (Castro, 1996, p. 105). Transparece também o estranhamento e o fascínio diante dos seus habitantes, descritos por palavras que transbordam uma sensualidade contida - experiência primeva de alteridade: “uma daquelas moças era toda tingida, de baixo para cima, daquela tintura, e sua vergonha – que ela não tinha – tão graciosa que as muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhes as feições, provocaria vergonha, por não terem as suas como a dela.” (carta de Pero Vaz de Caminha, retirado de Castro, 1996, p. 97). Em relação à nova terra, nesse momento de passagem do obscurantismo da idade média para o humanismo renascentista, o confronto com esse novo mundo mobilizam

“...insuspeitas sensações e secretas vivências (...) o vivido provoca uma disponibilidade completamente i(nova)dora, onde se nega o ensinado ou aprendido nos livros, por estarem os olhos a descobrir, sem rodeios, o outro e o diferente.” (Janeira, 2001, p. 10).

Através dessas descrições é que herdamos as imagens da nova terra e da “Mata Atlântica”.

Em relação à vegetação e à paisagem, nos posteriores relatos de viajantes, missionários e naturalistas dos séculos XVI e XVII<sup>2</sup>, ao mesmo tempo em que descrevem como “amedrontadora” - seja pela interminável massa verde, pela modificação da escala do homem em relação à paisagem ou ao novo perturbador - revelam também um olhar utilitarista. Como colocado por Jean de Léry: “Devo começar pela descrição das árvores mais notáveis, e apreciadas entre nós por causa da tinta que dela se extrai: o pau-brasil, que deu o nome à região”. Acompanham a essa descrição dados relacionados ao conhecimento dos

<sup>2</sup> Alguns destes relatos encontram-se em Pe. José de Anchieta, *Carta de São Vicente*, 1560, Série Cadernos da Reserva da Biosfera, n. 7, 1997, Jean de Léry, 1576, *Viagem à terra do Brasil*, Série Cadernos da Reserva da Biosfera n. 10, 1998, Gabriel Soares Souza, *Tratado descritivo do Brasil*, em 1587, Editora da USP, 1971, Hans Staden, *Viagens e cativo entre os selvagens do Brasil*.

moradores locais. “Essa árvore que os selvagens chamam de ‘arabutan’, engalha como o carvalho de nossas florestas e algumas há tão grossas que três homens não bastam para abraçar-lhe o tronco” (Léry, 1576, p. 36), sendo esses verdadeiros compêndios etnobotânicos. A luz desse olhar que também vão se modificando as relações entre a nova terra e Portugal. Como coloca Sílvio Castro (1996),

Mas logo depois o espírito da palavra de Pero Vaz de Caminha começa a perder-se. Para a conservação das riquezas ameaçadas, os portugueses mudam de número e de natureza. Já não mais a serena amorável relação. Mas a tomada do poder. O paraíso se modifica lentamente. Modifica-se a vida. O claro imediato sentido da existência se vê superado pela convicção colonizadora e imperialista. O colonizador perde sua visão do paraíso... (Castro, 1996, p. 107)

Como resultado desse olhar utilitarista, essa área é alvo de um intenso processo de ocupação, havendo assim a redução da área inicial de vegetação. Esse é o marco inicial para o processo de colonização do país e da conquista de outros territórios que hoje compõem a nação brasileira. Todos os principais ciclos econômicos desde a exploração do pau-brasil, da mineração do ouro e diamantes, a introdução de espécies domesticadas como os da cana-de-açúcar, o gado, o café, entre outros, teve como palco essa área (Dean, 1996, Ibama, 1997). O pau-brasil, por exemplo, foi colocado sob o monopólio da coroa portuguesa, através do arrendamento de terra aos comerciantes desde de 1502.

O primeiro “contrato do pau-brasil” foi realizado por mercadores portugueses e italianos, liderados por Fernando de Noronha. Nesses contratos, o Estado português comprometia-se a não mais importar das Índias o pigmento similar, largamente utilizado na Europa, e os arrendatários, por sua vez assumiam a exploração anual de 300 léguas do litoral, o envio de navios às costas brasileiras e a manutenção de uma fortaleza, tudo isso sem o prejuízo dos direitos a serem pagos à Coroa (Capobianco, 2002, p. 116).

A madeira oriunda dessa floresta serviu à construção das naus e foi usada em tudo o que se edificou nessa região no Brasil, assim como na reconstrução de Lisboa depois do terremoto que destruiu essa cidade, no século XVIII (Costa, 1998). A exploração madeireira da Mata Atlântica teve importância econômica em nível nacional até muito recentemente, com seu ápice no século XX (Schäffer e Prochnow, 2002, p. 14). Em meados de 1970 a Mata Atlântica ainda contribuía com 47% de toda a produção de madeira em tora no País, com um total de 15 milhões de metros cúbicos. Produção esta, drasticamente reduzida - para menos da metade (7,9 milhões de m<sup>3</sup>) - em 1988, dado o esgotamento dos recursos (Capobianco, 2002, p. 118).

Também houve, nesse período, extração de espécies medicinais, como a salsaparrilha, ipecacuanha ou poaia - essa planta medicinal chegou a ser exportada na quantia de 45 toneladas por volta do final de 1860 (Dean, 1996) – as bromélias, os cactos e as orquídeas. Também houve a exploração de produtos como as penas e plumas, as carapaças de tartarugas, os couros, as peles de onça, veado, cutia, lontra, paca, cobras, jacarés, anta. Tal relação exploratória com a nova terra atravessa todo o período colonial, persistindo nos séculos seguintes<sup>3</sup>, sempre impulsionada pela idéia de incentivo a ocupação territorial conjugada à exploração das riquezas sob a forma de recursos naturais.

Tais dados, além de ilustrarem o volume das riquezas da nova terra e passíveis de exploração, colocam os moldes da política de ocupação portuguesa não apenas baseada na retirada dos recursos naturais, mas num gradativo processo de domesticação, através do povoamento e da introdução de novas espécies, cujo cultivo e trato eram bastante conhecidos dos portugueses<sup>4</sup>. Segundo Warren Dean (1991, p. 216)

as primeiras tentativas de colonização portuguesa ao longo da costa do Brasil foram marcadas pela introdução de um certo número de espécies de animais e plantas domesticados que se encontravam já aclimatados em Portugal ou nas suas ilhas atlânticas. [...] A introdução de espécies de interesse comercial deu impulso à colonização durante os longos séculos em que os invasores, desvairados, se perdiam numa busca de ouro e esmeraldas. A rentabilidade do açúcar e dos couros no mercado europeu fortaleceu os laços coloniais. Além destes efeitos, deve ser lembrado que a capacidade dos portugueses de determinar a transferência de plantas e animais domesticados entre Portugal, o Brasil e as suas outras colônias foi uma das mais poderosas armas do imperialismo lusitano.

Nessa breve introdução sobre a Mata Atlântica associada à abundância de riquezas e possibilidades quase infinitas de extração encontramos a materialização do motivo edênico preconizado por Sergio Buarque de Holanda (1995), ou seja, a associação ao paraíso cristão na terra. Esse imaginário paradisíaco, não somente alimentou os olhares em relação ao Brasil e ao Novo Mundo, mas, para ser mais preciso, impulsionou o movimento do Velho Mundo rumo à descoberta das novas terras. Assim, antes mesmo do Brasil integrar o Mundo Ocidental, já lhe havia sido reservado essa identidade edênica, sendo, posteriormente, resgatada e re-alimentada por movimentos e pensadores que buscavam imprimir uma

---

<sup>3</sup> Sobre o processo de utilização posterior da Mata Atlântica v. Hoehne, F. C. *Araucarilândia. Observações geraes ao estudo da flora e phytophysionomia do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1930, Dean, W. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, Encinas, J. *Relíquias Bibliográficas Florestais*. Comunicações Técnicas Florestais. Brasília: Universidade de Brasília, 2001; todos atestam drástica diminuição desta região.

<sup>4</sup> Sobre essa dimensão “ecológica” do colonialismo, ou seja a idéia de que o sucesso dos europeus nas regiões onde eles conseguiram implantar suas colônias foi devido à rápida e fácil reprodução de suas plantas, animais e parasitas, que colonizavam os ecossistemas invadidos mais efetivamente do que os próprios conquistadores, ver Alfred Crosby, *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. Companhia das Letras, 1986.

originalidade à cultura brasileira<sup>5</sup>. Permanecendo com vigor, no imaginário contemporâneo do brasileiro em relação ao seu País, conforme destaca José Murilo de Carvalho (1998), na análise de algumas pesquisas de opinião pública efetuadas na década de 90.

Neste “paraíso brasileiro”, destinado ao deleite, aos prazeres corpóreos, reside também a vontade de dominar, pois trata-se de um estado de natureza indomada, portanto, com potencial para ser domesticado e utilizado<sup>6</sup>. Da mesma forma que a maçã do paraíso cristão, nesta terra temos infindáveis frutos, alguns dos quais proibidos e ao serem colhidos, como consequência, sobrevém a iminência de perder todo o paraíso. Embora sejam metafóricas as colocações, evidenciam esse imaginário brasileiro, do qual a região de Mata Atlântica é um exemplo concreto, mas, sobretudo, colocam as punções ambíguas vivenciadas frente a sensação de infinitude de riquezas<sup>7</sup>. Entre esta profunda admiração e a vontade de domínio da natureza, reside o paradoxo da própria condição humana. Na reverberação desse paradoxo podemos encontrar o contexto de constituição de uma problemática ambiental, pano de fundo do presente trabalho.

## **1.2. A busca de definições para Mata Atlântica: um olhar fitofisionômico**

No que se refere a essa faixa litorânea, portal de constituição do Brasil-Nação, num primeiro momento, apresentou-se como uma massa verde, monolítica, homogênea e evocadora de ambições e imaginários fantásticos. Por outro lado, os estudos específicos sob o crivo de um método científico, demonstram sua heterogeneidade. Apresenta-se assim, uma faixa litorânea, com um tipo de vegetação predominante: uma floresta, localizada na faixa tropical, mantida pela alta umidade proveniente de um regime intenso de chuvas – uma floresta tropical pluvial – associada à Serra do Mar, visto que as massas de ar quente oriundas do Oceano Atlântico, ao serem empurradas em direção à serra, em sua subida, encontrando temperaturas mais baixas, condensam-se, favorecendo a precipitação. Essa seria

---

<sup>5</sup> Como exemplo cito o movimento modernista brasileiro. Segundo Silvio de Castro (1996, p. 115) “quando o Modernismo começa a sua campanha ativa em 1922, o faz tendo como metas uma nova cultura brasileira e uma diversa realidade sócio-política para o país. Para consegui-las crêem na necessidade sócio-cultural brasileira através daqueles valores já encontráveis na Carta de Pero Vaz de Caminha e esquecidos pela expressão reacionária da vigente cultura retrograda em todos os setores da sociedade brasileira.”

<sup>6</sup> Apesar de não ter sido enfatizado neste texto, esta lógica de dominação apresenta-se também em relação aos moradores autóctones, que de “bom selvagem” da carta de Caminha, passa a ser considerado, o ser bestial a ser convertido ao cristianismo.

<sup>7</sup> Também Rocha (1995, p. 111-112) baseado em Gaston Bachelard e Gilbert Durand, aponta a estética urbana brasileira como herdeira deste paradoxo fundante do imaginário brasileiro.



correspondente à floresta ombrófila densa<sup>8</sup>. Ficam implícitas as variações de fatores condicionantes (substrato, clima, drenagem), o que poderia resultar numa heterogeneidade interna; pela própria amplitude latitudinal da área de ocorrência deste domínio (já que abrange uma faixa de 4000 km no sentido norte-sul) espera-se uma variação em sua composição e conformação.

Somando-se a isso, essa área apresenta uma grande variação de altitude, demonstrada na proposta de classificação da vegetação brasileira pelo reconhecimento de "formações"<sup>9</sup> ordenadas segundo a faixa altudinal<sup>10</sup>. Os limites entre cada uma destas faixas são variáveis conforme a latitude considerada, o que contribui mais ainda para sua conformação heterogênea.

Nesse debate, natureza e cultura desvencilham-se e a Mata Atlântica passa gradativamente para domínio das disciplinas da natureza. Esquartejado pelo olhar compartimentalizado de especialistas, descortinam-se as suas configurações particularizadas. Exemplo disso, são as diversificadas denominações, proposta por diferentes pesquisadores com formações acadêmicas distintas, em diferentes épocas, elegendo diferentes critérios para a conceituação dessa área. O quadro abaixo ilustra um pouco desta variabilidade.

<b>Autor (data)</b>	<b>Denominação correspondente a área de Mata Atlântica</b>
Martius (1837)	Região das dríades
Wappeus (1884)	Zona Litoral
Serebrenik (1942)	Região do litoral
Sampaio (1945)	Flora geral
Aroldo de Azevedo (1950)	Formações complexas
Aubréville (1961)	Região das florestas costeiras
Coutinho (1962)	Floresta pluvial atlântica
Rizzini (1963)	Setor da cordilheira marítima da sub-província austro-oriental da província atlântica dos neotrópicos
Andrade-Lima (1966)	Floresta perenifolia latifoliada higrofilica costeira
Romariz (1972)	Floresta tropical úmida latifoliada das encostas
Hueck (1972)	Floresta úmida costeira do Brasil
Ab'Saber (1970)	Domínio atlântico
Ab'Saber (1977)	Província fitogeográfica tropical atlântica
Fernandes e Bezerra (1990)	Sub-província driádica

Quadro 1 - Resumo das diferentes classificações relacionadas à área de Mata Atlântica (compilado de Rizzini, 1979; Adams, 2000).

<sup>8</sup> Ombrófila: do grego *ómbros*, chuva, pluvial e *phila*, adaptado a, que tem afinidade, onde resulta que ombrófila seria sinônimo de Floresta Pluvial. Densa: fisionomia de floresta onde as copas das árvores se tocam, formando o dossel.

<sup>9</sup> Conjunto vegetacional com a mesma fisionomia, em geral, sujeito aos fatores ecológicos semelhantes.

<sup>10</sup> Trata-se de uma "hierarquia topográfica", que apresenta fisionomias distintas e "variações ecotípicas" resultantes de ambientes distintos (IBGE, 1993). Dividem-se em: "aluvial", "das terras baixas", "submontana", "montana" e "alto-montana".

Desta forma, Mata Atlântica não se refere a um tipo de vegetação ou comunidade específica, mas a uma região com “associação peculiar de padrões paisagísticos, definidos por aspectos vegetacionais, geomórficos, climáticos e pedológicos, sendo a vegetação a melhor expressão”, o que, segundo Aziz Ab’Saber (1970), corresponde a um “domínio morfoclimático”, ou então um bioma que pode ser conceituado como um “biossistema regional ou subcontinental caracterizado por um tipo de vegetação ou outro aspecto identificador da paisagem.” (Odum, 1983, p. 3).

### **1.3. Mata Atlântica e as preocupações com a proteção ambiental: a construção do conceito de Mata Atlântica e de Reserva da Biosfera**

A progressiva constatação da diminuição dessas áreas florestadas, aliado a todo um ideário moderno e romântico de natureza, contribuem, a partir da década de 1930, para a formulação de algumas ações para a preservação desses domínios, como a formação de um sistema de unidades de conservação, prevendo a criação de áreas protegidas. A idéia de reserva natural, cujas raízes podemos buscar na Europa dos séc. XVII e XVIII, só veio a se viabilizar no final do século XIX, nos Estados Unidos (num contexto de um capitalismo consolidado e uma urbanização acelerada).

Ao serem institucionalizados nos EUA, em 1870, os parques naturais representavam uma contestação ao progresso e, ao mesmo tempo, um triunfo do processo de industrialização, que, por meio do aumento da produtividade da terra, possibilitava a manutenção paralela de espaços de não uso. (Diegues, 1996, Camargos e Moreira, 2003). Em relação a tais orientações, Antônio Carlos Diegues destaca o conceito de intocabilidade dessas áreas, ou seja, a incompatibilidade entre preservação e presença humana resultando no alijamento dos moradores (Diegues, 1996).

A primeira unidade de conservação nacional, o Parque Nacional do Itatiaia, foi criado na Serra da Mantiqueira, em 1937, justamente no domínio da Mata Atlântica. Também, nessa época, ocorre a decretação do Código Florestal que passa a proteger as encostas de maior declividade, os topos de morros, as nascentes, as beiras de rios e os manguezais, correspondente às áreas de preservação permanente (APP). Nesse momento, as motivações para a preservação limitavam-se apenas aos aspectos estéticos e simbólicos – a peculiaridade dos locais como representação da riqueza paisagística e natural da Nação - e à solução de problemas provocados por secas e enchentes (Ibama, 2003).

A partir de 1960 e 70, com as intensas movimentações no cenário internacional motivados por questionamentos relacionados a sociedade e seu meio ambiente, como reação a um contexto de hegemonia do industrialismo como forma de desenvolvimento, do consumo conspícuo como estilo de vida e da guerra fria como forma predominante das relações políticas e diplomáticas das grandes potências do Ocidente (Mello, 1998), a justificativa para a criação das reservas desloca-se para a perspectiva ecológica.

Um marco importante nos estudos sócio-ambientais sobre essa esfera de debates é a Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, Suécia. Nessa Conferência participaram representantes de 113 nações, sendo que 90% pertencia ao grupo dos países em desenvolvimento. Os representantes desses países, liderados pela delegação brasileira, defendiam seu direito às oportunidades de crescimento econômico a qualquer custo. Essa posição era conflitante com a defendida pelos países “desenvolvidos”, alarmados pelo relatório de Meadows do Clube de Roma que apontava como principal problema ambiental global o crescimento demográfico e propunha o controle internacional de determinados recursos básicos. Ao final, foi proclamada, a prudência ecológica às ações pró-desenvolvimento como forma ideal de planejamento ambiental (Ibama, 2003). No Brasil, o que se verificou, principalmente, através das ações ligadas à agricultura, foi a clara orientação com vistas ao desenvolvimento econômico com o uso de tecnologias avançadas e uso de insumos químicos, pouco atento à “prudência” recomendada<sup>11</sup>.

Ainda em relação à Conferência, cabe evidenciar que o pano de fundo das discussões, referiam-se às questões de soberania e de controle territorial e dos patrimônios naturais. A partir desse evento, a questão ambiental ganha foros de problema diplomático, econômico e estratégico, em âmbito internacional (Moraes, 2004).

Nos anos 80, os repetidos episódios de desabamento nas encosta da Serra do Mar em Cubatão, decorrente do avançado estágio de desmatamento (ameaçando à população e às indústrias instaladas), levaram o governo do Estado de São Paulo a declarar toda a Serra do Mar como patrimônio natural e cultural do Estado com o seu tombamento. Da mesma forma, o exemplo é seguido pelo Estado do Paraná. Com isso, criou-se, em 1988, um grupo de trabalho com o objetivo de proteger a Serra do Mar, envolvendo os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, formalizando, o que foi denominado, o Consórcio Mata Atlântica.

---

<sup>11</sup> Cabe lembrar que alguns autores se debruçaram de forma sistemática sobre as origens e desenvolvimento do que de uma forma genérica podemos designar o “campo ambiental brasileiro” como Viola (1987), Pádua (1997), Carvalho, (2001), onde encontramos de forma mais detalhada o teor e as ideologias subjacentes a estas reivindicações.

Em 1988, a Constituição Federal confere à Mata Atlântica a condição de Patrimônio Nacional. Consta no parágrafo 4º, do artigo 225 da Constituição Federal:

“A Floresta Amazônica Brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”.

Conforme consta na Constituição Federal de 1988, essas áreas, agora correspondem a um bem (recurso natural) necessário à sadia qualidade de vida de toda a coletividade, cuja conservação, para uso e transmissão de geração a geração, é responsabilidade constitucional de cada cidadão. Essa categorização especial foi dada para destacar a importância da conservação e preservação desse domínio, mas, em termos efetivos, não reflete necessariamente os interesses da sociedade, nem garante os efeitos práticos visando a sua conservação (MMA, 1998 a).

Dessa forma, baseados em critérios botânicos, fitofisionômicos, sobrepostos a considerações de natureza geológica e geográfica e ainda considerando as questões relativas à conservação ambiental, chegou-se ao conceito de Domínio da Mata Atlântica. Esse engloba as áreas pristivamente ocupadas pelas seguintes formações vegetais (constantes no mapa da vegetação do IBGE de 1993): as florestas litorâneas, as matas com araucária, as florestas decíduais e semidecíduais interioranas e os ecossistemas associados como as restingas, manguezais, florestas costeiras, campos de altitude e encaves de campos, brejos de altitude e cerrado. Esse seria a base para um conceito amplo de Mata Atlântica<sup>12</sup> (figura 2)

---

<sup>12</sup> Contrastando com o conceito *strictu sensu* que consideram-na restrita apenas às florestas ao longo do litoral que recobrem as serras que acompanham de forma mais ou menos contínua boa parte da costa brasileira, desde o Rio Grande do Norte até o nordeste do Rio Grande do Sul, denominado Floresta Ombrófila Densa (marcado com uma seta verde na convenção do mapa). Neste contexto ficam de fora as florestas estacionais dos planaltos mais interiores do sudeste, sul e centro-oeste, as florestas com Araucaria, típicas do Planalto Meridional Brasileiro, e as "florestas secas" do interior do Nordeste.

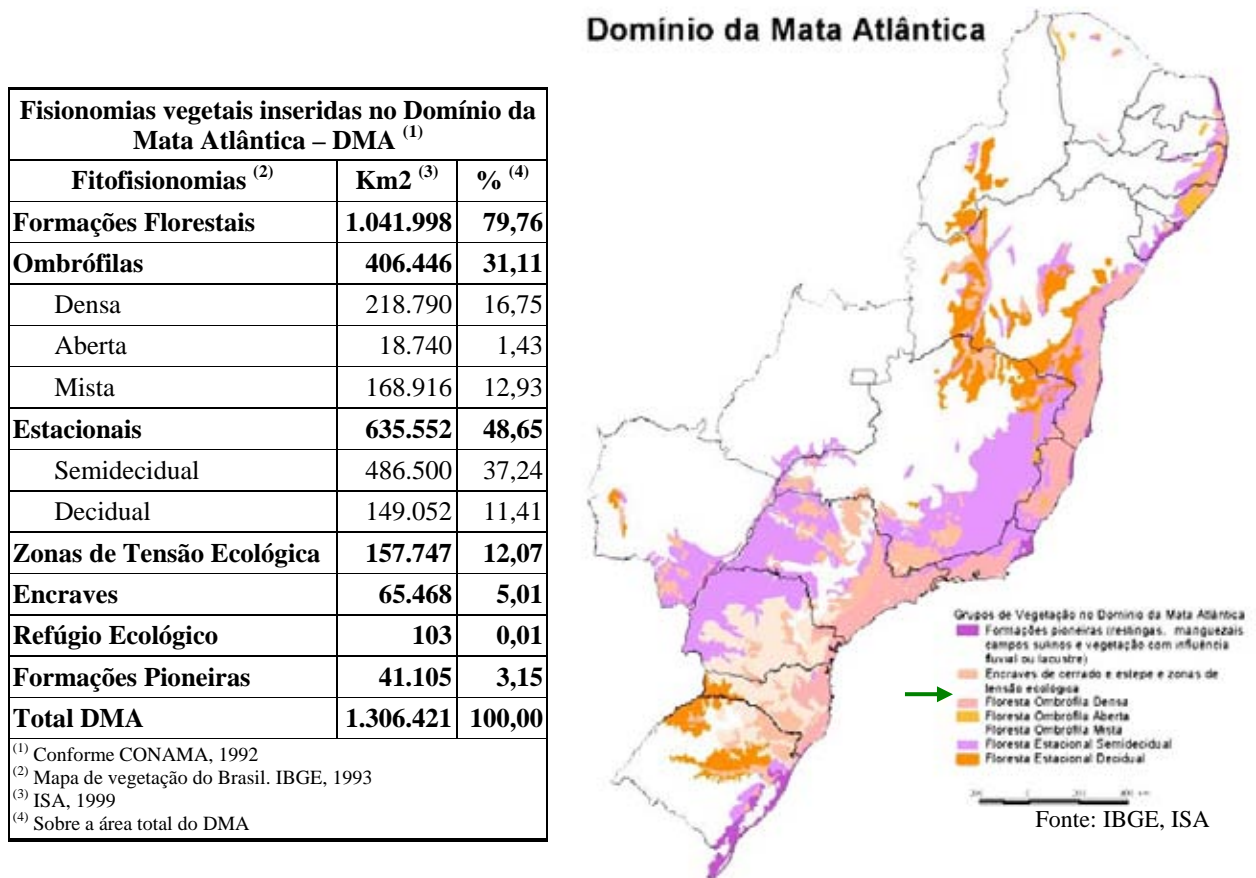


Figura 2 - Mapa com a área de abrangência da Mata Atlântica, com delimitações das formações vegetais constantes no Mapa da Vegetação do Brasil, do IBGE (1993) e respectivas extensões indicadas. (Fontes IBGE, 1999, 1993, ISA, 1999 *apud* Capobianco, 2001).

O Decreto nº 99.547/90 foi a primeira iniciativa do Governo Federal em regulamentar as determinações da Constituição Federal no que diz respeito à Mata Atlântica. Sua efetiva contribuição para a proteção ambiental não foi possível por apresentar várias lacunas em seu texto e não possuir o respaldo dos órgãos responsáveis por sua aplicação. Após várias propostas posteriores, o CONAMA aprovou, em abril de 1992, uma minuta de decreto como alternativa a esse. A nova proposta continha inúmeras inovações, entre as quais se destaca a delimitação precisa da área de abrangência da Mata Atlântica e a proteção dos estágios sucessionais das formações vegetais do Bioma, ou seja, a proteção também aos locais degradados que estejam em regeneração.

A partir desta minuta, deflagra-se um processo de discussão que resulta no decreto 750/93, que, além de definir os domínios da Mata Atlântica, parte da premissa básica de que para proteger o meio ambiente, “não basta estabelecer o que não pode ser feito, mas o que

pode ser feito, orientando as ações e criando instrumentos de controle eficazes, que contemplem a participação efetiva da sociedade” (Capobianco, 2002, p. 11)<sup>3</sup>.

Nesse ínterim, passam a integrar ao Consórcio Mata Atlântica - inicialmente restrito aos cinco Estados anteriormente referidos - os estados da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e em 1992, o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. (Costa, 2003) Com o compromisso, de executar ações, visando o tombamento de toda a Mata Atlântica, há um grande aporte de recursos oriundos do Banco Mundial e de outras instituições internacionais, que culmina com reconhecimento da Mata Atlântica como Reserva da Biosfera pela UNESCO entre, 1991 e 92. Assim, pouco mais de duas décadas depois de seu lançamento, ocorre a adesão brasileira a um ideário em que busca conjugar preservação e preocupação com sua sustentabilidade. Lembrando que o Sistema de Reservas da Biosfera do Programa Man and Biosphere (MAB), da UNESCO visa reconhecer a importância destas áreas para a integridade do ambiente mundial. Esse foi lançado em 1968 na Conferência sobre a Biosfera, realizada em Paris, onde um dos pontos fundamentais era a necessidade de envolvimento das populações locais nas ações ambientais, reforçado na década de 70, sob a influência da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente e consolidado por todas as movimentações em torno da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92). Nessa última, foram elaborados alguns documentos que pautam as ações conservacionistas como a Convenção da Biodiversidade e a Agenda 21.

A necessidade permanente de se conceber e aperfeiçoar um plano internacional de utilização racional e conservação dos recursos naturais da biosfera e também do melhoramento das relações globais entre os homens e o meio ambiente são as preocupações preconizadas por esse Sistema. Todos os trabalhos a serem desenvolvidos devem ter por base: a conservação da natureza e de sua biodiversidade, o desenvolvimento social sustentado das populações que vivem na Reserva, com ênfase para as comunidades tradicionais; o aprofundamento da educação ambiental e do conhecimento científico. Na verdade, constitui-se em um instrumento de planejamento visando uma sintonia entre ações locais e os interesses globais.

Essas transformações foram paralelas ao processo de redemocratização do País e à reestruturação das relações sociais e econômicas das populações residentes em áreas protegidas. O universo dos movimentos sociais, em torno do tema “reserva natural” absorve

---

<sup>3</sup> Cabe ressaltar que anterior a esse decreto temos a proposição do Projeto de Lei 3258/92, que objetiva regular os usos e formas de proteção da Mata Atlântica e que tramita até hoje. Este Projeto de Lei, além de dispor sobre os limites da Mata Atlântica, visa regulamentar também formas de uso dessas áreas, o que para situações como os coletores de samambaia, apresentaria algumas diretrizes mais concretas.

as comunidades tradicionais, uma vez que várias atividades foram introduzidas ou incrementadas nessas áreas, tais como o artesanato, o turismo ecológico e o extrativismo. Em função da valorização dos atributos naturais, algumas dessas áreas passaram a atrair populações urbanas de centros vizinhos, incrementando a ocupação dessas áreas para fins residenciais ou recreacionais representando um fator de expulsão, exclusão ou reinserção das antigas comunidades. Outro segmento da sociedade civil, as ONG's tornaram-se mais organizadas e procuraram aumentar sua influência sobre as políticas ambientais na região. Segundo o documento denominado "Quem faz o que pela Mata Atlântica" (Capobianco, 2004, p. 14), que busca uma análise abrangente das experiências ligadas a Mata Atlântica entre 1990 e 2000, de um universo de 747 projetos cadastrados como desenvolvidos neste Domínio, 47,18% foram executadas por ONG's de personalidade jurídica. Dentro desse panorama, consolidou-se a Rede de ONG's da Mata Atlântica, atestando a presença do terceiro setor. Por outro lado, também observou um aumento do número de pesquisadores brasileiros com treinamento no Brasil e no exterior, fortalecendo os programas de pós-graduação com componentes de ecologia e manejo de recursos naturais no país (MMA, 1998, p. 10). O volume total de recursos investidos nessa área, entre 1990-2000, superou R\$ 270 milhões, sendo a maior parte (74,6%) destinados aos projetos de conservação de recursos naturais, embora se observe uma tendência de aumento dos projetos de uso sustentável de recursos naturais (Capobianco, 2004, p. 15 e 17).

O Rio Grande do Sul abriga o limite austral da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e tem buscado, dentro desse movimento na esfera nacional e internacional, o reconhecimento e a efetiva implementação das diretrizes para uma Reserva da Biosfera, com vistas a proteger o ambiente, habilitando-se para participar dos diferentes editais que representam aportes financeiros consideráveis para o Estado.

Ano	Evento	Atribuição
1988	Criação do consórcio Mata Atlântica (SP, PR, RJ, ES, SC)	Estabelecer diretrizes comuns para a conservação dos remanescentes dessa floresta e buscar reconhecimento da UNESCO como Reserva da Biosfera
	Constituição Federal declara a Mata Atlântica como Patrimônio Nacional	
1989	RS integra o Consórcio Mata Atlântica	
1992	Tombamento da Mata Atlântica e Ecossistemas associados no RS	Instrumento jurídico para manutenção da diversidade biológica dos remanescentes dos Domínios da Mata Atlântica no Estado
1994	Reconhecimento da área do RS dentro da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, numa área correspondente a 40.174 km <sup>2</sup>	
1997	Ampliação da área do RS reconhecida como pertencente a Reserva da Biosfera para 48.695 km <sup>2</sup>	
1997	Implantação do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da MA	Viabilização de financiamentos para a implantação das áreas piloto: Litoral Norte, Quarta Colônia Italiana e entorno do Parque Nacional da Lagoa do Peixe e dos postos avançados.

Quadro 2 – Resumo dos principais eventos relacionados à Mata Atlântica no Estado do RS. (compilado de Marcuzzo *et al*, 1998)

Conforme o quadro 2, o que se verifica no Estado é um esforço visando gradativamente integrar a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Para isso, criaram-se vários dispositivos legais para atender os quesitos a fim de alcançar tal condição, porque a simples demarcação de determinada área não garante sua efetiva implementação como Reserva. Sendo um território, que, em sua grande maioria, é composto por lavouras ou campos com uso agropecuário, busca-se não somente manter o que resta do que seriam os “ambientes naturais”, mas também formular novas políticas públicas visando ampliar as áreas preservadas. A estratégia adotada para a implantação, no Estado, foi a identificação de algumas áreas “mais preservadas” e, portanto, prioritárias para alavancar esse processo. Essas áreas-piloto consistem no Litoral Norte, a Quarta Colônia Italiana e no entorno do Parque Nacional da Lagoa do Peixe (figura 3).



MATA ATLÂNTICA NO RIO GRANDE DO SUL  
TOMBAMENTO E RESERVA DA BIOSFERA  
2001

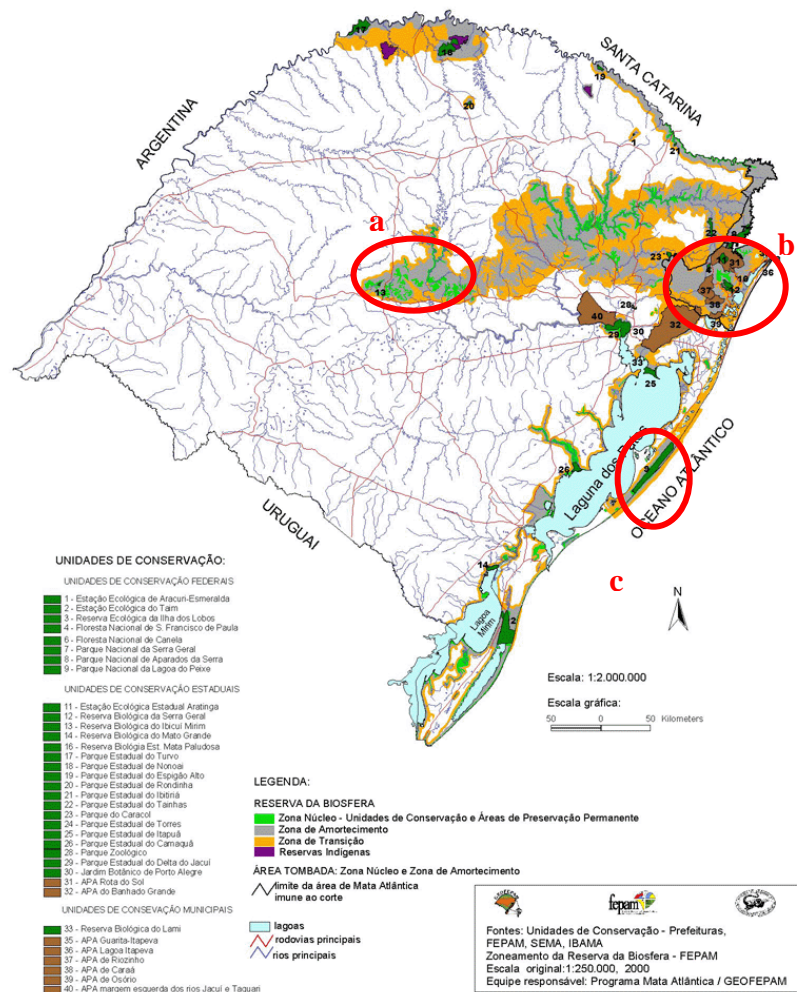


Figura 3 - Mapa do Rio Grande do Sul com as áreas correspondentes à Mata Atlântica, com indicação das três áreas piloto (em vermelho). a) Quarta Colônia, b) Litoral Norte, c) Entorno do Parque Nacional da Lagoa do Peixe.

Na área-piloto do Litoral Norte, localiza-se o município de Maquiné, além de Santo Antônio da Patrulha, Osório, Terra de Areia, Morrinhos do Sul, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Dom Pedro de Alcântara e Torres. Nesta região encontram-se as áreas mais preservadas da Mata Atlântica no Estado, incluindo-se as zonas núcleos das Reservas Biológicas da Serra Geral e Mata Paludosa. Destacadamente, os vales dos rios Maquiné e Três Forquilhas, por suas características ambientais, são consideradas áreas de grande importância para a Reserva da Biosfera.

Reforçando a tendência de interesse por parte de organismos internacionais pela preservação dessas áreas e a idéia da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica como meio para

captação de recursos financeiros por parte do Estado, recentemente foi lançado em Maquiné<sup>14</sup>, o “Projeto de Conservação da Mata Atlântica às comunidades da Região Nordeste do Estado”, que prevê investimentos para implantação de seis unidades de conservação estaduais, três municipais e duas federais, atingindo 28 municípios, numa área aproximada de 13.000 km<sup>2</sup>. Os recursos, na ordem de R\$ 40 milhões, com liberação prevista para 2005 e para os anos seguintes, provêm de um contrato de contribuição firmado, em 2002, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o banco alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, o qual contribuirá com o montante total de 10 milhões de euros e constituindo-se num importante acréscimo ao orçamento do Estado.

#### **1.4. A Mata Atlântica no jogo entre o global e o local**

Essa breve trajetória apresenta a arena argumentativa<sup>15</sup> a partir da qual foi formulado o que hoje denominamos “Mata Atlântica” e de sua transformação em Reserva da Biosfera. Nesses termos, num cenário de crescente expansão urbano-industrial e crítica a um modelo desenvolvimentista incompatível com a manutenção dos recursos naturais, aliada a idéia de escassez e de possibilidade de exaustão e extinção desses recursos, veiculam-se em torno da Mata Atlântica, a idéia de “patrimônio” da Humanidade - fundamento da Reserva da Biosfera - como estratégia para planificar a ocupação humana dessas áreas com vistas a manutenção da alta biodiversidade. À noção de humanidade universalizada, sobrepõe-se a um ideário de globalização que transcende as fronteiras locais, informado por uma razão civilizadora preservacionista<sup>16</sup>, própria das camadas urbanas, que se estende para todos os setores da sociedade.

Boaventura de Sousa Santos (2002), problematizando o processo de globalização, visualiza as relações entre local e global em suas formas de discurso hegemônico e contra-

---

<sup>14</sup> Efetuado através de uma reunião que ocorreu no dia 17/01/2005, no salão paroquial de Barra do Ouro e contou com a participação do secretário e técnicos da Secretaria do Estadual do Meio Ambiente, representantes e técnicos da Fundação Zoobotânica, responsável pela execução do projeto, moradores e representantes de organizações e instituições locais.

<sup>15</sup> Conforme Fuks (1998) “a condição de possibilidade para tornar o ‘debate público’ campo legítimo de investigação reside no resgate da argumentação como característica essencial de seu objeto de estudo. Isso implica em conceber a vida social e política como arena argumentativa, onde os partidos políticos, os grupos organizados e o poder executivo participam de um permanente processo de debate. Todo esse processo é sediado no ‘sistema de arenas públicas’, onde estão em curso as atividades reivindicatórias de grupos, o trabalho da mídia, a criação de novas leis, a divulgação de descobertas científicas, os litígios e a definição de políticas públicas. Nota-se, portanto, que o sistema de arenas públicas constitui-se, simultaneamente, enquanto espaço de ação e de debate. Na dinâmica que envolve a complementaridade dessas duas dimensões, ocorre o processo de definição dos problemas sociais e dos temas emergentes e salientes.”

<sup>16</sup> Com isto remetemos as idéias preconizadas por Giddens (1991) e Beck (1992) sobre risco ambiental e sociedade de risco e a idéia de processo civilizador de Elias (1994).

hegemônico. No primeiro caso identifica o localismo globalizado e o globalismo localizado. O localismo globalizado corresponde ao processo onde determinado fenômeno local é globalizado com sucesso, e exerce uma influência preponderante sobre outros locais, enquanto o globalismo localizado seria, pode-se dizer, de modo inverso, o local que é modificado pelo global, resultado dos impactos das práticas e imperativos transnacionais nas condições locais (Santos, 2002, p. 65-66). Aos modos de globalização hegemônicos contrapõem-se as dos modos de globalização contra-hegemônicos ou resistência do cosmopolitismo e do patrimônio comum da humanidade.

A primeira forma de resistência consiste em tentar transformar trocas desiguais em autoridade partilhada, tendo, por exemplo, os movimentos de associações indígenas ou de populações tradicionais imprimindo valores culturais alternativos e contra-hegemônicos. Já a segunda forma constrói-se em uma noção que recorre ao direito internacional, identificando o patrimônio comum da humanidade (Santos, 2002, p. 67-71). Nesses termos, pela leitura de Boaventura de Sousa Santos, as iniciativas como a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, poderiam fomentar resistências e fortalecimentos locais, para isto dependendo de “redes transnacionais de uma sociedade civil e política global, dentre as quais as organizações não governamentais progressistas transnacionais e suas alianças com as organizações e movimentos locais”. (Moreira, 2002, p. 21)

Diante de tais possibilidades, transcorridos pouco mais de dez anos, após a instauração da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no RS, cabe questionar os termos desse processo, e como vem interferindo nas dinâmicas locais e em que medida houve uma apropriação desse novo estatuto conferido à região por parte de seus moradores. Esse olhar sob uma ótica abrangente, do mundo como um grande ecossistema, sobreposto a uma realidade social local, com suas idiosincrasias proporciona alguns dos elementos para a constituição da problemática ambiental.

De uma forma geral, analisando as ações e investimentos financeiros nessa área, essas ainda centram-se primordialmente em projetos que visam a conservação de recursos naturais. No entanto, são crescentes as situações de conflito, em que a presença humana confronta-se com as ações preservacionistas e, neste contexto, ganha força, principalmente a partir da década de 80, a idéia da necessidade de substituição do paradigma das áreas protegidas compreendidas como ilhas de biodiversidade circundadas por paisagens alteradas pela ação humana predatória pelo paradigma biorregional, que prevê a criação e manutenção de redes de áreas protegidas integradas ao contexto regional onde se inserem (Ferreira, 2003). Essa situação está em conformidade com os dados relatados por Capobianco (2004), que enfatiza a

tendência de crescimento de projetos na Mata Atlântica enfocando o uso sustentável dos recursos naturais, ou seja, considerar as formas de apropriação adequadas à preservação ambiental, com isto, estando implícita a presença das populações que interagem com esses recursos e ambientes.

Um dos conceitos chaves para a importância da conservação dessas áreas relaciona-se com a biodiversidade, compreendida, segundo a Convenção da Biodiversidade (CDB), como

a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos, de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e ecossistemas. (CDB, art. 2)

Nesse contexto, o foco central se relaciona a idéia da importância dessa diversidade biológica e ecológica para a humanidade e da necessidade de preservá-la. Apesar do conceito proposto pelo CDB apresentar-se restrito, em seu texto, abrange a noção de que essa diversidade é produto da própria natureza e da ação dos grupos humanos e de suas culturas, ou seja, a compreensão da natureza como uma construção social e cultural.

Nas diferentes formas de interpretar de conceber a biodiversidade e conseqüentemente as estratégias para conservação, observa-se uma polarização. A produção científica voltada à conservação reflete essa dicotomia. Por um lado, há um núcleo de estudos e pesquisadores que partem da premissa da existência de uma íntima relação entre diversidade cultural e biológica (Diegues, 1996, Whelan, 2000), enquanto que por outro lado há um outro núcleo em torno da natureza inexoravelmente intervencionista e destrutiva da presença humana em relação ao ambiente natural (Olmos, *et al* 2001). À medida que esses estudos são desenvolvidos e seus resultados divulgados, verifica-se que essas disputas e indefinições em relação ao modelo de conservação estão longe de serem consensuais ou resolvidos. Aos crescentes trabalhos que demonstram situações concretas de manutenção de uma alta biodiversidade por manejos específicos de grupos humanos (Posey, 1987, Balée, 2003) contrapõem-se compilações que demonstram que “as áreas protegidas [portanto, sem a presença humana] são o substrato adequado da conservação da biodiversidade e não podem ser responsabilizados pela implantação do desenvolvimento sustentável.” (Brandon *et al*, 1998). Estes posicionamentos refletem as diferentes posições em disputa no cenário ambiental. Teríamos assim os posicionamentos preservacionistas, enfatizando a prioridade da manutenção da biodiversidade e os conservacionistas ou socioambientalistas que defendem a compatibilização entre a presença humana e os objetivos da conservação biológica.

Nessa atmosfera de conclusões paradoxais, é com propriedade que Anthony Giddens (1997) ressalta o caráter experimental da modernidade, como se estivéssemos presos, em nível global, a uma grande experiência que ocorre subjacente a cada ação, mas fora de nosso controle. Neste sentido, apesar de identificarmos a influência de um ideal iluminista de controle dos riscos por intervenções técnico-científicas, em todo esse crescente arsenal de conhecimentos produzidos nas diferentes esferas de especialistas, “o mundo social tornou-se, em grande parte, organizado de uma maneira consciente, e a natureza moldou-se conforme uma imagem humana, mas essas circunstâncias, pelo menos em alguns setores, criaram incertezas maiores” (Giddens, 1997: p. 77). Uma das consequências de todo esse processo é o imbricamento cada vez maior entre as instituições modernas e a vida cotidiana; não apenas a comunidade local, mas também a vida íntima e pessoal “tornaram-se interligadas a relações de indefinida extensão no espaço e no tempo” (Id: p. 78), tal como preconizou Michel Foucault sobre o poder do Estado em relação à vida privada (Foucault, 1994) e Norbert Elias em relação a um processo civilizador a que estariam submetidas às sociedades modernas (Elias, 1994).

A experiência do cotidiano, diretamente relacionado com o estabelecimento de identidades individuais e coletivas, representa agora esse panorama de constantes mudanças e incertezas e em nosso caso específico, re-coloca em discussão os pilares a partir do qual foram propostos os atuais ordenamentos e propostas de gestão ambiental, como os preconizados pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

### **1.5. Maquiné: a emergência de uma nova ruralidade entre natureza e cultura**

Dentro da área de abrangência da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, encontra-se Maquiné, localizada no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul, aproximadamente a 140 km de Porto Alegre, emancipada do município de Osório em 20 de março de 1992<sup>17</sup>. Sua denominação, segundo Sérgio Dalpiaz (2000, p. 2), pode significar “passo do diabo”, “gota que pinga” ou “grande ave que voa”. Para esse pesquisador, a hipótese mais provável para a designação seja “passo do diabo”, referindo-se ao local onde há uma travessia de balsa, na confluência do rio Maquiné com a Lagoa dos Quadros, que em dias que o vento nordeste sopra forte, provoca altas ondas, tornando a passagem bastante perigosa.

---

<sup>17</sup> Apesar da emancipação recente, existem registros sobre a povoação que datam do século XVIII, dentro das estratégias portuguesas de ocupar a região, através do incentivo à migração açoriana, com levas vindas de Laguna. Data referenciada em “A vila da Serra (Conceição do Arroio) sua descrição física e histórica, usos e costumes até 1872, reminiscências” de Antônio Stenzel Filho s/d., citado por Alice Liedke (2003), num levantamento histórico preliminar sobre a região.

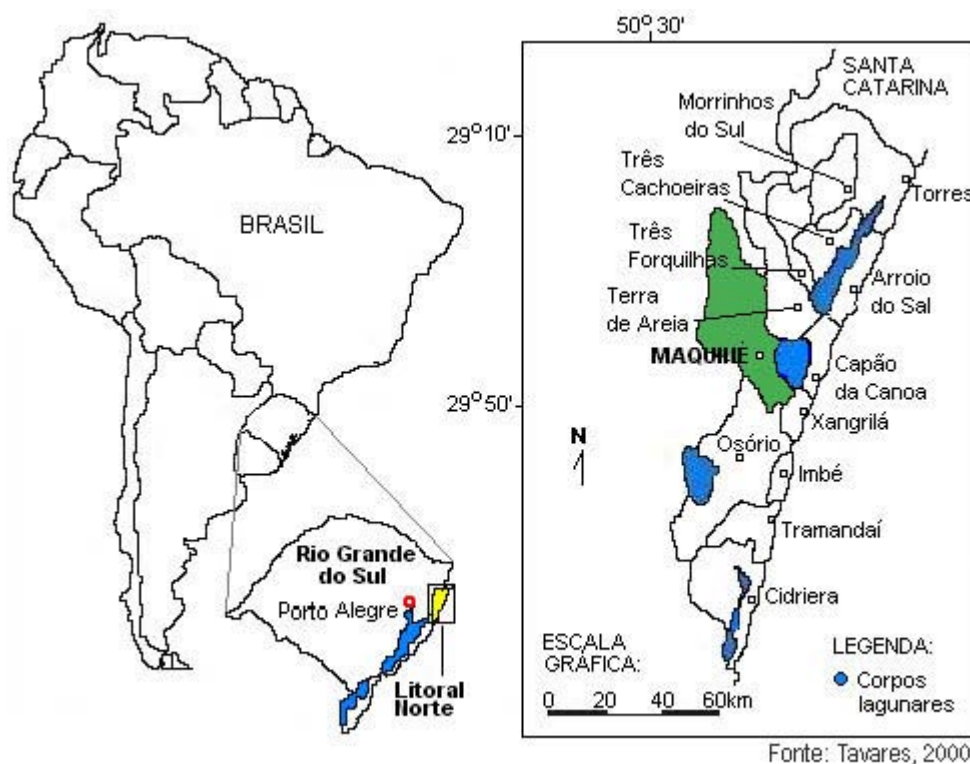


Figura 4 - Mapa com a localização do município de Maquiné, RS. (Elaborado por Márcia Tavares, 2000)

O clima da região, segundo o sistema de Köppen, é subtropical úmido (tipo Cfa). A média de temperatura é de  $19,9^{\circ}$  C e a média pluviométrica anual é de 1731 mm e a precipitação total mensal se mantém relativamente constante durante o ano. Nesses locais, as temperaturas médias, ao longo do ano, determinam o estabelecimento de um clima ameno. De acordo com Walter (1987), a curva de temperatura não ultrapassa a de precipitação<sup>18</sup>, o que demonstra não haver épocas de secas prolongadas na região. Nas épocas em que há maiores precipitações, ocorrem as cheias ou enchentes. Estas cheias, que atingem, sobretudo as áreas de várzea, foram uma das razões para a ocupação das áreas de maior altitude<sup>5</sup>.

<sup>18</sup> Refere-se a um diagrama climático, que é a sobreposição das curvas de chuva e temperaturas médias durante o ano a partir da qual se obtém uma relação pluviosidade-temperatura que permite caracterizar o comportamento climático.

<sup>5</sup> Declarações de Seu Lidorino, agricultor aposentado, morador dos Fundos da Solidão, apresentado em detalhes no capítulo 3. Declarações semelhantes, encontram-se nas entrevistas realizadas por Cleiton Gerhardt (2003), em sua dissertação de mestrado.

O sistema viário do município compõe-se de aproximadamente 236 km de estradas municipais, de “chão batido” (não pavimentado) em bom estado nos locais mais percorridos, porém, vão se tornando bastante precários a medida que adentram o município. Em épocas de chuvas, podem ocorrer enchentes, inviabilizando o acesso a algumas localidades. A rodovia BR 101 atravessa o município na direção norte-sul, liga o Estado do Rio Grande do Sul ao resto do país, sendo responsável por uma parcela significativa do escoamento da produção municipal e estadual.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000 sobre o Município revelam uma população de, aproximadamente, 7304 habitantes, sendo a maioria na zona rural (n=5379, 74%). Em sua configuração étnica, os sobrenomes e as narrativas familiares denotam a presença de descendentes de italianos, alemães, poloneses e portugueses, cujas fronteiras étnicas ora são acionadas, ora perdem-se na auto-identificação genérica de brasileiros. Na área de abrangência do Município encontra-se a Reserva Indígena de Campo Molhado<sup>19</sup> e pequenos acampamentos, que abrigam representantes da etnia Mbyá-Guarani. Além disso, um laudo antropológico, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, identificou uma área remanescente de quilombo no distrito de Morro Alto<sup>20</sup>.

Do ponto de vista fisionômico, o município encontra-se numa área de transição entre a planície costeira e a Serra Geral, abrangendo, assim, locais com altitudes de 20 metros ao nível do mar até 900 metros; é atravessado pelo rio Maquiné, com extensão de aproximadamente 40 km, com as nascentes localizadas no município de São Francisco de Paula e desaguando na Lagoa dos Quadros. Ao longo dessa trajetória de descida abrupta, recebe as águas de onze arroios, sendo cada um desses arroios corresponde a um vale. Os vales são separados por morros que podem atingir até 900 metros de altitude. Esse conjunto (rio – afluentes - vales separados por morros) forma a bacia hidrográfica do rio Maquiné e são esses elementos que impressionam ao visitante ou turista que pela primeira vez entra em Maquiné, dando a impressão de que “o verde da Mata Atlântica sobe as encostas da Serra Geral até se encontrar com a diversidade de cores e formas do céu. Entremeando as encostas ou fluindo pelos sopés dos morros estão as cascatas, cachoeiras, riachos, córregos e nascentes” (Schirmer e Baldauf, 2003, p. 259).

---

<sup>19</sup> Reserva com superfície de 2266 hectares, situada nos Municípios de Caraá, Maquiné e Riozinho/RS, com demarcação promulgada em 18/04/2001.

<sup>20</sup> Morro Alto, é a primeira comunidade negra rural a receber uma certidão de reconhecimento como comunidade remanescente de quilombos. A partir da portaria publicada pela Fundação Cultural Palmares no dia 4/03/2004, o novo critério para o reconhecimento de uma comunidade enquanto remanescente de quilombos é a autoidentificação da própria comunidade enquanto tal. Sobre o processo, ver Barcelos *et al.* Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade, territorialidade e direitos constitucionais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Figura 5 - Bacia hidrográfica do rio Maquiné.



Fonte: Google Earth

Esses vales que constituem a bacia Hidrográfica apresentam características próprias, formando “microclimas” diferenciados, conforme sua insolação, vegetação e configuração do relevo e compõem-se de comunidades distintas – geralmente denominadas de “linha” - com etnias características, sua própria igreja (no município existem cerca de 15 capelas), salão paroquial, padroeiro, festas e bailes. Esses vales ou linhas denominam-se: Cerrito, Forqueta, Rio Ligeiro, Rio do Ouro, Garapiá, Pedra de Amolar, Encantada, Pinheiro, Mundo Novo, Cachoeira, Espriado, Prainha, Cantagalo, Costa do Maquiné, Morro Alto e Solidão. Também as formas de ocupação do espaço e as atividades econômicas desenvolvidas são peculiares: alguns vales, com maiores áreas de planície, apresentam maior área cultivável, o que incorre em vantagens em relação ao potencial de uso da terra e de escoamento da produção. Por outro lado, os vales mais estreitos, pela própria dificuldade de acesso e relativo isolamento, apresentam-se mais preservados, podendo apresentar maiores atrativos do ponto de vista turístico.

As propriedades estão distribuídas ao longo do perfil topográfico dos vales e apresentam, em geral, formas de ocupação do espaço e de uso dos recursos correspondente ao tipo de relevo. Na topo-seqüência esquemática da figura 6 encontramos distribuídos, nos vales da bacia do rio Maquiné, os tipos de relevo identificados em Rech (1987), a saber:

- a) platô: áreas mais ou menos planas, caracterizadas por rochas básicas;
- escarpas: relevo abrupto com declividade superior a 40 %;
- b) patamares: relevo médio a fortemente inclinado (declividade entre 20 a 40%);



- c) colúvios: local de transporte de materiais nas vertentes; planície: com até 40 metros de altitude e relevo plano com declividade inferior a 10%.

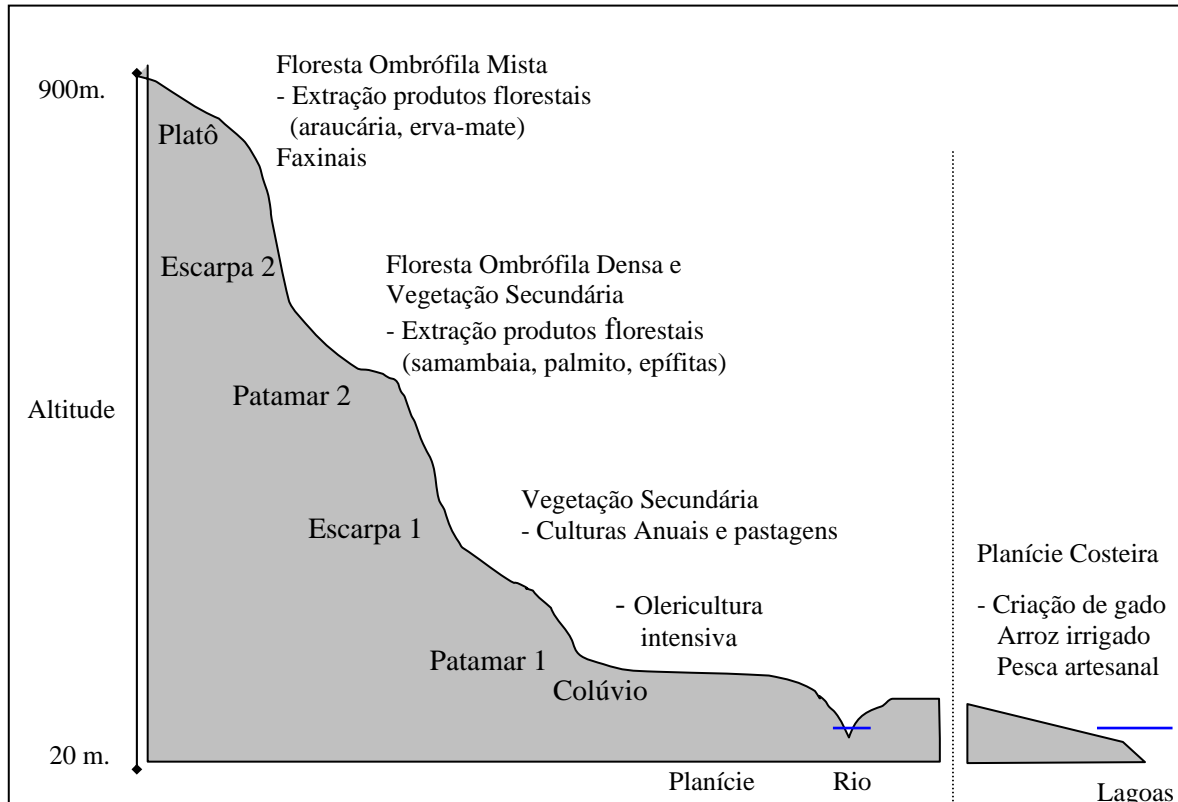


Figura 6 - Topo-seqüência das encostas dos vales da bacia Hidrográfica do rio Maquiné, com a vegetação e atividades associadas (ANAMA/ PGDR-UFRGS, 2000)

A cada faixa de altitude corresponde um tipo de vegetação característica, com um conjunto específico de atividades. No topo, denominado “platô”, encontramos a vegetação correspondente à Floresta Ombrófila Mista (antigamente associado à extração florestal de pinhão, madeira, erva-mate) e campos (localmente denominado “faxinal” onde, antigamente, se criava gado e porco). Atualmente, grande parte dessa faixa compõe a Reserva Biológica da Serra Geral<sup>21</sup>, destinada exclusivamente à preservação ambiental e à realização de pesquisas. Em algumas áreas verifica-se a presença de búfalo.

Na faixa seguinte, correspondente a escarpa 2 e patamar 2 (vide figura), encontramos uma vegetação mais densa com mata (Floresta Ombrófila Densa) onde há coleta de palmito, samambaias e plantas ornamentais como as bromélias.

Na região correspondente à escarpa 1 e patamar 1 (vide figura), apresenta-se uma vegetação em regeneração (denominada vegetação secundária), onde se realizam os cultivos

<sup>21</sup> Unidade de conservação criada pelo Decreto Estadual 31788 de 27/06/82 que se constitui em uma Zona Núcleo, ou seja, áreas centrais para as estratégias de implementação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

anuais de feijão, milho, mandioca, batata-doce, arroz. Nas localidades mais próximas à rodovia BR 101, há plantio de banana e em menor escala, de abacaxi. Ainda nessa faixa são extraídas samambaias. Já nas partes menos inclinadas estão as habitações.

Na planície, correspondente às várzeas, como já referido, localizam-se os produtores de hortigranjeiros (que plantam entre outras olerícolas: alface, repolho, beterraba, salsa, cebolinha, couve-flor, moranga e frutas como maracujá, laranja e abacaxi). Nessa faixa está a maior concentração populacional.

Na região correspondente à planície costeira, desenvolve-se a criação de gado e a pesca artesanal; planta-se principalmente, arroz irrigado e pratica-se o comércio de artesanato com as fibras extraídas de espécies do banhado (tiririca e taboa), das matas (cipó e taquara) e plantas cultivadas (bananeira).

Cerca de 30% da bacia hidrográfica do rio Maquiné é composta por essas áreas de planície ou com baixa declividade e, o restante, corresponde às escarpas ou encostas. Nas áreas mais altas e íngremes, observa-se a regeneração da vegetação nos mais diferentes estádios de sucessão secundária<sup>23</sup>. Nas áreas planas, à medida que vamos subindo encosta acima, tende a se reduzir, com a presença do extrativismo o uso agrícola. A topo-seqüência esquemática demonstra uma apropriação territorial desigual com contrastes entre as áreas planas ou de várzea e as áreas de encosta. Este contraste confirma-se ao verificarmos os dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural no Rio Grande do Sul (EMATER, 1996) que aponta a presença de duas atividades agrícolas principais no município: uma que agrega maior renda através do cultivo de olerícolas praticada em terreno plano com alta fertilidade e uso de tecnologia moderna (em área da várzea) e outra, cuja renda é oriunda principalmente do milho e do feijão, praticada em terreno acidentado (área de encosta e meia encosta) e com a utilização de tecnologia tradicional.

A grande maioria dos agricultores da região encaixa-se nesse último perfil: possuem propriedades de pequeno porte, salientando-se que cerca de 70 % das propriedades rurais tem menos de 20 ha, conforme o Censo Agropecuário do IBGE, 1995/96. Um estudo mais detalhado dessas propriedades, apresentado no documento ANAMA/ PGDR-UFRGS

---

<sup>22</sup> Postula-se que, no processo de desenvolvimento da sucessão ecológica, apresenta-se uma seqüência de comunidades ecológicas que se substituem umas às outras. Esse processo observa-se por exemplo em um local anteriormente ocupado (uma roça ou área derrubada, por exemplo) e ao ser abandonado, observa-se gradativamente o aparecimento de uma vegetação secundária, com ervas e arbustos, até alcançar um clímax, quando se apresenta uma vegetação de mata (Odum, 1983, p. 283).

(2000)<sup>24</sup>, demonstra que esses pequenos proprietários lançam mão de estratégias produtivas diversificadas para estabilizarem suas condições financeiras; recorrem a trabalhos agrícolas fora da propriedade familiar, aos pequenos arrendamentos; parcerias em terras de terceiros e contam ainda, com a renda oriunda da aposentadoria dos mais velhos. O documento cita como atividade adicional a produção de frutas como ameixa, laranja, morango e mamão; de mudas de palmito; de cogumelo e de mel. Também alguns sistemas de criação de pequenos animais e produção de produtos caseiros como queijos, lingüiças, doces, pães, vinho, licores, etc. Constata-se, ainda, a presença de outras atividades não agrícolas com potencial de geração de renda, como as relacionadas ao turismo (*campings*, tendas de produtos típicos, trilhas ecológicas, pousadas, etc...), ao extrativismo de espécies nativas de uso ornamental (bromélias, orquídeas samambaia-preta e xaxim), ao setor alimentício (palmito) e artesanal (cipós).

Verifica-se, dessa maneira, um município rural onde coexistem sistemas agrícolas tradicionais e tecnificados. Por apresentar uma beleza paisagística bucólica, aparentemente “intocada”<sup>25</sup>, protegido pelo estatuto de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, vem atraindo parcelas crescentes de excursionistas e, sobretudo, novos moradores oriundos dos centros urbanos, com diferentes trajetórias e perspectivas de vida. Essas são pessoas cujas famílias moram no município e têm, nas casas de seus parentes, um local para passeio, descanso e reencontro com suas origens; são proprietários de pequenos sítios de lazer que visitam, ocasionalmente, geralmente aos fins-de-semana ou feriados; são profissionais cujas atividades não dependem de uma localização fixa, ou seja, podem executar seus afazeres em ambiente doméstico; são empreendedores que visualizam uma nova possibilidade de ganhos através de atividades ligadas ao ecoturismo ou turismo rural, como abertura de pousadas ou realização de passeios turísticos; são pessoas que buscam uma vida alternativa aos moldes citadinos e individualistas atuais, distante dos consumismos urbanos com propostas de formação de comunidades alternativas rurais (localmente denominados “os hippies”); são profissionais ligados à área ambiental que buscam aliar a militância ao trabalho; ou ainda, grupos de pessoas que adquirem determinadas áreas, simplesmente, para fins de preservação.

---

<sup>23</sup> Relatório final do projeto “Estudo sócio-econômico no Município de Maquiné: perspectivas para um desenvolvimento rural sustentável” executado em parceria entre a ONG ANAMA e Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>24</sup> Nos termos colocados em Diegues (1996), natureza em seu estado virgem, com pouca ou nenhuma interferência humana.

Esse aporte de diferentes pessoas com diferentes visões de mundo e estilos de vida podem ser identificados nos diferentes eventos que se realizaram entre 1999 e 2004, resumidos no quadro abaixo:

<b>Festa/ evento</b>	<b>Promotor</b>	<b>Alguns dados</b>
Festa da Polenta e do Vinho	Comunidade de Barra do Ouro, Prefeitura Municipal, EMATER	Em sua quinta edição, realizada de dois em dois anos na localidade de Barra do Ouro, busca resgatar e afirmar a presença da descendência italiana na localidade. Objetiva angariar fundos para ações sociais locais, assim como para a manutenção da paróquia de Barra do Ouro.
Rock in Rio Maquiné	Grêmio Estudantil Langendonck	Festival de música com apresentações de bandas de rock locais ou do Estado, promovido pelos jovens do município.
Festa de Nossa Senhora do Bom Parto	Paróquia da Maquiné	Festa de caráter religioso em honra a Nossa Senhora do Bom Parto, com realização de missa, almoço e baile na Paróquia.
Agrofest - Festa do Agricultor	Prefeitura Municipal, EMATER, comunidade de Maquiné	Realizada na sede do Município. Sua tônica está na valorização da identidade rural e sobretudo a potencialidade agrícola do Município. Com inúmeras bancas para iniciativas locais ou não, visa divulgar o Município e atrair contingentes populacionais e angariar fundos para diversas finalidades.
Encontro de Pesquisadores	Secretaria do Meio Ambiente, Comitê Gerenciamento da Bacia do Rio Tramandaí, UFRGS, ANAMA	Encontro congregando os pesquisadores que desenvolvem trabalhos com temáticas relacionadas à área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Maquiné, tem por objetivo a divulgação e difusão dos resultados destas pesquisas aos moradores do Município.
Encontro da Samambaia-preta	ANAMA, Secretaria do Meio Ambiente, Prefeitura Municipal	Em duas edições, buscou congregar pesquisadores, fiscais e licenciadores ambientais, coletores e transportadores de samambaia para discutir as restrições ao corte da samambaia e as alternativas diante de tal situação.
ENCA (Encontro de Nacional de Comunidades Alternativas)	Associação Brasileira de Comunidades Alternativas, Comunidade Rural do rio Ligeiro	Surgiu em 1978 e se realiza uma vez por ano, juntando durante uma semana grupos de pessoas cuja proposta é viver em comunidades rurais, longe da cultura de consumo e praticando a agricultura orgânica, a fitoterapia, a defesa do meio ambiente, a educação das crianças no contato com a natureza. Além das discussões sobre esses temas, há terapias e exercícios de grupo, atividades culturais como teatro, dança, canto, artesanato e esportes.
Garapiá Trance Festival	Psyconautas/ Solarium Prisma/ Alien Club (parceria entre estas produtoras de eventos)	O <i>trance</i> seria uma modalidade de festa <i>rave</i> , corresponde às festas de música eletrônica de pista, geralmente, para um grande público, realizadas em lugares diversos (nos armazéns vazios, nos pavilhões de eventos, no prédios abandonados e nos parques). A modalidade <i>trance</i> em linhas gerais apresenta uma identificação com a natureza, ressaltando aspectos místicos e psicodélicos (Fontanari, 2003). No caso desta festa a proposta era dos participantes permanecerem dois dias em um camping local, embalados ao som da música eletrônica reproduzida por três DJ's em contato com a natureza através de passeios, caminhadas e banhos de cachoeira.

Quadro 3 – Principais eventos ocorridos entre 1999 e 2004 em Maquiné, RS.

Cada uma dessas iniciativas, bastante distintas em suas motivações, é a prova de que, a um determinado espaço geográfico, correspondem diferentes significados, segundo os grupos que ali habitam, visitam, passam, trabalham. Constituindo, dessa forma, “numa linguagem

capaz de expressar simultaneamente múltiplos planos simbólicos, sendo ainda, uma mediação capaz de tornar compreensível a vida num país em que as contradições de todos os tipos são realçadas diariamente” (Amaral, 2001, s/p).

Num primeiro plano apresentam-se as festas fomentadas por grupos locais com apoio da prefeitura que, com a possibilidade de obter algum ganho econômico com o turismo, baseados em antigas tradições, cristalizadas pela memória do grupo, criam um evento. A exemplo disso ocorre a Festa da polenta e do Vinho. Nessa festa, organizada pela municipalidade, através de teatro com a encenação da saga dos primeiros colonizadores da região, das brincadeiras como a corrida com tamancos, da gastronomia constituída de polenta, massa, galeto, regado a vinho, os costumes antepassados e estilo de vida rural são revividos e ressignificados.

Na festa do ano de 2004, que tive oportunidade de participar, juntamente com estas manifestações, misturavam-se a feira de produtores rurais (abrangendo clube de mães, produtores rurais, produtores orgânicos, artesanato de um grupo de mulheres, artesanato de índios Mbyá-guarani); a exposição de implementos agrícolas; o parque de diversões; os camelôs; as bancas de venda das mais diversas mercadorias e comidas; e os candidatos à prefeitura, expondo suas plataformas políticas. Nesse panorama polimórfico descortinam-se os distintos interesses e motivações dos grupos com diferentes graus de inserção local que, em seu conjunto, propiciam processos múltiplos de interação social e constituem o corpo social de Maquiné. As inúmeras motivações que levam alguém a ir a um local acabam se tornando um momento para o encontro, para a celebração, para o lazer, para sair da rotina, num local com poucas opções de lazer. Trata-se, nesse sentido, de um tempo diferenciado das atividades cotidianas, que reúne os diferentes segmentos que de uma forma ou outra se ligam a este lugar.

Esse seria, pois, o sentido do tempo de um evento, a otimização de um tempo num determinado espaço. Nesse contexto, o interesse aqui de dar luz a esse tempo que, por ser otimizado, reúne as diferentes esferas e espaços sociais, ou seja, significa que a esse tempo com ritmo diferenciado, corresponde, também, o de um espaço otimizado, no sentido de uma confluência de diversificados grupos sociais que ali convivem. Este espaço, resultante deste tempo otimizado do evento, em um tempo ordinário, apresenta-se esparso no espaço territorial de Maquiné.

Também os jovens, ao seu modo buscam promover eventos onde buscam de uma forma geral afirmar os gostos musicais e o estilo de vida de sua geração: promovem festivais ao modo dos mega-eventos veiculados pela mídia, tendo como objetivo, a arrecadação de

fundos para algum objetivo específico como a festa de formatura do fim de ano dos alunos do Colégio local.

No âmbito desse primeiro grupo de eventos, temos, ainda, as festas locais, centradas em determinados vales ou comunidades, geralmente ligados à Igreja Católica, cujo público é formado primordialmente por moradores locais. Diferenciam-se das iniciativas anteriores, porque, apesar de visarem arrecadação de fundos, fundamentam-se numa tradição religiosa local, onde cada comunidade homenageia sua padroeira.

Em meio a essas potencialidades locais, ligadas às suas características cênicas e culturais, também a prefeitura se mobiliza visualizando, nessa situação, a possibilidade de capitalização econômica e política. Dessa forma apóia eventos, acentuando peculiaridades da cultura local, como o reforço a um estilo de vida neo-rural e as potencialidades agrícolas e mais recentemente, o turismo como um potencial a ser explorado.

No período entre 2001 e 2004, o discurso do prefeito, sempre colocou a preocupação com a preservação ambiental e o incentivo ao turismo, mais especificamente, à modalidade do turismo ecológico, como metas de sua gestão. No entanto, indefinições em relação à como implementar tal meta, ao questionamento do que se constitui um turismo ecológico e em que medida a população local estaria sendo contemplada, desvelam a grande dificuldade em estabelecer um plano estruturado para o setor. Tendo em vista a dificuldade de planificar os projetos e a escassez de recursos financeiros para a implementação do turismo, efetuam-se parcerias com instituições de ensino e pesquisa e ONG's, visando preencher estas carências. No entanto, trata-se de ações pontuais, não conectadas a um projeto mais amplo, o que, na maioria das situações, acaba não revertendo em resultados mais efetivos em termos de políticas públicas do Município. Assim, apesar do esforço da prefeitura e do prefeito em integrar esse movimento amplo em direção ao ecológico, as propostas acabam se perdendo em meio a uma série de outras carências organizativas locais, a incompreensão dos próprios funcionários públicos sobre tais direcionamentos e a dificuldade de estabelecer prioridades frente a outras demandas municipais como a agricultura, educação e saúde. Permanecem, assim, problemas relacionados à coleta de lixo, ao uso de agrotóxicos, à poluição dos mananciais hídricos por insumos químicos utilizados na agricultura ou pelo lançamento dos dejetos orgânicos das propriedades, itens importantes para o estabelecimento de um turismo que, se quer ecológico e que, em essência, chocam-se com o interesse de também promover a agricultura, sobretudo aqueles sistemas agrícolas que giram maior volume de capital, como a olericultura.

Retomando a idéia de que as pessoas que se dirigem a Maquiné, vêm movidas por uma busca do natural, de modo geral, ligadas a um ideário de valorização crescente da natureza e da necessidade de preservá-la. Estas se manifestam sob diferentes motivações: como espaço de descanso e fruição, longe da poluição e do ritmo urbano acelerado; ou enquanto um local de grande diversidade biológica, tornando-se objeto de busca de conhecimento; ou ainda, um lugar para habitar e constituir um projeto pessoal alternativo ao modelo urbano. Essas tendências podem ser visualizadas nos eventos como o Encontro Nacional de Comunidades Alternativas (ENCA), os encontros de pesquisadores e da Samambaia-preta ou na Festa *Trance*.

De modo geral, há uma busca do natural, seja na forma paisagística de uma natureza intocada (Diegues, 1996), ou através de uma tradição ligada aos antepassados, com isso re-focalizando a imagem do rural na natureza e nas tradições, reforçada pelos moradores locais. Conforme Moreira, (2003, p. 2) “no caldo dos movimentos ecológicos e ambientalistas vivemos na atualidade um processo de ressignificação do mundo natural e da natureza que, por sua vez, englobam a própria ressignificação da natureza humana e a própria realidade rural”. Há, com isso, um alargamento e desconstrução do que poderíamos entender por rural, resultando em sociabilidades complexas e em constante mutação e fricção de alteridades. Dessa forma, configurando o que vem sendo identificado como neo-ruralismo (Giuliani, 1990). A discussão sobre o neo-ruralismo surge na França entre década de 60 e 70 e

expressa a idéia de que diversos valores típicos do velho mundo rural, e que se pensava estarem em vias de extinção, passam por um certo revigoreamento e começaram a ganhar para si a adesão de pessoas da cidade. A volta às relações diretas com a natureza, a ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ao ar puro e à tranqüilidade, assim como o desejo de relações sociais mais profundas, sobretudo, da autodeterminação, são as dimensões que atraem pessoas da cidade ao campo, assim como outrora as luzes da cidade atraíram a população do campo (Giuliani, 1990, p. 59-60).

Essas situações trazem a idéia de uma associação entre a tradição do homem do campo e a natureza. Na obra “O homem e o mundo natural”, seu autor Keith Thomas (1989) assinala entre os séculos XVII e XVIII a emergência de um gradativo sentimento de simpatia entre o homem e o mundo natural e mostra como já neste período, estavam presentes todos os argumentos em que hoje se baseia o movimento ecológico, fortalecendo uma imagem idílica de natureza e fundamentando o mito moderno da natureza intocada (Diegues, 1996).

Neste sentido, guardadas as devidas dimensões, encontramos um paralelismo entre a emergência desta nova ruralidade, com a valorização das populações tradicionais dentro de estratégias de conservação, cujo grande divulgador, no Brasil, foi Antonio Carlos Diegues.

Conforme essa última perspectiva, postula-se a especificidade de grupos humanos, habitantes de longa data de áreas de grande biodiversidade, no sentido de terem estabelecido, ao longo desse tempo de interação com o meio, estratégias e manejos que conjugavam a sua sobrevivência com a preservação do ambiente. Algumas estratégias conservacionistas pautam-se pela busca desses conhecimentos tradicionais para o estabelecimento de políticas de gestão de parques ou áreas de grande biodiversidade.

Ainda para ampliar esse contexto emergente, nas análises de Isabel Carvalho sobre as identidades narrativas constitutivas de um sujeito ecológico, encontramos os contornos desse momento histórico que produz novas compreensões do ambiental, configurando-o como um campo específico. (Carvalho, 2001, p. 35-36). Através desta obra, conseguimos estabelecer os nexos com o momento contemporâneo, presentes nas obras de autores como Anthony Giddens, Boaventura de Sousa Santos, Ulrich Beck, entre outros pensadores, onde a trajetória individual dos educadores ambientais é o exemplo deste sujeito em constituição, que vivencia os paradigmas de seu tempo. Nesse sentido, diante da situação a qual somos defrontados em Maquiné, identificamos um estilo de vida que se configura num “elogio da *margem* e do *alternativo* como lugar de recusa do estabelecido e reinvenção da existência pessoal e política.” (Carvalho, 2001, p. 212). Estilo de vida que, diante do desencantamento e perda das utopias, reinventa-se constituindo um universo particularizado, onde a paz do mundo estaria na paz do indivíduo<sup>26</sup>. O elogio da margem é também a busca do repouso que se postula encontrar num paraíso longínquo, na natureza e no homem da tradição, imagens essas permanentemente ressignificadas e re-inventadas mantendo-se de forma vigorosa no imaginário do homem moderno.

### **1.6 O extrativismo da samambaia-preta: um problema ambiental?**

Uma imagem corrente no município de Maquiné é a presença de caminhões que transitam nas diferentes localidades do município, carregados com folhas de samambaia. Esse fato, em geral, chama a atenção da grande maioria dos visitantes da região, seja por ser uma atividade incomum, seja pelo volume de folhas transportados na carroceria do caminhão. Esse estranhamento é, normalmente, acompanhado por uma preocupação com a quantidade de folhas retiradas e as conseqüências de uma retirada excessiva para a vegetação local. Para essa atitude, concorre o perfil dos visitantes dessa região, envolvidos, em diferentes escalas, por um discurso ecológico de preocupação com a preservação dos recursos naturais.

---

<sup>25</sup> Parafrazeando o cantor e compositor Vitor Ramil.



Baseado nessa preocupação inicial, integrantes da ONG ANAMA elaboraram o Projeto Samambaia-preta, visando levantar subsídios que permitissem conhecer em profundidade essa atividade. Esse projeto foi financiado por duas secretarias estaduais, com recursos de diferentes fontes. Pela Secretaria do Meio Ambiente, o recurso veio de um fundo denominado Fundeflor, o qual corresponde a uma parcela das multas por infrações ambientais, destinadas a sanar os danos ambientais provocados pelos infratores. Já pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento provêm de um programa do Banco Mundial para combater a fome e desta forma contribuir para o aumento da biodiversidade. Na conjunção entre biodiversidade e fome estão, em pauta, duas grandes preocupações relacionadas aos países em desenvolvimento. Ressalta-se que, dentro de um contexto de Estado, com escassos recursos, este programa, denominado RS-Rural, fomenta uma série de outras ações estaduais, relacionados às populações indígenas, quilombolas, agricultores familiares, entre outros, formatados dentro de um programa político do governo<sup>27</sup>. Nesta situação, visualizam-se as conexões estabelecidas para a execução destas políticas: Banco Mundial-Estado-ONG. Em outros projetos vinculados a este programa, os executores são segmentos da universidade. Essa situação revela algumas facetas da forma de intervenção nas comunidades e movimentos sociais, orquestrado por organismos internacionais e cuja execução é legado a segmentos locais fora da esfera pública como as ONG's ou então a instituições de pesquisa.

A espécie conhecida popularmente como verdinho, samambaia, samambaia-silvestre ou samambaia-preta<sup>28</sup> [*Rumohra adiantiformis* (G. Forst.) Ching] possui uma distribuição geográfica bastante ampla, sendo encontrada em ambos os trópicos e nas regiões temperadas do Sul (Milton & Moll, 1988, p. 725). No Rio Grande do Sul, ocorre, nos mais diversos ambientes, desde as formações pioneiras de restinga, na região do litoral, até as matas do oeste, na Floresta Pluvial do Alto Uruguai e nas matas ciliares da região da Campanha, encontrada também nas florestas com Araucária da região do Planalto Nordeste e na Serra do Sudeste, sendo particularmente abundante nas áreas de domínio da Mata Atlântica.

Esta planta ocorre em diversos *habitats*: restingas, rochedos, capoeiras e florestas e com diferentes formas biológicas: terrestre, rupestre e epifítica (Fernandes, 1990; Bueno e Senna, 1992; Senna e Waechter, 1997). Destaca-se dentre as demais pteridófitas por sua importância econômica, devido a sua grande durabilidade, após sua colheita, também denominado “*evergreen*” – sempre verde ou “*hojas de cuero*” – folhas de couro, em países de

---

<sup>26</sup> Refere-se a gestão 1998-2002 do governador Olívio Dutra, representante do Partido dos Trabalhadores.

<sup>27</sup> A denominação relaciona-se com a coloração verde-escura e o talo preto, e também visa diferenciá-la de outra espécie, que ocorre na mesma área, o *Pteridium aquilinum*, que é chamado de samambaia-branca, devido a coloração verde-clara.

língua inglesa e espanhola, respectivamente, sendo suas folhas comercializadas em nível mundial para utilização em arranjos de flores.

Na África do Sul, na região da cidade do Cabo, proprietários de terra suprem o mercado local, desde a década de 1970, através da extração da samambaia do ambiente natural. Após a permissão do Departamento de Florestas daquela região para exploração comercial em 4.000 hectares de florestas do Estado, essa atividade econômica desenvolveu-se rapidamente, tornando-se o principal produto dessa região (Milton & Moll, 1988, p. 726). Atualmente, já ocorrem cultivos em estufas. Nos Estados Unidos, não ocorrem populações naturais, sendo essa espécie cultivada em viveiros irrigados.

Os maiores mercados importadores desse produto são a Europa e o Japão, comprando as folhas produzidas na Flórida (USA) e na Costa Rica (Fonseca, 1997, p. 3, Guevara, 1997, p. 7). No Brasil, grande parte do mercado nacional é abastecido pelas folhas extraídas no Rio Grande do Sul sendo, na maioria das situações, obtidas através da extração direta em seu ambiente natural, caracterizando-se como um extrativismo<sup>29</sup>.

Embora não existam estudos precisos, estima-se que, na região do Litoral Norte do Estado, envolvendo os municípios de Maquiné, Caraá, Itati, Terra de Areia, Santo Antônio da Patrulha, Morrinhos do Sul e Osório, inúmeras famílias tenham, na prática da extração das folhas de samambaia-preta, sua principal - quando não única - fonte de renda. Segundo relatos contidos num estudo realizado sobre agricultores familiares do município de Maquiné (Gerhardt *et al*, 2003 p. 35),

parte considerável dessas famílias vivem nas encostas, geralmente nos fundos de vale, em pequenos lotes de terra não apropriados a cultivos anuais. Praticam a agricultura de subsistência, com uso de tecnologias tradicionais. No entanto, esta região, por suas características climáticas, constitui um ambiente propício ao desenvolvimento de uma flora pteridófitica bastante diversificada, onde a samambaia-preta é particularmente abundante.

Até 2003 não havia dados sobre o impacto desse extrativismo sobre o ambiente e as populações locais dessa espécie e por estar envolvido somente por aspectos legais relacionados a problematização do processo extrativo, decorrentes da legislação ambiental em vigor, trata-se de uma atividade executada informalmente, sem o aval dos órgãos licenciadores.

---

<sup>28</sup> Segundo Laure Emperaire, o termo extrativismo designa os sistemas de exploração de produtos florestais destinados ao comércio regional, nacional ou internacional. Diferencia-se, portanto, das atividades de coleta cujos produtos estejam limitados ao consumo familiar ou a um escambo local. Extrativismo e coleta dependem de duas lógicas econômicas diferentes: uma regulada por um mercado externo, outra pelas necessidades da unidade doméstica.” (Emperaire, 2000, p. 15).

A região onde ocorre a extração é considerada de grande importância para a efetivação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado. Encontrando-se na área circundante ou zona tampão de unidades de conservação, como a Reserva Biológica da Serra Geral, criada pelo Decreto Estadual 31788 de 27/06/1982, e a área de Proteção Ambiental - APA Rota do Sol, para as quais, segundo a resolução 13/90 do CONAMA, postulam-se atividades de baixo impacto ambiental.

As principais diretrizes normativas referentes a esta atividade estão nos seguintes dispositivos legais:

**A) DECRETO FEDERAL Nº 750, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993.**

Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências.

**B) LEI 9.519 - CÓDIGO FLORESTAL ESTADUAL DE 21 DE JANEIRO DE 1992.**

Institui o Código Florestal do Estado de Rio Grande do Sul e dá providências.

**C) DECRETO ESTADUAL Nº 38.355 DE 01 DE ABRIL DE 1998**

Estabelece as normas básicas para o manejo dos recursos florestais nativos do Estado do Rio Grande do Sul

**D) LEI Nº 11.520 CÓDIGO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DE 03 DE AGOSTO DE 2000.**

Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado de Rio Grande do Sul e dá providências.

<b>Dispositivo*</b>	<b>Artigo</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>a</b>	1	“Ficam proibidos o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica.” Parágrafo único. “Excepcionalmente, a supressão da vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica poderá ser autorizada, mediante decisão motivada do órgão estadual competente, com anuência prévia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), informando-se ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), quando necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, mediante aprovação de estudo e relatório de impacto ambiental.”
<b>b</b>	30	“Ficam proibidos a coleta, o comércio e o transporte de plantas ornamentais oriundas de floresta nativa”.
<b>b</b>	38	“Ficam proibidos o corte e a respectiva exploração da vegetação nativa em área da Mata Atlântica, que será delimitada pelo poder executivo”.  - A Lei Estadual 10.688/96, de 09 de janeiro de 1998, altera este artigo permitindo na Mata Atlântica apenas o corte de vegetação para uso na propriedade, vedando a comercialização de produtos oriundos da floresta nativa.  - Delimitando essa área proibida ao corte e à respectiva exploração da vegetação nativa solicitada pelo Artigo 38, denominada “Poligonal da Mata Atlântica”, foi lançado o Decreto Estadual nº 36.636 de 03/05/1996 no qual a região do Litoral Norte está contida.
<b>c</b>	39	“O licenciamento para coleta ou apanha de produtos ou subprodutos não madeiráveis, oriundos de associações florestais nativas, poderá ser concedido a pessoas físicas ou jurídicas, desde que essa atividade não concorra para a eliminação de espécies ou à supressão parcial ou total da vegetação às quais estão associadas e estejam isentas de quaisquer outras restrições legais”
<b>c</b>	69	“Na área da Mata Atlântica, delimitada pelo Decreto Estadual nº 36.636, de 03/05/1996, o presente Decreto aplicar-se-á naquilo que não colidir com a legislação específica”.
<b>d</b>	157	Estabelece que na utilização dos recursos da flora serão considerados os conhecimentos ecológicos de modo a se alcançar sua exploração racional e sustentável, evitando-se a degradação, a destruição da vegetação e o comprometimento do ecossistema dela dependente.

(\*) letras correspondentes aos itens do texto anterior

#### Quadro 4 - Principais leis referentes à atividade extrativista da samambaia-preta no RS.

Em relação às leis vigentes, além dos entraves mencionados, que se referem às limitações da comercialização de produtos florestais nativos na Poligonal da Mata Atlântica, seria necessário para desenvolver o manejo sustentado da samambaia-preta, considerar a Legislação nos seguintes itens:

a) Sobre as Áreas de Preservação Permanente (APP's) e suas possibilidades de uso, o Código Florestal Federal (Lei 4771 de 1965), no seu Art. 10 diz que:

Não é permitida a derrubada de florestas situadas em áreas de inclinação entre 25 e 45 graus, só sendo nelas toleradas a extração de toros quando em regime de utilização racional, que vise a rendimentos permanentes.

b) Para o manejo das capoeiras, com o objetivo de evitar o sombreamento excessivo e manter uma produção mínima de frondes, devemos atentar para o Decreto Estadual nº 38.355 de 01 de abril de 1998, e a Resolução do CONAMA nº 33/94 que caracteriza os estágios sucessionais da Mata Atlântica no RS passíveis de serem manejados.

Alguns estudos sobre a biologia dessa espécie foram realizados em populações naturais na África do Sul, na região da cidade do Cabo (Milton & Moll, 1988). No Brasil, um estudo foi realizado no município de Ilha Comprida, Estado de São Paulo, onde muitos moradores têm parte da sua renda dependente da coleta da samambaia (Conte *et al*, 2000). No Rio Grande do Sul, diante da inexistência de dados sobre a produtividade da espécie ou sobre a atividade de coleta, foram iniciadas pesquisas pela organização não-governamental Anama, no Litoral norte do Estado.

Através do acompanhamento sistemático, a partir de maio de 2000, verificou-se que a atividade de coleta de samambaia-preta é fonte quase exclusiva de renda, sendo efetuado tanto pelos homens, como pelas mulheres e adolescentes. O corte ocorre, principalmente, em áreas de capoeira, retirando-se apenas as frondes (folhas) desenvolvidas, enquanto as mais novas e os báculos (brotos) são deixados para as coletas posteriores. Há uma percepção generalizada que se trata de uma espécie que “quanto mais tira, mais dá”. Do ponto de vista ecológico, observa-se que a samambaia-preta ocorre principalmente em capoeiras em estádios iniciais a médios onde cresce em abundância. Com o desenvolvimento da capoeira, a vegetação vai se tornando mais densa, evoluindo para matas, enquanto que a samambaia passa a se tornar escassa.

Segundo os depoimentos dos coletores de Maquiné<sup>30</sup>, a atividade vem sendo efetuada desde a década de 1970, resultante da escassez de alternativas econômicas para as atividades agrícolas em pequena escala. Atividades como o cultivo da cana-de-açúcar e do fumo foram se tornando inviáveis, principalmente pelo fato de não haver um mercado que absorvesse tais produtos. Paralelo a isso, a forte concorrência imposta por grandes produtores olerícolas que se estabeleceram nas áreas de várzea, extremamente férteis, cuja produtividade era favorecida pelo uso das novas tecnologias que estavam se implantando. Esse processo tomou forte impulso com o advento da Revolução Verde na década 1960, que orientou a agricultura brasileira e de outros países em desenvolvimento para uma profunda alteração de sua base técnica. Buscava aliar a agricultura ao processo de industrialização que se desejava implantar

---

<sup>29</sup> Coletadas dentro do Projeto samambaia-preta.

nesses países, liberando mão-de-obra para as cidades e associando a prática agrícola a tecnificação com uso de insumos químicos e à mecanização das lavouras. Multinacionais e os próprios governos financiaram essa transformação, incentivando as universidades a direcionarem suas pesquisas para esses fins, além de criarem órgãos de extensão que dessem assistência técnica aos agricultores, rumo à essa modernização. Uma das tentativas adotadas pelo governo do Estado para potencializar a produção agrícola teve início já na segunda metade da década de 50, quando foi instalado, no Município de Osório, um escritório da chamada Missão Rural, órgão de extensão rural criado na época. Esse período também é marcado por um grande êxodo rural nessas áreas, com deslocamento de contingentes humanos em direção às regiões metropolitanas, atraídos pela oferta de empregos em indústrias de calçados que estavam em franca expansão.

A samambaia-preta, sendo espécie bastante abundante na região, justamente em área de encosta, na capoeira resultante do processo de progressiva regeneração de áreas agrícolas abandonadas, apresenta-se como uma opção bastante rentável para os moradores. A partir da década de 70, o interesse do mercado nacional por esta espécie incentivou comerciantes paulistas a virem à região realizar a intermediação para outros Estados do País. Intermediadores locais passaram a realizar o transporte da samambaia das áreas de coleta até a rodovia federal (Coelho de Souza, 2003). Estabelece-se, assim, uma tradição regional ligada a esta atividade, cuja rentabilidade atualmente é superior a qualquer atividade agrícola em áreas de encosta.

O período posterior trouxe à tona algumas contradições do modelo agrícola implantado, como: o aumento da dependência da agricultura em relação à indústria, a concentração acentuada da posse da terra e outros meios de produção, a degradação ambiental, a exclusão de grupos sociais dos sistemas agrários, a desvalorização de conhecimentos acumulados durante muitas décadas pelas populações locais sobre o manejo das culturas e criações. Conseqüentemente, ocasionou um o re-posicionamento diante de temas como meio ambiente e recursos naturais, gerando uma série de ações e criação de instituições objetivando à preservação ambiental. É instituído, então, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, visando à proteção dos ecossistemas cuja destruição ambiental ainda não havia atingido seu ápice. Leis são elaboradas com o objetivo de implementar tais ações de proteção à Mata Atlântica. Nos depoimentos dos coletores de samambaia, esse momento apresenta-se significativo, sempre citado como o momento que “começaram a proibir o corte de capoeira para fazer as roças”. Os discursos são sempre inflamados e inconformados diante da impossibilidade de qualquer ação do homem, visando o plantio para sobreviver. Esse tipo

de conflito, em que estão envolvidas áreas de preservação e populações que vivem e dependem destas áreas destinadas à preservação, tem sido centro de crescentes debates. Inicialmente, as discussões forjaram-se no âmbito das populações tradicionais habitantes de áreas de preservação, nos termos de Diegues (1996), sendo sempre objeto de controvérsias e de polêmicas.

Diante dos fatos colocados, a atividade de extrativismo da samambaia-preta apresenta-se ligada a uma série de condicionantes de ordem sócio-ambiental. Sua proliferação está associada ao um processo de declínio e de abandono de uma agricultura tradicional, desenvolvida em áreas de encosta, que se tornou pouco competitiva com a implantação de uma agricultura em grande escala com uso de tecnologias avançadas. Foi exatamente o abandono dessas lavouras de encosta que propiciou o desenvolvimento de uma vegetação secundária, com densas populações de samambaia-preta, alternativa extremamente rentável e viável para os moradores dessas áreas.

Nesse descompasso com a política hegemônica, o extrativismo da samambaia permitiu uma re-acomodação desses contingentes humanos. No entanto, em parte, como resultado dessa política agrícola, que, com o tempo, apresentava as contradições do ponto de vista ambiental, levanta-se uma nova onda mundial, visando agora a preservação ambiental, o que coloca novamente estes moradores de áreas de encosta em desajuste com as diretrizes nacionais e internacionais. A lei incide justamente sobre as áreas e atividades exercidas por esses moradores. Estabelece-se aqui a tensão entre uma política visando à preservação ambiental e aos rumos de um grupo humano, cuja trajetória acompanha os desdobramentos desse cenário de mudança. Nesse processo, observa-se uma rápida mudança nas relações entre esse agricultor extrativista e o meio ambiente; seus hábitos alimentares; suas relações familiares, cada vez mais intermediadas por condicionantes externos. Trata-se de compreender as interações que se estabelecem na rotina de um grupo e suas relações com o meio ambiente, diante dos rumos de uma nação. São modificações, transformações e permanências que caracterizam um panorama geral num mundo globalizado, onde, apesar da aproximação física entre os diferentes grupos, as discrepâncias tornam-se mais evidentes. Nesse sentido, apresentam-se conectados à deflagração da Reserva da Biosfera, ao declínio de um tipo de relação com o meio e a um contexto intelectual e social que se reposiciona diante da natureza e da industrialização. Para apreender os sentidos deste processo, nesse trabalho, detenho-me no universo cotidiano dos moradores dos Fundos da Solidão, uma das inúmeras localidades do Município de Maquiné onde esta atividade se faz presente.

### **1.7. Do campesinato às populações tradicionais, um panorama conceitual para a caracterização dos moradores do Fundo da Solidão**

Uma das questões relacionadas aos estudos aqui efetuado, bem como conclusões de outros pesquisadores que analisaram os sistemas de produção da Bacia Hidrográfica do Rio Maquiné, demonstram a dificuldade em categorizar socialmente os coletores de samambaia. São grupos de tradição agrícola que incorporaram, em suas práticas a coleta de samambaia (ANAMA/ PGRD- UFRGS, 2000). Trata-se de um grupo com características de sociedades camponesas, cuja situação assemelha-se às decorrentes da exploração de monocultura (Velho, 1972), como foram os ciclos da cana-de-açúcar e do fumo nas décadas anteriores.

Diegues e Arruda (2001), na tentativa de realizar um inventário do Brasil sobre trabalhos relacionados às populações tradicionais, colocam como grande dificuldade de definição dos diversos grupos, dos quais o modelo social não se encaixa totalmente dentro das definições de sociedades capitalistas e nem são identificados sob a etnia indígena. Nesse mesmo trabalho, foi traçada uma perspectiva histórica desses grupos, colocando-os como resultado da interação social entre o índio e os colonizadores portugueses. Esses últimos, frente à desconhecida paisagem, gradativamente, incorporaram técnicas de uso dos recursos naturais e manejo dos indígenas. Desta interação, originou-se uma população rural, malgrado suas diferenças regionais, apresentando características comuns. Segundo Wolf (1976, p. 16) há uma diferença entre camponeses e populações primitivas, que corresponde a dependência dos primeiros, de outros grupos sociais dominantes.

Diante dessas ambigüidades, a título de definições, pode-se pontuar como um elemento importante desses grupos, a dependência, em diferentes escalas, da natureza. Um elemento de ligação entre essas populações e a natureza é a relação com o território. (Diegues e Arruda, 2001, p. 24). A partir dessas colocações infere-se que a relação particular com o meio faz parte da conceituação desses grupos. Sendo o pano de fundo deste trabalho, a problemática concernente às relações entre a sociedade e o meio ambiente, uma questão fundamental refere-se a como os grupos humanos concebem sua relação com o seu meio e para os termos deste trabalho constrói-se uma intrincada relação homem-natureza e identidade.

Trata-se uma questão em que os ecos encontram-se no surgimento da Antropologia. Lévi-Strauss, ao buscar os primórdios dessa, indica Rousseau como um dos fundadores da ciência do homem, onde já preconiza o encontro com o Outro, inclusive do homem com sua humanidade e também a sua animalidade (Lévi-Strauss, 1993: p. 49). Com isso, ao mesmo tempo em que aponta para uma reciprocidade com o mundo natural, consolida a especificidade do fazer e pensar humanos. Desse momento, até a contemporaneidade, muito se tem escrito sobre as



relações homem natureza, que aponta, em grande medida, que o pensamento ocidental constitui-se baseado numa concepção de conquista do homem sobre a natureza, ou seja, uma hegemonia da cultura sobre a natureza (Thomas, 1989, Turner, 1990, Leis, 1992). Ao mesmo tempo, Mircea Eliade (1969) associa o pensamento ocidental a uma nostalgia de uma natureza intocada, sentimento que pode-se identificar na raiz do movimento ecológico (Diegues, 1994). Entre essa vontade de imersão na natureza e o domínio do cultural sobre o natural, o ser humano vislumbra um mundo que é tecido dentro, e paralelamente, ao meio natural, convivendo com ele na prática e simbolicamente. Desta forma, há a construção de uma visão de mundo, ou seja, seu conceito de natureza, de si mesmo e da sociedade (Geertz, 1989).

Na Antropologia Brasileira, no que concerne às relações entre cultura e natureza, algumas situações são abordadas dentro da temática do campesinato e de estudos de comunidade, com produção prolífica nas décadas de 50 e 60. No livro “Tradição esquecida”, de Luiz Carlos Jackson (2002), pode-se averiguar algumas das raízes e da influência desta linha temática para a compreensão do mundo rural brasileiro a partir da obra seminal “Os parceiros do Rio Bonito”<sup>30</sup> de Antonio Candido (1987). Segundo aquele autor, os estudos de Robert Redfield na Península do Yucatán, no México caracterizando a “folk society” e a existência de uma “folk culture” teriam sido o marco teórico inicial para a obra “Os parceiros do Rio Bonito”. Antonio Candido resgata, ainda, a idéia presente na obra “Os Sertões” de Euclides da Cunha, sobre a existência de dois “brasis”, um no litoral e outra no interior, caracterizado principalmente pelo isolamento. A partir dessa tese, coloca-se a existência relativamente autônoma, embora ameaçada, de uma civilização rústica, constituída ao longo do processo de colonização, nos interstícios da sociedade colonial brasileira, centralizada no latifúndio agro-exportador. Nesse contexto, Antonio Candido (1987) estuda as formas de subsistência do caipira paulista, elucida toda uma lógica de sobrevivência destas populações baseada nos “mínimos vitais e sociais”, perpassando neste estudo sociológico sobre o campesinato brasileiro, a preocupação com os aspectos propriamente culturais. Essa vertente de abordagem, no entanto, na época da publicação da obra, não apresenta grandes ecos, principalmente porque as inquietações da intelectualidade da época voltavam-se para uma compreensão do processo de formação da sociedade capitalista no Brasil, portanto, das relações do campesinato numa sociedade num enfoque mais amplo e, sobretudo, com as razões do atraso econômico brasileiro. A importância dessa obra está exatamente em trazer a luz:

o sentido de uma cultura e de um grupo social até então ignorado como presença e história da sociedade e de um modo de conhecê-lo que, sem abrir mão do rigor

---

<sup>30</sup> Trabalho foi desenvolvido entre 1948-54, e publicado pela primeira vez em 1964.

acadêmico, se compromete bem mais com o sentido do que quer conhecer do que com os cânones teóricos e metodológicos do momento (Paoli, 2002, capa)

Em Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), a abordagem proposta por Antonio Candido é retomada, aprofundando o conhecimento sobre os bairros rurais, segundo Candido (1987), a unidade mínima da estrutura social destes grupos. No trabalho, estudando os bairros paulistas a autora aborda a percepção de espaço entre sítios tradicionais de São Paulo, sua condição de existência, sua organização interna e as relações com a sociedade abrangente, sendo, este último ponto, um ponto crucial para a própria definição destes grupos. A maioria dos clássicos que tratam sobre campesinato, sublinha essa característica.

Obras posteriores tratam do campesinato sob outros enfoques, das quais destacamos as seguintes por sua importância na condução do presente trabalho: Woortmann e Woortmann (1997) desenvolvem uma etnografia sobre o camponês e as lógicas subjacentes ao seu trabalho na terra. Maria Christina Amorozo (1996) elucida a lógica de manejo de uma lavoura camponesa em Santo Antônio do Leverger, Mato Grosso. Já Carlos Rodrigues Brandão (1999), sob a forma de um diário de campo, tece uma narrativa onde aborda as relações entre a natureza e o homem do campo. Emilia Pietrafesa de Godói (1999), em um trabalho ambientado no sertão do Piauí, busca a conexão entre memória e a posse da terra deste grupo. Todos esses, ao estudarem o homem do campo, abordam em alguma medida, a relação com a natureza.

Por outro lado, identificado com uma abordagem que tende para o campo das Ciências Biológicas, o tema das relações entre homem e natureza tem se centrado em trabalhos sob a temática do uso dos recursos naturais e seus manejos, orientados por uma ótica conservacionista. Nesta perspectiva encontramos uma série de trabalhos abordando o extrativismo. São trabalhos cuja discussão tem recaído sobre as reservas extrativistas do Acre (Posey, 1992, Kainer e Duryea, 1992), o que tem gerado uma série de discussões em torno da sustentabilidade<sup>31</sup> desta atividade (Browder, 1992, Homma, 1993). Paralelamente à emergência da discussão sobre a sustentabilidade das reservas extrativistas, outras formas de extrativismo passaram a ser objeto de estudo, como os coletores de babaçu (Anderson *et al*, 1991, Shiraishi Neto, 1997), uma palmeira da qual se extrai óleo, além da fibra para artesanato, castanha (Maybury-Lewis, 1997), cipós (Durigam, 1998) entre outros.

---

<sup>31</sup> Conceito bastante disseminado nos meios preservacionistas, mas de difícil definição, alvo de controvérsias, leva em consideração a noção de uma habilidade dos sistemas manterem sua estabilidade frente a distúrbios ou submetidos a stress.

No que concerne o extrativismo, segundo Emilio Moran (1994) “diz respeito ao sistema de manejo baseado na exploração periódica de recursos naturais renováveis”. Sob esse ponto de vista, são crescentes os trabalhos que reconhecem os extrativistas como grupos com uma forma peculiar de relação com o seu meio, originando estudos na área de ecologia e manejo dos recursos naturais, mas também fomentando a busca do reconhecimento do direito destas populações permanecerem em seu meio, utilizando estes recursos, partindo do ponto de vista de que desenvolveram uma forma de interagir com o seu meio não exaurindo os recursos naturais. Tais estudos, inspirados, principalmente, nas populações amazônicas, estabelecem uma clara distinção entre um *ethos* extrativista e um colono, representado pelos colonizadores oriundos de outras regiões, sobretudo Sul e Sudeste, como demonstra o trabalho efetuado por Carlos Correa Teixeira (1999), em Rondônia. O autor observou o contraste entre o extrativista e o colono, principalmente, em relação ao posicionamento diante da natureza.

Junto com a discussão da sustentabilidade, emerge o conflito entre a necessidade de preservação e a sobrevivência das populações que retiram os recursos da natureza. Deste conflito, surgem questões que se referem à própria caracterização destas populações e a relação que estabelecem com o meio.

Ancorado nas etnociências, surgem áreas como a Etnoecologia e a Etnobiologia que buscam desenvolver pesquisas visando legitimar os conhecimentos dessas populações que em seu conjunto, são designadas como tradicionais, demonstrando paralelos entre os conhecimentos desses grupos e a própria Ciência. Esses trabalhos tentam elucidar a lógica subjacente aos conhecimentos empíricos dessas comunidades, tal como na ciência do concreto de Lévi-Strauss (1989). Um marco importante, dentro dessa linha de abordagem, é o primeiro volume da Suma Etnológica Brasileira intitulada Etnobiologia, organizado por Berta Ribeiro, em 1987, com a contribuição de autores como Warwick Kerr, Elaine Elisabetsky, Claude Lévi-Strauss, Darrel Posey entre outros, versando sobre Etnoecologia, Etnofarmacologia, Etnobotânica, Etnoecologia.

Diegues e Arruda (2001), fazendo uma consulta aos bancos de dados e acervos de instituições de pesquisa e universidades de todo o Brasil, sobre trabalhos que versavam dentro da temática populações tradicionais (indígenas e não-indígenas) e biodiversidade, encontrou um total de 868 referências. Dessas, é interessante observar que quase 80 % dos trabalhos analisados, estão concentrados nos últimos 20 anos. Considerando a proporção de trabalhos no contraste entre grupos indígenas e não-indígena, enquanto até 1990, apresentava-se um maior número de estudos que versavam sobre indígenas, após esta data, tal proporção se inverte. A partir desses dados, os autores constatarem o “crescente interesse pelo tema

biodiversidade...”, assim como, “o surgimento de uma preocupação acadêmica acerca da importância do conhecimento tradicional” (Diegues e Arruda, 2001, p. 66). Nesse trabalho, além de evidenciar na abordagem desses grupos a questão da conservação, observa-se a adoção de um conceito amplo que engloba grande número de grupos que apresentariam uma interação com a natureza e, sobretudo com o manejo de recursos naturais.

Dentro dessa mesma perspectiva, Paul Little atrela a discussão entre populações tradicionais e sustentabilidade a partir do conceito de território entendido como uma construção resultante do “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar” com determinada parcela do ambiente físico (Little, 2002, p. 3).

A partir desses elementos, com o novo direcionamento mundial de crescente preocupação ambiental, veicula-se a possibilidade da reivindicação de alguns direitos fundamentais a esses grupos.

O principal argumento para a reivindicação dos direitos desses grupos relaciona-se a sua sobrevivência ligada ao uso dos recursos naturais. Essa é uma noção de fundo, tanto para os grupos colocados dentro da categoria camponato, como para as populações categorizadas como tradicionais (conforme Diegues), ou seja, dependem diretamente do meio em que vivem.

Remetendo ao universo empírico do presente trabalho, a pergunta com a qual se contrargumenta às determinações de proibição da legislação ambiental, de forma genérica poderia ser “o que é que vamos comer se não nos deixam mais plantar nem tirar samambaia”<sup>32</sup>. Ou seja, remetem as relações entre homem e seu meio e refletem-se nas atividades produtivas desses grupos. Nesse sentido, optou-se por focar o universo produtivo, estabelecendo a noção de comunidade de trabalho como delimitadora desse grupo, conforme abordado por Cornelia Eckert (1993) e, posteriormente, presente nos trabalhos de Gianpaolo Adomilli (2003) e Marta Ciocari (2004). Nesses são enfocados a constituição de uma memória e identidade social dos mineiros de carvão (Eckert, Ciocari) e de pescadores artesanais (Adomilli), a partir de suas representações e práticas sociais. Ancorado-se neste conceito, busca-se, da mesma forma, “compreender a maneira própria dos personagens em questão cartografarem o seu mundo de pertencimento social e de recortar as fronteiras culturais em relação ao mundo do trabalho” (Eckert, 1993, p. 10). Ao abordar o mundo do trabalho ligado ao extrativismo, encontramos os valores desse grupo, e na decomposição de suas práticas a

---

<sup>32</sup> Para postular tal argumentação, baseio-me nas observações e na participação em algumas reuniões realizadas no Município de Maquiné, que versavam sobre a problemática ambiental, destacando-se os I e II Encontro da Samambaia-preta, realizados entre 2002 e 2003.

forma como concebem a sua relação com o meio (ordenam o mundo) e acima de tudo como vão constituindo uma temporalidade que lhes permita a permanência diante das mudanças e intimações, temporalidade construída no discurso através de suas histórias de vida, contadas em diferentes momentos para o pesquisador e nas suas práticas cotidianas e nos acontecimentos compreendidos no tempo dessa tese que permitem compreender a forma e as estratégias através das quais esse tempo é constituído permitindo a reprodução social deste grupo e a constituição de sua identidade social.

### **1.8. ANAMA, uma organização não-governamental e uma certa forma de intermediação**

O contato inicial com o tema do extrativismo de samambaia-preta e o grupo abordado foi por intermédio da organização não-governamental ANAMA, Ação Nascente Maquiné. A criação dessa ONG ocorreu através de uma série de tentativas de projetos e trabalhos por parte de um grupo de estudantes ligados a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, integrando perspectivas disciplinares distintas. Esse grupo elaborou em 1996, o projeto “Populações indígenas e tradicionais na Encosta Atlântica do Rio Grande do Sul”, integrando estudantes de agronomia, de antropologia, de botânica, de ecologia, de farmacologia e de zoologia. Para a elaboração desse projeto concorreram: a então recente retomada das atividades do Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT), ligado ao Departamento de Antropologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); a movimentação de estudantes de biologia e agronomia em torno da Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia (SBEE); e o interesse de diversos pesquisadores cujas pesquisas gravitavam em torno da interface homem-natureza. Embora esse projeto de pesquisa não tenha obtido o apoio financeiro de nenhum órgão de fomento à pesquisa, permaneceu a idéia embrionária de um trabalho nessa área de Mata Atlântica, com a aproximação de diferentes perspectivas disciplinares. Motivados por essa trajetória e aglutinando perspectivas individuais de trabalhar afastado dos centros urbanos e de construção de uma via alternativa ao modelo econômico e a forma de construção de conhecimento acadêmico, em setembro de 1997, ocorre a criação dessa organização não-governamental. Essas perspectivas individuais relacionam-se a uma certa insatisfação com o contexto de limites disciplinares e, sobretudo, do distanciamento entre universidade e sociedade.

Entre as finalidades da Anama estão a promoção de “ações que contribuam para a preservação e conservação da Reserva da Biosfera”, através da “interação com a comunidade

local, buscando apoio mútuo, intercâmbio de experiências, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável da região” (estatuto da Anama, 1997, p. 4). O grupo é constituído por estudantes e profissionais da agronomia, da antropologia, da arquitetura, das artes, da biologia, das ciências sociais, da engenharia florestal, da geografia, da geologia, do jornalismo, da pedagogia, do turismo. Todos esses ligados aos diferentes sub-projetos que, além dos sócios, envolvem pessoas não ligadas à organização, mas que possuem interesse em desenvolver trabalhos em Maquiné. Suas ações envolvem parcerias com instituições de ensino e pesquisa, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Fundação de Pesquisa Agropecuária do RS (Fepagro); instituições governamentais como Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Prefeitura Municipal; e movimentos sociais organizados como Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). A ênfase na ação pode ter diferentes conotações, sendo uma delas a que se refere, do ponto de vista de uma filosofia e metodologia da organização, o fato de estar “em construção”.

No processo de formação da entidade, as questões iniciais centraram-se na constituição de uma identidade cuja dificuldade residia, exatamente, na obtenção de coesão de um grupo de composição tão diversificada. Ao longo de sete/oito anos o grupo de pesquisadores da Anama vem tentando identificar e intervir em problemáticas locais, buscando soluções que aliem pesquisa à resolução de uma demanda local. Essa mediação tem se constituído em um de seus principais papéis no contexto social. O trabalho abordando o extrativismo da samambaia-preta constitui-se num sub-projeto da Anama, juntamente com outros seis campos de atuação: Educação Ambiental, Patrimônio Histórico, Agrofloresta, Qualidade das águas e Ecoturismo. Cada grupo trabalha sobre uma problemática específica, a partir da qual são abordados temas ligados ao desenvolvimento sustentável da Região. Esses sub-projetos são mantidos via recursos obtidos de diferentes agências de fomento à pesquisa e à extensão comunitária e da ação voluntária de seus integrantes, embora o voluntariado não seja o objetivo do grupo. Tais fatos espelham um pouco do contexto de crescente participação da sociedade civil, principalmente na forma de organizações não-governamentais, pautado por projetos sociais.

Apresenta-se também como referência para a atuação desse grupo a adesão à idéia de Reserva da Biosfera, ou seja, uma visão globalizada de funcionamento e intervenção no ambiente natural, a qual reflete a concepção hegemônica de gestão dos recursos naturais, proposta pelos organismos mundiais. Cabe lembrar que, para essa adesão, concorre o fato de haver previsão de recursos mundiais para a realização de trabalhos de pesquisa e intervenção nessas áreas, consideradas prioritárias para a conservação. No entanto, ao mesmo tempo em

que se ancoram no conceito de Reserva da Biosfera, gestam, pela própria atuação local, críticas aos principais ordenamentos impostos por essas estratégias globais. Isso gera a necessidade de, constantemente, reavaliar posicionamentos e atitudes, resultando em dúvidas e freqüentes atritos entre os membros.

Nesse contexto, ao mesmo tempo em que são efetuadas as ações dentro da ONG, cada um dos integrantes têm conduzido projetos de pesquisa particulares, tal como é o caso da presente tese. Essa situação está bastante clara para a ONG, pois tem sido uma das dinâmicas mantenedoras das atividades da organização: o vínculo com algum projeto de pesquisa acadêmico. No entanto, diante da comunidade, é sempre uma delimitação difusa. A própria imagem de uma pesquisa, “um estudo”, com as suas diferentes etapas delimitadas e objetivos restritos, tem sido, ao longo do tempo, re-questionado pelos moradores do local. Apesar desse tempo de convívio e do reconhecimento da legitimidade da ação em alguns campos, há uma clara demarcação entre a ONG e a comunidade. Para os moradores de Maquiné, a Anama e seus integrantes são identificados como os “de fora”. As discussões locais, os conflitos que freqüentemente surgem estão sempre a re-colocar essa condição. Sobrevêm, aqui, as restrições entre estabelecidos e outsiders, proposta por Norbert Elias e John Scotson (2000). A categorização “de fora”, faz-se sentir em rodas informais onde freqüentemente ouve-se a expressão “vocês de fora”. Da mesma forma, quando há algum novo morador referem-se àquele fulano que veio de fora e, de forma mais aguda, em momentos de disputa. A exemplo disso, o caso de uma das integrantes da Anama que foi morar em Maquiné e trabalhar como professora. Essa candidatou-se à direção do colégio e nas campanhas da candidata opositora, era corrente a menção, no discurso, o pertencimento local acionado por expressões como “a gente, aqui da terra”.

Ainda de modo a termos matizes dessa delimitação e conseqüente restrição, encontramos uma situação interessante na sobreposição de funções de alguns integrantes onde ora são ativistas, ora são pesquisadores e, sobretudo, quando assumem algum cargo público, como foi o caso de um dos membros que assumiu o cargo de Diretor da Reserva Biológica Estadual da Serra Geral, a principal unidade de conservação da região. Nesse caso, entre os seus encargos de Diretor, além de administrar a Reserva Biológica propriamente dita, ainda era responsável por licenciar o corte de capoeira (permitido, sob determinadas condições, desde que com a devida vistoria), verificar denúncias de algum delito ambiental e fiscalizá-lo. Sobretudo, nessa última função, havia um conflito muito grande. Mais interessante nesse caso é que, além de assumir esse cargo e ser ativista da Anama, ainda pertencia a uma tradicional família local. Essa sobreposição permite visualizar um pouco dos jogos de identidades entre

Anama e comunidade local, e também dentro da entidade. Inicialmente, somos levados a imaginar diante, desse quadro, que o fato de pertencer a uma família do local seria um facilitador em suas ações. No entanto, o que se verifica é que esse fato gera sentimentos ambíguos entre os moradores. Há um duplo sentimento, o de proximidade, pelo fato de terem um passado em comum, freqüentemente os moradores referem-se ao diretor como se fossem velhos conhecidos, com aquela típica camaradagem de quando estamos em algum local estranho e encontramos um conhecido em comum: “Sim, sei quem é, ... é dos Perotto...”. Poré, paradoxalmente, por essa familiaridade, observam-se declarações e manifestações que demonstram uma profunda revolta e incompreensão diante das atitudes assumidas como Diretor, apesar de mostrar-se um fiscalizador aberto ao diálogo e à negociação. Inúmeros sentimentos poderiam estar gerando tal reação, mas parece prevalecer algo como um sentimento de traição, relativo a alguém que “passou para o outro lado”.

Essa superposição de papéis gerou outra ordem de conflitos e re-ordenamentos de identidades sociais dentro da ONG: ser um fiscalizador era incompatível com o ativismo dentro da entidade. ANAMA, SEMA, IBAMA são siglas, sem dúvida, parecidas que, para os olhares dos moradores locais, não havia diferença. Essa situação acima colocada contribuía, sobremaneira, para essa confusão, a tal ponto que foi solicitado a esse integrante o afastamento da Anama, enquanto estivesse assumindo o cargo de Diretor da Reserva Biológica. Esse conflito revelou uma das facetas de atuação dos integrantes da Anama, principalmente no que se refere aos delitos ambientais. O convívio com a comunidade confrontava cada integrante com inúmeras situações e questionamentos relacionados às interdições legais do ponto de vista ambiental, como as queimadas, a caça e o corte de samambaia. Como agir diante de tais situações? Em questionamentos dessa natureza e, sobretudo, no confronto e convivência local, reside um dos grandes dilemas desses ativistas: num primeiro momento, o fato de se confrontar com concepções diversas diante da questão ambiental e, num segundo momento, como se posicionar e agir. Tais atitudes possuem uma gradação de respostas, sendo que cada caso apresentava as suas peculiaridades. Mas como estabelecer regras gerais para o grupo? Uma questão referia-se às denúncias. Denunciar era um caso extremo e enquanto entidade, nunca houve tal atitude. No entanto, tais situações sempre geraram polêmicas internas, como até que ponto deve-se e pode-se tolerar algo que consideram “errado”. E, apesar desse cuidado, havia, por parte dos moradores locais, sempre uma desconfiança subliminar de que, determinadas denúncias haviam sido gestadas pela Entidade.



Uma das formas de se subtrair desse dilema residia no desenvolvimento da pesquisa, que além de tirar o peso desse ativismo, permitia ancoramento na própria Ciência. Esta via era acioanda em situações reivindicatórias como é a luta pela legalização do extrativismo ou a obtenção de recursos para ações locais através de projetos com conotação ambiental e, apesar das situações de confronto, permite o acionamento de um princípio de reciprocidade e cumplicidade entre ONG e comunidade. Uma das lutas dos integrantes da ONG constitui-se, em meio a essa indefinição de papéis sociais dentro da comunidade, no reconhecimento por suas peculiaridades enquanto ONG, desenvolvendo atividades específicas, com destacada importância para comunidade.

### **1.9. A parte, o todo e a mediação**

O que se apresenta nesse contexto é uma rede complexa de interesses e motivações, focalizados em torno da temática ambiental e, no caso desse estudo, mais especificamente, a questão da samambaia-preta. Tentar sua apreensão ou, como coloca Clifford Geertz, “ligar paisagens locais, cheias de detalhes e acidentes, com as topografias complexas em que se inserem” (Geertz, 2001, p. 193) requer uma capacidade não somente de apreender as esferas que se sobrepõem, mas perceber como essas esferas se interconetam e se comunicam. Trata-se de um exercício de vai-e-vem onde ora recorremos a generalizações, ora resgatamos as particularidades e originalidades locais. Assim, não se busca neste trabalho estabelecer as delimitações entre essas esferas, mas abordar, na questão entre local e o todo, as suas várias nuances. Como coloca Sydel Silverman (1977), na relação parte-todo está um dos problemas estratégicos nos estudos antropológicos de sociedades complexas.

Dentro desse entendimento, para a compreensão analítica da situação, resgata-se aqui um conceito bastante corrente nos estudos de comunidades, o de mediador, ou seja, o indivíduo ou o grupo que age como um elo entre sistemas sociais locais e nacionais e com determinadas. Esses estabelecem conexões entre diferentes esferas, com ações num sistema local e global e com determinadas hierarquias. Portanto são relações verticais. A pertinência do conceito tem ainda limites temporais, ou seja, a relação parte-todo, sendo dinâmica, está sujeita a alterações ao longo do tempo. Como alerta Silverman (1977), à pertinência da utilização desse conceito somente em situações definidas detalhadamente, ou seja, restrito a uma forma particular de relação entre parte e todo.

Assim, Maquiné, RS, encontra-se dentro da área reconhecida pela UNESCO como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, citada como uma das principais zonas de

biodiversidade<sup>33</sup> do Estado. A atividade extrativista da samambaia-preta em toda a região da Encosta Atlântica no Rio Grande do Sul é realizada em área florestal de preservação permanente, sendo considerada ilegal a comercialização de qualquer recurso natural oriundo desses locais. Contudo, um decreto de lei recente regulariza o “licenciamento para a coleta de produtos não madeiráveis, desde que a atividade não concorra para a eliminação da espécie ou comprometa a vegetação associada”<sup>34</sup>. Nesse sentido, devido a inexistência de dados, uma ONG propõe-se a preencher essa lacuna, através da realização de pesquisa.

Para essa situação, apresentam-se diferentes mediadores, ou seja, diferentes escalas de interação. Por exemplo, em termos da cadeia produtiva, a presença do transportador, pode ser caracterizada como uma atividade de mediação, visto que é o elo fundamental, a partir do qual é escoado o produto do extrativismo em direção aos grandes centros. Ao longo desse texto, verificar-se-ão outras pessoas/grupos que exercem esse papel, o que, de certa maneira, reforça a existência de um sistema parte-todo.

Como anteriormente colocado, a Anama é uma ONG criada há, aproximadamente, oito anos, congregando pessoas de diferentes formações acadêmicas, como uma forma de crítica à estrutura acadêmica a qual dificultava a realização de trabalhos aplicados e que buscavam retornos concretos aos grupos pesquisados. Na fundação dessa ONG encontraram uma forma de canalizar as ações de modo menos burocratizado e menos atrelado aos objetivos estritamente acadêmicos.

Através do conceito de mediação, confrontando a trajetória da ONG, verifica-se que há um sistema parte-todo que paira sobre essa situação, porém é difícil precisar quais limites. Uma primeira análise levaria a pensar que a ONG, muito mais como integrante/representante de um de uma perspectiva globalizada que está chegando ao local, em conformidade com uma certa ética ecológica ampla, veiculada via organismos internacionais, estatais, assim como os visitantes/turistas. No entanto, sua trajetória por ser incipiente no processo de integração à comunidade, o envolvimento com as problemáticas locais e as negociações a afastam do alinhamento a essa perspectiva ampla, na forma de uma postura relativista, atenta a uma ética particularista.

Um ponto que merece ser ressaltado é a busca de legitimidade dessa ONG na comunidade. Fica claro que essa se dá pelo estabelecimento de alianças com outros

---

<sup>33</sup> Variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; incluindo a diversidade dentro da espécie, entre espécies e de ecossistemas. Essa variabilidade é entendida como produto da própria natureza, sem intervenção humana. (Diegues e Arruda, 2001).

<sup>34</sup> Decreto de lei nº. 38355 de 01 de abril de 1998 – artigo 39.

mediadores de diferentes esferas, como é o caso da inserção inicial, através de algumas pessoas-chaves. Ao mesmo tempo em que estabelece distinções em relação a essas alianças. Significa também operar no fluxo da comunidade local, como por exemplo, no envolvimento em focos ou em conflitos pessoais que, uma vez resolvidos, no âmbito local, contribuem para cimentar uma certa legitimidade institucional. Coloca-se em evidência a concretude das relações cotidianas e da experiência, meio pela qual essa comunidade relaciona-se com o mundo. Até então, essa ética ecológica desse todo envolvente tinha como representante, a figura abstrata do IBAMA, alvo de muitas histórias e causos. Na verdade, o que se entende por mediação, compreende um conjunto de situações de interlocução, em diferentes escalas, que em seu todo, legitimam o papel do mediador.

Na interação com essa comunidade, alguns fatores concorrem para uma maior facilidade ou não. Nesse caso, cada integrante desse grupo estabelece relações pessoais de amizade e, que acabam por sua vez, reforçando essa situação de mediação da ONG. Qual é o perfil dessas pessoas que integram esse grupo que interage com a comunidade? Verificando as trajetórias dessas, constata-se que são pessoas ligadas a academia, sendo alguns de origem rural. Nesse processo, pensa-se, pois num resgate de um passado rural, re-atualizado pela condição de terem ingressado na academia. Essa condição configura-se num facilitador na interação com a comunidade. Apresentam também um longo tempo de trajetória comum e, em sua grande maioria, ligados às áreas biológicas e que buscam aproximações com atuações nas áreas de ciências humanas. Portanto são indivíduos que buscam o trânsito por diferentes perspectivas disciplinares. Por outro lado, como no caso da consecução dos financiamentos aos projetos, essa foi obtida dentro de uma conjuntura governamental favorável à discussão de tais conflitos, evidenciando antigas alianças fundadas em um passado acadêmico comum e simpatias político-partidárias, como facilitadoras.

O mediador, portanto, ora apresenta uma natureza híbrida, seja entre disciplinas ou entre rural e urbano, ou entre facções políticas; ora apresenta-se posicionado. Esse caráter duplo, certamente traz conflitos internos. Trata-se de um equilíbrio instável, constantemente sob questionamentos, gerando, em muitos momentos, situações de crise de identidade. Por exemplo, embora integrem essa ONG, no plano de atuação, encontram-se atrelados a uma pesquisa acadêmica na interface com outras instituições como as universidades. Dessa interação origina-se o material para as reflexões acadêmicas e desta forma, retornam ao seio da qual tentaram se afastar pela atuação na ONG. Assim, um outro nível de reflexões diz respeito a este aspecto ético, tão discutido no plano dos estudos antropológicos. Neste patamar, descobre-se, pois, que não mais existe a relação pesquisador-objeto, uma vez que o

nível de comprometimento do pesquisador aponta para além desses limites. Isso significa não somente pensar o lugar do pesquisador, mas também de buscar a linguagem que contemple essa amplitude e complexidade de situações.

Nos estudos recentes, considerando a eclosão de ONG's e suas estratégias de ação, coloca-se uma re-configuração no panorama contemporâneo regido pela ótica de um mundo globalizado, onde as ONG's apresentam-se entre os “novos agentes políticos e sociais diretos no campo da intervenção e da representação dos interesses dos grupos sociais marginalizados ou discriminados em seus direitos” (Steil, 2001, p. 15). Nessa situação, o próprio conceito de representação se modifica, passando de uma “relação orgânica entre mediador e sua base social”, para uma representação “que se funda sobre o reconhecimento de mediadores e porta-vozes que apresentam e formulam, de modo coerente, os anseios sociais dispersos”. (Steil, 2001, p. 15). Estudos como de Sophie Chevalier (2001) relatam que também em outros locais e contextos políticos diferenciados, as relações passam a ser intermediada por instituições fora da esfera governamental. Verifica-se hoje toda uma nova reconfiguração em termos de políticas públicas, com o envolvimento de novos segmentos, o restabelecimento de diretrizes diferenciadas e o clamor por uma maior participação.

Dentro desse panorama atual, cabem questionamentos sobre esses papéis assumidos por novos atores; sobre os interesses norteadores desses rumos; e sobre a própria qualidade dessas novas interações. Trata-se, pois de um fato ligado a uma conjuntura atual, gerando um processo de constantes mutações. Significa colocar que tais mediadores têm um contexto histórico que os favorecem, com isso retomando os termos colocados por Silverman (1977), para mediador, que são sempre configurações específicas de um sistema parte-todo e, portanto válidas se definido em detalhe.

Nessa perspectiva de análise, evidencia-se o envolvimento e a importância que a temática ambiental vem adquirindo nessas comunidades, por uma série de fatores geográficos e situacionais, o que favorece a aproximação e a intervenção de uma ONG, com contornos ambientalistas, nesse município. Distanciam-se da perspectiva proposta por Elias e Scotson (2000) de segregação entre os estabelecidos e “outsiders” e aproximam-se da perspectiva relacional colocada por Bourdieu (1996, 2000), com a configuração que se apresenta sob a forma de capitais sociais<sup>35</sup> diferenciados, portanto, não disputam o mesmo espaço social<sup>36</sup>,

---

<sup>35</sup> “O capital – que pode existir no estado objectivado, em forma de propriedades materiais, ou, no caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido – representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto de instrumentos de produção), logo sobre os mecanismos que contribuem para

tornando-se complementares. Nessa situação, cada agente social tem um papel específico dentro do campo social. Os integrantes da ONG acessam determinadas esferas sociais e conhecimentos aos quais os moradores locais tem contato bastante limitado, como por exemplo as informações atualizadas sobre a legislação ambiental e suas brechas para a atuação dos agricultores. Os conflitos e os atritos se dão quando passam a disputar o mesmo espaço social. Exemplo disso, o caso da integrantes da ONG que vindo morar em Maquiné, começa a disputar um mercado de trabalho local, geralmente em funções onde se exige formação em nível de terceiro grau, como professor, o que acaba diminuindo as possibilidades de trabalho dos moradores mais antigos.

Às reflexões diante dessa situação, é inevitável colocar em evidência a qualidade das relações de mediação. Cleyton Gerhardt (2002), buscando analisar processo de interferência da problemática ambiental no município de Maquiné, efetuou uma pesquisa junto aos agricultores familiares e seus mediadores sociais. Ao debruçar-se sobre os depoimentos desses mediadores, chama a atenção para esse novo tipo de mediador e, acima de tudo, que os temas relacionados à questão do meio ambiente possuem a capacidade de “se inserir e de desencadear novos processos sociais ‘por dentro’ das esferas do relacionamento humano”. No entanto, segundo este mesmo autor,

o mais significativo, é que esta dimensão transformadora ocorre “por fora” dos processos de institucionalização da problemática ambiental, ou seja, ela se concretiza quando colocada intersticialmente nas relações sociais que se processam entre agentes socialmente diferenciados, e não o contrário. E isto, obviamente, só será possível de ser feito mediante a criação de situações de contato e de troca (não só através dos mecanismos institucionais, mas, porque não, também a partir da construção de vínculos intersubjetivos) entre agentes sociais com trajetórias e com perspectivas mundo diferenciadas. (Gerhardt, 2003, p. 469)

E conclui seu trabalho afirmando que a introdução de políticas ambientais no Município, se mostrou

amplamente desigual (no que diz respeito à diversidade social destes espaços e as oportunidades disponíveis aos agentes), desestruturante (principalmente no que tange aos modos de vida existentes) e pouco “democrática” (havendo uma completa desconsideração dos conhecimentos e experiências dos agricultores em relação ao ambiente onde eles próprios vivem, trabalham, se divertem e, obviamente, retiram aquilo que garante sua reprodução social ao longo do tempo). (Gerhardt, 2003, p. 15)

---

assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre um conjunto de rendimentos e de ganhos.” (Bourdieu, 2000, p. 134)

<sup>36</sup> “O espaço social é constituído de tal modo que os agentes ou grupos são distribuídos em função de sua posição [...] de acordo com os princípios de diferenciação, ou seja o capital”. (Bourdieu, 1996, p. 19)

Diante de tais constatações, sobrevém a impressão de que há toda uma situação de deflagração do extrativismo da samambaia-preta como uma problemática ambiental, considerando as várias esferas e arenas argumentativas. No entanto, nos interstícios, perfilam indeterminações e imprecisões, como resíduos a serem resgatados e questionados. Dessa forma, a partir de tal problematização, tomando a etnografia como método de construção de conhecimento e de trocas sociais, por suas qualidades de reflexão e de auto-reflexão, buscou-se desenvolver uma pesquisa antropológica de inserção etnográfica na comunidade, a fim de conhecer e acompanhar o cotidiano dos moradores dos Fundos de Linha Solidão, um pequeno núcleo de pessoas, no tempo e espaço da experiência de pesquisa de doutoramento. Buscou-se, a partir deste lugar acadêmico que se misturou ao meu projeto de pesquisadora e ativista da Anama, acompanhar e registrar as práticas e saberes de homens e mulheres ligados à atividade extrativa da samambaia-preta e como essa é afetada pelas novas idéias gestadas e veiculadas dentro do campo ambiental.

**CAPITULO 2****Entre a Biologia e Antropologia, o contexto para a realização do trabalho**

---

Toda obra, por mais singela que seja, tem seu processo. Ao observar uma flor, lembramo-nos que, um dia, foi semente, depois broto e, apenas em função disso, pode se apresentar como flor. Igualmente, esse trabalho encerra um percurso, em parte, guiado por algumas regras e experiências acumuladas dentro do campo de conhecimento ao qual me propus a incursionar. Porém, influenciado por todas as contingências oferecidas pelo campo empírico e o que essas suscitam em termos reflexivos, colocam-se algumas situações e leituras que orientaram a concepção e escritura dessa tese, assim como as diversas facetas envolvidas nesse processo, de modo a propiciar algumas coordenadas metodológicas e conceituais que nortearam o trabalho como um todo.

## **2.1. A entrada nos Fundos da Solidão: embaraços de um processo de inserção no universo de pesquisa pela porta de uma ONG**

A realização dessa tese foi fruto do convívio com os moradores dos Fundos da Solidão, cujo contato inicial deu-se em 1998. O contexto de surgimento e de desenvolvimento desse trabalho, intermediado pela minha militância na ONG Anama, inserido dentro de um projeto de pesquisa aplicada, desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, acrescido às minhas diferentes identidades profissionais. Sendo esses elementos constituintes e essenciais a serem considerados, tanto do ponto de vista metodológico como analítico, pois a realização dessa tese traz em seu cerne, as dificuldades e complexidades desse encontro de perspectivas diversas. O limite entre tais perspectivas é bastante vago e, nesse capítulo, busco um ordenamento espaço-temporal, de modo a fornecer as etapas que conduziram a realização desse trabalho, suas potencialidades reflexivas e também seus limites.

Linha Solidão é um distrito do Município de Maquiné, localizada em um dos vales que constitui a bacia hidrográfica do Rio Maquiné. Nesse Distrito, apresentava-se um movimento integrado essencialmente por mulheres e disseminado em todo o Estado do Rio Grande do Sul e alguns municípios da Amazônia e Argentina, a Farmácia Caseira Comunitária. O grupo de Linha Solidão, iniciado em 1991, fora o primeiro e a partir desse, gradativamente foram sendo constituídos os demais. A organizadora desses grupos era conhecida como Rafinha, moradora da localidade, ex-freira e pedagoga que, em seus 60 anos de vida, sempre se mostrou ligada aos movimentos de amparo aos necessitados e, sobretudo, às mulheres. Em linhas gerais, pregava a idéia da saúde em seu conceito amplo de “harmonia do nosso Ser de dentro e fora de nós mesmos” segundo suas palavras. Aliava uma terapia com uso de plantas medicinais, com princípios de um convívio equilibrado com o meio ambiente, ressaltando o caráter sistêmico da relação homem-natureza. Ao mesmo tempo em que tinha um projeto político de “libertação da mulher do campo”. Esses princípios gerais estavam organizados na forma de um manual-guia para essas farmácias, denominado “Manual das Bruxinhas de Deus” (Rafinha *et al*, 1997), cujo título, remete a uma ambiência fantástica, que mistura elementos do catolicismo popular a figuras medievais<sup>37</sup>. Em 1998 (época das primeiras visitas a localidade), o grupo que encontramos na Linha Solidão, era constituído por onze mulheres, que se reuniam semanalmente, para preparar remédios à base de plantas. Esses eram distribuídos aos moradores da região, procurando, com isso, sanar os principais problemas locais de saúde. Diante das peculiaridades desse grupo, formou-se uma equipe de trabalho dentro da Anama

---

<sup>37</sup> A referência as bruxinhas, segundo explicações de Rafinha, baseava-se na queima às bruxas, mulheres condenadas por seu pensamento e atitudes libertárias e avançadas para sua época.



para acompanhá-las. Inicialmente, estabelecendo um diálogo entre os integrantes desse grupo e Rafinha e, posteriormente, passando-se a freqüentar às reuniões semanais. Essa equipe da Anama era constituída por oito pessoas (especificado no quadro 5), com diferentes formações e focos de abordagem que gravitavam em torno do tema da saúde e do uso de plantas medicinais.

<b>Participante</b>	<b>Formação acadêmica</b>	<b>Perspectiva de abordagem dentro da equipe</b>
Ângela Sperry	Acadêmica de Farmácia	Avaliação farmacotécnica e segurança
Gilsane von Poser	Farmacêutica	Avaliação farmacotécnica e segurança
Luciane Ouriques Ferreira	Antropóloga	Representações de saúde e cura
Simone Moro	Jornalista	Aprendizado das técnicas de manipulação
Gabriela Coelho de Souza	Bióloga	Etnobotânica e sustentabilidade
Rodrigo Gastal Magalhães	Bióloga	Etnobotânica e sustentabilidade
Rumi Regina Kubo	Bióloga	Etnobotânica e sustentabilidade
Simone Gutkoski	Veterinária	Recursos terapêuticos em atenção à saúde animal

Quadro 5 – Listagem dos integrantes da equipe de trabalho da ANAMA, que acompanhavam as atividades das Farmácias Caseiras Comunitárias de Linha Solidão.

O universo inicial de pesquisa desse grupo de acadêmicos era, portanto, as reuniões semanais deste grupo. Nessas reuniões, verificou-se que a grande parte dessas mulheres “tirava samambaia”. Diante das restrições legais a essa atividade, formou-se um segundo grupo de trabalho (quadro 6), constituído primordialmente por profissionais ligadas à biologia e à ecologia que elaboraram um projeto de pesquisa centrado no estudo da samambaia-preta.

<b>Participante</b>	<b>Formação acadêmica</b>	<b>Perspectiva de abordagem dentro da equipe</b>
Cláudia Luiz Schirmer	Bióloga/ Professora	Intermediação com a comunidade local
Cleonice Kazmirczak	Bióloga/ Ecologia	Estudo da biologia da samambaia-preta
Rosana Moreno Senna	Bióloga/ Botânica	Estudo dos aspectos ecológicos da samambaia-preta

Quadro 6 - Equipe de trabalho que elaborou o projeto de pesquisa sobre a biologia e ecologia da samambaia-preta.

Apesar desse rico universo empírico, as idas ao campo foram se tornando esparsas, devido ao fato de, até então, não haver nenhum suporte financeiro para realização das atividades, o que dificultava principalmente as idas até a Linha Solidão. Essa irregularidade, nas participações às reuniões, fazia com que as mulheres nos vissem como visitantes ocasionais e não como profissionais com potencial de prestarem algum auxílio ao trabalho das farmácias caseiras, como era o intuito, enquanto militante de uma ONG e pesquisadores. Além da dificuldade logística, a questão que se colocava era como atividades de natureza acadêmica poderiam se converter em trabalhos que fossem ao encontro dos interesses do grupo. Todas essas dificuldades e dúvidas geravam um sentimento de frustração, fruto da

própria inexperiência do grupo com trabalhos aplicados. Resolvemos então suspender as atividades junto às farmácias caseiras e não mais prosseguir com as saídas de campo, enquanto não houvesse condições mínimas para dar continuidade ao trabalho, com maior constância e, conseqüentemente, confiabilidade ao trabalho. As indagações que pautavam as discussões da ONG eram relacionados às formas de qualificar a inserção e a atuação na comunidade e às expectativas que a própria comunidade tinha em relação ao grupo. Também começávamos a compreender que não nos encaixávamos no perfil do “cientista”, que fica em seu laboratório testando as propriedades e extraindo as substâncias de determinada planta, que regia o imaginário local em relação ao pesquisador de universidade.

No ano de 2000, ocorreu uma aproximação das perspectivas de abordagem das duas equipes de trabalho anteriormente citadas, resultando na elaboração de um projeto de pesquisa e intervenção centrado no universo dos coletores de samambaia-preta dos Fundos da Solidão, setor da Linha Solidão que reunia vários coletores de samambaia. Há assim uma redefinição de foco, migrando de uma abordagem tendo como objeto as farmácias caseiras, para centrar-se no extrativismo da samambaia-preta, passando o Projeto a denominar-se Samambaia-preta. Para a execução desse projeto, firmou-se uma parceria institucional da ONG Anama com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR).

Tendo esse projeto em mãos, buscaram-se parceiros para o financiamento, o que foi obtido junto a dois órgãos ligados ao governo estadual. O projeto foi desmembrado em dois formatos, complementares em sua abordagem, com os títulos “Samambaia-preta: avaliação e diversificação na busca de um desenvolvimento sustentável no Município da Maquiné, RS”, com apoio do Fundo de Desenvolvimento Florestal (Fundeflor), ligado a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e “Avaliação etnobiológica e sócio-econômica da samambaia-preta (*Rumohra adiantiformis* (G. Forest.) Ching) na região da Encosta Atlântica do Estado”, com apoio do Programa RS – Rural ligado a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do RS. Houve ainda o apoio a algumas atividades específicas da Casa do Artesão, ligada à Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, da Prefeitura Municipal de Maquiné e da ONG Alternativa.

Em 2001, iniciam-se as atividades referentes a esses projetos, centrando-se na localidade dos Fundos da Solidão, último núcleo humano do Distrito de Linha Solidão, um fundo de vale propriamente dito, para onde Rafinha tinha se mudado em 1999. A execução do projeto estava a cargo de profissionais e de estudantes de diferentes áreas do conhecimento, com variados níveis de envolvimento (Quadro 7), inclusive, alguns que nunca foram ao

campo. Algumas atividades contaram com a ajuda dos moradores, não somente como informantes, mas também como executores das atividades de avaliação e de medição de samambaia. O projeto abrangia os seguintes estudos ou atividades:

- A) estudo da ecologia e biologia da espécie *Rumohra adiantiformis*, a samambaia-preta;
- B) levantamento etnoecológico dos manejos tradicionais da região associados a essa planta;
- C) caracterização dos sistemas produtivos ligados ao extrativismo;
- D) caracterização dos sistemas agrários da região;
- E) estudo da cadeia produtiva da samambaia;
- F) busca de alternativas de renda para a atividade;
- G) caracterização sócio-econômica e histórica dos extrativistas dos Fundos da Solidão.

<b>Participante</b>	<b>Formação acadêmica</b>	<b>Função dentro da equipe (estudo ou atividade ao qual estava ligado*)</b>
Ana Cristina Brandão Dourado	Pedagogia	Executora. (A, E, F, G)
Ana Paula Schulte Haas	Acadêmica de Farmácia	Pesquisadora. (F)
Antônio Augusto Ungaretti Marques	Engenheiro Florestal	Consultor. (B)
Cláudia Luiz Schirmer	Bióloga, Msc. Ecologia	Executora. (A)
Cleonice Kazmirczak	Bióloga, Msc. Botânica	Coordenador de área. (A)
Cleyton Gerhardt	Engenheiro Agrônomo, Msc. Desenvolvimento Florestal	Pesquisador. (D, G)
Elaine Elisabethsky	Biomédica, Dr. em Bioquímica/ Etnobotânica/ Etnofarmacologia	Consultora. (F)
Erica Goulart	Acadêmica de História	Pesquisadora. (G)
Fabiana Silva	Bióloga	Pesquisadora. (F)
Gabriela Peixoto Coelho de Souza	Bióloga, Doutoranda em Botânica	Coordenadora geral
Jair Kray	Acadêmico de Biologia	Pesquisador. (A)
João Batista de Almeida Sobrinho	Historiador	Pesquisador. (G)
Leonardo Alonso Guimarães	Engenheiro Agrônomo	Pesquisador. (A, B, C, D, E)
Lourdes Maria Prado Duarte (Rafinha)	Pedagoga e Teóloga	Consultor. (F)
Lovois de Andrade Miguel	Engenheiro Agrônomo, Dr. em Agronomia	Coordenador de área. (C, D, E, G)
Luciane Ribeiro Correa	Acadêmica de Biologia	Pesquisadora. (A)
Marcelo Marin Farias	Acadêmico de História	Pesquisador. (A, G)
Paola Masiero	Acadêmica de História	Pesquisadora. (G)
Paulo Kageyama	Engenheiro Florestal, Dr. em Genética	Consultor. (A)
Rafael Perez Ribas	Acadêmico de Ciências Econômicas	Pesquisador. (E)
Rodrigo Gastal Magalhães	Biólogo, Msc. Botânica	Pesquisador. (A, B)
Rosana Moreno Senna	Bióloga, Msc. Botânica	Consultor. (A)
Rumi Regina Kubo	Bióloga, Doutoranda em Antropologia	Coordenadora geral
Tânia Inês Serafini	Acadêmica de Comunicação Social	Pesquisadora. (A, B, G)

(\*) letras correspondentes aos itens do texto anterior

Quadro 7 - Equipe de trabalho do Projeto Samambaia-preta, com respectiva formação profissional e identificação da função dentro do projeto.

Pelo fato de, como pesquisadores, alojarmos-nos na casa da Rafinha, claramente já estávamos fadados a alguns estigmas aos olhos dos moradores da localidade. Rafinha era uma mulher descasada, morava sozinha e estava sempre recebendo visitantes, seja para fazerem consultas sobre os remédios caseiros, seja para lazer. Algumas pessoas ficavam uma temporada morando com Rafinha. Esses eram os “cabeludos”, “maconheiros”, que “tomavam banho pelados no rio”, segundo as definições dos moradores locais. Ao mesmo tempo em que Rafinha tinha contato com toda esta “gente de fora”, era uma pessoa que ajudava os moradores do local, mantendo uma prática religiosa católica uma vez que fora freira e suas ações continuavam pautadas nos preceitos católicos.

Aos poucos, alguns integrantes da equipe começaram a visitar as casas, falando do projeto e efetuando algumas entrevistas. Buscando aproximação àquelas pessoas mais familiarizadas com Rafinha, como Margarida e a família de seu Lidorino. Começamos a freqüentar algumas festinhas familiares, prestando pequenos favores à comunidade tais como: carona e compra de alguma mercadoria em Porto Alegre. Porém, falar do projeto, da pesquisa, da universidade, da ONG... era bastante vago, pois cada questionamento ocasional, que versavam sobre o trabalho, o nosso cotidiano, as nossas razões de estarmos ali... constatávamos que, estávamos muito longe de nos fazermos entender. Eram questionamentos correntes:

- Mas o que vocês querem saber? Se é sobre a samambaia, não é a gente que vai acabar com a samambaia, é o mato que vai terminando com ela.
- Tinha que fazer um trabalho pra descobrir como é que a gente vai conseguir sobreviver, sem poder botar roça e tirar samambaia.
- Querem que a gente plante em árvore?
- Mas o que é que vocês querem com isso tudo?

Situações inusitadas eram associadas às fofocas. Um desses episódios foi com Gabriela, integrante do grupo de pesquisadores. Num fim de semana, quando visitava uma das casas, essa ficara sabendo que tinham nos chamado de “maconheiros” e “bando de prostitutas”. Gabriela, muito abalada, relatou o episódio a Rafinha, que tomando as dores de Gabriela, foi tirar satisfações de Marta, a qual supostamente teria espalhado tal fofoca. Criou-se uma cisão entre as duas. Frente a tal situação, o grupo refletiu sobre o acontecido e resolveu esclarecer os fatos com Marta. Fomos, Gabriela e eu, conversar com Marta, colocando o fato e a fonte dos constrangimentos. Essa nos colocou que em uma conversa informal, “final de tarde, tomando chimarrão, só os de casa”, teriam comentado “alguma coisa a respeito”, portanto ela não estava negando o comentário. No entanto, “não era sobre vocês”, dando a entender que entre os que freqüentavam a casa de Rafinha, ela estabelecia diferenças

entre nós pesquisadores e outros moradores ocasionais. Dizia-se por isso, “chateada” com pessoas que “tinham espalhado essa fofoca”, ou seja, teriam levado para círculos exteriores determinados comentários ou assuntos, que considerava, restrito aos círculos pessoal e familiar. O mais engraçado é que neste momento, pela estrada passaram dois amigos nossos “cabeludos”, que nos cumprimentaram e que embora não fizessem parte do grupo de trabalho, eram integrantes da Anama. Nem olhei para Gabriela, porque sentia que tivemos sensação similar: sem dúvida eram pessoas exóticas para qualquer padrão local. Neste momento, sobreveio a situação de estranhamento a que essas pessoas eram confrontadas. Sem falar em minha própria aparência oriental, muitas vezes associada a “índios”, ou então originando comentários admirados como “Ah, tu fala direitinho a nossa língua...”

Esse episódio contém alguns elementos importantes para começarmos a compreender esse grupo. Alertou-nos para esse círculo de conversas e julgamentos (um círculo restrito e familiar, na qual correm os comentários sobre nossa presença, mas que dificilmente chegam a nossos ouvidos) e a clara cisão que havia entre os moradores locais e Rafinha e o grande esforço do grupo de pesquisadores em estabelecer as diferenças em relação ao círculo de Rafinha. Como propositores do Projeto Samambaia-preta, fazíamos reuniões para esclarecermos sobre o nosso projeto, apesar das participações serem esparsas e constituídas por uma pequena parcela da comunidade - nada muito alentador. Foi o momento de formular alguns questionamentos: quais os grupos que pertencem à comunidade, quem são os “de fora” e como tais elementos são caracterizados, em que medida há um discernimento entre os vários elementos “de fora”, como cada grupo ou um morador local se relaciona conosco, que tipo de alianças estavam se operando, qual a base de tais alianças... questionamentos similares aos colocados anteriormente sobre a ANAMA, mas aqui, estávamos a elaborar os elementos para a avaliação da “qualidade de mediação”.

Uma prática que aqui se faz presente e que nas inúmeras idas e vindas, verificou-se que era uma prática corrente (cada nova vinda a Solidão, havia um boato ou fofoca diferente). Segundo Elias e Scotson (2000), essa prática, seja ela depreciativa ou elogiosa, tem como função fundamental a coesão do grupo: um centro de intrigas, no sentido de manter vivo o sistema de comunicação e reatualização do interesse dos comunitários pelos assuntos de sua comunidade. Nesse sentido, esses autores, num estudo comparativo entre dois grupamentos humanos, um mais antigo e coeso, outro mais recente e mais frouxamente organizado, verificaram uma correlação entre a estrutura da fofoca e do grupo que a circula, na medida que quanto mais coeso é o grupo, há maior circulação da fofoca entre as famílias e associações. Além disso, um outro aspecto importante para análise dessa prática social refere-

se a distinção entre os dois pólos: aqueles que a circulam e aqueles sobre quem ela é circulada. Há nessa polarização a identificação de um quadro de referências entre a “situação e a estrutura de dois grupos e a relação que mantêm entre si” (Elias e Scotson, 2000, p. 130). Disso tudo, ficava claro que se tratava de um grupo com claras fronteiras entre os de dentro e fora e a manutenção dessas fronteiras verificava-se em situações de conflito, fofocas, comentários, piadas - práticas e categorias que denotam os modos de regulação social do grupo. A nossa inserção somou-se a outras situações de cisão e contraste já estabelecidas, como é o caso de Rafinha. Diante disso, um elemento importante tanto para a pesquisa do projeto Samambaia-preta, como para minha pesquisa particular, era essa figura, de um grupo, sob constantes contatos e pressões diante do novo - [diria até] o novo manifesto em suas formas extremas – e como esse novo é re-acomodado ao cotidiano do grupo.

Essas conclusões conduziam a compreensão de que, embora a problemática estivesse centrada na atividade de extrativismo da samambaia-preta e, portanto, nas condições de reprodução econômica desse grupo, havia a necessidade de uma abordagem abrangente atenta à reprodução de outras relações, como as formas como se constroem relações de reciprocidade e confiança, as alianças internas; quesitos fundamentais para compreender esse grupo e as condições para sua reprodutibilidade social.

## **2.2. O novo lugar “político” e a experiência compartilhada: a inserção etnográfica a partir da academia antropológica**

Nesse contexto, a partir da constatação da importância de abordar aspectos como as relações pessoais e como essas se fazem importantes no tecido social e nas relações entre o local e o global, surge a proposta de, aproveitando o meu envolvimento com o projeto e o interesse em desenvolver uma tese de doutorado, buscar uma abordagem antropológica. Dessa forma, apesar de terem sido considerados dados coletados anteriormente, é apenas em março de 2001 que se estabelece o estudo dos moradores dos Fundos como objeto de um estudo antropológico, sendo o recorte definido ao longo do contato com o grupo.

Uma das questões que permanecia em aberto em relação a esse grupo, considerando também as situações de contato e de conflito vivenciados dentro do projeto Samambaia-preta, dizia respeito à discussão sobre a tradicionalidade da atividade. Essa questão foi tomada como pano de fundo dentro dos debates sobre sustentabilidade não somente no meio acadêmico, mas, sobretudo, nos círculos preservacionistas, principalmente, após a constituição de 1988 e a instauração de reservas extrativistas que dava uma condição de direito àqueles grupos

considerados tradicionais. Nesse debate, a idéia de tradição está associada à memória de um tempo remoto e ao acúmulo de conhecimento, conhecimento este que seria a base de um conjunto de práticas e estratégias de intervenção no meio natural, que poderiam contribuir para um programa mais consistente e eficaz em termos de preservação ambiental que as propostas técnico-científicas de sustentabilidade até então colocadas. Embora essas idéias – cujo principal expoente era Antonio Carlos Diegues – tenham recebido críticas (Adams, 2000, Cunha e Almeida, 2001), principalmente, na década de 90, propiciou uma ampla discussão a respeito das relações entre a preservação ambiental e presença de grupos humanos. Através desta noção, abria-se a possibilidade de colocar esses extrativistas de samambaia-preta no panorama do debate no campo ambiental, abordando as especificidades desse grupo, as suas relações com o mercado e a sociedade abrangente e analisando os contornos que permitiriam a delimitação de um campo conceitual próprio para a questão ambiental. Nesses termos, fez-se necessário a incursão no universo teórico e metodológico da antropologia de modo a não apenas desconstruir determinadas visões simplificadoras de tradição e cultura, mas, sobretudo, relacioná-los à complexidade das perspectivas que estão em jogo dentro desse campo circunscrito como ambiental, ao qual estão inseridos estes coletores de samambaia.

Ao longo da convivência com o grupo, no desvendamento da trajetória dessas pessoas e, com isso, a constituição da história da atividade, o extrativismo – muito mais do que a perpetuação de uma tradição – representava o índice da mudança. No entanto, trilhando os caminhos da instauração dessa atividade, era impossível considerá-la destituída de um ancoramento em uma tradição de colono ou campesina. Isso exigiu a refocalização do olhar do observador-pesquisador no contato e no convívio com os moradores e a incorporação a da bibliografia centrada em populações tradicionais a uma literatura analítica relacionada ao campesinato, adentrando a toda uma tradição da antropologia relacionada aos estudos de comunidade.

Dessa forma, compreender os significados dessa atividade constituir-se-ia não apenas em uma descrição de uma prática, mas elucidação de um ancoramento a uma estrutura social e ao processo de constituição de uma temporalidade própria, que permitiu a permanência dessa atividade. Abordar esse grupo a partir da tradicionalidade incorreria em buscar as fronteiras sociais e simbólicas que dão peculiaridade a esse grupo, no sentido de constituírem uma comunidade de pertencimento, pautado pelo trabalho. Por outro lado, reconhecidamente o trabalho e, mais especificamente, a prática extrativista, encontrava-se ligado ao seu ambiente, ao processo da regeneração da vegetação, ou seja, a uma temporalidade relacionada à paisagem. Essa conjunção entre tempo e paisagem em seu limite encontra-se nas fronteiras

entre a biologia e a antropologia, destacando-se os estudos de antropologia física ou de biologia evolutiva. Porém tratava-se de considerar um tempo mais exíguo, três ou quatro gerações, ou seja, a escala de tempo de uma vida humana.

Agora como pesquisadora em campo, passei a atuar como antropóloga, embora mantendo a atividade na ANAMA. Como colocar essa delimitação era uma das preocupações constantes em nível de interação com a comunidade. No que concerne a atitude em campo, num primeiro momento, essas re-orientações de foco da pesquisa não resultavam em modificações abruptas, uma vez que continuava efetuando visitas e colhendo dados sobre o cotidiano de forma geral. Tratava-se por uma questão ética, de conseguir expor a existência desses objetos de pesquisa diferenciados. Em termos locais incorria em justificar como uma pessoa que estava pesquisando samambaia interessa-se também por estudar as relações de parentesco de cada um, interessa-se pelas festas, as plantações... Uma primeira ordem de justificações era que eles eram pessoas que tiravam samambaia e, portanto, interessava como eram as relações das famílias. Mas isso, para meus propósitos não era o bastante, pois, com essa colocação, permanecia a condição anterior de pesquisadora dentro do projeto Samambaia-preta. A idéia que se aproximava ao aspirado era a de escrever um livro sobre a Solidão e, mais tarde, com a inserção do vídeo, de fazer um filme os moradores. Na ocasião, uma das moradoras sugeriu que esse material fosse enviado ao “Programa do Ratinho”<sup>38</sup>, de modo a mostrar sua penosa condição de vida. Essa delimitação indefinida de papéis, perpetua-se, permanecendo para além do momento de finalização dessa tese. Para ilustrar esta situação, no momento, verifica-se que o termo biólogo já é um termo assimilado pelo grupo, mas a profissão de antropólogo ainda está longe de ser compreendida e assimilada, tendo analogia com a de psicólogo. Assim, o esforço de inserção no campo, compõe-se também de uma preocupação em achar um “lugar” dentro do campo no processo de negociação, de modo a se obter uma identidade e um papel social dentro do grupo. Em outras palavras, a questão “qual é o meu lugar no campo?” (conforme assinalado no trabalho de Dalmolin *et al.*, (2002), mas também colocado em tantas outras etnografias), apesar de ter conotações objetivas para a obtenção de dados, converte-se, principalmente no momento do diálogo entre a teoria antropológica e a experiência acumulada da vivência em campo, o ponto de percepção dos sentidos do processo de realização de uma etnografia.

De uma forma geral, houve uma primeira etapa de visitas, efetuadas entre 2001 e 2002, com conversas com os moradores para conhecer um pouco das impressões e das

---

<sup>38</sup> Programa de televisão onde um dos quadros focalizava a história de vida de determinada telespectadora, objetivando, com isto, mostrar as dificuldades enfrentadas pela população brasileira.



expectativas em relação ao que estava ocorrendo. Nas próprias atividades previstas dentro do projeto, buscava-se uma atenção maior à reação das pessoas e sua receptividade a proposta como um todo. Nesse período, efetuavam-se visitas, pautado pelo interesse de inserção à dinâmica local, buscando estreitar as relações com as pessoas. Com isto pude conhecer a localidade, o parentesco, as redes sociais e familiarizar-me com os assuntos cotidianos. As idas à Solidão eram efetuadas quinzenalmente, sempre aos fins-de-semana, acompanhando às saídas previstas pelo projeto. Algumas vezes, envolvia-me com as atividades ligadas aos experimentos previstos no projeto durante o dia e à noite, visitava as pessoas. A observação era o principal meio de apreensão, complementado pela atenção às conversas rotineiras, a algumas entrevistas livres e anotações no diário de campo, visando agora um projeto de pesquisa, ligado ao meu doutoramento em Antropologia.

O fato de poder responder igualmente por outras áreas de conhecimento, dado a minha formação artística com ênfase em fotografia no curso de Graduação de Artes Plásticas na UFRGS, propiciava também desenvolver técnicas de análise e reflexões epistemológicas advindas desse campo de conhecimento. O olhar antropológico vinha submerso de reflexões sobre a imagem, a paisagem, a estética do viver desta população, o gesto, próprios de um fotógrafo. Esses elementos, aos poucos, contribuíam para a consolidação de alguns caminhos para chegar aos objetivos propostos dentro do projeto de tese, embora nesse momento, persistisse um certo receio e questionamento sobre a validade de tomar dados quase “impressionísticos” para as análises posteriores dentro do trabalho.

A fotografia foi bastante importante como uma forma de estabelecimento de reciprocidade. Desde as primeiras saídas, apareci com a bolsa da máquina fotográfica, embora tenha demorado a retirá-la para uso. Carregar a máquina tornou-se um hábito. Haviam saídas de campo que não tirava nenhuma fotografia e utilizá-la pela primeira vez, causou um certo impacto. Na ocasião, senti-me um tanto desconfortável, pois as pessoas olhavam curiosas, apreensivas. Embora a maioria conhecesse uma máquina fotográfica, havia um certo ar de suspense e talvez de apreensão, diante das restrições da legislação ambiental que pairavam sobre as práticas locais. Foi um momento de ruptura. Tentei explicar a trivialidade daquela máquina, tentei falar sobre outros assuntos. Essa situação se repetiu em algumas outras ocasiões e com o tempo, as pessoas passaram a solicitar fotografias, principalmente fotografias de família.

Num segundo momento, durante o ano de 2003, as estadias tornaram-se mais prolongadas, com duração de três a sete dias (hospedada na casa de Rafinha), intercalado por períodos de retorno a Porto Alegre e desvinculado das atividades do grupo do Projeto

Samambaia-preta. Fazia visitas às casas, subidas ao morro para coleta de samambaia, registros fotográficos da atividade, descrições do cotidiano em diário de campo relacionado aos afazeres domésticos, divisão de tarefas, relacionamento com filhos e entre cônjuges, entre familiares, como eram as refeições, as atividades ligadas ao preparo da terra e à plantação e ao artesanato. Inicialmente, houve a preocupação em descobrir os horários que as pessoas encontravam-se em casa, o que, aos poucos me obrigou a entender melhor as rotinas diárias e de trabalho: horário de acordar, do café, de ir à roça, quem vai para a roça e quem fica, quais os dias de tirar samambaia. Para a delimitação das áreas e identificação das roças utilizaram-se as fotografias panorâmicas, tiradas em subidas aos morros acompanhadas de esboços da distribuição da propriedade.

Nesse ínterim pude me aproximar de Chico, um dos intermediadores da cadeia produtiva da samambaia, responsável pelo transporte, possibilitando observar as relações estabelecidas dentro da cadeia produtiva. Isso tudo permitiu a delimitação dos papéis sociais e de trabalho no contexto local.

Esse foi também um tempo de negociação e de busca de maior aceitação, por parte das pessoas que faziam parte dessa comunidade, da minha presença como antropóloga e pesquisadora da ANAMA. O tempo mais prolongado e a intensividade da pesquisa permitiam, aos poucos, uma confiança maior e constituída de menos constrangimentos do que em anos anteriores e adentrando ao fluxo do cotidiano local, tornando-se cena trivial, as pessoas puxarem uma cadeira e dizerem: “entra aí, Rumi!”.

Nessas situações, inicialmente relutava, tentando perceber se não havia inconvenientes em efetuar uma visita. Sempre era mais fácil interagir com as mulheres. Percebia-se essa tensão de gênero em diversas situações, como a vivida com seu Reduzino, um senhor aposentado, cuja esposa o tinha deixado por não gostar de morar no “Fundão”. Estava sempre a falar de sua solidão e de como gostaria de “achar uma outra mulher”. Certa vez, chegando à casa de seu Reduzino como normalmente fazia, ele me comentou “eu até queria convidar a senhora pra entrar, mas sabe como é que é... eu sei que não tem maldade, é tudo amizade, mas...”. Prontamente eu fui dizendo “Não, não, eu entendo” e conversando mais algumas palavras, fui embora.

Sendo mulher, entrevistar homens era mais difícil. Um homem e uma mulher, sozinhos dentro de uma casa sempre gerava alguma desconfiança em uma comunidade arraigada a valores tradicionais de gênero. Um homem entrevistar uma mulher era mais difícil ainda. Tais situações são similares aos relatados em Ellen e Klaas Woortmann, que observaram em campo essa restrição a determinados dados relacionados ao gênero do

pesquisador. No caso, desse casal de pesquisadores, associam o acesso a determinados dados em função de constituírem-se em um *workteam* (Woortmann e Woortmann, 1997). Portanto, as observações e possibilidades de incursão ao universo local foram sempre pautados por uma delimitação de gênero, embora, o fato de ser de fora e de estar envolta por um estatuto de pesquisadora, permitia um certo afrouxamento das regras sociais.

Uma vez entrando na casa e iniciada a conversa ou a entrevista, sair era sempre uma dificuldade, pois argumentavam: “- É cedo...”, “- Toma mais um café.” A essas solicitações, para não fazer desfeita, ficava mais alguns momentos e após inúmeras repetições da cena anteriormente citada, conseguia sair. As pessoas do local gostavam de uma “boa prosa”, emendando os assuntos: começava com samambaia e acabava em outros bem diferentes. Muitas vezes saía tarde das casas, após o jantar. Decorrente disso, passei a carregar lanterna, ou vela e fósforo. Na verdade, descobri, que por convenção, sempre “é cedo”, para se ir embora e os limites para a permanência e a interferência no cotidiano das pessoas é sempre uma questão delicada, perceptível apenas nas sutilezas do momento.

Os diferentes momentos do dia também têm diferentes sons. Durante o dia ouve-se o rádio, galinha, cachorro latindo, gritos de crianças e mães ralhando com estas; à noite, além dos cães e outros sons como murmúrio das vozes, falando sobre assuntos de família, a novela na televisão, misturando-se aos sons de sapos e grilos dos banhados e matos que circundam as casas. Cada horário tem seus rumores, donde é possível conceber uma ambiência constituída por sons e silêncios próprios a comunidade, criando-se uma paisagem sonora (Schaefer, 1991).

Através das entrevistas foi possível tomar contato com as trajetórias de vida das pessoas. Estas entrevistas acabavam se configurando em histórias da própria família, seja pela interferência de outros membros do grupo familiar no momento da entrevista, seja porque mesmo individualmente, as trajetórias estavam muito atreladas a esta, o que evidência sua centralidade. Considerando essa relevância das relações familiares, traçou-se uma árvore genealógica das famílias, buscando-se estabelecer paralelos com as formas de organização da terra e do trabalho, e, sobretudo o ordenamento dos acontecimentos, de modo a obter uma conformação de uma memória coletiva. Para essa construção, além das entrevistas conversas visando a elucidação das relações de parentesco entre os moradores locais, foram utilizadas as entrevistas realizadas pela equipe responsável pelo histórico da atividade extrativista dentro do projeto Samambaia-preta.

As casas, o mobiliário, os enfeites de parede, a paisagem vista a partir das casas, também foram foco de atenção, os quais, gradativamente, passei a fotografar. Isso causou um

certo estranhamento entre as pessoas, razão pela qual, busquei enquadrar esses detalhes nas fotografias, onde o foco principal eram as pessoas. Todos esses elementos contribuíram para a elucidação do *ethos* conformador daquela comunidade.

Nas saídas a campo, passei também a utilizar o vídeo. Nessas, além do acompanhamento da atividade que estava sendo realizada, também foi possível gravar algumas narrativas e depoimentos que forneceram dados importantes para a análise sobre o saber e as práticas locais. As gravações de entrevistas (em áudio e vídeo) incorriam com algum mal-estar inicial, em geral, antecedido de alguma explicação ou negociação. Essa resistência em ser gravado dependia de pré-disposições individuais. Alguns gostavam de ser gravados em suas entrevistas, como é o caso de seu Renato; outros impuseram como condição para a realização das entrevistas a supressão do gravador ou do vídeo.

Foram, sobretudo, as conversas, em diferentes situações cotidianas que permitiram não apenas o acesso aos significados dos trabalhos ou do viver na Solidão, mas ao estabelecimento de uma relação de reciprocidade. A conversa, enquanto metodologia de coleta de dados apresenta seus inconvenientes quando comparado a uma entrevista gravada, principalmente porque o contexto da fala original é continuamente re-constituído pelo pesquisador e à apropriação dos diálogos ou de qualquer outra fala, é recontado a partir do relato secundário. No entanto, é inevitável reconhecer sua função integradora o que, também, pode estar mascarando a distinção de papéis entre pesquisador e informante. Nessas situações, parece que a informalidade do ambiente, o fato de se estar ocupado com alguma atividade, o ar de cordialidade encadeia mais facilmente a evocação de lembranças, histórias pitorescas, pequenas passagens da vida. Gestos levam a episódios passados, histórias que se costumava contar, piadas. Histórias que ouvia de uma mãe, numa outra ocasião, eram repetidas pelos filhos, assim como ocorria com aspectos íntimos e fofocas. Descobria-se quem era ciumento e como era a relação entre gêneros. Cada imagem gerada, cada depoimento, mesclava-se às confissões pessoais. O papel de pesquisadora se diluía com o de amiga, o que pode também colocar em questão a natureza dos dados desse trabalho, cada vez mais distante de uma certa neutralidade e rigor, que suscita uma pesquisa científica. Porém, nesse caso, foram essenciais à realização desse trabalho.

A tensão inicial relacionada ao problema da ilegalidade da atividade de coleta transmutava-se no desvelamento de pequenos segredos íntimos, cuja dúvida incorria no questionamento do que pode ser “publicizado” e o que deve ficar entre quatro paredes. Apesar de me encontrar nessa atmosfera de envolvimento e de intimidade, freqüentemente era interpelada com questões como: “- O que é que tu estás fazendo aqui?” Essas situações e

questionamentos denotavam haver ainda muitas diferenças e assimetrias entre o universo do pesquisador e sua pesquisa e as pessoas com as quais me propunha a estudar.

Ao longo do ano de 2004, continuei acompanhando o grupo, agora com apenas uma ida mensal com estadias de dois a três dias, colhendo dados e depoimentos complementares aos já levantados, mas, sobretudo acompanhando os desdobramentos dos eventos ligados a legalização da samambaia-preta, e a busca de alternativas econômicas, especificamente sob a forma do artesanato de palha de bananeira. Este momento, representado metaforicamente pelo “tempo do artesanato”, diante de todo esse trabalho intelectual de bióloga e antropóloga de colher dados e analisar, representa o esforço subjacente ao da pesquisa, de colocar à disposição dessas pessoas, o conhecimento gerado por essa pesquisa, como uma forma de retorno para a comunidade, ou pelo menos buscar uma forma de fazê-lo. Dessa experiência pode-se destacar que, ainda existem distâncias fundamentais, referentes aos capitais sociais diferenciados e que se trata sempre de uma relação desigual, agonística, por mais que queiramos buscar uma igualdade. Nessa reflexão, sobrevém a inexorabilidade dos processos macrossociais, aos quais nem eu, nem o morador de Solidão escapam, mas buscamos mudar, sugerir, interferir, num esforço humano de uma atitude solidária. É nesse momento que os conceitos de natureza e desenvolvimento são revistos, ou conjuntamente discutidos e vivenciados. Nesse momento também alguns moradores de Solidão conhecem a minha morada, meu cotidiano em Porto Alegre, dando continuidade ao fluxo das relações que permearam toda a realização desse trabalho, mas que não terminam com sua conclusão.

Nessa etapa, o que se colocava era a possibilidade de construção de um horizonte em comum, a possibilidade de contribuir para a melhoria de vida desses grupos e neste sentido, a noção de projeto, expectativas, interesses... as esperanças de cada uma destas pessoas, configurando-se como um complemento a todas as observações anteriores. Talvez tenha sido nesse momento, ainda que permeado pelo estranhamento e distâncias intransponíveis - o próprio fato de ter que reconhecer a existência de tais distâncias – foi possível constituir uma análise sobre o que foi vivenciado e recolhido na forma de dados e, sobretudo, de refletir sobre o que fazer com esses dados. Em realidade, a experiência de vida de 2004, entre esse ir e vir, permitiu buscar nexos com tudo o que representa esse trabalho e, sobretudo o estabelecimento de comparações entre Solidão e Porto Alegre, entre moradores de Solidão e militantes da ANAMA, entre extrativistas e acadêmicos, entre a prática e a teoria, enfim compor um quadro analítico, sempre permeado pelo limite entre eu e o outro tentando vislumbrar um horizonte comum e mostrando o limite de tais categorizações dicotômicas. Foi neste momento, onde surgiram os maiores conflitos, foram também os momentos que me

suscitaram maiores reflexões sobre a condição de sujeitos diante dos desdobramentos do campo que delimitarei como ambiental. Nesse trajeto, é inevitável colocar não somente as reflexões em torno de todos os dados, as anotações do diário, mas, sobretudo com pequenas vivências cotidianas em Porto Alegre que me permitiram estabelecer contrastes entre lá e cá, ou perceber que somos iguais, mas temos diferenças.

Muitas perguntas sem resposta surgiram nesse momento e no horizonte da academia a necessidade de concluir, de ter o que dizer dessa experiência: entre teorias e divagações pessoais, surgem outras aflições... Neste momento coube a mim vivenciar um segundo sentido da experiência, agora não mais o meu “experienciamento” do confronto com o outro, mas de colocar essa experiência dentro dos moldes da “uma experiência”, permeado por sentimentos, busca de sentido e de significados baseado no cotidiano concretamente vivido.



Figura 7 - A pesquisadora em campo (fotografia de Ricardo Fagundes).

Pelo fato de pairar sobre a temática abordada uma série de restrições legais, o que poderia acarretar em problemas para as pessoas citadas, em algumas situações, como em relação às queimadas, caça ou outro fato que pudesse acarretar em futuros embaraços às pessoas, os nomes reais foram suprimidos ou substituídos. Porém, de uma forma geral, foram mantidos os nomes verdadeiros, pois pelas características do local, onde todos interagem ou, pelo menos, sabe-se da vida do outro, o anonimato é quase impossível. Logo, foi inevitável, em algumas ocasiões, não deixar de citar alguma pessoa, mesmo que não tenha sido um interlocutor direto. Acrescido a isso, o fato de que esse trabalho foi resultado, não somente de entrevistas e saídas formais, mas constituído numa imersão no cotidiano da localidade. Nessas

situações, apesar de se buscar uma posição e formas de abordagens mais próximas de uma imparcialidade científica, com algumas pessoas, houve maior proximidade e intimidade do que com outras, tornando-se difícil discernir, no momento da escrita, a quem citar e a quem suprimir. Para essa tese e outras situações onde havia a menção de nomes em algum trabalho, ou publicação de alguma foto ou imagem videográfica, as pessoas eram consultadas verbalmente.

### **2.3 No fluxo da experiência etnográfica, misturam-se coisas, palavras e as pessoas**

A elucidação da atividade extrativista, enquanto problema ambiental para os moradores dos Fundos da Solidão, incorre em considerar o lugar e os significados dessa atividade para esse grupo. Assim, para abordá-los é necessário compreender as estratégias de reprodução social, considerando a totalidade de suas ocupações e de como estão inseridas em seu cotidiano e ao longo de suas vidas. Nesses termos, imediatamente somos remetidos a noção de “fato social total”. Segundo Lévi-Strauss, ao conceber essa noção, Marcel Mauss tinha como preocupação de fundo a própria plausibilidade da antropologia no sentido de definir a realidade do social, ou melhor “de definir o social como a realidade” (Lévi-Strauss, s/d, p. 24). Sendo assim, postula que, “o social só é real integrado em sistema”, ou seja, em alusão a uma totalidade que, conforme nos alerta James Clifford (1998, p. 190-191), não se trata da noção funcionalista de uma interrelação entre as partes, mas, fazendo alusão ao princípio hologramático, de uma representatividade estrutural e de um micro-universo que remete a uma totalidade estrutural (Cuéllar, 1998, p. 109). Assim, toma-se a constituição da identidade como o elemento que costura o sujeito a estrutura e, dessa forma, “estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e previsíveis” (Hall, 1999, p. 12). Não se trata, porém, de tomar esse conceito em sua conotação essencialista, mas como um fundo virtual que guia e justifica suas ações cotidianas e o ato de estar no mundo. Conforme coloca Levi-Strauss (1977, p. 332), a identidade “é uma espécie de fundo virtual ao qual nos é indispensável referirmos para explicar determinado número de coisas, mas sem que tenha jamais uma existência real”. Assim, “sua existência é puramente teórica” e se constrói num constante contraste entre o eu e o outro, permeado por uma noção de valor. Esse conceito relacional permite que à identidade social, agreguemos os termos da mudança como anteriormente colocado, considerando o contexto de fricção com as motivações preservacionistas globais, mas também a própria

interação com a figura do pesquisador, cujo papel apresenta-se sobreposto a uma situação de militância em uma ONG.

Para o desvendamento dessa identidade social, busca-se o ancoramento nas representações sociais a partir das práticas culturais, elemento empírico primordial para nossas análises. Com isso, ainda a sombra do pensamento de Marcel Mauss, aproximamo-nos da noção de experiência, porque os fatos sociais estão encarnados na experiência individual. É por essa via que o foco de abordagem desse trabalho centra seu olhar nas práticas.

As práticas são tomadas em seu aspecto sincrônico e diacrônico. Na taticidade e corporalidade das práticas cotidianas e na sua narração, estão condensadas às dimensões temporal e espacial, onde, a cada instante o passado é re-significado e re-dimensionado. Na abordagem da memória, são captados os significados espaço-temporais relativos ao meio ambiente, à natureza, ao processo de trabalho, às mudanças, aos conflitos e às rupturas; elementos para a constituição da trajetória desse grupo. Leroi-Gourhan (1993) em sua arqueologia do processo de constituição humana demonstra a integração entre os processos biológicos: nutrição, reprodução, ocupação do espaço; e a socialização, numa espécie de sincronismo entre o ritmo biológico e o social. Nessa decomposição dos atos humanos, ressalta-se o gesto, que conforma o local, domesticando o tempo e o espaço. Essas posturas e gestos estão imersas dentro das suas atividades cotidianas.

O estudo do cotidiano, como aponta Petersen (1995a: 49), numa análise sobre o tema na historiografia, configura-se como uma crítica à epistemologia racionalista e uma recusa às grandes sínteses. No entanto, o cotidiano como objeto de estudo necessitaria “de uma definição mais consistente”, ou dito de outra forma, considera “o paradigma da ciência ao mesmo tempo indispensável e insuficiente para o conhecimento cotidiano” (Petersen, 1995: 35). Mesquita (1995, p. 14) aborda esse assunto, através da noção de hábito como “aquilo que se repete como tarefa ou exercício” e, portanto, é a manifestação de um conhecimento acumulado. Nesse sentido, traz uma conotação de duração e ao mesmo tempo a idéia de um saber, de um conhecimento. Santos (1996), verificando os sinais de crise da ciência racionalista, apresenta o paradigma de um conhecimento prudente, onde haveria uma fusão entre conhecimento científico e comum. Geertz (1997) considera o senso comum como uma forma de pensamento deliberado. Também Maffesoli (1984), em sua sociologia compreensiva, busca o resgate do conhecimento comum, reintroduzindo as dimensões míticas e imaginárias, anuladas pela epistemologia racionalista, isso sem esquecer de Lévi-Strauss em sua “ciência do concreto”, o qual estabelece paralelos entre este “pensamento selvagem” e o “pensamento científico”.



O interesse em relação ao cotidiano nessa tese reside na configuração desse *locus* das práticas, da aplicação continuada e repetida de determinados campos do conhecimento acumulado, decomposto nos gestos repetitivos, habituais, e residuais. O resíduo, referência aos elementos fragmentários de práticas cotidianas, traz subjacente à idéia da existência de um todo, a de um sistema passível de ser decomposto - porém não isolado - nessas práticas cotidianas. Nesse sentido, Petersen (1995a: 55), ao analisar trabalhos os quais incluem a perspectiva do cotidiano, verifica que todos deixam claro, que a explicação do fenômeno que estudam não pode fechar-se nesse, necessitando um ancoramento à uma globalidade da vida social.

Toda essa construção das práticas cotidianas só se conforma dentro de um tempo, de uma duração, onde fatos contínuos são transformados em descontínuos. Nesse processo o tempo do mundo e o tempo subjetivo são comprimidos (Bachelard, 1988).

Esse cruzamento entre uma prática e uma duração acumulados, traz uma aproximação com a noção de *habitus* de Pierre Bourdieu que faz referência a um corpo socializado, o qual incorporou as estruturas do mundo ou de um setor particular desse mundo e que estrutura tanto a percepção quanto a ação nesse mundo (Bourdieu 1996). Esse conceito traz a idéia da prática como materialização do conhecimento, permeadas pelo universo simbólico dos sujeitos (Sahlins, 1976), não esquecendo que se conforma dentro de um espaço social, onde o sujeito ocupa determinadas posições em uma dada situação de oferta de bens e de práticas possíveis (Bourdieu, 1996: 18).

Concebendo-se a localidade de Solidão e, mais especificamente, no Fundão, como o repositório de práticas, vislumbra-se a organização do espaço no tempo. Na atividade extrativista, o domínio de um ofício, o processo de domesticação do meio, a ação da cultura sobre o mundo natural, e as formas de transmiti-las de modo a garantir a reprodução social do grupo condensam-se num “saber-fazer” enquanto estratégia de agir no mundo e se perpetuar (De Certeau, 1994). Nesse contexto, contribui a experiência. Walter Benjamin (1994: 198-199), estabelecendo as conexões entre história e experiência, comenta: “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte que recorreram todos os narradores” e toma o camponês sedentário como “o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições”. Nesse mesmo texto, encontra-se uma citação extremamente poética sobre a experiência, por certo elucidativa para os objetivos desse trabalho: “A alma, o olho e a mão estão assim inscritos no mesmo campo. Interagindo, eles definem uma prática” (idem: 220). Assim, Benjamin conjuga a memória, a narração e a experiência.

Portanto, nesta incursão na comunidade, ao contato e no convívio, sobrevêm as histórias, as narrativas, a memória e todo um “agenciamento de intrigas” (Ricoeur, 1994) indissociavelmente colado a todo esse fazer, imerso nas práticas cotidianas. Nesse ponto faz-se necessário assinalar ainda uma outra modalidade de esferas de abordagem, além do individual e do social, a do o subjetivo. Essa se apresenta através da imagem, do lugar do olhar e da ação de uma imaginação criadora (Bachelard, 1991); um imaginário que se dirige para a imagem do mato, da casa, do selvagem, do domesticado, do belo e do feio, conformando as paisagens (Schama, 1996, Simmel, 1996).

Bachelard (1991: 2-3) faz uma clara diferenciação entre a imagem percebida e a criada. A primeira pertence a ordem da imaginação reprodutora, enquanto a segunda estaria ligada a ordem da imaginação criadora. Na interação com os elementos da natureza, nas práticas cotidianas que nos propomos a estudar, de imediato, temos a impressão de que se mobiliza a primeira (a imaginação percebida). No entanto, o que Bachelard chama a atenção é para uma necessária vigilância ao papel da imaginação criadora nesses processos. Na constituição da duração, abre-se o espaço para o debate relacionado à imagem. Bachelard (idem: 3) coloca a imagem como anterior à percepção e defende a sua primitividade. Assim, na narração, como na realização de determinadas atividades, ou na ocupação dos espaços, é ressaltado o papel da imagem e da solidariedade entre memória e imaginação. (Bachelard, 1988a).

Em linhas gerais, em todos os momentos manipula-se com as formas e seus conteúdos: com o que cada situação está a nos informar sobre as pessoas, sobre o grupo e como também eu, enquanto pesquisadora, estou colocada neste todo considerando as tensões advindas de uma situação de ilegalidade da atividade. Nesse contato intersubjetivo, sobrevém Georg Simmel a partir das noções de formas sociais e a sociação (Moraes Filho, 1983). Como uma tentativa de sintetizar todas essas imagens e impressões levantadas, que foram aflorando nesse processo etnográfico recorre-se a uma síntese, formal. Tal como numa escrita ideogramática, e tal como nos ensina Bachelard a todo o momento, “coisas” concentram e são carregadas de sentidos. Tentando desvendar os termos da tensão advinda de uma proibição da atividade, procura-se nas relações pessoais e entre grupos os elementos para pensar esta situação de conflito. Recorro assim à teoria do conflito, conforme Simmel (1983), onde se pode vislumbrar no conflito não apenas a ruptura, mas a busca da reconciliação e de um horizonte em comum.

Na constituição desse estudo e a constituição de um texto acadêmico, dá-se o questionamento do papel do próprio pesquisador, envolto num círculo entre texto e contexto (Geertz, 1989) e na reflexão diante de um direcionamento do olhar, entre olhar e registrar,

entre o que pode e o que não pode ser registrado. Enfim, uma antropologia da duração contida no próprio processo do fazer antropológico.

Finalmente, no contexto apresentado, vislumbram-se resultados para além da realização de um estudo acadêmico. O pano de fundo dessas pesquisas insere-se na problemática dos coletores de samambaia, onde um grupo (ONG) propõe-se a fornecer subsídios para conduzir adequadamente esta questão. Trata-se de um tema que tem se tornado bastante comum no que se relaciona às questões preservacionistas. Apresenta-se a tentativa de sobrepor a categoria de diversidade cultural ao de diversidade biológica – já defendida por Posey 1987, Toledo, 1986, Diegues, 1997, Rocha, 2000, entre outros. Na realidade, é na intersecção entre estas formas de abordagens que se configuram os caminhos para um desenvolvimento sustentável<sup>39</sup>, também formulável numa perspectiva de etnodesenvolvimento (Stavenhagen, 1985). Desses encontros conceituais temos a formulação recente da idéia de uma etnoconservação (Diegues, 2000). Nessa situação reside a superação do texto-contexto de Geertz (1989), ou seja, a intenção de que ao configurar um texto, tenhamos a possibilidade de que esse texto não seja apenas um texto, mas que esta possa transcender essa à sociedade, contribuindo para a resolução de seus impasses. Onde,

a tarefa da etnografia, ou uma delas em todo caso, é sem dúvida fornecer, como fazem a história e as artes, narrativas e cenários para refocalizar a nossa atenção; não, no entanto, os que nos tornam aceitáveis para nós mesmos pela representação de outros reunidos dentro de mundos onde não queremos e não podemos chegar, mas os que nos tornam visíveis para nós mesmos pela representação de nós e de todos os demais postos no meio de um mundo cheio de estranhezas irremovíveis das quais não podemos nos manter distantes. (Geertz, 1999, p. 3)

Trata-se da presença de um sujeito que se propõe a uma incursão etnográfica, articulando o vivido com a teoria antropológica, mas ao mesmo tempo faz parte desse universo, um sujeito que se pensa, enquanto pesquisador e enquanto ativista, cujo perigo, reside em refletir somente sobre a sua imagem e não a imagem pelo encontro com um outro. Em meio a todas essas indagações essa tese foi concebida.

---

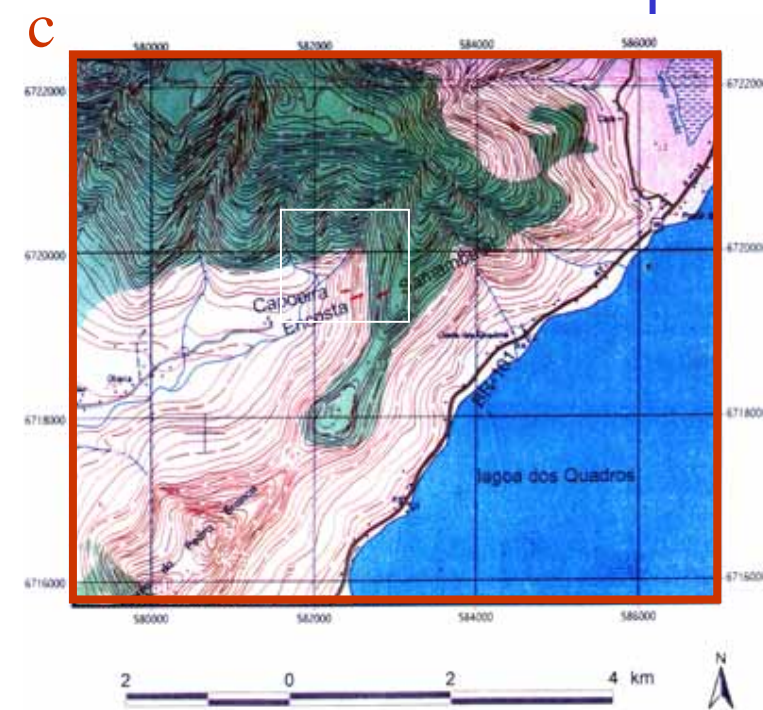
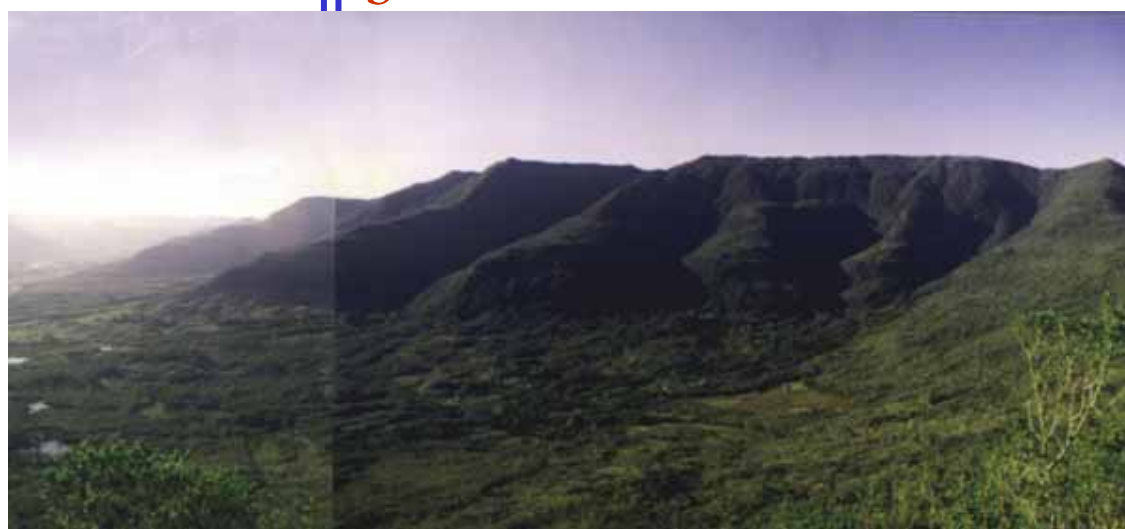
<sup>39</sup> Essa noção aparece historicamente relacionada ao interesse deliberado com desenvolvimento social surgido em meados do século passado. Trata-se de uma idéia de desenvolvimento pensado em termos econômicos e principalmente no sentido de uma gradual emancipação por parte dos países em desenvolvimento dos desenvolvidos. No entanto, surge também a noção de “desenvolvimento alternativo” referindo-se às tendências de se colocar menos ênfase na produtividade econômica, se comparado com objetivos sociais e ambientais. Embora definido de várias maneiras e rótulos o termo “sustentabilidade” acabou por se impor como uma síntese para todas as tendências alternativas e o termo “desenvolvimento sustentável” começou a ser usado nos anos 1980 como um novo meio de expressar um interesse deliberado para a conservação da natureza (Grunewald, 2003, p. 49).

**CAPITULO 3**

**Os Fundos da Solidão**



a) Miniatura de um mapa de Maquiné, de fonte desconhecida b) fotografia com a vista geral dos Fundos da Solidão tirada de um dos morros, c) mapa em detalhe da área dos Fundos da Solidão, d) imagem de satélite do município de Maquiné, com indicação da área dos Fundos da Solidão.



**Fundos da Solidão, Maquiné, RS**

### 3.1. “Estar lá”

Os Fundos da Solidão representa um dos muitos núcleos habitados dos inúmeros vales que constituem o município de Maquiné. Nessa localidade moram famílias que se dedicam à atividade extrativista. De modo a compreender essa atividade em seu contexto social, buscase neste capítulo elucidar a dinâmica social desse grupo, suas representações e identidade social.

Como principal via de acesso a essa localidade tem-se uma precária estrada, cheia de buracos e pedras soltas que permite o fluxo entre a cidade de Maquiné e essa localidade. Esse fluxo é representado pelo esparsos movimento de caminhões, carros, carroças, ciclistas ou motos que, ao passarem, obrigam os poucos caminhantes a mergulharem numa bruma de poeira (ou a protegerem-se dos respingos d'água, conforme as condições climáticas), conferindo ao lugar uma certa idéia de tranqüilidade interiorana. Essa impressão é reforçada pela paisagem composta de lavouras de verduras ao longo da estrada, algumas casas e morros verdes ao fundo.

A proximidade aos morros aumenta a medida que se vai adentrando em direção aos Fundos, a ponto de, ali chegando, visualizar-se quase que exclusivamente morros, impondo-se aos olhos e, secundariamente, esparsas casas e manchas de roças. Sobrevém, com isso uma certa idéia de isolamento em relação a grandes centros urbanos, motivado por fatores geográficos.

Esse fluxo entre Maquiné e Fundos da Solidão, em geral, é motivado pela necessidade de comprar os principais gêneros alimentícios, pelo escoamento da samambaia, pelo acesso à educação, pela busca de serviços de atenção primária à saúde e pela participação nos eventos sociais como missas e bailes. Isso denota, em grande medida, que apesar da impressão de um isolamento geográfico e social, trata-se de um grupo inserido num contexto de municipalidade, com claros laços de dependência de agentes externos à localidade e, apesar de profundamente ligados a um lugar, são lançados às determinações e às adversidades de um contexto político e social regional e nacional mais amplo. Essa situação traz-nos os termos de grupos considerados como “part society”, proposta por Alfred Kroeber (1948), ou seja, segmentos de uma classe de população maior, ocupando posições subordinadas. Dentro dessa noção e influenciado pelas idéias veiculadas por pesquisadores da escola de Chicago sobre a relação entre cidade e campo Robert Redfield (1960) e, mais tarde, Eric Wolf (1976), tece a formulação do campesinato como um grupo em um “estágio intermediário” entre o primitivo e o moderno. Isso válido para demonstrar o teor da relação da dependência de esferas mais amplas e da dificuldade de colocar o campesinato como uma categoria cultural distinta.

Esse dado torna oportuna a observação colocada por Luis Fernando Dias Duarte (1999) em sua introdução à pesquisa etnográfica sobre os pescadores de Jurujuba no Rio de Janeiro. Esse tece um comentário sobre a especificidade do grupo que estava a trabalhar. Comenta que, se até há pouco tempo, a antropologia se empenhava em demonstrar que o “outro” era também o “mesmo”, combatendo o etnocentrismo em relação aos povos primitivos ou selvagens, nos casos recentes,

“impõe-se justamente o inverso: a de que esses “mesmos” (que afiguram apenas como uma versão diluída do “nós” nas noções de “povo” e “massa”) são também os “outros”, na afirmativa da especificidade de sua vivência enquanto produtores, em face da dominação que os reduz.” (Dias Duarte, 1999, p. 14).

É exatamente nesse jogo de dependência de esferas mais amplas da qual todos fazemos parte, sobreposto a determinados pertencimentos locais, regidos pelas relações sociais e de vivência cotidiana com um determinado espaço, que é possível conferir um sentido de comunidade, compartilhando valores e projetos comuns. Os sentidos desse pertencimento manifestam-se sob diversas formas. Essas podem ser visualizadas através das relações familiares, da relação com a terra e com o trabalho, descritos neste capítulo.

### **3.2. As famílias e a distribuição espacial**

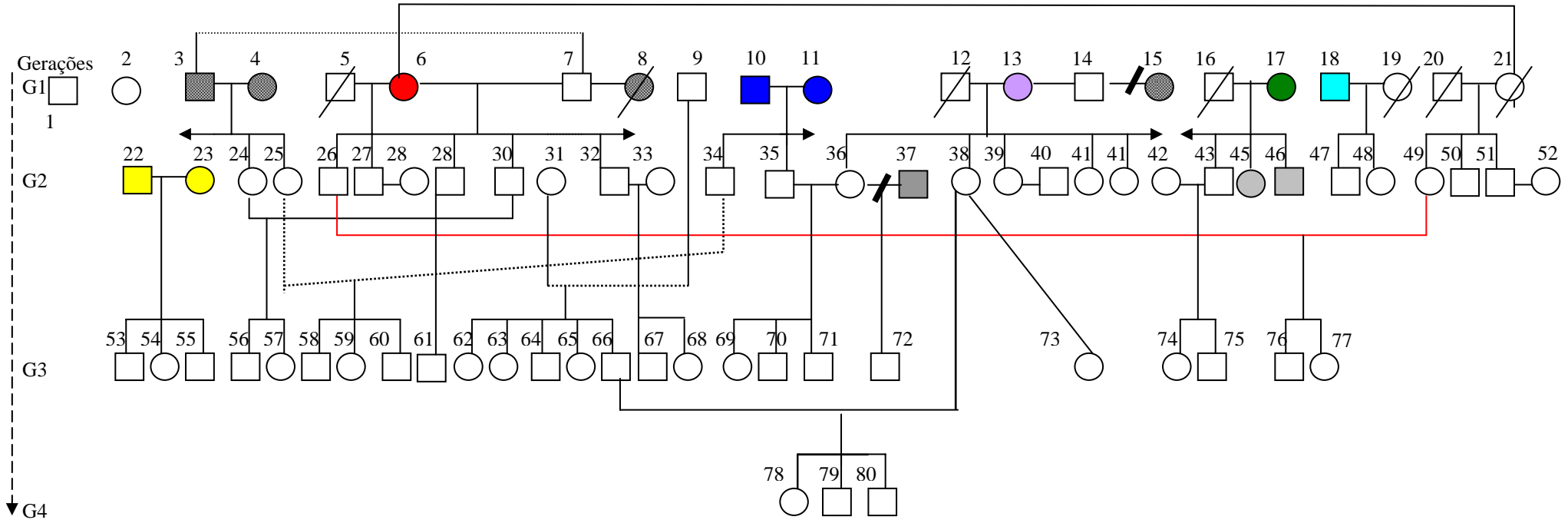
Nas áreas planas e nos primeiros patamares das encostas dos morros, encontram-se as casas dos moradores de Fundos da Solidão. Afora o núcleo principal, representado por um aglomerado maior de moradias, as demais casas, estão distribuídas ao longo da estrada principal, conforme a delimitação dos lotes de terras, geralmente em faixas que vão da estrada até topo do morro, caracterizando a estruturação fundiária da região. Esses lotes, inicialmente retangulares, ao longo de tempo foram recortados e desmembrados, fundamentado em sucessivos acertos entre proprietários, de modo que, muitas vezes, para alguém que chega ao local, é difícil entender os limites das propriedades. Tais limites, entre os moradores locais são rigorosamente respeitados. Invadir terra alheia ou mesmo obtê-la legalmente através de dispositivos jurídicos, como o usucapião, são considerados formas ilegítimas de aquisição de terras.

Tomando a atual distribuição das casas em sua configuração espacial, sobreposta à genealogia familiar, construída a partir das entrevistas com os moradores dos Fundos da Solidão, visualiza-se um padrão de distribuição das casas, conforme unidades de famílias

extensas, centradas em torno da casa do membro mais velho que, geralmente é o proprietário das terras (figura 9).



## GENEALOGIA DOS MORADORES DOS FUNDOS DA SOLIDÃO



- |                                     |                         |                    |               |                  |
|-------------------------------------|-------------------------|--------------------|---------------|------------------|
| 1) Rafinha                          | 22) Seu Renato          | 42) Flávia         | 53) Fabiano   | 74) Sílvia       |
| 2) Seu Reduzino                     | 23) Maria               | 43) Marta          | 54) Lisiani   | 75) Diego        |
| 3) Pai de Margarida                 | 24) Margarida           | 44) Lidorino       | 55) Gabriel   | 76) Leandro      |
| 4) Mãe de Margarida                 | 25) Lourdes             | 45) ???            | 56) Valmir    | 77) Sidnei       |
| 5) Antero (ex-marido de d. Otília)  | 26) Marino              | 46) Mário          | 57) Ana       | 78) CamilaSidnei |
| 6) Dona Otília                      | 27) Dila                | 47) Nelson         | 58) David     | 79) Carlinhos    |
| 7) Seu Virgílio                     | 28) Mariano             | 48) Gisa           | 59) Daiane    | 80) Fernando     |
| 8) Ex-esposa de seu Virgílio        | 29) Avelino             | 49) Sirlei         | 60) Daniel    |                  |
| 9) Seu Juca                         | 30) Dico (seu Valdir)   | 50) Amândio        | 61) Mauro     |                  |
| 10) Seu Lidorino                    | 31) Araci               | 51) Doca           | 62) Dedete    |                  |
| 11) Dona Maria                      | 32) Mariante            | 52) Esposa do Doca | 63) Rose      |                  |
| 12) Ex-marido d. Eurides            | 33) Dete                |                    | 64) Jeferson  |                  |
| 13) Dona Eurides                    | 34) Avelino             |                    | 65) Larissa   |                  |
| 14) Seu Ervino                      | 35) André               |                    | 66) Nico      |                  |
| 15) Ex-esposa de seu Ervino         | 36) Ivone               |                    | 67) Jucemar   |                  |
| 16) Ex-marido de dona Lina          | 37) Ex- marido de Ivone |                    | 68) Lisete    |                  |
| 17) Dona Lina                       | 38) Simone              |                    | 69) Maria     |                  |
| 18) Seu Olímpio                     | 39) Eni                 |                    | 70) Cristiano |                  |
| 19) Ex-esposa de seu Olímpio        | 40) Pedrinho            |                    | 71) Luís Davi |                  |
| 20) Manoel Almeida Marques (Maneca) | 41) Fernanda            |                    | 72) Luan      |                  |
| 21) Dona Henriqueta                 |                         |                    | 73) Vanessa   |                  |

### LEGENDA

- Sexo feminino
- Sexo masculino
- Não morador do local
- Falecido
- Separação
- Presença de outros membros não indicados

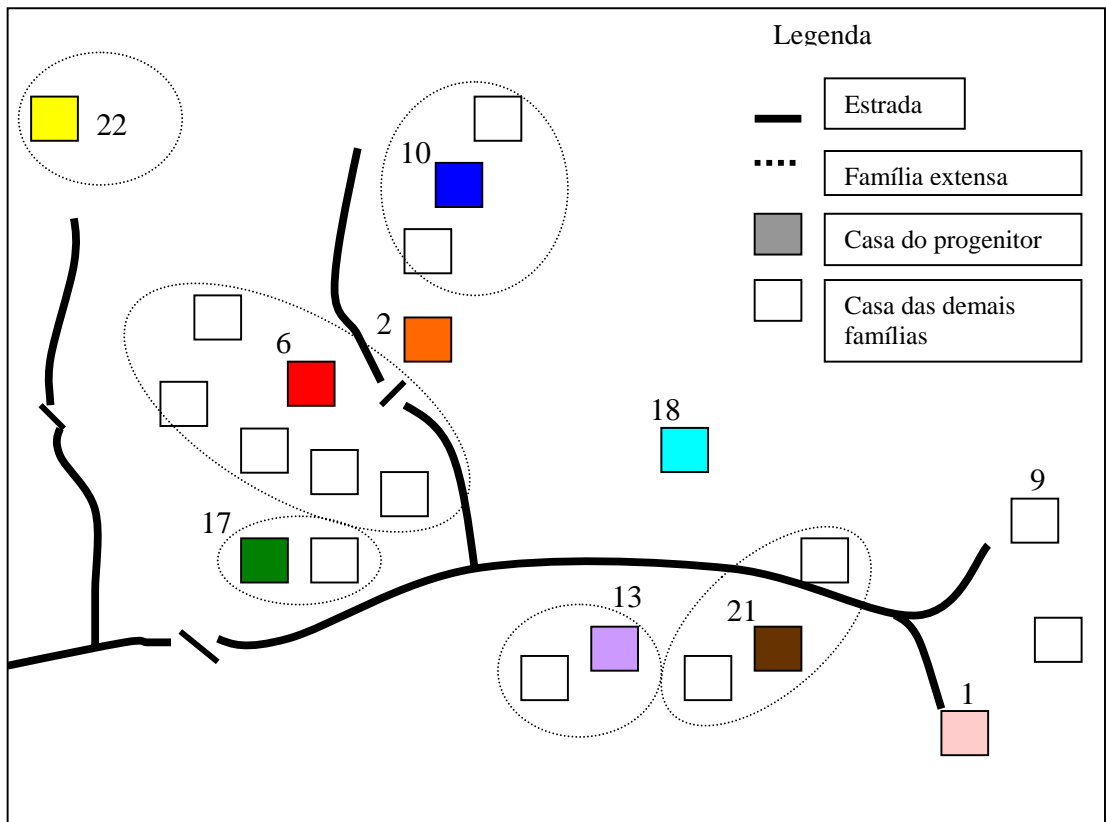


Figura 15 – Genealogia dos moradores de Fundos da Solidão, com desenho esquemático da distribuição das casas. As cores e números indicam a casa dos progenitores com delimitação da família extensa.

De modo resumido, tem-se a seguinte composição dos moradores de Fundos da Solidão, que representam, as pessoas que através de relatos, das narrativas e a da convivência, permitiram-me construir o quadro analítico dos Fundos da Solidão e da atividade extrativista.

N*	G1 - Geração mais antiga	Estado civil	G2 - Filhos (cônjuge)	G3 - Netos	Observações
10	Seu Lidorino e Dona Maria	Casados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• André (Ivone)</li> <li>• Lino (Lurdes)</li> </ul>	Luan, Cristiano, Maria, Luis Davi, Gabriel Daiane, Deivid, Daniel	
2	Seu Reduzino	Separado			
6	Dona Otilia e Seu Virgilio	União estável (ambos eram viúvos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avelino</li> <li>• Valdir (Margarida)</li> <li>• Mariano (Dete)</li> <li>• Mariante (Dila)</li> <li>• Araci</li> </ul>	Mauro  Valmir e Ana  Jucemar e Lisete	Nico e Simone tem quatro filhos
17	Dona Lina	Viúva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lidorino (Marta)</li> </ul>	Silvia e Diego	Dona Lina tem outro filho que freqüentemente encontra-se nos Fundos
18	Seu Olimpio	Viúvo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Giza</li> </ul>		Seu Olimpio também tem outros filhos que freqüentemente encontram-se nos Fundos
13	Dona Eurides e Seu Ervino	União estável (D. Eurides era viúva)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eni (Pedrinho), Flavia, Fernanda</li> </ul>		
21	Dona Henriqueta	Viúva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Seu Amandio,</li> <li>• Sueli (Marino)</li> <li>• Arlindo (Terezinha)</li> </ul>	Leandro, Sidnei	
1	Rafinha	Separada			Rafinha mora com Lisiane, Nei e Miriam
9	Seu Juca	Casado			Embora seu Juca seja casado com Araci, prefere morar sozinho
22	Seu Renato e Maria	Casados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fabiano, Gabriel</li> </ul>		Não moram nos limites dos Fundos da Solidão

(\*) Numeração referente a indicada na genealogia

Quadro 9 – Moradores dos Fundos da Solidão no período de realização do trabalho de campo entre 2000 e 2005.

O padrão de distribuição das casas, em parte reflete a presença de um senso prático ou uma estratégia em acomodar, dentro da terra disponível, a parentela (correspondente aos parentes e aliados). Porém, isso tem conseqüências bem mais profundas na construção das

redes de relações e produção. Confere um panorama bastante complexo por trás de um padrão, à princípio, movido por uma razão prática.

Além dessas famílias, ao longo do trabalho, foram consideradas algumas unidades domésticas que não se localizam nos Fundos, mas que têm relações com os moradores locais, por serem parentes ou amigos. Como nos casos do casal Romarise e Roberto que, anteriormente, moravam em Solidão e, atualmente, vivem em Maquiné, e como algumas famílias da localidade de Espiraiado, cujas relações com os moradores dos Fundos ocorrem por terem sido “puxadores” ou participarem do grupo de artesanato, como é o caso do casal Regina e Milton, ou o de Chico, que é o transportador da samambaia.

### 3.3. As terras e a tradição sucessória

A genealogia anteriormente colocada resume, em grande medida, as afirmações correntes localmente, onde se diz que “aqui nos Fundos todo mundo é parente”. Em realidade, não se trata de parentesco circunscrito somente aos dados de consangüinidade (em sentido biológico), mas trata-se de parentela em seu sentido amplo onde, ao longo de tempo e de convívio, alianças vão sendo estabelecidas e as pessoas passam a serem incluídas dentro de uma ampla noção de grande família<sup>40</sup>. Mesmo o casal seu Renato e Maria que não moram no principal núcleo dos Fundos e, na genealogia, não apresentam nenhuma ligação de parentesco, afirmam que, por linhas distantes, são primos de Lidorino e Marta.

Rafinha, a princípio, na perspectiva de parentesco apresenta-se como um ego distinto mas, recentemente, foi convidada para ser madrinha de crisma de Ana, filha do casal Valdir e Margarida. Dessa forma, passou a ser considerada comadre por esses últimos. Isso reforça a idéia de uma certa unidade e um sentimento de pertença que os caracteriza como um grupo ou uma grande família simbólica, justificando expressões como “nós aqui dos Fundos”, “a gente, do Fundão”.

No entanto, analisando com ênfase à distribuição espacial, sugere-se que, apesar de todos serem “parentes”, há uma segmentação que caracteriza uma organização social, baseada nos laços familiares, que adquire diferentes formas de associações entre pessoas e entre grupos a qual se altera com o tempo. Isso incorre em deduzir que a segmentação, conforme a distribuição espacial das casas, relaciona-se a determinadas regras que regem os

---

<sup>40</sup> Conforme crítica a uma visão genealógica e reificada de parentesco defendida em Schneider, D. A critique of the study of kinship. Ann Harbor: Univ. of Michigan, 1992. p. 187-201) e já amplamente debatida dentro da antropologia.

pertencimentos localmente acionados. Assim, pode-se considerar a atual distribuição de terras como o resultado de tradições sucessórias e que refletem, em sua economia moral, um “conjunto de normas e obrigações recíprocas, idéias de justiça e bem-estar social, enfim uma ética a orientar a conduta dos indivíduos de comunidades relativamente pequenas e integradas” (Godoi, 1999, p. 50), ou seja, os valores subjacentes a esse grupo.

Através de uma genealogia específica, pode-se sugerir processos de segmentação familiar, ao longo do tempo, baseados nos sentidos de uma economia moral, relacionados à sucessão da propriedade, valores estes ligados à terra e à família. Essa genealogia foi construída, baseada nas pesquisas pessoais de Zeneida, neta de Dona Henriqueta, que mora no município vizinho de Osório. Zeneida se diz fascinada por esse tipo de pesquisa e de suas origens, razão pela qual, até hoje, junta dados históricos, documentos e imagens que digam respeito a sua família. Nesse esforço que remete à família, não podemos deixar de entrever a importância que a categoria sangue (tal como proposto em Abreu Filho, 1982) apresenta-se como nutridora desse pertencimento. Essa categoria circunscreve uma percepção de parentesco, marcada por uma ênfase na consanguinidade, não somente como uma ordem da natureza, mas como articulação dessa com a da cultura.

“O sangue é pensado como substância transmissora de qualidades físicas, morais, formando o corpo e o caráter. Assim, se através do sangue qualidades morais são transmitidas e perpetuadas e se ele dá conta da construção do corpo e seus instintos, o indivíduo – agente empírico – é representado, não como uma individualidade indivisível, mas como parte de uma totalidade que o transcende e contrói. (Abreu Filho, 1980, p. 98)

Assim, ao afirmar que “a gente tem o mesmo sangue”, Zeneida conecta um dado pensado como da natureza, como operador de relações de identidade, estabelecedor de diferenças e hierarquias.

A partir de suas pesquisas, Zeneida montou o seguinte mapa genealógico, transcrito a partir de suas anotações (Fig. 10). Através dessa genealogia, encontramos um tronco comum entre as famílias de seu Lidorino e dona Henriqueta; circunscrição essa que, embora seja reconhecida, não se apresenta como conformadora de uma inclusão nos termos das tradições sucessórias, ou seja, são considerados, neste contexto, constituintes de dois segmentos diferenciados: de seu Lidorino e dona Henriqueta.

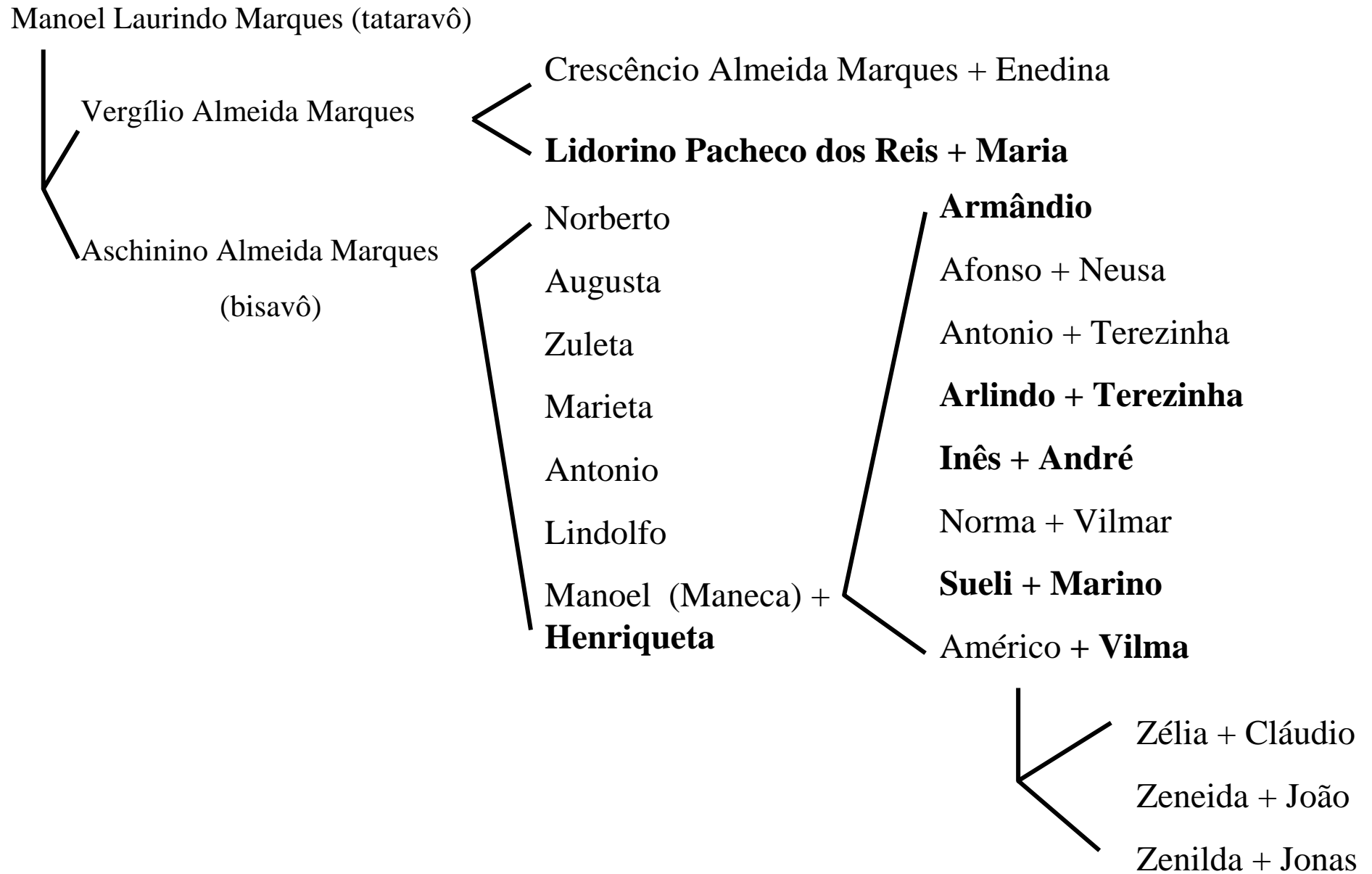


Figura 10 – Genealogia familiar montada por Zeneida Gonçalves (em negrito, os moradores fixos ou ocasionais do Fundo da Solidão em 2004, referidos no texto)

Seu Lidorino é casado com dona Maria. O casal tem cinco filhos. Dois moram nos Fundos da Solidão: Avelino (ou Lino) e André. Avelino é casado com Lurdes (que é irmã de Margarida, prima de Dila e Dete, sobrinha de seu Virgílio) e têm três filhos. André, o outro filho, é casado com Ivone (irmã de Simone, filha de dona Eurides) e têm cinco filhos.

Já a “falecida dona Henriqueta”, à época da realização deste trabalho, era viúva, mãe de oito filhos e até seu falecimento em 2003, dividia a casa com seu filho Armândio, que nunca casou. Na casa ao lado, mora sua filha Sueli e seu marido Marino, com os dois filhos. Há uma outra casa em frente a casa de Dona Henriqueta, que pertence a Arlindo casado com Terezinha e que tem esta casa como uma casa de campo, uma vez que moram em Campo Bom. Com o falecimento de dona Henriqueta, ao longo da realização desse trabalho, suas terras foram divididas. Armândio ficou com a casa de dona Henriqueta; Sueli (e Marino) e Arlindo (e Terezinha) continuaram com suas casas. E ainda uma outra filha, Inês, e seu marido André (que moram em Maquiné) construíram uma casa nas imediações em função de terem recebido por herança o terreno e que, como Arlindo, visitam aos fins-de-semana.

Cabe ressaltar que quando comecei a minha incursão aos Fundos da Solidão morava, nas adjacências, dona Marieta que, pela genealogia, é uma das filhas de Aschinino Almeida Marques, portanto também herdeira das terras. Essa era considerada por todos como “não muito certa da cabeça”. Posteriormente, foi levada por Arlindo para Campo Bom, sendo esse, o responsável por seus cuidados. Como colocou seu Amândio “lá está sendo bem cuidada, pois o Doca (seu Arlindo) tem empregada e tudo e faz tudo por ela”.

Recentemente, Vilma, viúva de um dos filhos de dona Henriqueta e que, além de receber as terras correspondentes à herança de seu falecido marido (um dos filhos de dona Henriqueta), havia comprado as terras dos herdeiros de seu Crescêncio, construiu uma casa tendo intenções de vir morar na localidade. Esse fato que gerou um conflito familiar, visto que nem todos consideravam legítimo o direito de Vilma a essa herança. Também Zeneida, sua filha, tem planos de posteriormente vir morar nos Fundos com sua mãe.

Baseada nessa genealogia e nos processos de sucessão das terras, depreende-se uma tradição de partilha igualitária das terras ao longo das gerações e, nesse processo, ao longo dessas quatro gerações, inicialmente a terra que pertencia a dois irmãos foi sendo desmembrada. No entanto, a forma como foram sendo efetuadas as divisões mostra que não se trata de apenas dividir a propriedade a cada geração entre todos os herdeiros. Não é necessário uma contabilidade complexa para concluir que um número tão grande de pessoas vivendo e obtendo sua sobrevivência em áreas de, no máximo, 22 hectares, como é o caso destas propriedades é insustentável. Porém, como estabelecer quem fica e quem sai? A

literatura concernente a tais deslocamentos coloca que a migração, nesses casos, tem um caráter claro: “garantir a reprodução da unidade, mantendo um vínculo estável com a terra” (Godoi, 1999: p. 70), mas, também é verdade que “onde há herdeiros, há deserdados” (ibidem, p. 70). Um fator importante para essas escolhas, relaciona-se ao gênero. No entanto, deve-se atentar para outros elementos de ordem afetiva e circunstancial.

De uma forma geral, permaneceram os filhos homens, com a ressalva de que tiveram o direito à terra assegurado, somente aquele que nela permaneceu ou que dela tomou posse, seja na forma de uso, através do plantio de algum cultivar ou na forma de construção de alguma benfeitoria. Essa situação se confirma em outros relatos na bibliografia referente à lógica camponesa da posse de terra relacionado ao trabalho sobre essa mesma terra (Musumeci, 1988, Woortmann e Woortmann, 1997, Gehlen, 1998, Godoi, 1999).

Entre todas as situações permanece a leitura da existência de um senso prático e um *habitus* que conforma um modo de produção em torno da família, onde se efetua um balanço entre a produção e consumidores. Nesse sentido, a quantidade de terra disponível é um dado fundamental para a reprodução social desse grupo e a percepção da terra enquanto um valor moral, ligado à tradição familiar, não somente como um bem em seu valor monetário. Mesmo em situações onde a terra era vendida, o que se observa é que foi efetuada entre membros do mesmo tronco familiar, como no caso de Vilma que adquiriu as terras dos herdeiros de Crescêncio. A terra não é apenas o lugar para o trabalho, mas o resultado de um trabalho familiar. Essa não é apenas uma propriedade, mas o patrimônio de uma família, portanto, ligado a noção de transmissão de uma herança pelo valor sangue (conforme Abreu Filho, 1982), o que se torna um parâmetro não somente para o estabelecimento de pertencimentos, mas também de hierarquias (Dumont, 1992 e Duarte, 1988)<sup>41</sup>.

Por outro lado, baseado no exemplo de dona Marieta, estigmatizada como doente mental, em parte decorrente da imagem de mulher solteirona que não conseguiu casar, o direito à terra incorre também assumir ônus afetivo e moral dos cuidados com algum membro da família. Nesse caso, pelo fato de Arlindo assumir dona Marieta sob seus os cuidados, esse tem o direito a sua herança, uma vez que dona Marieta não tem herdeiros. A herança é pensada como uma retribuição aos anos de cuidados, afetos e gastos desse para com sua tia. Nesse caso, “funde-se num padrão de reciprocidade a relação dos homens entre si com aquela entre homens e as coisas”. (Woortmann, 1995, p. 195)

---

<sup>41</sup> Segundo estes autores a relação hierárquica pressupõe a dimensão de valor como lógica estabelecadora de distinções, ao mesmo tempo que situa o indivíduo relacionalmente



O direito pleno à terra está associado ao trabalho, ao cuidado com a terra e a um modo de vida associado à atividade ligada à terra como, posteriormente, será caracterizado em detalhes. No entanto, o direito à terra pelo trabalho ou construção de benfeitorias não incorre em desrespeitar os limites da propriedade de patrimônio alheio; não se trata de ocupar qualquer terra que não esteja em uso ou desocupada. Nesse sentido, compreende-se a condenação a atitudes como de Edí, ex-marido de Rafinha que está requerendo usucapião das terras onde atualmente vive, bem como o fato de existirem determinados lotes de terras não ocupados que, sequer se conhece o proprietário, não terem sido invadidos ou anexados ao patrimônio de algum morador local.

Além disso, nos desdobramentos recentes que se observa baseado na genealogia de Zeneida, principalmente relacionado às gerações recentes, observa-se que a terra é considerada não apenas em sua ótica de reprodução social do grupo familiar, mas também relacionada ao lazer. Nesse sentido, permanece a idéia da manutenção do patrimônio familiar, não mais somente para o provisãoamento, no sentido da subsistência do grupo familiar, mas em sua acepção simbólica e afetiva. Arlindo, Inês e Vilma que constituíram toda uma trajetória urbana na busca por melhores condições de vida e mantêm suas propriedades nos Fundos. Seja porque sempre mantiveram esse referencial familiar do “*ethos*” local, seja porque no encontro com o universo urbano, sobrevém um ideário de valorização da natureza e da tradição, as gerações recentes buscam um retorno aos Fundos e vêm nesse retorno, uma forma de cultivar uma tradição familiar, ligada às suas reminiscências de infância e à preservação de um valor ligado à família. Esse sentido familiar remete a um parentesco, mas tem sua atualização enquanto valor afetivo e cultural.

É nesse contexto que se fazem perceber possibilidades de mudanças de atitudes. Por exemplo, Zeneida conta que sua mãe faz coleta seletiva de lixo e todo o lixo orgânico é destinado à compostagem. Todo o lixo que enxerga nos arredores, gradativamente vai recolhendo, ao contrário da prática local, onde o normalmente é jogado no arroio ou no mato. Também Inês, em sua fala, ressalta a importância de “preservar as águas e o verde desse lugar”, destacando os valores estéticos contidos numa natureza “preservada”.

A essa noção de propriedade envolta em valores familiares e na necessidade de mantê-la, é necessário reconhecer que, se por um lado somos levados a interpretar esses fatos como regidos por uma certa economia moral, não significa que, com isso, também não esteja implícita uma certa idéia de monetarização, observável nos desdobramentos da partilha, reconhecidamente processada sob conflitos e disputas. Isso implica em reconhecer que na idéia de um patrimônio familiar comum, vão se infiltrando valores como o direito à

propriedade nos termos jurídicos (a titulação privada da terra), onde começa-se a atentar para a preocupação com o registro da partilha do imóvel. Observam-se, pequenos detalhes como a construção de cercas que delimitam as propriedades dos herdeiros, antes visto como uma propriedade comum.

Por outro lado, essa noção de propriedade, envolta em alguns valores relacionados ao trabalho e à família, em parte, explica a grande dificuldade de compreender noções como Reserva da Biosfera ou a proibição ao livre usufruto das terras, sobretudo o impedimento a uma forma de intervenção tradicional, ligada não somente com uma razão instrumental, mas também simbólica, no sentido de constituírem um patrimônio familiar onde não se separa um modo de “ser” e “ter” da própria noção de terra.

### **3.4. Os moradores dos Fundos da Solidão e a descrição das unidades domésticas.**

Nas primeiras entrevistas com seu Olímpio, aposentado, morador dos Fundos da Solidão, tentando desvendar um pouco das identidades locais e sabendo que se tratava de uma região de colonização italiana, acrescido a uma aparência que poderia estar denotando tal origem, perguntou-se em relação aos seus antepassados “O senhor não lembra se eles vieram da Itália?” Imediata e categoricamente, ele respondeu: “Não. Era tudo daqui.” Num outro momento da entrevista, questionou-se: “O Sr. se lembra dos seus pais, dos seus avós?”, esse responde: “Essa parte eu me lembro. Nós fomos criados tudo aqui dentro de Maquiné. Quer dizer que aqui pertence para Maquiné mesmo. Nós fomos criados aqui na Solidão. Nós se criamos tudo em casa com o falecido meu pai e a falecida minha mãe”.

A essa abordagem inicial, o tema progressivamente, abarcava a relação com o trabalho: “Todo mundo na roça. Todos eles. Meus irmãos nunca saíram para trabalhar para fora. Tudo junto em casa.” Declara seu Olímpio, de forma austera, como indicando as pistas para o caminho reto, correto, honrado.

Na verdade, o meu interesse e a forma de abordagem giravam sempre em torno da atividade produtiva ligada à samambaia, o que, por si só, poderia, mesmo tentando falar de família, estar orientando o assunto para a produção e para o trabalho; mas igualmente perpassa a essa comunidade a íntima ligação entre o sentimento de identidade local, o valor do trabalho e a família.

As declarações de seu Olimpio como “Ali em casa foi assim: nós trabalhamos tudo para o monte da casa, não tinha separação, hoje já tem separação, mas de primeiramente não tinha. Então se eu tinha dinheiro, meus irmãos tinham”, evidenciam uma solidariedade que

remete à família e a um contexto de representação das condições de produção e reprodução social que regem um sistema de valores centrado na família, norteado pelo trabalho e propriedade comum, envolto em uma vida austera e regrada. Fazendo alusão ao modo de produção doméstico, característico do campesinato, nos termos dos seus primeiros teorizadores, como Chayanov (Woortmann, 2001). Para esse autor, duas questões eram básicas: a indistinção entre unidade de produção e unidade de consumo e a ausência de salários. A partir desses elementos, postula toda uma racionalização do ponto de vista econômico que singulariza o camponês e seu modo de produção num constante balanço entre produção (fundamentado na mão de obra familiar) e consumo (relativo ao número de pessoas que vive desta produção familiar).

Como modelo, Chayanov permite, a partir do funcionamento das unidades domésticas em um viés econômico, estabelecer as bases para uma categoria social de camponês. No entanto, as trajetórias individuais demonstram como cada família apresenta estratégias próprias, sobressaindo a presença do indivíduo e o conflito com a hierarquia familiar. Relatos de filhas que saíram brigadas de casa, nunca mais se soube delas e que nem o nome se pronuncia, exemplificam esses conflitos e justificam as palavras de seu Olímpio, que constata que mudanças vêm ocorrendo. Nos termos dos registros operados nos Fundos da Solidão, importa olharmos para este dado: dos conflitos e os dilemas os quais sempre se fizeram presentes e agora se convertem em sinais de mudança na própria estrutura familiar. Partindo do pressuposto que, da mesma forma que as genealogias, os modelos teóricos são apenas mapas que conduzem a uma percepção geométrica e estruturada da unidade doméstica, mais do que os caminhos "formais" dos mapas, importam os caminhos efetivamente percorridos pelos sujeitos das relações de parentesco. Propõe-se centrar a atenção nas relações familiares em sua prática, ou seja, nos caminhos cultivados.

Na própria configuração exposta até o momento, a sobreposição da unidade doméstica entre unidade residencial e de produção permeada pela posse da terra, incorre em uma tensão entre a lealdade a família, em seu sentido extenso, contraposta à nuclear.

Dessa forma, aos questionamentos sobre família, a tendência é referenciar a família nuclear ou conjugal, – o casal, com filhos ou não, ou então, os solteirões ou os “sozinhos” que no momento encontram-se separados - residentes num espaço delimitado pelo local de moradia. Esses, com sua própria roça (embora a maioria não seja proprietária deste espaço) e um conjunto de atividades para a manutenção deste grupamento. Nesse sentido, fundamental é a casa, a presença de um provedor, a complementaridade hierárquica entre gêneros e a terra com seu valor de uso.

No entanto, considerando as relações sociais de ajuda mútua e a titularidade dos lotes de terras, verifica-se a família extensa como delimitador dos grupamentos familiares. No caso, a referência é o progenitor(a) da linhagem (o proprietário das terras). Isso incorre em considerar a terra em seu valor de direito e a complementariedade hierárquica entre gerações. De uma forma geral, os laços centram-se na geração mais antiga. A própria observação da distribuição das casas (Figura 9) parece demonstrar um princípio centrípeto, cujo centro encontra-se na casa paterna ou materna, a partir da qual “emana” uma força atrativa, relacionada aos laços que ligam pai, mãe e filhos. Estabelece-se com isso, uma dinâmica não só de distribuição das casas e uso da terra, mas uma interação muito própria entre seus moradores. Declarações como de dona Otília e seu Virgílio, ilustram um pouco dessa situação.

- A senhora visita todos os seus filhos?

Seu Virgílio: Ela visita de casa em casa.

Dona Otília: Eu passo tudo aí.

- Todo dia?

Dona Otília: Todo dia. Quando eu vou na casa dum o outro [reclama]...

Seu Virgílio: Quando ela não vai, eles vêm.

Ou então, dona Maria, falando que andava muito “estressada”, comentou, “sabe como é que é, a gente fica fazendo o serviço de casa, mas está sempre com os ouvidos atentos, ouve um grito dos netos, dá uma espiadinha”. Isso expõe uma organização espacial das casas em que, das casas dos pais, é possível visualizar a dos demais filhos. Assim, entre as casas de pais, filhos e netos, há um fluxo de relações de auto-ajuda e auto-vigilância.

Depreende-se, desse contexto mais amplo que, embora encontremos como modelo a família nuclear, nos contextos produtivos e sociais, a parentela e a família extensa são os delimitadores dos grupamentos familiares (por exemplo, a família de dona Henriqueta, anteriormente analisada a partir da genealogia de Zeneida).

Quando se questiona quantas famílias vivem nos Fundos da Solidão, as respostas referem-se ao primeiro ponto de vista, ou seja, contabilizam-se vinte os quais, tomados dentro da delimitação de famílias extensas, transformam-se em oito núcleos familiares. Esses correspondem a distribuição espacial mostrada na figura 9 e ao fato de que apenas a metade das famílias entrevistadas afirmam ser dona das terras onde vive (lembrando que em algumas propriedades, já foi efetuada a repartição da herança).

Em relação à terra, a maioria dessas famílias detêm apenas o direito de posse de suas propriedades. Essa situação, até recentemente, dificultava a utilização dessas áreas pelos agricultores locais, pois, segundo o Código Florestal do Rio Grande do Sul, a solicitação de

licença oficial para proceder ao manejo da vegetação pioneira, característica da região (capoeiras em diversos estágios de regeneração), somente pode ser encaminhada para áreas com registro legal em cartório. Quanto à extensão, são todas pequenas propriedades de, no máximo, 22 hectares, sendo que a metade não atinge dez hectares. Geralmente a superfície agrícola útil é pequena, com pouca área plana e inclinação suave (correspondendo à planície e escarpa 1, no esquema apresentado na figura 6, no capítulo 1), o restante formado por encostas, onde o manejo e uso tornam-se difíceis.

A extensão dos lotes de terra são fatores importantes de serem considerados, pois o que se verifica é que, de geração em geração, os filhos vão casando e construindo suas casas perto dos seus pais. Casamentos consangüíneos, como dos gêmeos Mariano e Mariante que são casados com as irmãs Dila e Dete, são comuns. Também seu Olímpio e seu irmão casaram com duas irmãs e, diante do meu estranhamento com esse fato, afirma que era “coisa muito comum”. Parece, com isso haver uma lógica de manutenção da propriedade e da família. No entanto, os relatos colocam a falta de opção, ocasionado pelo relativo isolamento geográfico e pela restrita rede de sociabilidade. Alguns casamentos são por “fuga” tanto que, para referirem-se a alguns casamentos, ouve-se o termo “eles fugiram”. Outros trabalhos sobre campesinato já registraram essa situação (Woortmann e Woortmann, 1983). Uma das explicações para isso relaciona-se às condições financeiras, pois a fuga é uma forma das famílias não precisarem oferecer uma festa de casamento. Isso expõe a regra local, onde a família da noiva seria a responsável por oferecer a festa e poder oferecer uma grande festa no casamento da filha apresenta-se como motivo de distinção. Contudo, dado às condições econômicas, há todo um sistema social para “burlar” essas obrigações, sem expor a família da noiva.

Geralmente, quem permanece nas terras são os filhos homens, vindo a esposa integrar-se à família desse. A saída das filhas está associada não somente ao casamento mas, observam-se, em muitos casos, que essas saem para empregarem-se na casa de parentes ou conhecidos, realizando algum trabalho doméstico, posteriormente vindo a se casarem.

Há dois casos onde os maridos moram nas terras do núcleo familiar da esposa. Ao relato desses dois casos, acrescenta-se uma justificativa lógica, o que confirma uma tendência a um padrão residencial virilocal. Em um dos casos, de Pedro e Eni, sua mãe, dona Eurides, tem apenas um filho homem (que mora na cidade) e várias filhas mulheres, o que justifica a opção de morarem nas terras da mãe. No outro caso, de Sueli e Marino, parece que uma das razões de estarem morando perto da mãe de Sueli, Dona Henriqueta (que veio a falecer no intervalo de realização da pesquisa), seria o fato de poderem assisti-la, tanto no que concerne aos

cuidados com a saúde, como no auxílio aos afazeres domésticos. Além disso, na propriedade de dona Otília (mãe de Marino), já se concentra um grande número de famílias e casas, o que, talvez tivesse influenciado para essa decisão.

Ainda um há caso diferenciado dos demais, o de seu Juca que, apesar de ter relações maritais com Araci, mora numa casa “no mato”. Esse é um local bastante isolado onde moravam seus familiares. Esporadicamente “desce” de sua casa para visitar a família. As razões dessa situação podem estar relacionadas à disposição individual a um certo isolamento, até a questões estruturais, decorrentes das relações sociais, visto que a família de seu Juca não era da localidade.

### **3.5. As relações entre gêneros**

Um dos eixos fundamentais da organização familiar encontra-se na relação entre marido e mulher. Esse tema, aos olhares exógenos de alguém que está se inserindo a comunidade, tende a ser tratado numa perspectiva polarizada entre os gêneros. Porém sua abordagem, ao mesmo tempo em que fornece as regras de um grupo regido por hierarquias, tangencia a problemática ampla da relação do indivíduo perante a sociedade, própria da discussão da modernidade, onde o sujeito começa a se conceber enquanto indivíduo, dando margem aos conflitos em relação às regras do grupo.

A representação dos papéis sociais de cada gênero apresentam-se claramente delimitados e que em sua complementaridade permitem a manutenção da família. Assim, de uma forma geral, à mulher cabe a educação dos filhos, a manutenção e o ordenamento da casa e dos arredores, enquanto ao homem cabe encarregar-se de todas as tarefas para a provisão dessa família, propiciar os bens materiais, encarregando-se das atividades produtivas. Revelam uma estrutura baseada na divisão sexual do trabalho entre as esferas pública e privada atribuída segundo o gênero. Tal disposição permite a visualização de cenas onde o homem (marido ou filho) chega em casa, suado e sujo, uma vez que estava na roça. Lava-se e vai sentar-se à mesa, esperando que a mulher (esposa ou filha), sirva a comida recém retirada do fogo. Esse é o modelo de uma família bem constituída. A esse conjunto de tarefas, correspondem valores morais ou comportamentos, que correspondem à configuração do homem, como o responsável pela casa, o seu chefe, e a da mulher, integrada a esse domínio, estabelecendo-se assim uma relação complementar e sugerindo uma situação de “englobamento do contrário”, conforme Louis Dumont (1985).

Apesar dessa ordenação tradicional ideal embalar as representações locais relativas à relação dos gêneros, sendo reiteradamente reforçado no discurso (quando perguntados sobre a economia familiar, há sempre uma preocupação de apresentar a figura masculina como o responsável pela manutenção da família), o que se verifica também são discursos e situações disruptivas, que recolocam essa disposição complementar entre gêneros como uma forma de submissão. Essa situação perfila entre as mulheres, geralmente em linguagem jocosa, mas manifesta-se muito mais numa linguagem silenciosa, reticente, entrecortada de um riso contido ou então em termos como “tu sabe como é que é....”.

Presenças como de Rafinha, diante de tais configurações buscam inseri-las em um discurso moderno-contemporâneo, questionando esta situação e buscando a “igualdade de condições” entre os homens e mulheres. Estes questionamentos incitam um sentimento de angústia entre as mulheres que buscam cada vez mais inserirem-se numa atividade produtiva para obter seu próprio ganho e ajudarem nos gastos da casa ou reivindicarem de forma igualitária, sua parte da herança. Por outro lado, também os homens, percebendo estas mudanças que estão a se processar, ora buscam impor os padrões correntes, mostrando-se bastante resistentes a qualquer mudança nos hábitos familiares cotidianos, ora mostram-se ciumentos, buscando mecanismos para cercear a liberdade de suas esposas, mas igualmente sentem-se angustiados, embora demonstrem de diferentes formas. Tais balanços entre os gêneros são também afetados e afetam as demais esferas sociais deste grupo, tais como nas atividades produtivas. A inserção ou adesão a uma nova atividade, desta forma altera e é afetado por este balanço entre gêneros.

Outros fatores contribuem para alterar este balanço entre os sexos na divisão do trabalho. Segundo Meyer Fortes (1962), um dado importante a se considerar em relação aos grupos domésticos refere-se a fase do ciclo de desenvolvimento, ou seja, dependendo da fase de vida que se encontram seus integrantes a própria divisão sexual do trabalho é alterada. Assim, com o envelhecimento do casal, frequentemente visualiza-se o marido, ajudando a esposa em suas tarefas domésticas, como lavar a louça, arrumar a casa... Da mesma forma, em grupos domésticos onde há poucos homens, a mulher assume as tarefas masculinas, de modo que a divisão sexual, reiterado no plano do discurso, na prática apresenta alterações, o que nos leva a referir-nos a atividades “mais femininas” ou “mais masculinas” como representantes desse estado de complementariedade entre os sexos.

### 3.6. As novas gerações e o estatuto da criança

Atualmente, convivem nessas terras até quatro gerações e parece haver uma lógica de ocupação dessas terras, onde o número de pessoas foi, de certa forma, “regulado” de modo a manterem o balanço entre quantidade de terras e sua capacidade de suporte. Sob esse raciocínio, próprio de algumas abordagens clássicas em torno do campesinato onde, para a manutenção da família o balanço entre produção e consumo é determinante, os filhos podem ser vistos como elementos reguladores deste balanço (seja por significar maior consumo, mas por outro lado, constituírem-se na mão de obra que mantém a produção familiar). Nas conversas sobre a família, observa-se que tais preocupações se fazem presentes, mas, a ênfase das abordagens no que concerne aos filhos recai no fato, como observa Macfarlaine (1986), de que os filhos são o objeto do afeto, considerados sob o seu aspecto emocional e estético que proporcionavam às famílias. “É uma graça de Deus, um anjinho, um presente”, como observa Ivone. A família somente se completa com a presença de um filho e representa também a expectativa de continuidade da família e de dias melhores. Nesse sentido, percebe-se que as idéias e os investimentos associados a nova geração, constituem-se nas formas pelas quais, as pessoas visualizam estratégias para se alcançar maior prosperidade.

Nesse sentido, às gerações mais novas reforça-se o acesso à escolaridade. O ensino fundamental é propiciado a partir de duas escolas: uma delas situada na localidade, a Escola Municipal Boaventura e a outra na sede do município de Maquiné, a Escola Estadual Leopoldo von Langendonck. Contrasta com a situação dos adultos dos Fundos da Solidão que, em sua grande maioria, se enquadram em duas categorias em relação à alfabetização: a primeira constituída por aqueles que não sabem ler e escrever ou escrevem somente o seu próprio nome e reconhecem os números; a segunda caracteriza-se por pessoas que foram precariamente alfabetizadas em sua infância ou em sua adolescência, sabendo ler e escrever pequenos textos. Relata-se que, antigamente, havia uma escola nos Fundos da Solidão onde a maioria dos adultos estudou. Geralmente, as mulheres não sabem escrever. Muitas delas ressaltam que gostariam de ter aprendido a escrever ou de terem continuado na escola, mas os pais não consideravam importante que uma mulher soubesse escrever. O nível de escolaridade fixa-se nas quatro primeiras séries do ensino fundamental. A geração se encontra na pré-adolescência e na adolescência apresenta um grau de escolaridade melhor e almejam sair da Solidão, “achar emprego em outro lugar”. Um fator que tem contribuído para a escolarização relaciona-se aos programas governamentais iniciados na década de 90, como as “bolsas-



escola”<sup>42</sup>, que levam os pais a enviarem seus filhos à escola, visto que são motivados pelo recebimento de um auxílio em dinheiro. Essa imposição de enviarem os filhos à escola este inserido no Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual preconiza a idéia de que a criança “tem que brincar”, na leitura dos moradores locais, interfere na prática corrente dos filhos ajudarem os pais nos afazeres domésticos e na roça. “Época de cortar cana a gente não ia a escola”, conta seu Armândio. Hoje, algumas mães temem ser denunciadas ao Conselho Tutelar, pois, segundo relatam, houve casos de mães que receberam a visita de representantes do Conselho, em função de denúncias relativas aos maus tratos.

Eu e o Lino quando era pequenininho, às vezes, levavam pra roça, botavam dentro de um balaio, de uma caixa e deixava lá (risos). E hoje os nossos não levamos, ficamos com dó tem que ficar um em casa pra cuidar ou arrumar uma pra cuidar. Antes mais, nós ia pra roça, nem que os mosquitos mordessem (André)

Essa situação, em parte, evidencia o processo de modificação do estatuto da criança. Antigamente crianças misturavam-se aos adultos, no máximo eram miniaturas de adultos que, tão logo passasse a dispensar a ajuda da mãe, ingressavam na vida adulta, participando dos ofícios diários da família (Ariès, 1981). Estabelecia-se dentro do grupo doméstico, uma divisão do trabalho por faixa etária. Nesse contexto, eram importantes para a própria manutenção e reprodução da unidade doméstica. Com a instauração da infância como uma fase diferenciada da fase adulta, há a conotação da criança como um peso, como mais uma boca a alimentar, sem contar com sua força de trabalho (como já analisado por Macfarlane, 1986). No entanto, com as bolsas-escola, novamente inverte-se essa situação, uma vez que as famílias passam a receber por criança que esteja matriculada na escola.

Embora corresponda a um valor de R\$ 15,00, pode-se perceber a sua importância para as famílias que a recebem. Segundo relato da Vice-diretora da maior escola do município, o processo de cadastramento e a seleção das famílias aptas a receberem esse auxílio é alvo de disputas acirradíssimas. Além disso, pelas leis trabalhistas, a mulher agricultora, atualmente tem direito a receber o auxílio maternidade, o que também contribui para um olhar favorável em relação à maternidade. Ivone, por exemplo, com o dinheiro que recebeu com o nascimento do último filho, conseguiu efetuar algumas reformas na casa, há muito almejadas. Em tom de brincadeira ainda diz que pretende ter mais um filho para poder comprar um cavalo e uma carroça e, com isto sair vendendo aipim, feijão e artesanato.

---

<sup>42</sup> Criado pela Medida Provisória 2.140, de 13 de fevereiro de 2001, o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola", garante todo mês uma ajuda de R\$ 15,00 para cada criança entre 6 e 15 anos, que esteja freqüentando e assistindo às aulas. O programa assiste no máximo 3 crianças por família e a renda familiar não pode ser superior a R\$ 90,00 por pessoa.

Nesse contexto, o interstício de tempo até a criança atingir a idade escolar é um momento que gera algumas dificuldades, pois nessa faixa de idade, além de não receber o referido benefício, incorre na necessidade de alguém para cuidar da criança. O que fazer com a criança pequena quando a mãe precisa ir trabalhar? Normalmente deixam com uma irmã mais velha ou com outros familiares, que “dão uma olhadinha”. Porém, constitui-se um problema para as mulheres, razão pela qual, reivindicam uma creche local.

Ainda em relação aos filhos, o que se observa é a diminuição do número de filhos de geração a geração, estando cada vez mais presentes nas pautas familiares o planejamento familiar e a preocupação com o controle da natalidade.

### **3.7. A renda familiar**

A renda dessas famílias é um parâmetro difícil de precisar. Estimativas são possíveis, através de aproximações a intervalos de renda. No entanto, ao longo desse tempo de acompanhamento dessas, as fontes de renda e os valores variaram. Num levantamento inicial efetuado em 2002, verificou-se que a renda mensal de 16 famílias consultadas, oscilava entre um a dois salários mínimos, enquanto que, para três das famílias, o rendimento mensal não chegava a um salário mínimo.

A coleta de samambaia faz parte da composição de renda de, aproximadamente 60% das famílias dos Fundos da Solidão. Desses, a maioria a considera como fonte principal de renda. A aposentadoria rural vem em segundo lugar, sendo a renda principal de oito famílias. As outras atividades citadas na composição da renda das famílias foram: venda de excedente agrícola, artesanato com fibras naturais, trabalho como peão ou em “empreitadas”, azulejista, licenças e pensões do INSS, elaboração e comercialização de fitoterápicos preparados a partir de ervas cultivadas e coletadas na localidade, participação em feiras. Existe ainda a referida busca do benefício do Programa Bolsa Escola do Governo Federal e a ajuda financeira de familiares residentes em outras localidades.

Foi relatado ainda, um caso de arrendamento de terras para coleta de samambaia, cujo pagamento correspondia a, aproximadamente, 39 dias de trabalho por ano do casal e do filho, na propriedade do arrendador. Ocasionalmente, há casos de arrendamento por curto espaço de tempo (de três meses por exemplo) pagando aproximadamente R\$ 150,00 pelo período total

de uso<sup>43</sup>. Quando o arrendamento é para cultivo da área, um terço da colheita é destinado ao proprietário como forma de pagamento.

Parte das atividades e rendimentos referidos são temporários, ou seja, não há uma garantia de continuidade prolongada, mas são aproveitados como complemento da renda. Algumas dessas atividades, assim como as de subsistência, são praticadas quando não há demanda por samambaia.

É importante salientar que nenhuma família tem como principal rendimento a venda de excedente de produção agrícola ou pecuária. Verifica-se que persistem roças onde são cultivadas, principalmente, a mandioca, além do milho, do feijão e da batata-doce. Na propriedade de alguns moradores, há a criação de porcos e de galinhas para obtenção da carne e de ovos. Poucas famílias mantêm gado, seja de corte ou leiteiro. Tendo em vista a pequena produção, muitos dos mantimentos consumidos são comprados nos mercados da região.

Esse quadro de tarefas vem sofrendo drásticas alterações ao longo do tempo. Em 2004/2005, momento da escritura desse trabalho, muitas famílias haviam deixado de tirar samambaia, passando a trabalhar em empreitadas nas grandes propriedades da região.

De uma forma geral, esse dado sobre a renda é um parâmetro cada vez mais considerado, seja para determinação da situação social de um grupo, seja em termos práticos para abertura de uma conta bancária ou, simplesmente, efetuar uma compra a prazo. Porém, a avaliação dos valores de renda dessas famílias tem conotações bastante paradoxais, uma vez que esse é freqüentemente considerado “um bom dinheiro” para os moldes locais. Mas, por outro lado, em determinados momentos, colocam-se como os “mais necessitados, os mais pobres”. A compreensão das razões de tais avaliações recolocam as diversas representações a respeito do valor do trabalho e da condição social dessas pessoas.

A consideração de que se trata de um “bom dinheiro” refere-se à avaliação em comparação aos possíveis ganhos com outras atividades, como no cultivo de milho ou no de feijão, dentro das condições locais. Seja pela quantidade de área plantada, seja pelos preços de mercado desses produtos, quando comparados aos valores de um feixe de samambaia que, como foi visto, para os olhares locais, não exige maiores tratamentos com cultivo, o rendimento financeiro foi bem inferior.

Por outro lado, são sempre considerados, aos olhares externos à comunidade, como “os mais pobres”, os “fracos”. Percebe-se, mais que um julgamento em termos dos valores da

---

<sup>43</sup> Apesar de haver apenas um relato de arrendamento formal, o que se verifica é a existência de outros acordos com os proprietários das terras para, ocasionalmente, retirarem a samambaia. Neste caso, geralmente, o coletor paga R\$ 0,05 por mala (pacote com aproximadamente 60 folhas de samambaia) colhida na propriedade.

renda familiar, propriamente ditos, que se mesclam avaliações de ordem moral<sup>44</sup>. Subjacente à constatação do estado de pobreza, as observações e os comentários referem-se à incapacidade de racionalização, por parte desses, entre o quanto se ganha e o quanto se gasta. Um exemplo disso é a freqüente referência às famílias com muitos filhos em contraste com os baixos ganhos, ou, ao fato de apenas trabalharem para o gasto, sem terem uma preocupação com o futuro.

### **3.8 O tempo como fonte de estranhamento aos olhares exógenos**

Fazendo uma retrospectiva do processo de inserção e início do trabalho com o grupo, uma imagem impactante relaciona-se a natureza de trabalho árduo, difícil e sujeito a uma série de intemperismos climáticos e contratempos das atividades produtivas do grupo. No entanto, com a intensificação do convívio e com o acompanhamento mais rotineiro, verifica-se que há um certo descompasso entre o grande esforço dispendido com o extrativismo e a agricultura, ao mesmo tempo, uma certa sensação de indolência, no que tange a outras situações cotidianas. Algumas situações relatadas a seguir trazem elementos para ilustrar esse fato.

O primeiro exemplo refere-se ao Seu Renato. Esse era um excelente construtor de violinos e, comovido com essa atividade rústica e artesanal, um dos integrantes da organização não-governamental encomendou um violão. Outras pessoas também desejavam adquirir um violino construído por Seu Renato. Contudo, até que esse concluísse o violão passou-se um ano. Eu mesma acompanhei esse longo período de espera e de ansiedade em ver o violão pronto. Ao mesmo tempo sabia-se que a venda de um violino renderia mais do que meses de coleta de samambaia. Outros amigos da família relataram que, caso Seu Renato se propusesse a realmente produzir violinos, haveria inúmeras encomendas. Um exercício de relativização permitia respeitar este tempo diferenciado de manufatura de uma obra artesanal, de concepção e de construção de cada instrumento, em conformidade com os momentos de inspiração de quem o constrói. Mas permanecia ainda algo não compreendido.

Outro exemplo refere-se a algumas pessoas que fazem artesanato. Como forma de consecução de uma renda extra, integrantes da ong e da comunidade conseguiram colocações em algumas feiras de artesanato para que essas vendessem seus trabalhos. Durante a feira, apesar de conseguirem vender seus produtos, passaram a semana inteira fazendo queixas

---

<sup>44</sup> Situação similar foi descrita por Arlene Renck (1997) em relação aos coletores de erva-mate do oeste catarinense, cuja condição de extrativista sobrepõe-se a uma fronteira étnica, relacionada aos “brasileiros ou caboclos”, em contraste com os “colonos” italianos e tais julgamentos e argumentos são colocados como estabelecadores das fronteiras étnicas e sociais entre essas categorias.

sobre a dificuldade de estarem ali vendendo. Obviamente, uma reflexão mais aproximada da situação evidenciaria o esforço e a dificuldade de saírem de sua rotina caseira, a preocupação com os filhos, com o marido. No entanto, uma das pessoas que havia conseguido o espaço para venda sentia-se muito frustrada com a recepção dessas mulheres a sua iniciativa. Numa situação de desabafo, colocou que se sentia “desperdiçando energia com quem não quer se ajudar”.

Esses cenários remetem a relatos de moradores do município ao referirem-se aos moradores do Fundão, evidenciam essa incompreensão em relação ao imobilismo das pessoas dessa localidade. Algo como “é difícil trabalhar com eles”, “este pessoal não tem iniciativa, vontade”. O próprio prefeito, ao mesmo tempo em que colocava as dificuldades pelas quais passavam as famílias da localidade, manifesta, nas entrelinhas, um pouco desse sentimento.

Eu mesma, oriunda de uma realidade rural, também era acometida desta impressão, frente ao contato com essa comunidade. Na verdade, estava ostentando a distinção referida por Seyferth (1993), entre os colonos alemães, que em seus discursos, estabeleciam fronteiras étnicas em relação aos caboclos, baseado no volume de trabalho. Constituiu-se, portanto, também para mim, um exercício de relativização.

No entanto, esses julgamentos de valores dessas situações evidenciam também, ideologias bastante distintas, onde a instauração de uma lógica capitalista rompe com a tradicional. Uma primeira reflexão diz respeito aos tempos. Transparece aqui a imagem de um tempo que não evolui, de um lugar remoto e onde moram pessoas excluídas das políticas públicas. Um estado de letargia que remete àqueles tempos de crise que deu origem ao tempo da samambaia. Remetendo ao filme do cineasta Walter Salles, “Abril Despedaçado”<sup>45</sup> que tem como temática condutora a tradição e a noção de honra no ambiente rural brasileiro. A imagem recorrente durante o filme é o movimento circular de uma junta de bois que move a moenda de cana onde uma pequena família do interior nordestino, de sol a sol, trabalha. Dia após dia, os bois de canga andam em círculo, movendo as engrenagens que moem a cana. O movimento é repetitivo e monótono. Uma das imagens mais contundentes, no entanto, é quando estes animais passam a andar em movimento circular sem estarem na moenda de cana. Tal imagem causa-nos um grande mal-estar, porque pensamos nos bois, mas em seguida, pensamos nas pessoas, as quais também se encontram nessa condição. Num relampejar de segundos, uma série de imagens perpassam a mente, gerado por essa imagem inicial. Não se encontra saída para esse imobilismo, embora estejam em movimento. Essa é uma imagem que

---

<sup>45</sup> Filme dirigido por Walter Salles, produção franco-suíço-brasileira de 2001, baseado no livro Abril Despedaçado de Ismail Kadaré.

pode ser veiculada relacionada à tradição a ao tradicional e por conseguinte aos moradores dos Fundos da Solidão.

No entanto, numa rápida retrospectiva pelas principais obras sobre campesinato brasileiro, parece extraordinária a habilidade de perpetuação dos mecanismos mantenedores desses grupo e de sua perpetuação: no funcionamento de uma família, na relação entre gêneros, na relação pais-filhos, nas alianças, na relação com a terra e o trabalho. Somos compelidos a pensar que há um sistema social e político que instaura tal situação e que, de modo altamente eficaz, continua a se reproduzir.

Parece que é dentro destes ditames que se perpetua uma condição que estigmatiza esse grupo, mas que também permite sua perpetuação. Tal estigma apresenta-se como um sinal diacrítico e estabelecedor de algumas fronteiras entre dois sistemas diferenciados, sejam esses identificados como rural e urbano, tradicional e moderno ou campo e cidade. Mais do que analisá-los como estigma, essa dicotomia permite o estabelecimento de dois regimes distintos de valores e idéias, remetendo a Louis Dumont (1992): um regido pelo princípio de hierarquia em contraste com outro, identificado com a igualdade. Dentro da perspectiva hierárquica, o todo rege as partes, resultando num sistema holista, enquanto na perspectiva igualitária, a parte predomina sobre o todo, resultando num sistema individualista.

No caso das observações, uma das hipóteses em relação ao grupo é de que esses regimes diferenciados resultem em temporalidades distintas que, apesar de suas fronteiras e estranhamentos, convivem. Na fricção entre essas temporalidades, pode-se perceber a presença do conflito que, além da situação da tensão, pode ser a mola para a dinamicidade desse sistema e signos de um estado de constante mudança. Assim, ao contrário da imagem inicial de imobilismo associado a esse grupo, na perspectiva do trabalho etnográfico somos acometidos pela imagem de um grupo constantemente colocado diante de novas situações, novas pessoas, novas leis, as quais, ao seu modo, acomodam as suas rotinas. Nos termos desse trabalho, encara-se esse fato como conformador desse grupo, o que justifica abordá-lo no quadro referencial de uma sociedade moderna e complexa e que por apresentarem mecanismos culturais tradicionais, estabelecem fronteiras, inscritas em valores e práticas, que permitem uma delimitação entre esses grupos e a sociedade abrangente a qual está imersa. É dentro desse contexto que constituem suas identidades.

### 3.9 Ser colono, ser samabaiero... identidades sobrepostas

Escrever essa tese constitui-se, de modo enfático, entrar na Solidão, o que significa ingressar numa localidade cujo referencial inicial é o fato de ficar num “fundo”. Esse traz a conotação de distância, mas, sobretudo, de um certo isolamento. Trata-se de um “fundo de vale” com uma via de acesso principal e rodeado de morros que, aos olhos de quem não é da localidade, parece intransponível. Com o tempo e com as histórias, vai-se descobrindo que existem atalhos que passam por meio das roças de verduras e que, pelos morros, existem caminhos, outrora muito percorridos. É nesses termos que um “pedaço de natureza” vai se constituindo em paisagem, num esforço do espírito em captar uma unidade dentro de uma totalidade indivisível que é a natureza. Citando Simmel (1996)

A natureza que no seu ser e no seu sentido profundos tudo ignora da individualidade, se encontra remanejada pelo olhar humano - que a divide e decompõe em seguida em unidades particulares - nessas individualidades que chamamos de paisagens. (p. 16)

Ancorados na noção de paisagem, identifica-se uma primeira instância conformadora da identidade local. O “fundo” traz a idéia de uma interioridade, um resguardo, o qual evoca uma certa idéia de originalidade, de primitividade e de precariedade. Essa primitividade é reforçada pela paisagem ao denotar uma forma de vida intrinsecamente ligada a essa paisagem, ou seja, dependente da terra e dos recursos naturais. Essas idéias, não expressas na forma de conceitos, afloram ao adentrar nesse universo local. No encontro com os moradores, pressente-se esse complexo lastro de sentir-se de determinada forma, em função de compartilhar um lugar, ligados por fortes laços de parentesco e de convívio e que em seu conjunto constituem uma tradição e conformam um modo de ser, cujo discurso não é capaz de expressar, mas que resultam em um certo estilo de vida. Estilo esse, aberto ao novo por ser inevitável, mas que no fundo busca com todas as suas forças resguardar uma essência, o direito à diferença e o despeito a quem ultrapassa tais limites. Isto traz a impressão de um certo fechamento. Ser dos Fundos, traz assim uma primeira referência identitária, profundamente arraigada entre os moradores.

Ser do lugar não significa apenas morar nos Fundos. Perpassa entre outras referências um estilo de vida rural, ligado ao “colono”, de quem planta, em contraponto a quem veio da cidade; justificando a afirmação “vocês lá da cidade” ouvida em inúmeras conversas efetuadas ao longo desse trabalho. A cidade era representada pelas inúmeras pessoas estranhas que freqüentavam a casa de Rafinha, associada à violência veiculada pelos programas de TV

como o “Programa do Ratinho”<sup>46</sup>, ao trabalho assalariado e ao “dinheiro certo” no fim do mês. Ademais, “os da cidade” pouco entendiam de plantar, de andar no mato, de roçar e do trabalho pesado. Esses elementos são importantes para a compreensão da situação de inconformidade com a legislação ambiental, pois “são os da cidade que fazem as leis”. Assim, ajudam a constituição de a coesão dessa comunidade, a referência negativa da cidade em seu aspecto moral (a violência, a vida desregrada, o roubo) e estético (a poluição, o barulho, a grande quantidade de carros, a confusão), sobreposto à idéia de berço das leis, que coíbem a liberdade do colono.

Para o acionamento dessas distinções, a noção de valor, conforme Dumont (1985), é fundamental. Trata-se de uma distinção entre categorias contrastivas, revestidos de valores diferenciados a partir da qual é possível estabelecer uma hierarquia. Assim toda experiência humana (intelectual ou prática) pressupõe uma distribuição diferencial (culturalmente definida) do “valor” no mundo, que permite justamente a orientação do sujeito em situação.

A categoria “colono”, transveste-se de uma auto-referência, acionada como contrastiva a quem é da cidade. Do ponto de vista legal, são todos agricultores que contribuem com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e, quando questionados formalmente, ou para preenchimento de algum formulário, colocam-se como agricultores. Uma razão para isso é a aposentadoria rural, visto que uma das perspectivas para esses moradores é o direito à aposentadoria. Trata-se de um salário mínimo, o que, para os parâmetros locais, é um valor razoável, mas, sobretudo, a importância está na estabilidade a ela associada, sendo um “um ganho fixo”, referente ao fato de ser pago mensalmente. Esse aspecto revela a associação ao trabalho do colono à uma noção de instabilidade, pois depende das condições do tempo, das estações, das flutuações de preços dos produtos, entre outros fatores flutuantes, o que os traz os sentidos das afirmações correntes de estarem sempre “na luta”, atentos a todas estas variáveis, num misto de espera, oportunismo e resignação.

Com a aposentadoria, apresenta-se a possibilidade de descanso, associado a despreocupação em relação a essa instabilidade e não apenas ao fato de não precisarem mais trabalhar. “Estar sempre na luta” revela assim, uma condição desse colono e o resistir a tal condição, uma de suas grandes qualidades.

Revela também, a identidade em torno do valor-trabalho. A “vida de colono” denota “viver da terra”. Isso significa não apenas ter a roça, mas dessa roça tirar seu alimento, o feijão, o aipim, o arroz que vai para a sua mesa; o milho que alimenta o porco que fornece a

---

<sup>46</sup> Programa de televisão, veiculado pela rede SBT (Sistema Brasileiro de Televisão), que mescla os mais diversos quadros, buscando abordar temas polêmicos sempre em tom de denúncia.



banha e a carne; o pasto que alimenta as vacas que dão o leite. Viver da terra apresenta algumas especificidades relativas ao “preparar a roça” o qual incorre em “botar” (derrubar) uma capoeira, limpar, plantar, conhecer as épocas adequadas e, sobretudo, “trabalhar pesado”, capinar ao sol, esperar a chuva, temer alguma seca, ou geada forte, e, finalmente, “cuidar”, que significa estar atento a algum gafanhoto, formiga ou ave que “atora” (corta) as sementes recém germinadas. Esses elementos correspondem a um “fazer” que incorre em saberes diversos que foram sendo acumulados ao longo do tempo.

Ao colocarem-se como agricultores ocorre, em muitos momentos, uma distinção entre aqueles “fracos” e “fortes”, num contraste entre os moradores de fundos de vale em contraposição aos agricultores de várzea, aos hortigranjeiros que cultivam olerícolas, os quais têm máquinas, condições de comprarem adubo e os “químicos” para a terra. Esse contraste denota algumas diferenças na relação com a terra: perpassa ao hortigranjeiro a idéia da terra como uma mercadoria, um meio de obter o lucro. As espécies cultivadas por esses, principalmente olerícolas, destinam-se a suprir o mercado externo, “vão tudo pra Ceasa”, ao contrário dos colonos, cujos cultivos visam ao consumo local.

Nos círculos informais, no entanto há ainda outra distinção, associada ao extrativismo. Os “colonos” são os que “tem roça”, geralmente são os mais velhos, que agora estão aposentados. Esses são os proprietários das terras. As gerações seguintes, não tendo condições de adquirirem outros lotes, acabam permanecendo nessas terras. Correspondem aos “samambaieros”, pertencentes à nova geração, entre 20 e 40 anos, moram na propriedade dos pais e, embora pratiquem a agricultura, têm, na coleta, a sua principal fonte de renda.

Entende-se por renda, o valor em espécie que cada família consegue ganhar com seu trabalho, ainda que haja uma gama de atividades produtivas que, não necessariamente revertam em renda, mas que contribuem para a manutenção da família. Isso ocorre no plantio em hortas e em roças; na criação de porcos ou galinhas; na coleta da banana nos bananais abandonados; na caça de animais do mato ou de pescados; na realização de algum serviço de construção civil ou de capina em propriedades alheias, entre outros. Tais atividades são relevantes não apenas para a provisão dessas famílias, mas são elementos essenciais no fluxo da rotina dessas pessoas. Contudo, como a maioria economicamente ativa dedica-se à coleta, observa-se uma gradativa diminuição dessas atividades.

Acompanhando as compras de uma família, observa-se que, praticamente, todos os gêneros alimentícios são adquiridos no supermercado local. Na abordagem a essa questão alegam que “não vale a pena plantar”. Esse quadro de deslocamento da força de trabalho para a atividade extrativista acarreta num gradativo abandono da agricultura mesmo para consumo

familiar e na inserção a uma cadeia produtiva bastante complexa, da qual desconhecem os elos seguintes e em última análise, tem pouca autonomia para estabelecer preços ou o fluxo.

Na realidade, para tal distinção entre “colono” e “samambaiero”, há um recorte temporal e, conseqüentemente, geracional. A atenção para a frase de André, com 38 anos e “samambaiero” permite exemplificar tal situação: “O que era colono plantava de tudo: plantava milho, feijão, arroz, aipim, batata. Isso tudo plantava.” Percebe-se que, ao mesmo tempo que retrata o colono, caracteriza-o num tempo passado (no tempo em que a atividade principal era a roça e o plantio). “Hoje a gente tira samambaia” - é o tempo da samambaia. Contudo não abdicam dessa identidade de colonos. Ora se auto-designam agricultores/colonos, ora samambaieros. Seriam, pois, colonos que vivem no tempo da samambaia. Logo, na conformação dos acontecimentos dentro do fluxo temporal individual, pode-se compreender um pouco das identidades que cada um tece em relação ao trabalho e ao lugar. Nessa sobreposição de identidades ligadas às atividades produtivas, a idéia de mudança generalizada, que se faz sentir seja nas relações familiares, seja em na paisagem.

### **3.9.1 Tempo da samambaia, tempo da roça: a construção de uma temporalidade relacionada à atividade produtiva**

As identidades de “colono” e de “samambaiero” expressam uma delimitação temporal entre a agricultura e o extrativismo, nos termos de sua importância para a economia familiar, mas também contém ordenamentos de natureza afetiva e simbólica que em última instância referem-se a avaliação do atual modo de vida.

Num primeiro momento, tem-se o “antigo” onde a agricultura é o dado fundamental para a reprodução familiar. As narrativas reiteradamente descrevem os morros da Solidão como “amarelinhos de trigo ou milho seco”. Infere-se, desse dado, que a maior parte da propriedade era ocupada por roças. O que temos hoje é a presença do extrativismo e dos morros verdes, cobertos de vegetação em diferentes estágios de regeneração. Numa comparação entre a paisagem de antes e a de hoje, relata-me Margarida: “Esses morros aqui era tudo cheio de roça. Roça de milho, roça de feijão, era tudo quanto era coisa que eles plantavam. Agora não, agora é tudo fechado”.

Nesse imbricamento narrativo entre paisagem e tempo, ou na correspondência entre paisagem e memórias, pode-se retomar Evans-Pritchard (2002) ao estudar as noções de tempo e espaço entre os Nuer, povo do Sudão Meridional. Conforme esse autor, ao tempo ecológico, cujo compasso é marcado pelos ritmos naturais - no nosso caso da paisagem e sua

regeneração – e transformada em representações socialmente construídas, sobrepõe-se a um tempo estrutural, marcado por referências significativas a esse grupo. Nesse sentido, esse último estaria relacionado à identidade do grupo.

Esse tempo ecológico, socialmente construído, em realidade, constitui-se através dos ritmos naturais e sofre as contingências de um tempo histórico que se impõe na forma de um ordenamento jurídico. Apresentam-se, nesse período, as marcas de um tempo histórico que corresponde à época que não se pôde mais plantar, quando começaram a proibir as queimadas para fazer roças, e os amigos começaram a ir embora.

Pela paisagem, as transformações são narradas, mas, ao narrarem sobre essas transformações, estão refletindo sobre suas experiências e sobre como essas modificações foram vivenciadas. Na sobreposição entre paisagem e experiência, encontra-se, conforme Ingold (1993), a possibilidade da paisagem ser lida como texto, constituindo o que chama de paisagem cultural. Segundo esse autor, “a paisagem incorpora as formas sócio-culturais”. Dessa forma, a vida é um processo que envolve a passagem do tempo, sendo esse um processo de vida que é também o de informação da paisagem na qual a pessoa vive. Isso propicia uma aproximação aos conceitos biológicos de manejo de paisagem, nos termos apresentados por Clement (1999), através da noção de domesticação de paisagens, entendida como “um processo inconsciente e consciente em que a intervenção humana na paisagem resulta em mudanças na ecologia da paisagem e na demografia de suas populações de plantas e animais”.

### **3.9.2 Tempo da roça: onde se plantava de tudo**

O tempo da roça representa a contraposição da paisagem atual de morros cobertos de mato. É um tempo de fartura que, nos relatos, traz comoção e saudade, como a dizer “os bons tempos”, tempo em que todos livremente “botavam roça”. Com o termo “botar”, subentende-se a derrubada da capoeira e o uso da queimada para limpar essas áreas. De uma forma geral, trata-se de um sistema agrícola com a manutenção de áreas em diferentes estágios de uso, ou seja: a roça; a capoeira (que corresponde a um estado de pousio para posteriormente ser limpo através da queimada para a consecução de novas áreas de roça); a mata ou uma vegetação em estágio avançado de regeneração, como forma de reserva para obtenção de lenha e madeira ou para futuras roças.

Uma nova roça é aberta pela derrubada do capoeirão - vegetação em estágio avançado de regeneração - ou do mato. Após essa derrubada, a limpeza da área é efetuada através da

queimada para plantio de cana, feijão, milho ou aipim, sendo usado por aproximadamente, 5 a 8 anos, dependendo de quando a produtividade começar a baixar. Passado esse período de uso, a área é abandonada ou mais especificamente, a área não é cultivada, permitindo que se processe a regeneração vegetal. Nesse ínterim, novas áreas são abertas e, com isso, caracteriza-se um sistema produtivo com uma lógica de rotação de áreas e de culturas com pousio. Ao pousio está associado o descanso para a terra recobrar sua fertilidade, “a gordura da terra”, como correntemente citado.

Para a queimada era necessário observar uma série de cuidados: estar atento à direção dos ventos, de preferência em um dia com pouco vento; fazer o acero, faixas roçadas que delimitam o local a ser queimado e, sobretudo, estar atento a qualquer faísca que pudesse ultrapassar os limites, atingindo a propriedade vizinha. A madeira obtida da derrubada era transformada em lenha para uso doméstico ou vendida.

Esse sistema, baseado na rotação de áreas com pousio e queimada, parece estar presente ao longo de toda a história agrícola (Wolf, 1976, Peroni, 2002) e encontra-se relatado em detalhe em outras etnografias (Woortmann e Woortmann, 1997). Nessa rotatividade, a percepção da terra tal como um organismo vivo onde as forças são consumidas gradativamente pela atividade agrícola e que, sob a ação do tempo, vão sendo recuperadas. Na transformação do mato em roça, o fogo aparece como um delimitador de etapas. Nesse sentido, o fogo, do ponto de vista prático, facilita a remoção da vegetação. Entretanto, esse encerra também uma noção de limpeza e de passagem de ciclos. Conforme Mary Douglas (1976), constituem constructo humano universal o interesse pela pureza e o pelo combate à sujeira ou ao impuro que podem remeter a formas específicas de ordenamento do espaço.

A cinza gerada nesse processo é vista como essencial para possibilitar o desenvolvimento dessas plantas. Assim, num intervalo de tempo variável, segundo a produtividade, anualmente eram plantados o feijão, o milho, a batata, o trigo, a mandioca. “Tudo a bico de enxada”, segundo as palavras de seu Renato. Isso significa estar atento às épocas de plantio anualmente estabelecidas e, também, acompanhar o desenvolvimento dos cultivares dessas áreas que, quando começam a declinar, devem ser abandonadas.

A fatura desse tempo associa-se a multiplicidade de cultivos, mas também a variedade de atividades executadas, como transparece no relato de seu Renato sobre o que era plantado antigamente:

De tudo um pouco. Naquela época, a falecida minha mãe gostava de plantar era aipim, era feijão, era de tudo um pouco... a roça se colhia muita coisa. Arroz, trigo, o que mais..., milho, batata doce, batata inglesa nós colhia aí, o alho, a fava que a falecida minha mãe gostava muito de plantar na época aí,

ervilha... Tudo isso aí a gente colhia aí, né. E, o que mais? A falecida minha mãe gostava muito de trabalhar com doce, ela era doceira também, fazia doce... saía fora nestes bailes de Maquiné, ela fazia doce... ela trabalhou muito tempo e ela gostava muito de fazer, trabalhar com cuzcuz assim, mas ela fazia o cuzcuz, tirava o aipim e curtia ele numa poça de água, deixava até ele curtir ali. Depois fazia, tirava dali até o polvilho. Então tudo isso aí eu me lembro. Amendoim se plantava aí. E, que mais que eu posso te dizer?

O trigo, plantado tanto nos morros como nas várzeas, era trilhado e levado ao moinho, obtendo a farinha para uso doméstico além do farelo para alimentar os animais. Criava-se galinha, gado e, principalmente, porco. Esse era solto em mangueiras e alimentado com o milho cultivado, o farelo e os restos de comida. O cultivo do trigo foi declinando, principalmente devido às doenças, sendo substituído pelo fumo. As marcas do período de cultivo e processamento do fumo persistem até hoje, representado por alguns fornos de secagem, que hoje estão abandonados ou são utilizados como galpão.

Outras atividades como o artesanato com palha de trigo, tiririca ou de taquara para a confecção de utensílios domésticos e chapéus são também mencionadas e detalhadas com muito saudosismo.

Trata-se de um tempo que, de uma forma geral, referem-se como o de fartura e diversidade, no qual, implicitamente, estão associadas a maior liberdade e auto-suficiência das famílias.

No entanto, o que mobiliza as lembranças mais caras para esse grupo, relaciona-se a cana-de-açúcar que envolvia toda a família, desde o cultivo ao seu processamento e a sua venda. Nessa área dos Fundos, havia nove engenhos, o que equivale a quase um engenho por família. Alguns relembram saudosos que acordavam cedo para colher a cana no frio do inverno com geada. Colhiam a cana e a acondicionavam em aros de cipó para serem transportados nas carretas que eram “puxadas a boi” até o engenho onde, numa moenda, movido à tração animal, era extraída a garapa. Essa era fervida, para o preparo do melado, do açúcar amarelo e da cachaça. O açúcar era vendido no mercado local ou oferecido diretamente aos moradores. A cachaça era transportada, pelos tropeiros para a Serra, nos municípios de Caxias do Sul, Ana Rech, onde era trocada por charque ou vinho. Afora a saudade desse tempo, ressaltam o trabalho como sendo duro, que exigia o empenho de todos sob o comando da figura do pai. O trabalho duro é apresentado como a medida da seriedade desse tempo, de um rigor que, ao longo de tempo, foi sendo perdido. Sob o índice desse rigor, é colocado também o fato de haver pouca roupa, calçados e produtos manufaturados, resumido pelo termo “pouco luxo”. As calças eram remendadas inúmeras vezes, até restar apenas um trapo,

quando virava pano de chão. Quando muito, tinham um par de sapatos para ocasiões especiais e a grande maioria dos produtos consumidos era preparado em casa.

Mas é nesse rigor que também encontram as justificativas de uma vida regrada, regida pelo trabalho honesto, respeito aos mais velhos e às tradições locais. Essas representadas pelas festas, pelas obrigações religiosas, pela frequência à missa e, sobretudo, pela organização produtiva centrada na família. A esse tempo antigo, do colono, são investidos os valores que essa comunidade preza e que são conformadores de seu orgulho e de sua honra de gente pobre, mas honesta e trabalhadora.

### **3.9.3 Tempo da samambaia, quando as coisas começam a mudar**

A partir do final da década de 70, inicia-se a atividade extrativista nos Fundos da Solidão, através da vinda de algumas pessoas de outras localidades: Espraiado e Barra do Ouro. Esses arrendavam pedaços de terra na Solidão por seis meses a um ano. “Traziam uma turma para tirar tudo”, como conta seu Lidorino. O pagamento em dinheiro ou mercadorias era conforme a quantidade colhida. Era nesse sistema que Margarida, moradora de outra localidade, Espraiado, ainda criança, vinha aos Fundos com seu pai e irmãos colher samambaia.

Essa situação apresenta paralelos com o esvaziamento populacional do Município, decorrente do deslocamento de muitos moradores locais em direção às cidades para empregarem-se em fábricas de calçados, principalmente no município de Campo Bom; ou para trabalharem em cidades vizinhas, como Osório; ou em empregos sazonais, nas cidades litorâneas (como Capão da Canoa), atuando como auxiliar de serviços gerais: pedreiro, azulejista, guarda noturno e jardineiro. É um momento bastante evidenciado nas entrevistas e falas: o processo de saída de amigos, parentes, que optam por buscar melhores condições de vida na cidade.

Hoje tem umas vinte famílias. Antes tinha umas trinta. Muito mais de vinte que saíram. Tem uns que saíram e depois voltaram. Eu até já tava apavorado. Pensei que ia ficar só eu. Atacava os nervos da gente. Pessoal que ia um, saía aquela mudança e atrás ia outro carregando um caminhão para sair...(Seu Lidorino)

Saiu quase tudo daqui. Eram os que mais viviam das roças, daí quando não deu a plantação... E naquele tempo que eu estou falando, não tinha esse negócio da samambaia. Começou dali para cá e aí saíram, foram se empregar e o pai foi se agüentando, aí plantava para o gasto e fazia biscate, aí depois veio este da samambaia. (André, filho de seu Lidorino)

Nas palavras de seu Lidorino e de filho André transparece a síntese de um processo gradativo de declínio de um modo de vida centrado na autonomia da produção doméstica. Os sinais desse tempo difícil relacionam-se a impossibilidade de manter a família. Nesse período, inúmeras estratégias como o plantio de bananeira, de fumo, pepino, a execução de algum trabalho temporário ou biscate e o extrativismo de samambaia são tentativas de sobreviver a essa situação. E na inviabilidade dessas tentativas, a opção pela retirada, a aposta na mudança ou o reconhecimento dos novos tempos. Aqueles que tinham parentes que moravam em outros lugares e que puderam estabelecer contatos de modo a obter alguma colocação partiam, deixando familiares, geralmente os mais velhos, nas terras. A esperança em dias melhores era o sentimento que os movia. Nesses casos, o emprego em fábricas de calçados era a ocupação mais corrente. Outros tentaram sair, trabalharam em alguns empregos temporários como auxiliares de serviços gerais, mas acabaram retornando. Entre esses, alguns lamentam terem sucumbido às adversidades, tendo que retornar; outros, afirmam com convicção que jamais conseguiriam se adaptar a vida na cidade.

É um processo em que não se compreende exatamente quais são as causas, tampouco quando começou, porém suas conseqüências faziam-se sentir no dia-a-dia, nas conversas, apresentando-se como um sentimento que angustiava os moradores. Esse sentimento, apesar de remeter-se a um tempo passado, parece continuar reverberando no dia-a-dia, como se os dias de crise não tivessem acabado e permanecessem até hoje ou que se estivesse outra fase de tempos difíceis. É em meio a esses sentimentos que as lembranças dessas pessoas são costuradas, ordenadas e repassadas para os que se propõem a perscrutar o passado.

Quando se vive numa situação de crise, parece que os sentimentos e as imagens mais caras são remetidas ao passado. Nos relatos dessa situação de crise evidencia a centralidade do trabalho para essas pessoas. O trabalho traduz-se num modo de vida, que por sua vez fundamenta a identidade social dessas pessoas. Para ser mais exato, amalgamam-se o trabalho, o modo de vida e a identidade. E isso estabelece a forma de interação com o meio, o tom e o aspecto da paisagem.

Antes, a paisagem era representada pelas roças. Com a saída de uma parcela considerável dos moradores locais, passou-se a cultivar menos. As áreas de capoeira, que, anteriormente, transformavam-se em roças, foram sendo abandonadas. As terras deixaram de ser cultivadas, seja porque “não valia a pena”, devido aos baixos preços do feijão e do milho, mas também, com a saída dos moradores, restavam nestes lugares poucos adultos que pudessem dar conta de continuarem plantando na escala anterior. Gradativamente, os próprios moradores de Solidão (que ficaram) passam a tirar a samambaia de seus terrenos, tornando-se

a principal atividade local. Embora todos continuassem a cultivar e criar animais, realizavam em pequena escala, entremeados pelas tarefas ligadas ao extrativismo. Nesse contexto, passou-se a não mais derrubar a capoeira através da queima, visto que era nessa [capoeira] que crescia a samambaia a qual lhes rendia melhores ganhos.

A representação da mudança nas atividades produtivas na Solidão corresponde à delimitação de práticas diferenciadas que se opõem ao sistema agrícola tradicional ao extrativista. Essas oposições encontram paralelos com as narrativas que delimitam o tempo do colono e da samambaia. Depreende-se desse contexto de paralelismo entre identidades e práticas, alguns índices que permitem uma leitura mais das mudanças percebidas na paisagem (figura 11).

À coincidência entre o tempo da samambaia e declínio da atividade agrícola, sobrepõe-se a idéia do cerceamento pela legislação ambiental, o que justifica algumas motivações e insatisfações em relação a essa.



Dados censitários de Maquiné relativos à população, entre os anos de 1920 a 2000 (IBGE).

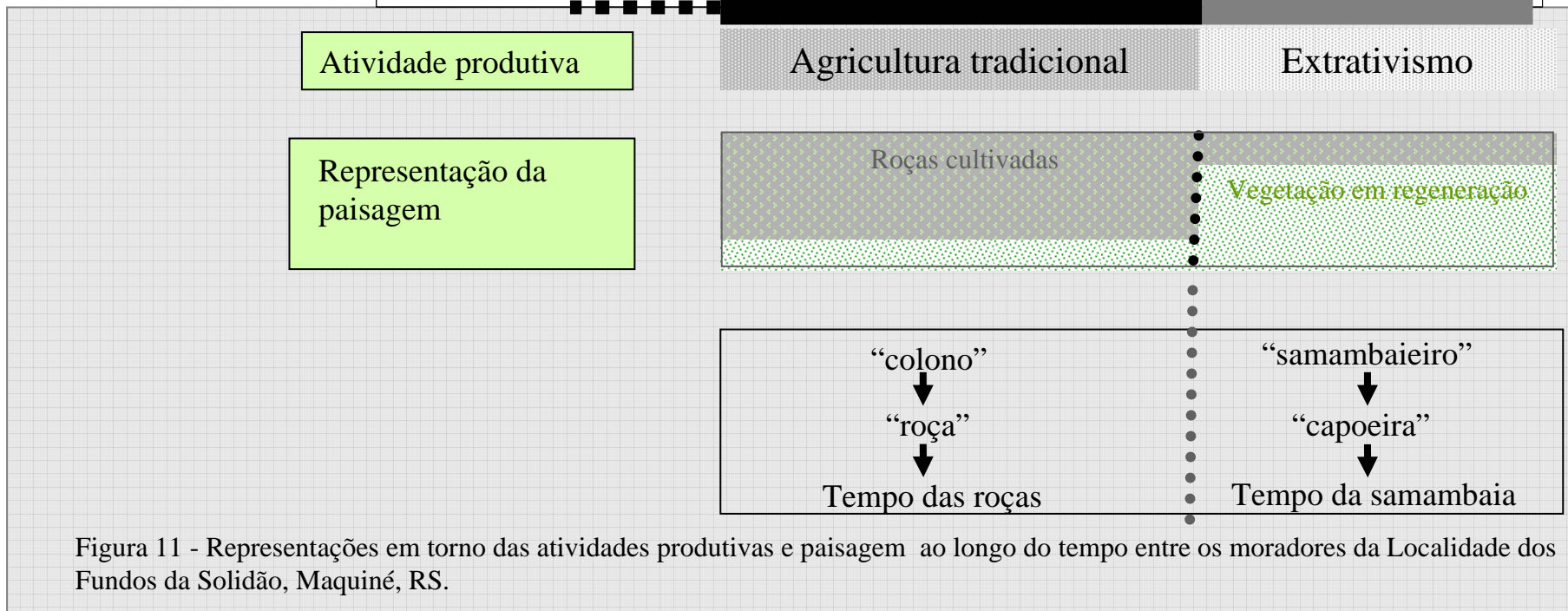
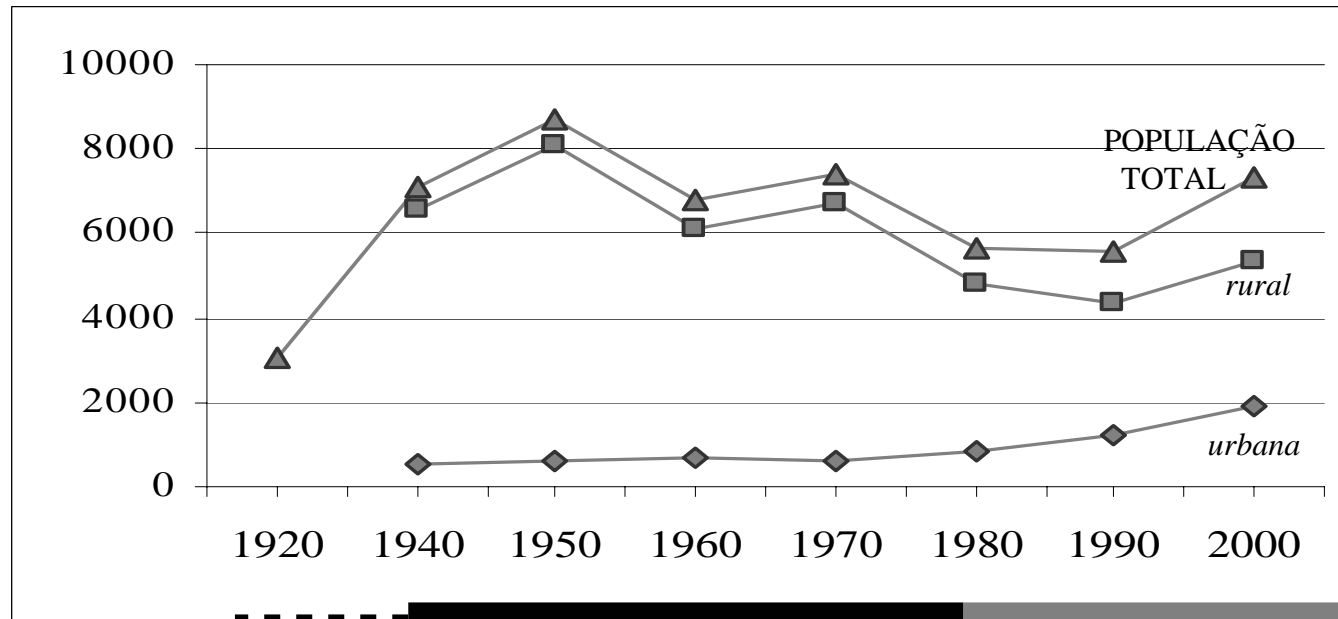


Figura 11 - Representações em torno das atividades produtivas e paisagem ao longo do tempo entre os moradores da Localidade dos Fundos da Solidão, Maquiné, RS.

**CAPITULO 4****Tempo da samambaia e a atividade extrativista**

---

A paisagem local, inicialmente para os olhos desavisados e sem o acompanhamento de sua evolução, apresenta-se homogênea, constituída por morros e delineados por tons esverdeados. Num olhar um pouco mais aproximado, começa-se a identificar uma paisagem mais diversificada e entrecortada de diferentes matizes. Também numa perspectiva temporal, percebe-se que antigamente, os morros eram cobertos de roças, apresentando tons amarelados, portanto apresentando outras cores. A partir deste contraste a partir das cores que identificam a paisagem, começa-se a descortinar as inúmeras camadas de memória depositadas nessa paisagem. Por outro lado, quando, do ponto de vista técnico, refiro-me aos “diferentes estádios de regeneração”, faço menção a essas camadas, baseada num saber técnico-científico que prevê a evolução de uma vegetação, desde um terreno limpo até a formação de uma mata. Quando as pessoas do local estão a me falar dessas paisagens, tenho a nítida impressão de que não estamos a ver a mesma paisagem. O verde dos morros que eu vejo, não são os mesmos vistos pelos moradores.

Nesse jogo de deslocamento de olhares, há também um processo de aproximação com as pessoas. Aquele olhar que repousava sobre uma paisagem homogênea, desloca-se para uma paisagem mais matizada, entrecortada de roças, com vestígios de habitações e de áreas revegetadas.

Enfim, um olhar panorâmico, em minha primeira subida ao morro, deu-me a nítida noção do contraste em relação ao que os olhos descortinam quando se está caminhando pelas estradas do Fundão. A paisagem vista das estradas e locais mais baixos dá a impressão de maior homogeneidade, da presença de mais verde. Há uma faixa perto das estradas que apresenta uma vegetação alta, com espécies arbóreas, transmitindo a sensação de que há muito mato. No entanto, ao atravessar esta primeira faixa, o que se apresenta é uma área com vegetação mais baixa composta de roças de mandioca ou de milho, de hortas, rodeadas por capoeira. O contato com a dinâmica histórica da paisagem e de organização de espaços dão uma dimensão mais diversa da inicial, convertendo-se num processo de familiarização com os moradores e sua trajetória. Manifesta-se igualmente um saber, cujo *corpus* é o resultado de um processo onde se combinam a tradição e a experiência.

Nesse momento, ao tentarmos nos fixar sobre a atividade extrativista, cabe enfatizar que essa se realiza em área de capoeira: locais que anteriormente eram roça ou potreiro para pastoreio e, atualmente, devido ao abandono, encontram-se em diferentes etapas da regeneração. Esse dado demanda o conhecimento de uma dinâmica natural da vegetação e a referência à história da localidade. Ali, os terrenos que inúmeras vezes, percorri com Margarida ou Ivone, tirando samambaia, foram um dia roça. “Aqui era roça de cana”, conta André, marido de Ivone. Esse fato, contribui também para dar a noção de quão cheio de camadas está imerso a atividade extrativista. “A samambaia antes era praga”, conta-me seu Renato. A atividade extrativista se fundamenta numa história de conhecimento progresso da planta, seu ambiente e suas características biológicas. “A samambaia gosta de luz”, “onde o mato é grosso, não dá mais samambaia”, “a macega abafa a samambaia”, são observações que são correntes entre os moradores do Fundão.

Ao falar da paisagem e do local em que há samambaia, rememorar-se a paisagem passada, acrescidas às sucessivas observações de pequenas ocorrências. “Nasci aqui. Aqui neste terreno do outro lado aí, ó. A casa era ali adiante, do outro lado, depois viemos pra cá.”, “Aqui tá enterrado meu umbigo:”, “Th, isso dava baile. Era muito bom, sabia? Agora não. Tudo aqui, tá vendo, dava baile.”, relembra seu Juca. Muitas vezes, no afã de entender o manejo da atividade esquecemos esses aspectos afetivos também conformadores do conhecimento de manejo. Esboça-se aqui a definição da cultura em que essa não se limita à

aquisição de habilidades nem somente ao acesso a um conhecimento, sendo essencial para que se possa falar de cultura, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do psiquismo e da subjetividade individuais. Esta dinâmica entre a exterioridade e interioridade da cultura, estão no cerne do pensamento esboçado por Georg Simmel em seus muitos ensaios. Um deles debruçando-se sobre a situação limítrofe para os seres humanos - a vida e a morte. Toma esse dualismo como o ponto de partida para o processo que se desenvolve entre o sujeito e o objeto, ao mesmo tempo que, sinaliza para os aspectos objetivos e subjetivos de que o mesmo se compõe. Assim, frente à iminência e a grande interrogação que se constitui a morte para o ser humano, vemos que somente em sua presença desenvolve-se uma gama de sentimentos, reflexões que, de uma certa forma, acabam modelando a própria vida (Simmel, 1998). É nessa fricção e complementaridade entre elementos opostos que se constitui a cultura, em seus aspectos objetivos e subjetivos.

#### **4.1. Vassourinha – capoeirinha - capoeirão: a dinâmica da vegetação e o espaço para a atividade de coleta**

Ao abandono das áreas plantadas, após dois anos, verifica-se a presença de uma vegetação normalmente denominada de “vassourinha” (vassourinha corresponde a diferentes espécies da família botânica Asteraceae, que neste estágio são dominantes, caracterizando esta vegetação). A partir de então, com mais dois anos, verifica-se a presença de uma vegetação composta de arbustos e de ervas, cujo estrato inferior, apresenta predomínio da samambaia a “capoeirinha” ou “capoeira fina”. Esse estágio, dentro dessa dinâmica de regeneração, caso não se efetue o desbaste ou a sua derrubada, dá lugar para uma vegetação, que progressivamente passará a apresentar espécies arbustivas, tendendo às arbóreas, o que denomina-se “capoeirão ou capoeira grossa”. Esse processo ocorre em um intervalo de aproximadamente oito anos. Nesse estágio, a samambaia começa a diminuir, dando lugar ao crescimento de outras espécies e que evoluem para uma vegetação de mata. É a luz dessa situação que se ouve, quando confrontados ao problema ambiental associado à samambaia, observações como “o que vai acabar com a samambaia é o capoeirão e não a gente”.

Genericamente, capoeirinha e capoeirão são designadas de capoeira. São nessas áreas, os quais se caracterizam por apresentarem-se em algum estágio do contínuo compreendido entre “capoeirinha” e “capoeirão”, onde, atualmente, são efetuadas as coletas. Nas áreas que se encontram em estágios iniciais [capoeirinha], é mais fácil o deslocamento e há uma quantidade maior de samambaias. No entanto, devido a crescente diminuição destas áreas,

pela evolução da vegetação, gradativamente as coletas vêm se efetuando em área de capoeirão. A distância entre a casa e as áreas de coleta também são variáveis. Algumas pessoas arrendam os locais próximos a casa, o que facilita em termos de acesso e transporte. Contudo, a maioria ressenete-se pelo fato de ser necessário percorrer distâncias cada vez maiores e de efetuar coletas em áreas mais extensas, caracterizando uma situação de diminuição da samambaia.

#### **4.2. Tirar samambaia e a intrincada relação entre família, gênero e a atividade**

Para a construção dessa descrição foram consideradas as anotações de campo, das situações em que visualizava alguma tarefa relacionada à coleta, assim como relatos e narrativas dos moradores, especificamente, sobre a atividade. Também foram consideradas situações entremeadas em alguma entrevista ou relato não necessariamente centrado no processo de tirar samambaia como nas histórias de vida.

A atividade de coleta corresponde a uma rotina que inclui o deslocamento aos locais onde ocorrem densas populações de samambaias e o ato de colher, propriamente dito, juntá-los e amarrá-los num grande feixe, transportá-los a locais próximos a estrada principal, onde são armazenados e, posteriormente, preparados para serem entregues aos transportadores, denominados “puxadores”. O convívio e as repetidas observações demonstram que cada coletor estabelece uma forma própria de inserir a atividade dentro de sua rotina diária, conforme a necessidade de dinheiro, o tempo disponível, a constituição familiar e a coordenação com outros afazeres paralelos. Também o ato da coleta, reveste-se das idiossincrasias particulares: o uso ou não de algum instrumento para cortar a samambaia, de determinado tipo de roupa, as fobias pessoais (medo de aranha, cobra), enfim, em cada ato, há, além das linhas gerais que caracterizam a atividade, o tom pessoal na sua forma de executá-los. Cada um desenvolve uma estratégia própria para o desenvolvimento desta tarefa.

Dessa forma, nas narrativas seguintes, buscou-se a descrição baseada, privilegiadamente, na experiência direta de acompanhamento das coletas de algumas pessoas. Com isso, obteve-se uma descrição geral da seqüência de atos que compreende a atividade, mas reconhecendo também que há nesta descrição, o tom pessoal dos coletores e coletoras que foram retratados bem como da própria narradora. O fio condutor da descrição centra-se nas coletas do casal Ivone e André e de Margarida.

Margarida tem 37 anos, nasceu no Espriado, uma localidade de Maquiné, vindo morar nos Fundos após seu casamento com Valdir, a quem normalmente chama de Dico.

Lembra que, quando era pequena, não colhia, apenas acompanhava seu pai, um dos primeiros coletores da localidade. Não moravam na Solidão, razão pela qual ela, seu pai e os irmãos passavam a semana colhendo samambaia, dormindo num galpão alugado de dona Otília - hoje sua sogra. Ela apenas acompanhava o grupo e a após um período de uma semana voltavam para casa. Foi assim que a atividade foi chegando aos Fundos. Ela passou a tirar samambaia, depois que se casou, para ajudar seu marido. Hoje, com a doença de Dico, apenas ela tira samambaia. “Trabalho sacrificado, mas é só o que sei fazer. Acho que vou passar a vida toda tirando samambaia”. Têm dois filhos, Ana de 17 anos e Valmir de 19 anos. Há aproximadamente três anos, Valmir ajudava na coleta. Hoje, trabalha prestando serviços gerais como capina e plantio, para um olericultor local.

André e Ivone tem respectivamente 38 anos e 29 anos. André “nasceu e se criou” no Fundão, tendo acompanhado o processo de instauração da atividade na localidade. Já Ivone morava em Porto Alegre. Fora casada e, de seu primeiro casamento, teve o seu primogênito, Luan. Em suas visitas ocasionais aos seus pais, que haviam comprado um lote de terras nos Fundos, conheceu André. Casaram-se e hoje tem, além de Luan: Luís Davi, Cristiano, Maria, com idades entre três e nove anos. Na época desse relato estava grávida do quinto filho (Gabriel).

Margarida vai coletar sozinha, pois seu marido é doente, não podendo executar atividades que demandem grande esforço físico. Dico dedica-se à roça da casa (na qual também Margarida ajuda) e, ocasionalmente, trabalha como pedreiro em alguma “empreitada” que surja nas imediações. Além dessas tarefas, Margarida obtém algum rendimento oriundo da venda de produtos preparados a base de plantas como cremes, sabonetes e tinturas, que fabrica juntamente com Rafinha e Maria. André e Ivone, geralmente vão coletar juntos, embora não seja regra. Além de coletar samambaia, Ivone faz artesanato com palha de bananeira, obtendo algum ganho extra, enquanto André realiza atividades ocasionais, ligado a construção, mantendo também uma roça. Ao contrário de Margarida, Ivone diz não saber trabalhar na roça: “se eu tivesse que plantar, morria de fome”.

A atividade de coleta de samambaia é executada tanto por homens quanto por mulheres, solitariamente ou entre casais. Também há situações de coleta grupal, onde se arrenda uma terra (geralmente o arrendador é também o transportador) e contrata-se um grupo de pessoas para que efetuem a coleta. Esse sistema parece ter sido comum na década de 80 e 90 – quando se iniciou a atividade na região - onde alguns transportadores de Barra do Ouro e Espriado (localidades de Maquiné) arrendavam as terras dos moradores dos Fundos da

Solidão, trazendo um grande número de pessoas para efetuarem a coleta e também contratando os moradores locais. Hoje, em Maquiné, tal sistema não se verifica.

Essa possibilidade de ser efetuada por homens e por mulheres, no âmbito da organização familiar local, parece ter sido um dos fatores que contribuíram para o estabelecimento da atividade. Encaixa-se dentro da forma da dinâmica da unidade produtiva local baseada na força de trabalho familiar e divisão de tarefas.

Margarida sai muito cedo e efetua coletas entre às nove ou dez horas da manhã. Após a qual, retorna para casa, dedicando-se aos afazeres domésticos e a ajudar ao marido nas atividades agrícolas. Dependendo da quantidade encomendada pelo transportador sai para nova coleta à tarde.

André e Ivone, geralmente, saem mais tarde, visto que têm filhos pequenos, sendo que alguns vão à escola, enquanto outros ficam em casa. No entanto, a preocupação maior é com o filho menor, o Luís Davi, que tem três anos e precisa estar sob os cuidados de alguma pessoa. Nesse caso, alguém fica com a criança, às vezes a irmã mais nova de Ivone e outras, a avó, que recebem por esta atividade. Porém, quando não há ninguém, a criança acompanha o casal. Cabe lembrar que, durante a realização dessa pesquisa, acompanhei a duas gravidezes de Ivone, presenciando as suas subidas com uma grande barriga, entremeada de enjoos e tonturas durante as coletas. Como coletam o dia todo, existe a necessidade de levar um lanche ou comida para o almoço. Essa situação de se levar a

criança para as coletas, é um fato comum. Margarida conta que, quando seus filhos eram pequenos, levava-os junto, deixando “o nenê dormindo debaixo de uma árvore”. Outras pessoas da comunidade, como Nino, que é irmão de André, também tem filhos pequenos e relata que, ocasionalmente, leva-os junto.



Figura 12

Ao observar André e Ivone, normalmente André se apresenta, pelos seus argumentos e observações, mais otimista e conformado. É sempre Ivone que se cansa, que reclama da

diminuição da samambaia. Mas também é Ivone que tem que se responsabilizar com o Luizinho quando este chora, é ela que tem que ir dar a “teta” e ele é exigente, não se deixa enganar, ser persuadido por outras ofertas que possam desviar da sua vontade de mamar. Grávida novamente, sente enjôo e tontura. Recordo-me de outras mulheres grávidas, as quais associavam à gestação a uma situação de ter um mínimo de estabilidade e de desejos satisfeitos. Fazer todos os exames médicos, acompanhar a evolução da gravidez, enfim, desfrutar desse momento especial. Em Ivone, talvez, haja um pouco da frustração de, há muito tempo, ter abandonado essa ilusão. Coloca a gravidez como, naquele momento, algo indesejado e que não pode ser tirado, um peso do destino. Tais falas apresentam-se como facetas de um tema que gera sentimentos bastante ambivalentes, entre essa frustração e desânimo, mas também momentos de satisfação pela maternidade e inclusive pela possibilidade de desfrutar do benefício do salário maternidade. De forma geral, parece-me que ao fato de ser mulher está associado ter filhos.

Margarida, certa vez me perguntou “Mas tu vai deixar uma sementinha ainda, né”, implicitamente questionando o fato de ainda não ter filhos. Aqui é inevitável reportar-me à condição feminina, às diferenças ligadas ao ser homem e ao ser mulher. No caso da situação de coleta, a todo o momento, André colocava que ele não achava uma tarefa árdua tirar samambaia. Quanto aos filhos, comenta que a “gente também foi criado assim e nunca faltou comida, planta ali, tira samambaia aqui e sempre vai ter comida para eles, de fome eles não morrem”. Essas soaram palavras reverberaram intensamente em minha consciência feminina. Como explicar para André o que é ser mulher? E para Ivone, o que é ser homem. André, que deseja ardentemente ter outra filha mulher, comenta “se desta vez não nascer mulher a gente continua tentando até nascer uma mulher”. Isso era dito com simplicidade e ternura comoventes e em tom de brincadeira. Ivone, apesar de se mostrar revoltada – “tu diz isso porque não é tu que carrega esta barriga” - talvez também partilhe deste desejo. Essas situações demonstram os sentimentos ambivalentes que giram em torno da questão de gênero e também durante a coleta, parece que a dupla jornada feminina é atualizada.

#### **4.3. Molho, mala, cotas: definição de terminologias de quantidade**

O fato inicial que desencadeia a ação extrativista está no pedido efetuado pelo transportador, localmente denominado “puxador”. Na região existem pelo menos sete puxadores. Na Solidão, no período de realização deste trabalho, a grande maioria, entregava para Chico, que mora numa localidade próxima (Morro Alto). Esse vem, duas vezes por



semana em um caminhão, buscar a samambaia<sup>47</sup>. As quantidades que devem ser coletadas por cada um, denominadas “cotas”, são previamente estabelecidas por ele e ao aceitá-las, o coletor assume um compromisso de colher o combinado. Uma vez definidas as cotas encomendadas, infere-se o tempo necessário para obter a quantidade solicitada, distribuindo no intervalo de tempo disponível.

Geralmente, quando esse vem buscar a samambaia, combina a cota posterior. Quando isso não é possível, esse telefona para a casa de Marta, a qual pertencente a única família que, na época da realização dessas saídas de campo, tinha um telefone celular. Normalmente, as cotas são distribuídas equitativamente para as famílias. Porém, há ocasiões em que uma ou outra família recebe uma cota maior. Isso, muitas vezes devido à necessidade pela qual estão passando, ou pela maior disponibilidade de tempo para a coleta. Havendo, dessa forma, um certo critério de justiça quanto à necessidade, a qual passa pelo julgamento de Chico e que, nem sempre, é consensual entre os coletores. Mas o estabelecido por Chico é respeitado.

Durante o período desse trabalho, as cotas variaram entre 500 a 2000 molhos por pessoa, por encomenda. Comumente, o combinado são mil molhos ou um “milimoli”, o que demandaria o envolvimento por quatro turnos com a atividade de coleta e acondicionamento em malas. Para compreender com exatidão o que representam mil molhos, é necessário compreender como tais unidades de medida foram se modificando ao longo do tempo. A unidade básica da samambaia é a mala, que corresponde a um pacote de aproximadamente 60 frondes – são quatro pequenos feixes de 15 frondes, cruzados e sobrepostos dois a dois e amarrados pelo talo. Um milimoli corresponde a 100 dessas malas. Por cada mala, o coletor recebe R\$ 0,35 a 0,40. Por um milimoli ou mil molhos, recebe-se, portanto, R\$ 35,00 – 40,00 o que corresponderia a 6000 frondes, aproximadamente. A grande dificuldade para um leigo, nessas medidas, está em compreender por que, por tal quantidade, contabilizam-se mil molhos, ou um milimoli. Foi seu Lidorino - pai de André - que me explicou:

---

<sup>47</sup> Como anteriormente referido, ao final deste trabalho, a frequência de suas vindas já havia se reduzida apenas uma vez por semana.



Figura 13 - Uma mala.

Antigamente tu tirava quanto queria. Se tu queria apanhar mil molhos apanhava, se queria apanhar mais, apanhava. Dependia da vontade da pessoa. Agora é por cotas. Não adianta apanhar mais. Pois é, agora o puxador deixa as cotas e é isso. Até os nomes mudaram. Antigamente a gente tinha que fazer os molhinhos, assim (mostrando na mão) e amarrar cada molhinho. Aí não sei quando foi, disseram: pra facilitar, já amarrem quatro junto. São as malinhas. Hoje quando falam molhos, estão falando nestas malas. Quando fala em 100 molhos, são um mili molhos.

Assim, há dez anos, mil molhos correspondiam a mil pequenos molhos, cada um com cerca de dez frondes de samambaia. As malas atuais seriam correspondentes a um feixe com dez desses molhos, embora, em realidade contenha penas 60 folhas ou o que corresponderia a seis molhos. Os mil molhos ou um milimoli seriam, pois referência a este sistema anterior de medidas de quantidade.

Também nas palavras de seu Lidorino, percebe-se uma constatação queixosa das mudanças que vem ocorrendo, principalmente a perda de liberdade e a dependência cada vez maior do puxador. Para essas modificações, a redução das quantidade de folhas, pode ter sido uma das formas de compensar essas perdas que o coletor vem tendo. Acrescenta-se a isso, a queixa generalizada de que os preços não têm reajuste há oito ou dez anos.

Apesar das encomendas variarem em torno das quantidades acima, em épocas próximas a algumas datas festivas, como dia das mães, finados, natal, essas quantidades aumentam de maneira considerável; é quando o puxador manda “colher a vontade”, não precisando ficarem restritos às quantidades previamente determinadas pelo puxador.

#### **4.4. Tirar samambaias e as habilidades inerentes à atividade**

A distância entre o local de coleta e a casa diferenciam-se de coletor para coletor. Alguns tiram em suas terras ou na propriedade da família. No entanto, com a diminuição das quantidades de samambaia, é cada vez mais comum o arrendamento de áreas para a coleta. Como pagamento, normalmente, repassa-se ao dono das terras, R\$ 0,05 por cada mala colhida ou, então, é combinado um valor fixo pelo direito de exploração por um tempo determinado, normalmente R\$ 150,00 por três meses. Também é comum o pagamento através de serviços na propriedade do arrendador, que é o caso de Margarida. Uma afirmação geral é a

necessidade de serem percorridas maiores distâncias para se coletar, quando comparado a épocas passadas. Essa situação pôde ser visualizada acompanhando André e Ivone. Ao contrário de Margarida, que tira em áreas mais planas, próximas a sua casa; o casal vai buscar a samambaia nas encostas, sendo árdua a caminhada até chegar a esses locais. Como normalmente saem mais tarde, em função dos filhos, o sol já está a pino, dificultando ainda mais a caminhada.

Cada coletor tem um local protegido na beira da estrada para depositar as samambaias coletadas. É, nesse local, que são deixados o lanche e algum outro eventual material que dificultaria a subida. Alguns coletores locomovem-se até estes locais com bicicleta. Para a subida ao morro, leva-se apenas o essencial: corda para amarrar a samambaia, água e algo para comer.

Contrastando com a situação anterior, Margarida não precisa percorrer grandes distâncias até o local da coleta, razão pela qual, normalmente tira um turno do dia para efetuar a coleta. Com isso pode dedicar-se a outras atividades domésticas, como preparar o almoço, limpar a casa, fazer pão e ajudar o marido na roça.

#### **4.4.1. Um dia de coleta de Margarida**



Pelos fundos da casa, após transpor algumas cercas de arame farpado, toma-se uma trilha dentro da mata para termos acesso a estrada principal (Margarida, Gabriela,

pesquisadora do projeto Samambaia-preta e eu). Margarida usava boné com cabelo preso “para não pegar carrapicho”, blusa de manga, corda na cintura, luva improvisada feita com uma meia furada na mão direita, faca de serrinha afiada com a ponta quebrada pendurada ao pulso, calça comprida, tênis de cano alto. Acompanhavam, na caminhada pela estrada principal, os cães Xuxa e Sadan e por todos os lados, avistavam-se os morros de Maquiné.

Da estrada principal, pegamos uma estrada lateral, aberta entre as capoeiras e dessa estrada tomamos uma outra trilha, dando-nos a noção do que é estar dentro da capoeira, por sentir, a cada passo, o roçar dessa vegetação, constituída de arvoretas de, até aproximadamente, três metros de altura, arbustos menores, capim e muita galharia a qual dificultava a locomoção. As trilhas tornavam-se cada vez menos perceptíveis. Margarida ía a frente, olhava para os lados, e para trás para ver como estávamos nos locomovendo. Achava muita graça em ver-nos “embrenhadas na macega”. Logo adiante, localizou o que se chama de “bola”, mostrou-nos o que seria uma “bola boa para tirar samambaia”. Entregou uma faca extra que havia trazido para uma de nós, pois na saída anterior combinou-se que, na medida do possível, ajudaríamos a coletar. Gabriela, prontamente, propôs-se a ajudar, avisando, de antemão, que não sabia fazer direito. Quanto a mim, estava fotografando, mas entre os momentos de fotografar e as pausas para observar, também colhia, com um canivete que havia levado. Margarida, enquanto coletava, de tempos em tempos, dava uma olhadinha em nossos movimentos. Perguntávamos se estávamos coletando frondes de tamanho adequado. Para nos tranquilizar, sempre rindo, concordava.

Comenta que no verão, quando a espécie é mais abundante, os “puxadores querem tudo escolhidinho, lisinho”, mas, quando começa a esfriar, e, “quando a terra esfria, elas crescem menos”. E nessa época, aceitam de qualquer jeito e de qualquer tamanho. Além disso, no verão “a gente fica tapado de mosquito e eles não deixam em paz”, o que dificulta a coleta. Um dos grandes perigos são os bichos-cabeludos os quais estão no meio da vegetação e provocam queimaduras graves. Também representam um perigo em potencial, as cobras que, normalmente, fogem ou são mortas.

Mentalmente registrava as posturas do corpo, o abaixar e se levantar; o ato de procurar onde estão as bolas de samambaia; a faca pendurada no pulso a corda amarrada na cintura; a meia cortada na mão direita; o andar pela macega; os molhos de samambaias colhidos debaixo do braço. Tinha muita dificuldade de orientar-me dentro das macegas, em contraponto com o absoluto senso de orientação de Margarida. Os animais que a seguem ora desaparecem nas macegas, ora aparecem pulando entre as plantas. Ao redor, muito capim cortante, galhos, touceiras de outras gramíneas.



De repente Margarida desaparecia, escutávamos apenas o barulho do roçar do seu corpo na vegetação. Aparecia lá adiante novamente. Trajetória aleatória, guiada pela presença das samambaias e a necessidade de contornar os locais de difícil acesso. Entre um afastar de galhos e outro, ao achar uma bola, as samambaias maiores eram cortadas rapidamente com a ajuda da faca e transferidos para a mão esquerda.



Quando se acumulava uma quantidade razoável, eram então colocados debaixo do braço e assim ritmadamente até obter uma boa quantidade. Estes eram então deixados ao longo das imperceptíveis trilhas.



Na volta, estes pequenos montes eram recolhidos, cuidadosamente empilhados sobre uma corda para formarem um só molho e serem amarrados. Forma-se um monte, quarenta/cinquenta centímetros do chão. Num golpe só, Margarida pegava o monte e punha nas costas. Essa operação repetia-se pelo menos umas três vezes para, no fim, ter-se um grande molho de cerca de quarenta quilos e um metro de altura. Margarida pegava ainda as pontas da corda que mantinham o molho preso e o puxava mais ainda, com a ajuda do peso do corpo para apertá-lo bem. Da firmeza do molho, dependia a etapa seguinte, o transporte do molho. Reduz-se o volume para 2/3 do inicial. Molho denso e pesado. Gabriela tentava levantar e sequer o molho saía do chão. Margarida ria muito e repentinamente concordava que era bastante pesado e que tinha muita dor no ombro e no pescoço. Para curar, ela passava a pomada milagrosa, produzida na Farmácia Caseira. Comentamos que Ivone, que mesmo grávida, ainda continuava tirando e carregando samambaia. A este comentário, Margarida fez uma cara séria ainda dizendo que Ivone era muito resistente. Diferente dela, que quando estava grávida não carregava mais nada, pois já abortara duas vezes e uma delas em função do esforço excessivo carregando samambaia. Ficamos caladas.



Era o momento de retornar. Num fôlego, levanta o monte e tenta colocá-lo nas costas. Como estávamos por perto, Margarida começava a rir, desconcentrava e não conseguia colocar nas costas. Tentamos ajudá-la, mas não tínhamos força suficiente. Após algumas tentativas, estávamos ficando agoniadas. Finalmente com nossa ajuda, ela colocou nas costas, ficando o molho apoiado nos ombros. Mãos na cintura para dar maior firmeza ao braço que apoiava o molho. Inicia-se a volta. É difícil se orientar, pois não há trilhos.

Tem-se que retornar seguindo os rastros de mato pisado, sinal de que há pouco tinha-se passado por ali. A própria Margarida, pressionada pelo peso do molho que leva nas costas e a reduzida visibilidade devido às folhas de samambaias que lhe caíam no rosto, errara o caminho, para logo em seguida achá-lo.

Conversas, risos, algumas piadas. Retomou-se o caminho de volta. À medida que se descia, a trilha ia ficando mais evidente. Margarida ia à frente com o pesado molho nas costas. Da trilha lateral na capoeira, alcançou-se a estrada de chão e, após alguns minutos, entrou-se numa pequena clareira na beira da estrada, onde já havia samambaias amontoadas e cobertas com folhas de caeté (*Hedygium coronarium* L.), planta muito comum na região. Margarida jogou então o molho das costas, descansou um pouco, arrumou o cabelo, massageou um pouco o ombro e pescoço, recompondo-se. Pegou um balde amarelo, que estava escondido no mato e foi até uma vertente, que ficava ao lado. Encheu-o de água e trouxe para junto do molho. Tirou as folhas de caeté que cobriam as samambaias anteriormente colhidas, desamarrou o molho que trouxe a pouco e foi empilhando sobre as que já estavam ali. A cada camada, joga água, para ao fim cobrir novamente com as folhas. Assim ficando até o dia anterior à chegada do puxador. Esse vem duas vezes por semana, às terças e sextas-feiras. Nos dias que antecedem esses dias, as samambaias são amarrada e amontoadas a entrega. De vez em quando molhadas assim conservando-se sem amarelar, no inverno, até oito dias e no verão até o terceiro/quarto dia.

Nessa narrativa do processo de coleta, encontramos a centralidade do corpo, e seus movimentos. A abordagem do corpo, na Antropologia remete-nos, a Marcel Mauss e as técnicas corporais. Em Mauss destaca-se a natureza social do corpo onde “uma sociedade articula uma mensagem, utilizando o corpo de forma similar àquela pela qual se utiliza o material sonoro na fala” (Brumana, 1983). Partindo desse pressuposto básico, na situação colocada, o desafio reside em incluir a dimensão do espaço e dos condicionantes ecológicos além dos sociais, relacionados à atividade extrativista. Poderíamos assim tomar como a dimensão cultural do ecológico. É uma forma de apreensão do mundo distinta de uma apreensão intelectual que produz representações e idéias, trata-se de uma compreensão que expressa um modo de ajustar-se a uma dada situação, que se integra ao esquema corporal (Merleau-Ponty, 1994). Ressaltando que não se trata de um modo de ser passivo diante do meio (o que remeteria aos termos de uma adaptação), pois se acionam, nesse processo, outras dimensões da vida como as experiências passadas, os projetos e os esforços concretos de intervir na realidade, ou seja, um movimento de transpor a situação. Nesse sentido, o corpo pode estar manifestando também dados sobre o ambiente, remetendo-nos a noção de um

conhecer. Um conhecer, intimamente conectado com um fazer, pois para a execução da atividade de coleta contribuiu todo um conhecimento anterior da vegetação, sobre a planta, sobre as estações, sobre o lugar e sobre si mesmo: seu corpo, suas potencialidades e seus limites. Em outras palavras, coordenam-se o conhecimento, que abrange a experiência, o imaginário, as memórias e o corpo. Correspondem a estes conhecimentos: a mobilidade, o quanto de habilidade, destreza e força são necessários e possíveis demandar, o quanto se pode carregar, onde dói quando se exagera, os momentos em que tem-se que ser rápido e os momentos que se exigem pura força, o sentido de direção e localização ao adentrar-se na capoeira, há vegetação por todos os lados. Considerando que há locais com trilhas, mas normalmente, não há trilhas, sendo o próprio deslocamento da pessoa que abre caminhos e, abrindo caminhos, é necessário manter o senso de orientação. É necessário saber onde se deixaram os feixes, para posteriormente serem recolhidos. Esse senso de orientação implica numa consciência de seu corpo, em relação ao ambiente, num sentido amplo, onde concorrem, não somente as referências diretas, como determinada árvore, algum toco, assim como a posição do sol e a direção dos ventos. Enfim, coordenam-se uma infinidade de dados, imperceptíveis numa primeira dissecção da atividade ou narrativa, mas que se manifestam nas dificuldades, que surgem a cada momento, implicando numa rápida tomada de decisão e solução. Conhecer o ambiente significa também estar atento aos potenciais perigos, aos marimbondos, às cobras, bem como a época que mais comumente aparecem. Lembrando que todos esses conhecimentos sempre foram importantes para quem vive em nessas localidades.

#### **4.4.2. Catar, catar, catar**

Na situação de coleta da samambaia, a capoeira que roça os corpos, os assuntos íntimos afloram e a precariedade da situação é vivenciada. O precário que pode ser lido como simples. Simples nas técnicas, na arduidade da função, pois se restringe a retirar uma planta da capoeira: procurar, levar a mão ao seu talo, quebrá-lo ou cortá-lo e reuni-lo num feixe. Por outro lado, apresenta-se rico em seus detalhes, na minúcia das entrelinhas da atividade: procurar, em meio a uma vegetação que a todo o momento está a oferecer resistência, o corpo que se esgueira, a mão que vai ao encontro da samambaia entre galhos, espinhos e capins cortantes, avançando quando há espaço, recuando quando se apresenta algum obstáculo. Tudo isso numa certa velocidade, que acaba imprimindo um ritmo: procurar, quebrar e juntar ao feixe; procurar, quebrar e juntar ao feixe... Ivone, como que por um tique nervoso, antes de juntar a folha colhida ao feixe, dá sempre duas batidinhas com a folha. Tem um ritmo



diferente de André que parece mais contínuo, menos cadenciado. Esses ritmos se fazem ouvir, sobretudo, porque se trata de uma atividade praticamente silenciosa.

A expectativa da procura e o prazer de achar uma boa bola pode ser exemplificada numa exclamação que algumas vezes ouvia de André: “achei uma bola boa”, “aqui tem uma malhinha das boas”. Uma bola corresponde aos locais onde se apresenta uma população mais densa. “Boa bola” significa ter em fartura, poder rapidamente juntar um molho com folhas bonitas. Ivone dizia que preferia as “folhas durinhas”. Há nessas afirmações, um prazer estético que se desenvolve relacionando o bom produto a uma facilidade de coleta.

A entrega ao ato de coleta, corresponde a entrar dentro da capoeira, deslocando as macegas, quebrando os galhos de salseiro (*Escallonia bifida*), da santa-rita ou quaresmeira (*Tibouchina sellowiana*), limpando com facão o caminho sujo e para encontrar um local em que haja samambaia em grande quantidade. Poder apanhá-la e coletá-la é uma atividade repetitiva cujo prazer está em simplesmente repetir e repetir a ação. Pode-se associá-la a inúmeras outras situações de catação: sementes, contas, feijão. Quanto mais se cata, mais se quer catar, entra-se numa cadeia obsessiva, catar, catar, catar. Ato repetitivo que, muitas vezes faz esquecer o quão cansativa é essa atividade: o sol, o cansaço ao subir o morro e a vontade de terminar logo. Esse é o ritmo da coleta.

Deter-se na atividade, significa, ouvir as narrativas sobre o tema, descrever suas etapas, mas, também, visualizar o ato em si, ou seja, o ato de esgueirar-se entre a vegetação, estender a mão e tirar a samambaia. Nessa perspectiva, além da habilidade que remete a um saber, a análise a partir do gesto e seus ritmos remete-nos a André Leroi-Gourhan (1965) por outro aos devaneios de Gaston Bachelard (1991). E nos ensina que no encontro do homem com o meio, forja-se a técnica, entendida como o ato tradicional eficaz (Chevallier, 1991). E essa técnica, por em sua eficácia, remete-nos a outras dimensões da compreensão do mundo e das coisas. Trazendo à centralidade da construção do conhecimento o ancoramento a uma imaginação criadora (Bachelard, 1991).

O ato de adentrar na capoeira evoca imagens relacionadas ao refúgio, embora num primeiro momento, a vegetação, por toda a sua resistência a entrada humana, apresente-se hostil. O convívio prolongado e cotidiano (e de dependência econômica em função da samambaia) nesse ambiente estabelece uma relação de familiaridade, que nos remete a imagem do refúgio. Não se trata do refúgio do aconchego do lar que remete a casa, mas uma lugar de distanciamento e retiro. A longa caminhada até o local da coleta, o isolamento em relação a outros ambientes e o silêncio que permite a audição dos sons ambiente reforçam a esse estado de refúgio.

Por outro lado, na imagem do processo de coleta, de estar no meio da capoeira, esgueirando-se entre diferentes obstáculos, alcançar a samambaia e colhê-la, poder encontrar a essência da ação humana sobre o meio, do triunfo sobre a natureza e dos sentidos do trabalho.

“A luta do trabalho é a mais cerrada das lutas; a duração do gesto trabalhador é mais plena das durações, aquela em que o impulso visa mais exatamente e mais concretamente seu alvo. Aquela também em que há o maior poder de integração. Ao ser que está trabalhando, o gesto do trabalho integra de algum modo o objeto resistente, a própria resistência da matéria. Uma matéria-duração é aqui uma emergência dinâmica acima de um espaço-tempo. E mais uma vez, nessa matéria-duração, o homem se realiza antes como devir do que como ser. Conhece um a promoção de ser.” (Bachelard, 1991, p. 19)

A vontade de romper a resistência do meio e do próprio talo da samambaia quebrando-a é a manifestação de uma imaginação ativa diante da resistência da matéria, de não somente reagir a ela, mas de domesticá-la. E domesticar incorre numa ação reiterada ao longo de um tempo, que adquire as feições de um ritmo natural, um ritmo condicionado. “É por esse ritmo que o trabalho obtém ao mesmo tempo a sua eficácia objetiva e a sua tonicidade subjetiva”. (Bachelard, 1991, p. 18) do coletar intermitentemente.

#### **4.4.3. Tirar e colher, diferentes formas de manejo**

“Tirar” traz a conotação relativa a uma planta que nasce espontaneamente, na capoeira, que não precisa de maiores tratamentos culturais, ou manejo. “Experimentei botar uréia pra ver se ela vinha melhor, mas a uréia queima a planta”, “Ela gosta de terra fraca!”, afirma André. E, nesse sentido, é diferente da atividade de plantar, o qual exige constantes tratamentos, uma terra fértil, limpa e livre das pragas. Assim catar, “tirar samambaia” é diferente de colher.

Imersos no universo produtivo e da necessidade de sobrevivência dessas pessoas tais delimitações parecem sutilezas cuja importância é secundária. No entanto, revelam que cada ação, apesar de atenderem uma razão prática, possuem significados distintos. A samambaia, nessa perspectiva, é vista como associada à capoeira, “ela gosta de nem muito sol, nem muita sombra”, não sobrevivendo em áreas limpas (“só ela sozinha, no limpo, não sobrevive”). Inclusive alguns, como seu Ervino, chegam a afirmar que testaram plantar em área de várzea, onde ela não vem. “De certo, ela gosta de terra de morro”, comenta. Algumas plantas são prejudiciais à samambaia, sobretudo, o salseiro (*Escallonia bifida*) e, em parte, essa

associação ocorre pelo fato dessa planta ser característica de estágios mais avançados da vegetação.

Quanto aos períodos do ano, em que há maior abundância, embora reconheçam que a samambaia esteja sempre brotando, normalmente identificam os meses de setembro e de outubro como os de maior brotação. Como brotação, compreende-se o período de emergência do solo de folhas novas, não propícias para a coleta. Consideram o verão a época com maior abundância de folhas coletáveis, razão pela qual os puxadores são mais rigorosos com a qualidade das folhas. Em março, ainda há mais uma brotação e a partir dessa, começa a declinar. Nessa época, as folhas coletadas correspondem às folhas velhas que não foram coletadas no período anterior. Nos meses de junho e julho, as folhas para coleta reduzem-se drasticamente, embora não parem de coletar. A melhor lua para tirar samambaia é a crescente, sendo que, ao se tirar na lua minguante, “ela custa a brotar”.

Tirar a samambaia nesse contexto, favorece a sua brotação, pois, caso essas não sejam colhidas nesses períodos, acabam morrendo. Assim, a atividade encaixa-se a esse ritmo natural da planta, sendo o próprio ato de tirar uma forma de manejá-la. Dentro dessa lógica, em conversas informais, quando questionados sobre a possibilidade de plantar a samambaia, prontamente responderam: “se é para plantar samambaia, eu planto feijão!”. Plantar samambaia, por todo seu retrospecto, seja porque era uma praga, seja porque é planta de capoeira, parecia-lhes uma idéia absurda.

Numa primeira dimensão das representações em torno da coleta de samambaia, estabelece-se diferenciação entre o tirar e o cultivar, como duas modalidades diferenciadas de relação com o meio. No que concerne aos saberes mobilizados nessas duas modalidades de relação, observa-se que ambas demandam conhecimentos específicos, os quais, em seu conteúdo constituem uma relação de complementaridade. Isso remete aos trabalhos relacionados ao campesinato que identificam o mato e a casa/quintal, como dois espaços simbolicamente diferenciados (Brandão, 1995, Woortmann e Woortmann, 1997, Teixeira, 1999). Ao primeiro espaço, associado ao mato, ao não-humano, ao não trabalhado, ao selvagem, à caça, e aos perigos diante do desconhecido, é remetida a samambaia. Esse contexto permite compreender o estranhamento diante da idéia de plantar a samambaia. Remete também a distinções valorativas entre a atividade extrativista e agrícola, e por extensão em categorizações identitárias, conforme será citado posteriormente. Ao confrontarmos os sentidos do tirar e cultivar visualizamos que se tratam de operações cognitivas e afetivas diferenciadas, as quais evocam sentidos diferentes para cada atividade. Atitudes que têm conotações complementares onde o tirar se dá por subtração, enquanto o

cultivar resulta de um processo de adições sucessivas (contabiliza-se além do trabalho de limpeza do espaço, a capina ou aplicação de algum herbicida, o acréscimo de algum esterco ou uréia para ajudar em seu desenvolvimento). Essa complementaridade conforma um modo de ser e de produzir dessa comunidade.

#### 4.4.4. A preparação das malas

Após as coletas, as frondes ficam empilhadas e protegidas do sol. Geralmente, ficam em algum refúgio dentro da mata ou numa sombra de árvore, sempre perto de uma fonte de água para serem molhadas ocasionalmente. No dia anterior a entrega ao puxador, essas samambaias devem ser empacotadas na forma de “malas” – alguns chamam de “fardo”. Ao lado do monte, munido de barbantes, geralmente de ráfia, fornecidos pelo coletor, já cortado no tamanho ideal, inicia-se a amarração. O barbante é colocado no chão, em cima do qual são colocados quatro feixes com os talos cruzados dois a dois, para serem amarrados. As folhas são juntadas vigorosamente, sempre num certo ritmo. Com a ajuda do joelho, os quatro molhos de samambaia são amarrados com firmeza, o que exige bastante força, caso contrário, a mala se desfaz com a manipulação. Uma vez amarrados em malas, são novamente empilhadas num grande monte, borrifadas com a água e cobertas a espera do puxador. Quando, ultrapassa-se o número de quantidades encomendadas, o excedente é guardado para a próxima entrega. Essa é uma das vantagens do inverno, pois as samambaias se conservam por mais tempo.



Figura 17 - A amarração das malas e o monte com samambaias para ser entregue ao puxador.

#### 4.5. Cadeia produtiva da samambaia-preta

O dia da vinda do puxador é aguardado com ansiedade. Todos ficam atentos a chegada do caminhão que entra na Solidão ruidosamente, buzinando. Chico, com frequência, traz alguma encomenda de Maquiné: ração para animais, cadeiras e móveis. Cada coletor tem o compromisso de alcançar suas malas para serem empilhadas no caminhão. Portanto, o dia da entrega incorre em efetuar as atividades rotineiras, estando atento a chegada do puxador e à disponibilidade para, a qualquer momento interromper sua atividade e acompanhá-lo. Caso, o coletor não possa estar presente, pede para alguém substituí-lo (um familiar ou vizinho) no carregamento das malas de samambaia. Ocasionalmente, vem com Chico uma outra pessoa para ajudá-lo. Assim, para o carregamento, são necessárias duas pessoas: uma que joga os montes, geralmente o samambaieiro e a outra que recebe e empilha-os no caminhão. Uma dessas funções é assumida por Chico ou seu ajudante, para efetuar a contagem das malas e a sua seleção. Ao longo do carregamento, as malas impróprias, seja por não terem quantidade suficiente (que é avaliado pelo peso de cada mala, em torno de meio quilo) ou pela má qualidade das folhas que podem estar comidas, sapecadas ou jovens demais, são postas de lado e descontadas do pagamento. Começa-se por Marino e Marta, cujos montes ficam mais no fundo do vale. Posteriormente, são recolhidas as samambaias de Nino, Dila, Dete, Margarida, André, Ivone e Nico.



Figura 18 – A entrega das samambaias ao puxador.

Depois de carregarem o caminhão, é efetuado o pagamento, que pode ser em dinheiro ou cheque. Na ocasião é combinado a quantidade da próxima encomenda. Cada um recebe de



Chico um molho de de barbante de rafia, para a amarração das malas da próxima entrega. Algumas pessoas, aproveitam e pegam carona até Maquiné, para fazerem “o rancho” com o dinheiro recebido.

Uma das razões pelas quais todos gostam de entregar para Chico está no fato deste efetuar o pagamento “na hora” e cumprir com as datas de encomenda estabelecidas. Há na localidade outro puxador que embora pague um pouco mais pelo produto, atrasa em até 45 dias o pagamento, não vindo, às vezes, buscar a samambaia encomendada. “O Chico paga menos mas é certo, pode contar.”

Chico pode ser considerado um puxador primário, o primeiro elo de uma cadeia complexa, conforme demonstrado na ilustração ao lado. Percebe-se que Chico é uma pessoa bastante respeitada, tendo sido outrora samambaieiro e ascendido a condição de puxador. Desta forma, se por um lado há uma tensão estabelecida pela própria hierarquia da estrutura da cadeia, onde é o puxador que dita os preços, as quantidades... também verificam-se laços de reciprocidade, troca de favores.



Figura 19 - Elos da cadeia produtiva da samambaia-preta.

A própria condição de ter sido um igual, pois Chico e sua esposa já foram tiradores, reforça esse laço de confiança mútua. Em realidade, trata-se de uma mediação na concepção proposta por Silverman (1977), ao contrário, por exemplo, dos integrantes da ANAMA. Refere-se a alguém que pertence à comunidade e, por possuir uma posição privilegiada, estabelece a conexão com as esferas mais amplas, ou seja, sua legitimidade vem de uma relação orgânica com os seus representados.

As relações estabelecidas entre extrativistas e transportadores primários são baseadas em confiança mútua, baseado no respeito e credibilidade. A relação dos transportadores primários e secundários com as empresas compradoras de São Paulo, Paraná, entre outros, é baseada apenas em contratos orais. Toda transação fundamenta-se em compromissos previamente estabelecidos com empresas paulistas ou de outros municípios da região, envolvendo a carga. O transportador responde pelo cumprimento dos prazos, pela quantidade e pela qualidade do produto. Os pagamentos, normalmente, são feitos com cheques de terceiros ou pré-datados para 15 a 90 dias, os quais são repassados pelas empresas paulistas aos transportadores e esses os repassam aos extrativistas. Nessas situações, o transportador assume o pagamento do trabalho das famílias extrativistas que não têm condições de esperar por esses prazos. Na prática, isso significa que o transportador avaliza os cheques junto aos mercados locais para pagamento das compras feitas por essas famílias. Alguns puxadores, por não terem conseguido assegurar este fluxo acabam “quebrando”, pois muitas vezes esses cheques de compradores de outros Estados não tem fundos, o que os obriga a arcar com o prejuízo. Esse foi o caso de Milton, um dos antigos puxadores da samambaia dos Fundos, que até hoje tem dívidas com os tiradores.

Um estudo sobre essa cadeia demonstra a existência de uma remuneração bastante diferenciada entre os agentes envolvidos: os intermediários terciários e os atacadistas obtêm uma remuneração significativamente, superior à margem obtida pelos demais agentes (vide quadro 8).

	<b>Intermediário Primário IP</b>	<b>Intermediário Secundário IS</b>	<b>Intermediário Terciário IT</b>	<b>Atacadistas</b>
<b>Preço Compra (R\$ por mala)</b>	0,35 - 0,40	0,55	0,60 - 0,70	1,60 - 1,70
<b>Preço Venda (R\$ por mala)</b>	0,55 - 0,60	0,65 - 0,70	1,25 - 1,70	2,50 - 3,70

Fonte: Ribas *et al.*, 2002.

Quadro 8 – Faixa de preços (R\$ por mala) de compra e venda da samambaia-preta entre as diferentes fases de intermediação - do Litoral Norte do RS para outros estados.

Isso porque, os intermediários terciários são os principais responsáveis pelo transporte interestadual, e os atacadistas, através do poder de formação dos preços da cadeia, maximizam seus lucros de venda, de acordo com qualidade do produto. (Ribas *et al*, 2002).

Quem mora nos Fundos, pouco sabe sobre os elos da cadeia, os preços diferenciados e o próprio destino final dessas samambaias. Os vasos com flores presentes nas mesas dos moradores locais, dificilmente são acompanhados com samambaia, ou seja, na prática local, a samambaia não é associada a arranjo floral. Em uma das subidas para coleta de samambaia, falando em aniversário e presentes, Ivone comenta que nunca recebera um buquê de flores. Uma observação-queixa que realça a distância entre o universo social do coletor e do consumidor final, coloca os sentidos da diferenciação de processos produtivos do tempo do colono e da samambaia e a mudança que incorre da inserção a uma cadeia produtiva mais ampla, cujos meandros, o extrativista, não domina. Por desconhecer esses elos da cadeia e a forma de se relacionar com esses diferentes atores sociais, o extrativista deposita a confiança na relação com Chico, o puxador, numa relação de subordinação, que incorre em um sentimento de tranquilidade e estabilidade e dão os sentidos de hierarquia e interdependência entre esses.

A partir do pressuposto que esse seria um dos fortes mecanismos que mantém a coesão dessa cadeia, abrem-se alguns questionamentos relacionados ao contexto mais amplo que se insere essa atividade, mais especificamente, atrelada a uma problemática ambiental. Um primeiro questionamento refere-se às relações entre esse mecanismo com o ilegalidade da atividade, uma vez que a essas situações de clandestinidade além de favorecerem contratos informais, cria entre os seus participantes uma cumplicidade. Como a instauração da cadeia produtiva da samambaia se deu antes da instauração da proibição da atividade, provavelmente essa não haveria uma relação direta entre a clandestinidade e o estabelecimento de tal sistema. No entanto, poderia estar contribuindo para a sua manutenção ao longo do tempo, uma vez que a ilegalidade não permite a inserção de relações formais de mercado.

Por outro lado, como se aventa a possibilidade de legalização da atividade, o questionamento seguinte relaciona-se ao impacto da legalização nessas relações estabelecidas e quais seriam as ações políticas que contribuiriam efetivamente para uma melhoria da cadeia produtiva dessa atividade.



#### 4.6. A atividade de “tirar samambaia” e sua narrativa

Para os moradores de Solidão, a alusão à atividade de “tirar de samambaia”, traz conotações paradoxais. Se, por um lado, a referência é o “trabalho duro”, cuja base reside no trabalho braçal e no uso da força física; por outro lado, para obtê-la, basta procurar e colher, o que não requer maiores esforços. Essa situação é a porta de entrada para entendermos um pouco do universo das representações e identidades desse grupo. A exigência da força física sobrevém da necessidade de, após coletadas as folhas, transportá-las até os locais onde são empacotados e entregues ao puxador. Por outro lado, o ato de “tirar samambaia”, relacionado privilegiadamente com achar uma “boa malha ou bola” desta planta que cresce espontaneamente na capoeira e coletá-la, não requer esforço físico. Não se trata de uma atividade difícil. Nessa avaliação, está embutido todo um sistema de valores ligado ao “colono” na qual um dos índices é o trabalho duro, o esforço. O domínio de um “saber” especial desse “colono” está justamente na arte de plantar, de saber a época e a lua adequada para cada cultivo, o de cuidar da roça de modo a obter uma boa produção. Nessa situação, podemos ter a dimensão da presença de um pensamento camponês que segundo Carlos Rodrigues Brandão (1999), usa

“as relações práticas e simbólicas entre as variações do mundo natural e as respostas sociais por meio do trabalho, como um indicador essencial do fluxo dos tempos e da própria ordem de ambos os mundos, pensados um pelo outro: o da sociedade e o da natureza” (p. 93).

No caso da coleta esse “saber” não se faz necessário, fica-se apenas com o trabalho braçal, rompendo a unidade de uma determinada representação de um “saber-fazer” tradicional de colono. Por isso, num momento inicial, parece haver um certo desdém perante essa atividade por parte dos próprios coletores.

Em relação ao local da coleta, essas conotações paradoxais em relação à atividade também se fazem presentes. A coleta de samambaia, efetuada na capoeira, estágio sucessional da vegetação, associado a um tempo e espaço de “descanso da terra” entre uma roça e outra, permite traçar um paralelo entre a mudança de estatuto desse estágio - outrora de descanso - e a situação atual do grupo. A capoeira sempre fez parte de suas vidas, apenas como uma forma de descanso, um momento intermediário para que, posteriormente, após a derrubada e a queima, se obtivesse a roça. A agricultura por eles praticada nas roças cobria a subsistência do grupo doméstico. No entanto, com o ingresso a uma sociedade voltada para o consumo e a necessidade de acesso ao dinheiro (não mais apenas aos produtos), a samambaia, por ter melhor fator de conversão em dinheiro em relação aos demais gêneros por eles cultivados,

instaura-se como produto principal. Por essa razão, passam a depender do espaço que era de descanso.

Percebe-se nessa situação uma certa ambivalência que remete a um processo de mudança e necessidade de re-atualizar alguns valores tradicionais. Antes, o colono orgulhoso do seu saber e auto-suficiência, hoje, o samambaiero, trabalhador braçal e a grande dificuldade em manter seu grupo doméstico. Sobrevém então o questionamento das razões permite que esse samambaiero, outrora colono, apesar da constatação de que “as coisas estão” piorando, mantenha sua trajetória, mantendo sua dignidade e obtendo a reprodução social de seu grupo?

Retomando o processo de coleta que se constitui em procurar, procurar, até achar uma bola. Ao achar, um instante de repouso para aquele que luta contra o meio para buscar seu objetivo. Instante de repouso imperceptível na urgência de produzir e de obter determinada quantidade de samambaia no final do dia. No entanto, é uma primeira recompensa, um prazer, encontrar uma “boa bola”. Em seguida, o ato de colher a samambaia que exige força e velocidade para romper a fronde, quebrá-la: em seu conjunto, manifesta-se na forma de uma rítmica própria. Essa incorpora novamente um momento de repouso para juntar todas as folhas colhidas num molho. Repouso para ir colocando ao longo do trajeto os pequenos montes formados pelos molhos de samambaia coletada. Assim, resulta dessa operação uma rítmica própria que imprime rapidez nas ações compassadas. Após um certo período de coleta, ao esgotar-se a samambaia do local, percorre-se o caminho juntando os molhos que ficaram, ao longo do trajeto, para serem empilhados ordenadamente, de modo a formar um maciço verde, o “fardo”. Esse é firmemente amarrado com uma corda trazida envolta à cintura. É preciso força, para dar unidade ao bloco. Essa operação repete-se inúmeras vezes, até obter a quantidade suficiente que varia entre 20 a 40 kg, conforme a situação.

Reunido tudo, é a hora de carregar e de colocar nas costas Essa é uma operação que exige uma certa concentração para romper a inércia daquele monte verde, quase um bloco, que repousa no chão. Alguns acendem rapidamente um cigarro e dão “umas pitadas”, enquanto que outros respiram fundo e, no momento crucial, onde todas as energias concentram-se no ato de levantar, colocam o “fardo” no ombro. Isso exige extrema concentração, caso contrário, a operação fica pela metade, necessitando o “fardo”, ser recolocado no chão para reiniciar o processo.

Colocado no ombro, percebe-se que os passos tornam-se pesados pela pressão da carga. Toda a energia concentra-se no ombro, os braços apenas apóiam e assim,



vagarosamente, inicia-se a saída da capoeira e descida do morro até o local sombreado onde a samambaia deverá ser amarrada em “malas”. Dessa forma, é entregue ao puxador.

Há aqui todo um dinamismo muscular a se manifestar. Esse é produto da combinação de força e velocidade, imprimindo um ritmo que remete às representações do “trabalho duro”, mas que permite compreender, na adesão a essas ações, que há mais que o simples emprego da força bruta. Subjaz a essas ações, um conhecimento que decorre do saber incorporado de “colono”, o qual compreende um saber e fazer que não podem ser desmembrados. Nessa indistinção as pistas que levam a totalidade do fato social e permitem a esse coletor estabelecer as continuidades diante das mudanças dos tempos e dar unidade a um grupo a partir do compartilhamento de determinado saber-fazer próprio do colono que remete também ao samambaiaiero... Para que se alcance tal “saber-fazer”, muito mais que a descrição de uma técnica ou de um conjunto de operações que levam a um resultado eficiente, foi necessário um movimento em direção a uma adesão às imagens. Ancora-se em Gaston Bachelard (1990 e 1991), na sua obra consagrada à imaginação da matéria, detendo-se nas imagens da terra e os devaneios por ela suscitados. Bachelard busca, nas imagens positivas e concretas das matérias terrestres, a evocação de uma imaginação não apenas reprodutora - que ele credits a percepção e memória - mas a conquista de uma imaginação criadora. As operações aqui descritas – somadas às imagens fotográficas que, em sua materialidade, reforçam a positividade associada às matérias



terrestres - facilitam a imaginação reprodutora e desafiam a consecução de uma imaginação criadora. Esse autor alerta ainda que, “em relação às substâncias terrestres, a matéria traz tantas experiências positivas, a forma é tão manifesta, tão evidente, tão real, que não se vê claramente como se pode dar corpo a devaneios relativos a intimidade da matéria” (Id., 1991, p. 2).

É justamente nessa intimidade com a matéria – a capoeira, os locais de coleta, os locais onde melhor se desenvolve a samambaia, a resistência do talo à colheita, sua durabilidade, seu desenvolvimento posterior – que estão manifestos os saberes de cada uma dessas pessoas que tira samambaia. Saberes que podem ser sistematizados segundo uma ótica científica, onde é possível estabelecer uma correspondência positiva entre os saberes locais e os resultados de um estudo conduzido dentro de uma metodologia científica relativa a ecologia da samambaia-preta (ANAMA/ SEMA, 2002). Mas, ao contrário do que buscam essas metodologias, ou seja, uma relação de causa e efeito nos conhecimentos do coletor, efetua-se também a busca de sentidos e significados que ultrapassam uma racionalidade lógica e linear. Nesses termos, a prática da coleta de samambaia-preta está intrinsecamente colada a uma identidade e memória social, mantida através das relações sociais e atualizado em cada gesto e narrativa.

**CAPITULO 5****Em torno da dimensão conflitual: do cotidiano e da problemática ambiental**

---

Nos capítulos anteriores, buscou-se evidenciar a existência da atividade peculiar do extrativismo de samambaia-preta, ancorada na identidade e na memória coletiva de uma comunidade, sendo essa apresentada no seu cotidiano de trabalho e no saber-fazer subjacente a essa e inscrita nos olhares sobre a paisagem local. Paralelamente, evidenciou-se o processo de deflagração dessa área de Reserva da Biosfera e o de sua importância para as ações conservacionistas globais. Isso resulta na imposição de uma legislação restritiva em relação ao manejo da paisagem local, que sobreposto às representações ao tempo da samambaia e declínio da atividade agrícola geram uma situação de tensão suficiente para caracterizá-la como uma situação de conflito.

O convívio com esse grupo tem demonstrado que a recepção e assimilação desses ordenamentos reforçam um determinado *ethos* e fomentam diferentes atitudes e práticas que, em seu conjunto, resultam num complexo e rico universo de situações as quais permitem compreender um pouco mais sobre as pessoas dessa comunidade. Nesse capítulo busca-se compreender as interações que se fazem no âmbito desses conflitos, percebendo lugar e o papel dessas ações restritivas da legislação ambiental no fluxo cotidiano dessa comunidade, as quais vão muito além do que, genericamente, pode-se caracterizar pela oposição entre dois modos de intervenção na paisagem local, ou mesmo num choque entre tradição e modernidade.

Para a abordagem do conflito utiliza-se como parâmetro analítico a teoria do conflito de Simmel (1983). Para esse autor, a condição essencial para a sociedade está no conflito, sendo a base para os processos de constituição e atualização da sociedade, o que denomina *sociação*. Essa condição permite o acesso às regras que fornecem sua estrutura e que determinam seus limites. Essas regras constituiriam os códigos sociais que regem as relações nas diversas sociedades. Um pressuposto básico, na configuração do conflito, refere-se ao fato de que um conflito não é algo dado em si, mas, sim, construído nas relações sociais. Dessa forma, trata-se de uma dimensão cognitiva que configura determinadas questões como “conflitantes”, apresentando-se na forma de representações e práticas. Dessa forma, compreender a tensão diante da legislação ambiental incorre em compreender o conflito em seu aspecto amplo, relacionado a outras situações de conflito paralelas. Nesse capítulo, são, inicialmente, colocados de forma fragmentada, diferentes facetas dos conflitos que, em seu conjunto, estão atrelados aos ambientais.

### 5.1. O estrangeiro em sua dimensão conflitual: o caso de Rafinha

Rafinha, uma das moradoras locais e minha anfitriã durante a realização desse trabalho, tem uma trajetória bastante emblemática e distinta dos demais moradores locais. Segundo ela, sua história de vida apresenta-se repleta de rupturas e mudanças de rumos. Saiu de casa aos treze anos para estudar num convento sob os protestos de sua mãe e, diante da impossibilidade de sua família financiar sua partida, fora pessoalmente pedir auxílio ao prefeito da cidade onde morava.

“Cheguei em casa com aquela passagem. A minha mãe ficou num desespero, eu ia fazer uma coisa daquelas, eu não era disso, né. Foi o primeiro ato de liberdade da minha vida. Foi um desespero em casa, mas eu fui dois dias depois. Me quebrei, foi doído, doído, eu me lembro. Eu tinha um irmão de dois anos, que era muito apegado a mim, que eu cuidava. Até hoje ele não me perdoa totalmente. Foi muito difícil naquele momento. Eu era a mais velha de todas.”

A narrativa de sua história de vida pontua situações de ruptura, como na via sacra, em que cada parada representa um momento difícil de sofrimento e de um aprendizado. Conforme a sua avaliação de sua saída de casa:

“Mas foi tão bom, tão bom. Agora eu sei o lugar que essas coisas ocupam na vida. Foi muito importante romper naquela época. Eu era muito apegada às pessoas. Se eu não tivesse rompido, até hoje estaria na família, fazendo o que eles fazem, do jeito deles. Hoje estou aqui na Solidão. Então foi muito bom.”

Assim como na saída de sua casa, a saída do convento, após dilacerantes conflitos com os preceitos da doutrina cristã e com a sua prática, representou outro rompimento. A seguir, o encontro e a opção de ir morar com seu “companheiro” em Maquiné (motivo de uma reação de indignação por parte da população local) é relatado minuciosamente por Rafinha e que culmina com a sua separação, outra situação de ruptura, igualmente muito dramática.

Conheci-a um pouco antes dessa separação, após a qual, decidiu ir morar nos Fundos da Solidão. Nessa mudança buscava o que a levou e a fez sair do convento: ajudar as pessoas. Nomeou a nova morada de Fraternidade Semente da Esperança. Essa foi construída em

mutirão, com a contribuição dos vários amigos que agregou em sua trajetória de vida e a transformou num local de acolhida às pessoas que necessitavam de alguma ajuda física ou espiritual.

O grande fundamento da opção de morar nos Fundos, “lá no fundo”, como ela mesma diz, foi “poder ficar mais perto do pessoal dos Fundos” que, segundo ela, era “muito, muito carente”. A própria opção do Projeto samambaia-preta em centrar seus estudos nessa localidade foi motivado pela carestia da população. Já nas entrelinhas, ocorre-me perguntar sobre as conotações desse ajudar e em que medida as próprias pessoas que moravam no local desejavam, desse modo, serem ajudadas.

Dar carona, trazer algum remédio, prestar assistência a algum morador doente (fazendo curativo, tirando bicho de pé, conseguindo remédio para as dores nas costas de Margarida), obter doações de roupas e brinquedos para os filhos de Simone, de Ivone ou de Lurdes, em suas idas e vindas à Porto Alegre comprar algum presentinho, alguma meia para os filhos de Simone, organizar festinhas para os idosos, e para os aniversariantes do mês, celebrar novenas e a via sacra... era alguns dos favores prestados por Rafinha que contribuiu para sua integração à comunidade. Quando alguém ficava doente, a qualquer hora, era Rafinha que, com seu fusquinha, levava ao posto de saúde. Foi nessa época que iniciei meu trabalho de campo.

### **5.1.1. A Fraternidade Semente da Esperança**

Nos fundos do Fundo da Solidão, numa clareira, em meio à vegetação em estágio avançado de regeneração, encontram-se cinco pequenas casas que, em seu conjunto, Rafinha denominou de Fraternidade Semente da Esperança, sua morada. A primeira delas, na área central, encravada em um barranco e com dois andares abriga a cozinha coletiva, o laboratório, três quartos, e um banheiro. O “laboratório” é o local onde Margarida, Maria e



Lisiane preparam produtos à base de plantas medicinais, como sabonete, xampu, óleo para massagem e elixir anti-fumo. Esses são vendidos e convertem-se em complementação de suas renda. Para prepararem esses produtos, reúnem-se duas vezes por semana. As atividades compreendem a coleta da matéria-prima, sua secagem, preparação e embalagem. Para sua venda, a figura de Rafinha é fundamental, pois os compradores são as pessoas que visitam a Fraternidade, bem como aqueles que assistem as suas palestras nos diversos locais onde, constantemente, é convidada para ministrá-las. Nesse caso, uma delas, acompanha-a, responsabilizando-se pela banca de venda com os produtos do laboratório e os elixires da farmácia caseira.

Os quartos e o banheiro ficam no andar de cima e compreendem dois quartos e uma sala. Nos quartos, ficam, geralmente, as pessoas que temporariamente moram na Fraternidade e os visitantes ocasionais (a circulação de pessoas é muito grande). O período de permanência desses hóspedes varia muito, sendo que na maioria dos casos, coincide com os feriados e fins de semana. Alguns se tornam residem por períodos mais longos, ficando meses ou mesmo anos, buscando desenvolver alguma atividade, como plantar ou dedicar-se ao artesanato. Esse era o caso de Nei. Como exposto, há sempre visitantes buscando consultas e aconselhamento de Rafinha, assim como curiosos e amigos. Rafinha nem sempre fica na Fraternidade. Há épocas que ficam viajando por períodos longos, aparecendo ocasionalmente para lavar suas roupas e “recarregar as energias”, entre uma e outra maratona de palestras nos vários municípios do Estado. Essas palestras geralmente estão relacionadas com o Movimento Mulheres Camponesas, o qual paga suas despesas com deslocamento e com alimentação. Ocasionalmente, é contratada para efetuar alguma atividade pontual relacionada a plantas medicinais ou na esfera da educação. Para esses momentos de ausência, Rafinha conta com o apoio desses moradores temporários que ajudam-na cuidando da casa, recebendo aos visitantes, tratando dos animais (gatos e cachorros) e da horta.

Além dessa construção principal, há a casa de Rafinha, constituída de um quarto, banheiro e uma pequena cozinha, afastado dessa primeira, onde ela busca obter um mínimo de privacidade. Porém isso é um momento raro, pois essa nunca se nega a atender alguém. Para ilustrar esse fato, acompanhei situações em que Rafinha estava adoentada e, mesmo assim, continuava atendendo a todos. A preocupação com essa situação é oriunda de um olhar exógeno e racional pois, com o tempo, compreendi porque ela assim agia: nesses casos, o necessitado e aquele que pode ajudar são envolvidos por uma ação recíproca, de tal forma que, ao final, ambos saem curados. Essa era a motivação que levava Rafinha entregar-se de forma tão intensa a essa a essas atividades. Ao final, dar e receber reveste-se de uma relação de confiança e de poder. Aqui os sentidos do “mana” de Mauss.

Além dessas duas moradias, há um outro alojamento com dois quartos para visitantes e ainda, o “cantinho da paz”. Essa é uma pequeníssima peça com formato hexagonal que destina-se à prática de meditações, orações ou a alguma dinâmica de grupo que exija um recolhimento.

Existe ainda o galpão onde são guardadas ferramentas e materiais diversos: botas, capas, caixilhos de abelhas e um forno de barro onde, geralmente, se assa o pão e se guarda a madeira para a lenha. Há, por fim, uma peça de alvenaria em construção que, como o “cantinho da paz”, foi projetado para ser hexagonal, porém com dimensões maiores. Trata-se de um sonho da Rafinha, seria a casa da cura, para repouso das pessoas doentes mas, também, um local com infra-estrutura para receber grupos maiores e para realizar palestras. Com isso, ao invés de Rafinha deslocar-se pelo Estado, proferindo palestras, os grupos viriam e poderiam ficar ali. Entre as casas, encontram-se pequenas hortas-jardins, geralmente em formato circular onde se entremeiam verduras, plantas medicinais e flores.

Toda essa ambiência com as casas que parecem de boneca, sua decoração, o formato dessas casas, a horta que é também jardim, santos e imagens católicas que se misturam às imagens orientais, conferem ao local uma atmosfera irreal e exótica. Tudo isso apresenta-se

com um frescor ingênuo, campônio, que remetem às estampas floreadas espalhadas por esses ambientes. Essa ambiência representa, o espírito que Rafinha gostaria de imprimir a esse grupo que chama de Fraternidade Semente da Esperança. Esse também é um olhar que Rafinha lança em relação a vida no campo e para os Fundos da Solidão.

### **5.1.2. A “Farmacinha”**

As Farmácias Caseiras ou Farmacinha, segundo Rafinha, visavam, além de fornecer remédios caseiros e naturais aos doentes, contribuir para a “libertação da mulher”. Trata-se de um discurso que problematiza em torno da situação da mulher: sempre em casa, tendo que trabalhar duro e sob o jugo do marido. Para Rafinha, a transformação da sociedade passa pela organização política da mulher. De origem rural (nasceu em Uruguaiana) e convivendo diariamente com a rotina da Solidão, Rafinha conhece - e não consegue aceitar - a situação de opressão vivenciada pela mulher rural. Sua luta é pela “igualdade de direitos da mulher”. Em função de seu trabalho com curas, ganhou notoriedade, sendo, freqüentemente procurada para dar consultas. A terapia preconizada por Rafinha compreende o uso de elixires, preparados a base de plantas medicinais, norteadas pelo conceito de “saúde integral”. Embasa-se em uma visão “holista” o qual percebe o indivíduo em interação com o meio ambiente, como uma totalidade. A saúde, nesse sentido, depende da harmonia que esse estabelece em sua relação ao seu corpo, com o seu grupo social, com a natureza e com Deus.

Dessa forma, as farmácias caseiras, passam a receber apoio político do Movimento Mulheres Camponesas e, alastram-se por todo o Estado. Iniciativas na Argentina e na Amazônia ocorrem intermédio de religiosos e por amigos de sua militância nos movimentos de base da igreja católica.

A Farmacinha da Solidão funciona numa casa de madeira com duas peças, sendo uma muito ampla, para a realização das reuniões, e outra menor e mais reservada, para as

consultas. Anexo há uma estufa para secagem dos chás e um galpão. Anteriormente, localizava-se perto da primeira morada de Rafinha em Maquiné, tendo sido deslocada para a atual localização em 1999, na beira do caminho que conduz aos Fundos da Solidão.

Nessa casa, as mulheres reúnem-se semanalmente onde, além da preparação dos elixires, rezam ou discutem visando a organização de alguma ação comunitária. Inicialmente, era Rafinha que coordenava as atividades, mas, com o tempo, a coordenação passou para Maria e Margarida, que considera-as suas discípulas. Embora todo o movimento e os trabalhos centralizem-se e inspirem-se em Rafinha, gradativamente percebe-se a tentativa de Rafinha passar a liderança e responsabilidade para Maria. Todo o trabalho desenvolvido nas Farmácias Caseiras possui um caráter voluntário, sem fins lucrativos, sendo norteado por alguns princípios gerais, como o trabalho em grupo. Com o tempo, pessoas de outras localidades e municípios passam a procurar a Farmacinha, na busca dos remédios ali produzidos.

Essa casa e a organização desse grupo, pelo fato de buscar sanar uma grande deficiência local, que é o acesso a um sistema de assistência à saúde, recebe a aprovação de todos os moradores da localidade. Os usuários, em sua maioria, a creditam no poder de cura das plantas, embora à adesão a esse tipo de terapia apresente-se bastante variável. Percebe-se que, em alguma medida, as pessoas acessam algum remédio da Farmacinha, para alguma emergência, mas sempre recorrem aos “químicos”, acreditando na maior eficácia desses, para algumas doenças consideradas mais graves, como problemas cardíacos, desordens nervosas, dores musculares.

Por outro lado, por possuir um viés político, relacionado ao papel feminino e sobretudo, pela figura de Rafinha não se apresentar como convencional, aos moldes locais, inspiram posicionamentos e olhares diversos. Com isso, o nível de participação dos moradores às atividades da Farmacinha é baixo, aumentando de tempos em tempos. No entanto, a Farmacinha, não se reduz às atividades relacionadas à Rafinha. Com o tempo,

alguns jovens passaram a solicitar o espaço da casa para efetuarem reuniões e encontros. Essas reuniões, inicialmente relacionadas a Igreja católica, na forma de grupos de jovens, acabam se constituindo num momento de lazer para esses jovens. Com o passar do tempo, as reuniões passam a ter música, combina-se o preparo de alguma comida, alguma festa de aniversário.

Datas festivas como o Natal ou o dia das crianças, motivam a ocupação do espaço para algumas atividades como distribuição de presentes ou mesmo donativos. Uma atividade que tradicionalmente foi sendo associada a Farmacinha é o Terno de Reis, comandado pelo Seu Renato. Este, além de coordenar o grupo, ainda constrói alguns dos instrumentos utilizados no Terno. É um evento que sempre congrega muita gente não somente da localidade. Além da apresentação do Terno de Reis, é preparado em mutirão alguma comida (como por exemplo, uma sopa de lentilha) e na continuidade, transforma-se em baile.

Através da trajetória da Farmacinha na comunidade podem-se perceber os meandros de processo de inserção da Rafinha na comunidade. Sob diferentes formas, Rafinha trouxe à localidade uma certa notoriedade, associada a sua figura, mas também à Farmacinha e os remédios ali produzidos. As atividades como Terno de Reis, festas e encontros realizados no espaço da Farmacinha e a grande participação a essas atividades expõem também algumas carências locais, como os poucos momentos de lazer e de encontros coletivos.

### **5.1.3. A saída de Rafinha e a emergência de um conflito latente**

Pelo relatado até o momento, podemos visualizar em Rafinha uma figura ambígua em sua relação com essa comunidade. Por um lado, contraria valores correntes da localidade ao veicular a figura de uma mulher independente, por outro, traz grandes benefícios para a comunidade. Essa ambivalência relaciona-se a uma tensão latente, já citada na relação entre

integrantes da ANAMA com os moradores de. Inúmeras situações ilustram que há uma delimitação entre os “daqui” e os “de fora”.

No decorrer do trabalho de campo, apresentou-se um a situação com um desfecho radical por parte de Rafinha que permite evidenciar essas tensões e como todas essas se interligam, estendendo-se para as relacionadas à questão ambiental.

A referida situação tem seu início numa reunião, solicitada por alguns moradores locais, que pediam esclarecimentos sobre queimada, corte de capoeira e licenciamento para corte da vegetação. Essa solicitação foi intermediada por Rafinha, em função de que recentemente Juliano, filho de seu Zé, havia sido multado por estar efetuando uma queimada. Essa multa, sucedeu em função de que a diretora da Reserva Biológica, querendo conhecer um pouco mais da região, fora procurar Rafinha e nessa ida, ao avistar uma placa que, em realidade referia-se a Farmácia Caseira, pensou ser o este caminho para a casa de Rafinha. Por essa razão, toma essa estrada e exatamente nesse dia, Juliano estava efetuando uma queimada nas imediações. Isso resultou em uma autuação e multa.

Após esse episódio, todos ficam apreensivos e solicitam uma reunião com o “pessoal do IBAMA”. Nesse ínterim, há toda uma ordem de represálias a Rafinha, que é responsabilizada pelo ocorrido. Sentindo-se desgastada, pede-me que eu coordene essa reunião. Foi convidada para prestar esclarecimentos, a própria diretora da Reserva, que na região era a responsável pelo licenciamento ambiental, tendo sido combinado que essa reunião seria após uma novena.

A novena fora na casa de Paulo e Sônia e, apesar das novenas serem sempre bem freqüentadas por todos, havia um maior número de participantes. Percebia-se uma certa inquietação. Ao final da novena, encostou na frente da casa de Paulo a camionete da diretora da Reserva da Serra Geral, Paola. Essa, cumprimenta primeiramente a mim, pelo fato de me conhecer e em seguida aos demais. Apesar do ar de aparente cordialidade, pressente-se no ar uma tensão generalizada. Era a primeira vez que os moradores solicitavam uma reunião dessa

natureza, uma vez que anteriormente, pela ANAMA sugeriram-se reuniões deste tipo, de esclarecimentos, mas não houve maior interesse por parte dos moradores locais.

A reunião inicia-se com uma breve explanação minha apresentando a Diretora da Reserva Paola, ao qual segue-se uma confusão generalizada: todos querem fazer perguntas, expondo suas problemáticas e questionando Paola sobre a viabilidade de licenciar o corte da vegetação.

A uma certa altura, Paulo pede a palavra e, gritando, diz que acha um absurdo, “esse pessoal do IBAMA, andar pra lá e pra cá, em propriedade particular, não deixando ninguém mais botar capoeira”. Nisso os ânimos se alteram. Peço em voz alta para todos se acalmarem, olho para o filho de Paulo, pedindo para que tente controlar seu pai. Ao que, Pedro, irmão de Paulo, toma as dores do irmão e começa também a discursar. Nisso, o Zé, que havia sido recentemente multado, compadecendo-se de Paola, comenta, “deixa a guria”. Paola, num esforço para manter seu auto-controle, retruca, “assim o senhor está me ofendendo!” E segue-se por alguns minutos esse estado de confusão.

Transcorridos alguns instantes, os ânimos se esmaecem e volta-se a recolocar os assuntos e todo o restante da reunião transcorre dentro de uma certa cordialidade. Representantes do grupo de jovens perguntam se não podem entrar na Reserva para fazer passeios. Esses também questionam sobre temas relacionados à caça e à realização de queimadas. A reunião termina com Paola disponibilizando-se para esclarecer outras dúvidas posteriores. Tudo levava a crer que seria o início de um processo de aproximação entre fiscalizadores e moradores locais.

Particularmente, saio satisfeita, porque Paulo era uma das pessoas com as quais não havia conseguido fazer entrevistas, uma vez que até há pouco tempo era inimigo da Rafinha e nesse processo abriu-se essa possibilidade.

Algumas semanas depois, estando em Porto Alegre, recebo uma ligação de Rafinha, contando que Paulo havia sido multado e que, se eu pretendia ir aos Fundos aguardasse um

pouco, pois o ambiente estava muito hostil tanto para Rafinha como para qualquer pessoa ligada a ela. Contou-me, em detalhes, que Paola subira o morro com um policial, a fim de averiguar se alguém estava caçando. Nesse dia, apesar de Paulo não estar com nenhum animal abatido, foi preso por porte ilegal de arma (devido a uma legislação recente proibindo o porte de armas)<sup>48</sup>. Tivera que pagar R\$ 1000,00 de fiança para ser liberado. Através de outros integrantes da ANAMA, soube que a intenção de Paola era apenas assustar Paulo, mas a situação havia fugido ao seu controle, tendo esse desfecho lamentável.

Semanas depois, fui à Solidão. Passando em frente à casa de Paulo, vejo que sua esposa Sônia, ao me ver, fecha a bruscamente janela. Ao visitar outras pessoas, verifico um sentimento de revolta, pois avaliar ser excessiva uma multa de R\$ 1000,00 e, ainda, terem retido sua arma, embora todos reconhecessem que Paulo era uma pessoa “esquentada”. Para aumentar a tensão da situação, cabe colocar que Paulo, em sua juventude, perdera uma perna numa brincadeira entre amigos e segundo relatos dos moradores, passou por um longo processo de superação até integrar-se às atividades cotidianas da roça. Hoje, apesar de ter apenas uma perna “faz [trabalha] muito mais do que qualquer um com duas pernas”. O discurso dos moradores discorre sobre a impossibilidade do “colono hoje em dia plantar a sua rocinha pra dar de comer aos filhos”, “um tatu vale mais que a gente” e seu Lidorino, ironicamente diz: “decerto eu só não fui multado porque eu não tava trabalhando”.

Manifesto (ingenuamente) a intenção de falar com Paulo. Porém todos me aconselham a não fazê-lo. Isso porque, na opinião de Paulo, fora alguém do “pessoal da Rafinha” que fizera a denúncia a seu respeito e uma das suspeitas era eu, visto que fui eu que apresentei Paola na reunião.

---

<sup>48</sup> A Lei nº 10.826/03 conhecida como "Estatuto do Desarmamento", de 23 de janeiro de 2003, foi elaborada com vistas a regularizar o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição. Segundo essa lei, o porte ilegal de arma será punido com reclusão de 02 (dois) a 04 (quatro) anos, e multa, se a arma for de uso permitido (art. 14) e reclusão de 03 (três) a 06 (seis) anos, e multa, caso a arma seja de uso restrito (art. 16).



Nesse processo cresciam as hostilidades em relação à Rafinha. As opiniões sobre sua responsabilidade nos desdobramentos dessa situação se dividiam. Neste ínterim, Rafinha decide sair dos Fundos da Solidão. Segundo ela, o momento derradeiro foi desencadeado numa conversa com um amigo, morador de Maquiné, já adoentada com todos estes aborrecimentos, comentando sobre os fatos recentes, ouve prontamente: “Mas também, depois que tu foi morar no Fundo, só aconteceu coisa ruim pra aquela gente”. Segundo ela, foi um choque, nunca pensara que chegaria a tal ponto. Decide então “virar a página”. Rapidamente procura um outro lugar para morar.

No momento que estou a escrever este trabalho, ocorre mais uma das rupturas características da trajetória de Rafinha: sua saída dos Fundos, após sucessivos conflitos com os moradores locais. As configurações e desdobramentos desse acontecimento forneceram os elementos que permitiram interpretar um pouco das relações de poder e coerção existentes nessa comunidade. É difícil, em fatos como esses, precisar o momento em que esse foi desencadeado. Contudo, a decisão de sair dos Fundos e ir morar em um pequeno quartinho alugado por um grupo de amigos religiosos, no município de Gravataí, foi o resultado de um somatório de pequenos incidentes, mal-entendidos e fofocas. Difícil colocar tais razões, sem expor excessivamente a sua figura e, mais delicado ainda, é submetê-la a uma análise antropológica, cujo preceito ético de respeito ao outro é uma das suas premissas fundamentais. Nesses delicados fatos em que se percebem as nuances que permitem compreender um pouco dos jogos coletivos e individuais que constituem as relações sociais e, por essa razão, resolvi correr esse risco, omitindo passagens excessivamente pessoais cujo acesso não me foi negado, uma vez que foi constitutivo do convívio, mas que tocam em questões cujo limite entre o privado e o público são muito difusos.

#### **5.1.4. A condição social de estrangeiro**

Os desdobramentos aqui relatados conduzem-nos imediatamente a Norbert Elias e John Scotson (2000) e a configuração estabelecidos-outsiders para analisar tal situação na pequena comunidade fictícia de Winston Parva, em torno das tensões entre os habitantes estabelecidos e os “outsiders”, onde através de mecanismos como a fofoca e boatos, a imagem dos estabelecidos é mantida em detrimento dos de fora. Quais os termos para o estabelecimento deste paralelo?

Anteriormente a partir das tensões e pequenos conflitos que foram se apresentando ao longo do tempo de convívio em Maquiné, manifestava-se nestes diferentes momentos a figura do estrangeiro, ora mediador nos termos de Silverman (1977) ora o elemento tensionante como em Simmel (1983). O estrangeiro de Georg Simmel exprime a tensão constante entre proximidade e distância presente nas relações sociais, não representa mais uma figura, mas uma condição. Assim, “como o indigente e as variadas espécies de ‘inimigos internos’, o estrangeiro é um elemento do próprio grupo. São elementos que se, de um lado, são imanentes e tem posição de membros, por outro lado estão fora dele e o confrontam” (Simmel, 1983, p.183).

Nos termos do período de realização deste trabalho, evidenciou-se a impossibilidade de Rafinha ser absorvida totalmente como alguém da comunidade. Também a mim coube este papel, de elemento tensionante. Um dado fundamental nessa relação é o fato de não ser do local, manifesto no não compartilhamento de um passado e um modo de vida em comum. Como anteriormente colocado, para ser do local há requisitos que ultrapassam o fato de morar no mesmo lugar e estabelecer relações cotidianas de vizinhança. O que cimenta as relações entre os estabelecidos? O “sempre fizemos assim”, uma tradição, o “sangue”, um sentimento de pertencimento, compartilhado, como que uma substância invisível que nutre os indivíduos, que os faz sentirem-se pessoa - noção lapidada por Marcel Mauss (1973) – em contraposição ao indivíduo moderno (Dumont, 1985), tais como os habitantes estabelecidos da obra de Elias e Scotson. Inegavelmente o convívio é o cimentador de tais relações, mas também aqui, pode

ser justamente o fator de acirramento das diferenças. Pelas descrições colocadas, somente pela observação da ambiência doméstica da casa de Rafinha evidenciam-se essas diferenças.

Por outro lado, por suas qualidades de mediadora, travada nas relações cotidianas, aparentemente apresentava-se como alguém integrada à comunidade. Inclusive, é tratada como comadre por Dico, marido de Margarida, em função dessa ser madrinha de crisma da filha Ana. No entanto, permanece um resíduo, desprezível em determinadas situações, mas que tem um potencial de violentamente vir à tona. Parece que foi esse o caso com Rafinha. As pequenas fofocas que giram em torno do fato de Rafinha receber muitas pessoas, homens principalmente, os costumes diferentes desses amigos de Rafinha (cabeludo, maconheiro, defenderem o meio ambiente), ao mesmo tempo questionando a sua justiça, visto que estaria favorecendo algumas pessoas da comunidade, principalmente Maria e Margarida, que além de trabalharem na “Farmacinha”, também se beneficiam das vendas do “laboratório”, através da venda dos produtos ali produzidos. Outras mulheres gostariam de entrar nesse grupo, produzir e vender remédios e aprender sobre cura, no entanto, sentiam-se preteridas. Quanto aos homens, Rafinha está sempre a questionar a posição masculina na relação familiar e o lugar da mulher. Inúmeras vezes, nas reuniões da “Farmacinha”, colocava sobre a importância da mulher ter seu espaço, poder uma tarde pelo menos deixar casa, filhos, marido e se reunir com outras mulheres, para conversar de seus problemas, trocar idéias, se sentirem mulheres. Trata-se de um ideário que rompe com a hierarquia local, colocando nos termos de uma ideologia individualista. Por momentos parece-me paradoxal, porque Rafinha recorre a todo um ideal holista de saúde integral como resultado da harmonia da pessoa com seu meio. No entanto, ao mesmo tempo, isto incorre no questionamento das relações hierárquicas imersas na comunidade local. Para alcançar a harmonia integral, é necessário romper com alguns lastros hierárquicos das relações locais. Com isto, Rafinha torna-se a figura que tensiona uma ordem local, mas no seu encontro com essa realidade, ela própria cai nos paradoxos desse encontro.

### **5.3. A tensão diante da legislação ambiental**

Conseguir o acesso ao trabalho na roça, dentre as inúmeras atividades locais, apresentou-se como uma das tarefas mais difíceis dentro do trabalho de campo. Às combinações de ir a roça, ocorria de chover, ou haver alguma outra atividade que impedia a minha companhia... Essa dificuldade, em parte relaciona-se ao fato da roça ser um espaço masculino, apesar de tanto mulheres como homens trabalharem nela. Nas seis vezes que tive acesso roça, apenas numa delas, foi conduzida por dona Eurides, mesmo assim de forma acidental. Aqui se faz presente a oposição casa-roça/ mulher-homem, relatado em outras etnografias que trabalham com campesinato (Moura, 1978, Woortmann e Woortmann, 1997).

Também nas entrevistas, apesar dos assuntos discorrerem sobre as épocas de plantio do feijão ou do milho, dos preços, do que se planeja plantar, quando o assunto discorria sobre o sistema de cultivo como um todo, pude perceber que normalmente localizavam-se num tempo passado, quando “tudo era roça” e se “plantava de tudo”. Assim, há descrições quanto à queima, o cuidado com o aceiro (trata-se de um trecho roçado ao redor da área que vai ser efetuada a queima de modo a impedir a propagação do fogo além dos limites desejados), com a direção dos ventos no momento da queima, episódios em que quase pegou fogo na capoeira do vizinho, sendo possível conceber o sistema de cultivo local. Nesse contexto, percebe-se a mistura entre um tempo passado e um presente, o que se fazia antigamente se confunde com o que se faz hoje. Mais tarde, compreendi que havia outra razão para a dificuldade em elucidar esse assunto: a proibição às queimadas.

As conseqüências dessa proibição estão presentes na comunidade através de episódios de pessoas próximas que foram multadas. No período desse trabalho, uma pessoa havia sido multada por estar fazendo queimada (conforme anteriormente citado). Como eu estava a escrever sobre a Solidão, principalmente com entrevistas gravadas, é inevitável considerar esse elemento tensionador. Informalmente, em momentos mais descontraídos ocorria de argumentarem sobre a necessidade de queimar e as críticas à legislação, que não deixava mais

o colono trabalhar. Eu comentava a eles que no caso de “botar a capoeira para fazer roça”, a lei permitia, através de um licenciamento. Ao que prontamente perguntavam: “Mas o que adianta poder botar capoeira se não pode queimar? Prefiro então deixar crescer o mato”. Dessa forma dentro de um sistema de manejo das roças, queimar é um elemento fundamental.

Nei, um dos moradores da Fraternidade, veio de Canoas, marcado por uma trajetória eminentemente urbana - como a grande maioria das pessoas que passavam algum tempo com Rafinha - e resolveu fazer uma roça de milho. Para isto, teve que derrubar uma área que dentro da categorização local correspondia à capoeira. Em seus relatos, e acompanhando o processo, pude perceber o quão duro é o roçar. Sol quente (apesar de ser julho), insetos e capins a roçar os corpos, que se misturam com o suor. Alguns amigos ajudaram. Também Mauro, morador dos Fundos ajudou na tarefa. Depois de tudo derrubado, aguarda-se que a vegetação derrubada seque ao sol.

Conta-me Nei que quando tudo estava seco, Mauro, queria atear fogo (como normalmente é efetuado), ao qual, Nei foi energicamente contrário, não deixando que Mauro efetuasse tal intento.

Depois de seco, a tarefa que se segue é limpar tudo que foi roçado. Nessa ação, também contribuí. Como sempre, o sol na cabeça, grandes galhos para serem puxados (os maiores eram cortados com machado, para serem transformados em lenha). O terreno era pedregoso, isto tudo dificultado pela inclinação do terreno, que exigia um esforço extra para subir e descer com os galhos. Obviamente, nesse momento é possível perceber porque atear fogo facilitaria o processo, eliminando os arbustos e o capim seco. Neste terreno Nei plantou as sementes de milho, que ganhara de um amigo, que cultivava organicamente.

Ao visitar outras casas, todos sabiam que Nei havia “botado a capoeira”, seja porque ele havia comentado com algumas pessoas, mas sobretudo, porque nessas áreas de encosta, de diferentes pontos, visualizam-se as manchas das áreas abertas. A roça do Nei, sendo no meio de uma capoeira desenvolvida, destacava-se visivelmente. Um dado interessante em relação a

esse fato é o olhar positivo que a comunidade local lançava para o fato de Nei estar plantando. Em algumas conversas com outros moradores locais, houve observações como “o Nei veio da cidade mas é quase como um dos nossos”, ou então, num outro comentário, dona Lina disse que ficara muito feliz em ver o Nei abrindo aquela roça.

Ao longo desse tempo na Solidão, acompanhei o desenvolvimento dessa roça e a colheita, não apenas eu, mas descobri que toda a comunidade. Há um sistema de vigilância local, os quais os indícios começaram a se apresentar, algum tempo depois, após uma novena. Entre outros assuntos em pauta nas conversas, ao entrarmos na questão da capoeira e queimadas, Paulo me questiona, na frente de todos os presentes, “tu vê, por exemplo, a roça do Nei, ele não queimou e me diz ai quanto ele colheu” e referindo-se a baixa produtividade da roça de Nei e ainda mostrando com a mão o pequeno tamanho das espigas. Esse questionamento, ainda escutei algumas outras vezes, efetuado por pessoas da comunidade. Com isso, pude perceber o quanto se tem o controle das informações locais, inclusive de produtividade. Da mesma forma em outras situações, pude perceber que era possível saber quem teve uma boa colheita ou teve o feijão arruinado, entre outros assuntos relativos a atividade agrícola.

Esse mesmo questionamento, recoloquei para Nei, ao que ele mesmo disse que não estava interessado na grande produtividade e sim em obter o suficiente para fazer alguma farinha e ainda poder ter sementes para a próxima safra. Ainda com relação a esse fato, contou-me que certa vez, na casa de Marta, novamente vindo à tona esse assunto, essa teria comentado que apesar de nesse primeiro plantio, não ter obtido uma boa colheita, nos próximos plantios, ele teria uma produtividade maior, em função de não ter queimado. Nesses termos, a comunidade, ao mesmo tempo em que, condena a proibição da queimada, está atenta a possibilidade de que ela possa ser benéfica, que possa haver maior produtividade sem a realização da queimada para plantio. Nesse sentido, a experiência de Nei, transforma-se num experimento, onde todos querem ver confirmadas as suas assertivas, mas estão atentos

também para a possibilidade de refutá-la. Por exemplo, se Nei tivesse tido uma melhor produtividade, em que termos se colocaria essa situação? No informal comentário de Marta sobre o segundo ano de produção, percebe-se que se vislumbra essa possibilidade.

Nesse episódio, podemos visualizar um pouco do momento atual, entre a proibição de uma prática, como se convive com essa, as estratégias para narrá-lo, a recusa à mudança sem, no entanto, deixar de estar atento a essa. Para analisar este fato, evidencia-se a astúcia conforme De Certeau (2003), o clássico “jeitinho” para contornar e conviver com as restrições legais. São, portanto, práticas microscópicas que estabelecem táticas a cada instante, a cada confronto, como esclarece o autor “uma ação calculada na ausência de uma estratégia de ação” (De Certeau, 2003, p. 1000). Mas, também através da sociologia do segredo de Simmel (1999) encontramos sugestões sobre os sentidos dessa situação. Sem negar que há um componente dessa “astúcia”, admitindo que a literatura referente ao segredo adequa-se de forma mais apropriada aos estudos no campo da religião ou dos rituais, interessa-me adotar a noção de segredo para análise dessa situação, justamente porque no contexto colocado, há uma questão de fundo que se liga a uma tradição do grupo. Ou seja, as práticas, ligadas a agricultura local resguardam um componente tradicional. Nesse sentido, o segredo de práticas ilícitas como a queimada em face ao Código Florestal instituído pela Lei Federal nº 4771, de 15 de setembro de 1965<sup>49</sup> e lícitas em face da cultura tradicional do trabalho na terra, estariam relacionadas ao acionamento de práticas e saberes que tecem sistema de valores de um pertencimento a esse grupo. Duas formas de ver o mundo, uma prática local, não abertamente revelada. No jogo de ocultação e revelação, apresenta-se o segredo em sua dimensão estabelecadora de relações entre dois segmentos de grupo ou indivíduos, a partir de questões como o quanto um sabe do outro, o quanto o convívio permite que ampliemos esse conhecimento do outro, o quanto pode ser revelado. Nesse processo de confronto

---

<sup>49</sup> O seu art. 27 prevê que: “É proibido o uso de fogo nas florestas e demais formas de vegetação”.

estruturam-se novos ordenamentos sociais, em que são acionados antigos e novos pertencimentos. Em alguns momentos sobrevém o fascínio e a tentação em revelá-lo, porque em diferentes medidas, essa que poderia simplesmente ser ocultada, se revela. Revela-se porque em verdade constitui esse grupo e seu modo de ser; configura-se em parte de sua identidade, da forma de conceber e ordenar o mundo e suas atividades cotidianas.

Percebe-se também o quanto o medo da legislação ambiental, nos termos da eminência de serem multados integra o cotidiano dessas pessoas, reforçando essa fricção entre revelação e ocultação. Certa ocasião, conversando em frente a casa de Dona Eurides, vimos um pequeno avião sobrevoar os Fundas da Solidão. As crianças correram atrás, curiosas, impressionadas. E esse foi o assunto do dia, o avião que sobrevoou a Solidão. Para mim tratava-se de um avião de passeio, alguns desses aviões que fazem passeios pelo litoral. No entanto, para a grande maioria dos moradores tratava-se de um avião do IBAMA que estava sobrevoando para fiscalizar se alguém estava queimando. “Mas agora o colono não pode nem fazer uma rocinha que ficam vigiando”, comenta mais tarde Seu Lidorino. Ainda uma outra observação reforça essa sensação de constante vigilância. Maria, filha de Ivone, disse que lera no avião “PT - IBAMA”, referindo-se ao código de identificação do avião. Isto dito por uma criança de apenas oito anos. Uma outra ocasião, peguei uma carona com o então diretor da Reserva da Serra Geral, que estava com a camionete com o logotipo da Secretaria do Meio Ambiente. Deixou-me na entrada da Solidão. Quando passamos pelo colégio, avistei ainda algumas crianças dos Fundos na janela. Descendo da camionete, fui caminhando até a casa de Simone para visitá-la. Ficamos conversando e neste ínterim, as crianças retornavam da escola, trazidas pelo o ônibus escolar. Camila, filha de Simone, desce correndo e vem comentando “mãe, eu vi a camionete do IBAMA vindo pra cá”, ao que Simone comenta: “ih, o Fulano que se cuide...”, referindo-se a um dos moradores que há pouco havia efetuado uma queimada.

Com essa situação, chegamos a uma questão fundamental para o contexto desse trabalho, ou seja, o fato de que, apesar desse convívio cotidiano e aparentemente pacífico,



temos que estar atentos a esses episódios subjacentes às relações sociais: o que não pode ser dito. E nessa situação, a presença do medo e da insegurança instituído pela penalidade imposta pela legislação ambiental como o conformador das relações não somente entre indivíduos, mas instituindo grupos ou alianças através do sinal diacrítico que reside numa prática. Tanto mais se apresenta fundamental porque como anteriormente visto, a prática da queimada transveste-se de um caráter tradicional não somente local, mas de uma categoria genérica, concebido como campesinato tradicional. O interessante nesse processo é que convivem paralelamente a esse fechamento através do segredo os germes de aniquilamento desse segredo, não no sentido de alguém que delata, mas nos termos do desaparecimento dessa interdição pela refutação, como poderia ter sido a experiência de Nei. Nesse caso, temos que estar atentos para outros mecanismos relacionados a esse processo, que posteriormente abordaremos.

#### **5.4. A atividade extrativista e a legislação ambiental**

Em diferentes momentos, nesses três anos de acompanhamento da atividade, há consenso nas afirmações referentes à diminuição da samambaia. As quantidades que eram solicitadas para coleta também tem diminuído. Conforme Seu Juca, ao ser perguntado porque as pessoas deixavam de plantar:

Foi parando por causa da samambaia, por que samambaia naquele tempo dava dinheiro. Agora não dá mais nada. Primeiro o cara comprava vaca com o dinheiro da samambaia, agora não compra nem galinha mais.

Há uma clara percepção de que a atividade extrativista apresenta modificações ao longo do tempo. Na fala de seu Juca, são evidenciados os momentos de transição por ele percebidos. O primeiro, da gradativa modificação das atividades agrícolas para a extrativista e atualmente do declínio da própria atividade extrativista. Quais os fatores que contribuem para

esse declínio? Em parte parece estar associado ao próprio declínio da demanda (em 2002 quando iniciei o trabalho, os puxadores vinham duas vezes por semana, encomendando aproximadamente mil molhos ou “milimoli” por vez, a partir de 2003, estes passam a vir apenas uma vez por semana, continuando os pedidos serem de mil molhos), mas nos termos dos moradores locais, o que é evidenciado é a diminuição da samambaia disponível, em grande parte decorrente do avanço da vegetação, que “abafa a samambaia”, tal situação poderia ser revertida com o corte da vegetação, ou seja, “botando a capoeira” através da queima. Baseado nesse dado, Coelho de Souza (2003), efetuou uma leitura do tempo da samambaia, onde associa os estádios da regeneração da vegetação as fases do extrativismo no município. Identificou assim, uma primeira fase de expansão da atividade extrativista, associado à vegetação em estágio inicial de regeneração, seguido de uma fase de estabilização associado a estádios médios de regeneração e finalmente, uma fase de declínio da atividade, associado ao estágio avançado da regeneração da vegetação, o que poderia ser uma leitura mais detalhada do tempo da samambaia, preconizado nos capítulos anteriores.

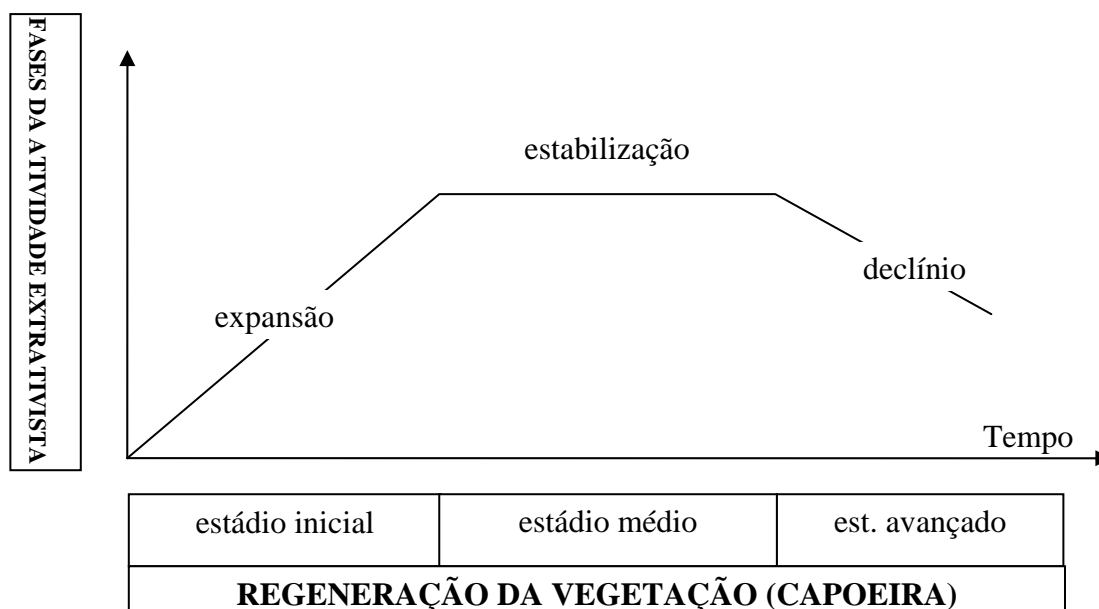


Figura 21 – Gráfico identificando as diferentes fases da atividade extrativista e relação a regeneração vegetal (elaborado a partir da proposta de Coelho de Souza, 2003 adaptado de Homma 1993)

Na realidade, esse seria o caminho preconizado para a grande maioria dos extrativismos (Homma, 1993), a partir da compreensão de que haveria uma tendência à exaustão da exploração do recurso natural, caso não houvesse uma intervenção direcionada a manutenção dos estoques do recurso. A proposta guiada por uma leitura lógica e tecnicista dentro desse contexto para o caso da samambaia seria uma intervenção na vegetação de modo a estancar sua evolução através do corte ou poda da vegetação.

No entanto, dentro da compreensão local, não se trata apenas de considerar a samambaia isoladamente. As identidades sobrepostas de colono e samabaiero, o acionamento de pertencimentos locais e, sobretudo, a necessidade de considerar a atividade ligada à agricultura para compreendê-la essa em sua dimensão ampla, aqui são reforçados quando analisamos em detalhe o teor das restrições ambientais em relação à atividade extrativista. Segundo André,

Lá onde o seu Juca mora, onde ele tá parando. Lado de lá, em cima daquele morro onde é um chatão só, que é pura samambaia agora, tinha morador lá. Eles moravam em cima do morro que era pra plantar, criavam porco lá, tudo, galinha, faziam dinheiro dali, vendiam naquele tempo, levavam galinha... pegavam de dois numa vara de galinha, de lá assim, tudo amarrado pelas perninhas, levavam lá embaixo e vendiam tudo. Então, aonde tem a samambaia por causa disso aí também, eles derrubavam, queimavam, era tudo queimado, essas roças ai, plantavam, certo eu não sei porque a samambaia gostava vir junto. Agora vai para um ponto de certo que o povo não vive mais de roça, vai indo que ela [a samambaia] vai terminar também.

Nas palavras de André, agricultura (como tradicionalmente é/era efetuado) está justaposta a atividade de tirar a samambaia, no sentido de que dentro de sua percepção de manejo, uma é complementar a outra. A samambaia dá em grande quantidade porque anteriormente foi plantado e queimado. Ao deixar-se de efetuar esse manejo agrícola, ambas as atividades estão fadadas a acabarem, restando apenas mato. Daí porque o mato subtrai-lhes sua condição de sobrevivência. Com isto não estão a negar a importância do mato,

reconhecem sua importância em termos estéticos e ambientais, já permeados pela assimilação do discurso conservacionista ao qual estão em contato, mas compreendem-na em seu contexto sistêmico de manejo local. A roça, a capoeira e o mato são entidades discretas dentro de uma complementaridade funcional e temporal. Embora o esquema interpretativo da relação entre a vegetação e as fases da atividade sejam pertinentes, para compreendermos o teor do conflito com a legislação temos que considerar anterior e paralelamente a essa a atividade agrícola de colono que, em seu manejo está previsto a queima e o corte da capoeira.

A legislação sendo concebida dentro de uma lógica racional, ancorada na finitude dos recursos naturais e na necessidade de interferência de modo a evitar a exaustão desses recursos e a na compreensão de que na ausência desses recursos a inviabiliza-se a reprodução humana, caracteriza-se portanto, por um olhar futurista, racional, pessimista diante das consequências das atividades humanas. Nesse contexto, teríamos por parte dessa comunidade, uma atitude mais despreocupada em relação ao futuro, conforme colocado pelas situações expostas no início desse capítulo em relação à temporalidade local. Uma despreocupação que não significa necessariamente um olhar otimista, antes conformista, diante dos desdobramentos dos fatos (inclusive em relação ao meio ambiente), como inúmeras vezes fora-me repetido a ladainha popular “o futuro a Deus pertence”.

Mas por outro lado, cabe ter em conta que essa imposição de novos ordenamentos não recaem sobre uma comunidade anômica, repousam dentro de uma comunidade com sua estrutura própria e que contém também táticas de defesa contra os que não partilham de seus valores e seu modo de vida. Tal fato, pode ser evidenciado pelo exemplo de Rafinha e os fatos cotidianos caracterizados por uma auto-vigilância relatados nesse capítulo. O desfecho do episódio envolvendo Rafinha demonstra, a capacidade que tem essa comunidade de fechar-se em si mesma, de afastar aqueles que tensionam o grupo.

Embora esses elementos, ao longo desse capítulo tenham sido colocados fragmentariamente, estão intrinsecamente relacionados à questão ambiental, uma vez que

entre a situação estabelecidos e *outsiders* e a relação “moradores de Solidão/legislação ambiental” se estabelece paralelos e os sentimentos gerados na primeira situação, de certa forma perfilam a segunda.

Aqui se apresenta por um lado a indizível dificuldade de adesão aos novos ordenamentos ambientais, mas também aquele resíduo inexplicável que em conversas com diferentes visitantes de Maquiné que, tendo contato com as pessoas dessa comunidade, caracterizam-nas como envolvidas por um certo “conservadorismo” em suas idéias e atitude “tacanha”; uma dificuldade de reconhecimento de alteridades que em muitas situações podem chegar a uma situação de intolerância ou violência. Delicado, portanto em sua análise e mais delicado ainda ao lidarmos com os sentimentos e as relações de poder.

Nesses termos, ainda pautado pela figura do estrangeiro, encontraremos num terceiro autor (além de Simmel e Elias e Scotson) que também debruçou-se sobre essa condição. Trata-se de Alfred Schutz (1944), que em sua análise sobre esse tipo social procura ressaltar a situação que é vivenciada pelo estrangeiro recém-chegado ao grupo. Neste intento, Schutz diferencia os comportamentos referentes ao indivíduo que “vive” no grupo daquele que, embora “vivendo”, também pensa sobre o grupo. Com isso, ressalta os diferentes níveis de significação que cada indivíduo, constrói diante dessa situação, privilegiando a qualidade de intermediação, visto que enquanto em Simmel a figura do estrangeiro é monolítica, em Schutz, esse se desdobra em diferentes subjetividades constituídas no ato de interação e encontro entre eu e o outro. Nesse sentido, encontramos em Rafinha e nos demais “estrangeiros”, a tentativa de se tornarem mediadores no convívio cotidiano com os moradores locais, numa tentativa de constituição de um nós, baseado em alguns consensos, como em relação à questão ambiental. Trata-se de uma aposta, que pelos desdobramentos atuais, apresenta-se como um horizonte longínquo, embora necessário.

**CAPITULO 6****Tempo do artesanato: na etnografia do processo de busca de uma alternativa econômica, as reflexões em torno do devir**

---

Num olhar retrospectivo sobre essa comunidade, em inúmeras ocasiões somos assolados pela imagem de decadência, ocasionada pela impressão de estarmos diante de um modo de vida que parece fadado a desaparecer. Isso é decorrente do estranhamento diante de um tempo que custa a passar, pelos moradores cuja identidade ancora-se nas memórias passadas, reforçado pelo crescente número de aposentados e dos jovens que almejam sair dos Fundos para melhorar de vida. Mas como em Eckert (1993), mesmo nos tempos letárgicos dos mineiros de Cèvennes, encontramos os germes da vontade de prosseguir e de construir um devir a partir do próprio estado de declínio de uma atividade a que gerações se dedicaram. Esse mesmo fulcro de reinvenção do cotidiano (De Certeau, 2003) encontramos nesse evento etnográfico junto aos moradores dessa comunidade onde a instauração da atividade extrativista de samambaia é o próprio exemplo. Contudo também em relação a essa atividade, verificamos alguns respingos de um sentimento de decadência e de declínio da atividade. Dessa forma,

uma das possíveis interpretações para o estado de conflito diante da legislação ambiental, apresenta-se no fato dessa estar associada às representações de mudança operada pela mutação da atividade agrícola para a extrativista e, sobretudo, ao declínio de sua própria atividade e, por extensão, de possibilidade de intervenção em seu meio ambiente e ameaça a continuidade de um grupo. Assim, um dos aspectos relevantes sobre essa comunidade está nesse sentimento de declínio, apesar da luta em sobreviver a cada dia e em formular uma tática diferente a cada brecha oferecida pelas situações. Dessa forma, hoje, é um tempo de lembranças reconstruídas e também um tempo de incertezas, de um sentimento de crise e de preocupação com os rumos das gerações futuras. Nessa constatação, há oportunidade para ser pensado o tempos atual e a relação pesquisador- pesquisado, transforma-se no ato de pensar a si mesmo nesse encontro e confronto de diferentes horizontes, onde o “outro” pertence a mesma sociedade do pesquisador e, ao buscar elucidar as expectativas, as experiências e os sonhos do pesquisado, o pesquisador nada mais faz do que se ver num espelho que o conduz para dentro de si, de seu mundo, de suas preocupações, de seus riscos e de seus medos. Logo, o exercício de estranhamento transforma-se em reconhecer que as crises, as preocupações e os medos dos moradores de Solidão, são correlatos aos do meio acadêmico, aos das ONG’s e aos da sociedade como um todo. A diferença está na linguagem e nas formas de manifestar e reagir a esses medos.

Torna-se oportuno, a partir da experiência de busca de alternativa econômica para atividade extrativista, refletirmos sobre tais expectativas e sentimentos, onde os Fundos da Solidão e Porto Alegre são postos num contínuo. Esse é o tempo do artesanato. Trata-se de um tempo virtual para a lógica produtiva local, pois não era uma atividade reconhecida pelos moradores locais como uma real opção de renda mas, por outro lado, apresenta-se vivamente debatida e proposta pelos integrantes da ONG, como uma alternativa econômica para atividade a extrativista da samambaia-preta. Um tempo forjado desse encontro entre os moradores com a ONG, com os gestores das políticas públicas, com a perspectiva ampla de

mercado, sobretudo, um mercado sensível, ou em processo de sensibilização aos rumos de um mundo ecologizado (cujas ISO's e certificações, convertem-se em exemplos).

Apresenta-se nesse momento, o espaço para esse tempo, como sendo o do devir onde os anseios e projetos futuros afloram. Mesmo que o artesanato não se configure como uma real alternativa, o esforço em constituí-lo como uma alternativa econômica, a mobilização de um grupo para esse fim e a adesão de algumas pessoas, permite pensá-lo como o tempo em construção, não mais colocado no “tempo da roça”, mas das formas e das lutas por permanecer como pessoa e como grupo. Para a expressão desses anseios, é fundamental ter em conta, retrospectivamente, o mecanismo e as razões para adesão a atividade extrativista da samambaia, conforme abordado nos capítulos anteriores e, ao mesmo tempo, não efetuarmos apenas uma análise em termos econômicos das reais possibilidades dessa nova atividade, mas, sobretudo, descortinar um pouco das expectativas, representações e sensibilidades que constroem esse devir.

### **6.1. O grupo “Samambaia-preta – artesanato”<sup>50</sup>**

Entre os desdobramentos decorrentes da realização do Projeto samambaia-preta, o convívio entre os samambaieiros e os integrantes da ONG, do vivenciamento de sua situação social e os impasses vividos por essa comunidade diante da legislação ambiental, está a formação de um grupo de mulheres artesãs, denominado Projeto samambaia – artesanato. Trata-se de um sub-grupo que se formou dentro da equipe de trabalho ligado ao projeto samambaia-preta da ANAMA, integrado, inicialmente, por quatro pessoas dessa ONG, sendo que duas delas saíram em 2004. Em 2005, a equipe passa a contar, novamente, com quatro pessoas, o que significa que, nesse processo persistem duas pessoas as quais o acompanharam o processo todo o período, a bióloga Gabriela Coelho de Souza e eu. Portanto, cabe evidenciar

---

<sup>50</sup> Dados de ordem técnica referente a essa iniciativa estão colocados no artigo Coelho de Souza *et al* 2003.



aqui, novamente uma etnografia baseada nesse duplo papel por mim exercido, de militante da ONG e pesquisadora.

Baseado no inventário de plantas utilizadas localmente, dentre medicinais e artesanais (ANAMA-PGDR, 2003, Coelho de Souza, 2003), surgiram questionamentos quanto à viabilidade de alguns desses itens transformarem-se em uma alternativa de renda para a atividade extrativista de samambaia.

Esses questionamentos abriram espaço para a realização de oficinas, sugeridas por integrantes da ONG ANAMA, envolvidos nos estudos relacionados ao artesanato e ministradas por Romarise - uma artesã, agricultora e samambaiera, cuja família mora em Solidão - para a transmissão das técnicas de trabalho em palha de bananeira. Essa iniciativa desencadeou o processo de formação do grupo de artesanato local, o qual se consolidou através de encontros periódicos, a partir do segundo semestre de 2001, com oficinas, onde eram ensinadas algumas técnicas de trançagem em palha de bananeira e, posteriormente, visando organizar e viabilizar a comercialização desses produtos. Ao longo desse tempo, consolidou-se um grupo formado por seis mulheres que continuou produzindo artefatos preferencialmente com palha de bananeira. Duas delas, Simone e Ivone, são moradoras dos Fundos da Solidão, Romarise, atualmente mora em Maquiné (antes morava em Solidão); Ivone Dias, Dona Vitória e Regina moram na localidade de Espriado. Regina e seu marido Milton tiravam e “puxavam” samambaia dos Fundos da Solidão, razão pela qual tem laços de amizade com os moradores do Fundo. Nas primeiras reuniões e nas oficinas, surpreendi-me com a intimidade e a camaradagem com que se cumprimentavam. Segundo relatou Regina, numa de nossas conversas sobre sua trajetória de vida, tiravam samambaias com a família de Margarida (cujos pais, atualmente moram perto de sua casa na localidade de Espriado). Por serem proprietários de uma camionete, “puxavam” samambaia, chegando a efetuar dois carregamentos num dia. “Com a criança pequena dormindo nos pés do caminhão”, acrescenta -Regina, lembrando o tempo da samambaia. Tempo em que havia muita encomenda. Tanto,

que foram perdendo o controle, pois os pagamentos eram com cheques de 60 a 90 dias e muitos dos quais sem fundos, motivo pelo qual “foi quebrando com o negócio”. Chegaram a ficar devendo R\$ 8000,00 para os tiradores de samambaia e, até hoje, persistem resíduos dessa dívida. Hoje em dia, Milton (seu marido) realiza trabalhos temporários em alguma propriedade dos arredores e Regina “se vira”, segundo ela conta, ora fazendo faxina, ora prestando algum outro serviço onde se inclui o artesanato. O casal tem três filhos dos quais, o mais velho, Eliezer, ocasionalmente faz algum artesanato para ajudar a família.

Ivone Dias e Dona Vitória, filha e mãe, moram perto da casa de Regina, que é casada com um dos filhos de dona Vitória. Dona Vitória, embora aposentada, continua fazendo esteiras de junco e trança com palha de bananeira para vender a metro para uma outra artesã da localidade que monta as peças e as revende para lojas de artesanato. Ela e sua família moram na localidade de Espraiado há aproximadamente 37 anos, numa propriedade que tem 31 hectares numa faixa que vai até os morros. Antes moravam na Serra (município de Santo Antônio da Patrulha). Lá tiravam erva-mate. Os “tarefeiros”<sup>51</sup> iam corta-la no mato, carregavam, sapecavam no fogo, empilhavam numa base de madeira e deixavam secar uns quatro dias no “barbaquá”<sup>52</sup>. Vendiam nos arredores. Depois plantaram fumo. Quando vieram para Maquiné, chegaram a vender pedra para o calçamento dos centros urbanos, tiravam “dinheiro de pedra”, depois veio a samambaia. Para obtê-la arrendavam lotes de terras de outros proprietários. Há cerca de 6 anos estão tirando junco para fazer esteira, sendo que a atividade, inicialmente, era executada por seu filho Romildo, popularmente conhecido por Geada, que aprendera com seu sogro, morador da localidade de Morro Alto. Dona Vitória

---

<sup>51</sup> Segundo Arlene Renck (1997), no processo de extração da erva-mate, são aqueles encarregados da coleta dessa planta no mato, também denominado “ervateiro”.

<sup>52</sup> Corresponde ao sistema de secagem da erva-mate, no entanto, tem diversas, conotações segundo diferentes grupos étnicos. Para os de origem italiana, trata-se do sistema moderno de secagem, correlato aos atuais, e para os “brasileiros”, refere-se ao sistema antigo, também denominado “carijo”, equivalente à secagem com fumaça. No caso exposto, parece fazer alusão a este último contexto.

aprendera com seu filho a realizar esta tarefa e, juntos, passaram a produzir e a vender para os “artesanatos” (tendas e lojas na beira da rodovia) locais. Hoje, faz trança com palha de fora de bananeira que vende a 0,20 por metro, fazendo cerca de 10 metros por dia. Nessa rápida trajetória de vida de dona Vitória, é interessante observar que, grande parte das atividades produtivas de sua família foram pautadas por diferentes formas de extrativismo.

Quanto à Ivone Dias, essa morou em Caxias, terra de seu marido, mas não se adaptando à nova cidade, retornou. Seu marido é motorista de ônibus e faz o transporte de passageiros entre Maquiné e cidades vizinhas; Ivone até há pouco, tempo trabalhava para uma loja de artesanatos, tingindo plantas secas. Por “ter que trabalhar com os químicos” (que considera insalubre) e em horário integral parou de trabalhar. Atualmente executa algum trabalho esporádico e está fazendo supletivo de modo a melhorar de vida. Tem dois filhos e, como todas as demais mulheres, divide seu tempo entre contribuir para a renda familiar e realizar os afazeres referentes à casa e à educação dos filhos. Essa é uma dificuldade fundamental referente ao trabalho: conciliá-lo com os afazeres domésticos. Dessa forma, se, por um lado, o grupo do artesanato exige a mobilização de algum tempo para as reuniões com as participantes do grupo, por outro lado, permite ser feito em casa, adaptado às rotinas domésticas de cada uma.

Romarise, além de ser samambaieira, exercia paralelamente atividades ligadas ao artesanato. Sobre essa atividade comenta

Ah, o artesanato já vem desde a época da minha vó, uma bolsa, um chapéu, uma peneira para um vizinho, um balaio. Alguma coisa eu sempre fiz. E quando eu morei em Porto Alegre nesses três anos era só isso o que eu fazia. Eu cuidava da casa e saía a vender as coisas.

Como exposto, morou em Porto Alegre e em Cachoeirinha, onde sobreviveu basicamente do artesanato. Seu artesanato, uma espécie de bricolagem, que agregava às técnicas de montagem de flores os recursos naturais que conhecia de sua vida rural,

reapropriando-se dos objetos ou reciclando-os; e adaptando-os as suas necessidades, de onde resultavam seus arranjos florais vendidos de porta em porta. Nessa versatilidade um saber que resulta num fazer, num construir e sobreviver, enfim, um saber-fazer que remete a Michel De Certeau (2003) cujo relato de Romarise ilustra em detalhes:

Tudo era luxo. Aí eu vendia uma flor por um real. Eu fazia umas folhas, montava uma flor com esses carvalho sabe, eu pintava as folhas de verde e adaptava ali com um papel crepom e um arame. Botava a flor assim, botava um botão, fazia uns raminhos, botava tudo dentro de uma caixa de papelão e levava aquelas quantidades ou então eu fazia um cestinho pequenininho, depois eu descobri um firma que fazia cestinha de vime que pagava R\$ 0,23 a cestinha. Daí eu vendia o arranjo a R\$ 1,50. Eu pegava, sovava lá no fundo do pátio, fiz um buraco, tirei a argila, era um terreno aterrado e sovava lá 10 quilos, botava no saquinho e guardava lá. Aí pegava as bolinhas, que esses saquinhos de carne tudo eu lavava. Daí eu pegava e enrolava a bolinha de barro dentro, botava dentro do cestinho porque se não o barro sempre sai para fora das frestinhas. Então para que o barro não aparecer eu botava aquele plasticozinho. Aí eu botava as folhas tudo na volta e botava uns botãozinho de flor dentro e vendia. Daí depois começou a vir os importado, não dava mais para eu fazer a cesta e fazer flor. Porque se tu ia lá, pegava por R\$ 1,99, dezessete, dezoito flor, eu não tinha condição de arriscar. Eu tenho ainda os tecidos aí, prensa, tudo que eu fazia as flor. Mas com aquela flor aí, não dava, não tinha nem como pensar em concorrer, nem mais fazer a cestinha. Daí eu ia lá tinha de R\$ 0,23, tinha de R\$ 0,50, e eu pegava aquelas cestinha já prontas e montava os arranjo dentro. Ou pegava já os vasos do R\$ 1,99, só sovava bastante, montava ali uma mesada de arranjo, vendia aqueles ali e comprava mais flor e montava os arranjo e vendia, os carvalho, as macega, assim, essas capoeirinhas eu tirava e pintava eu mesma em casa.

Romarise concluiu o supletivo de primeiro grau e, em 1997, retornou à Solidão onde seus pais e irmãos moravam. Permaneceu fazendo artesanato: empalhava cadeiras, confeccionava balaios, arranjos e guirlandas florais, além de plantar e tirar samambaia. Atualmente, mora em Maquiné com seu companheiro Roberto, sendo reconhecida pela

comunidade pela atividade artesanal. Em função disto, passou a ser uma das informantes-chave num levantamento etnobotânico, previsto dentro do Projeto Samambaia-preta, quando ainda morava na Solidão. Isso oportunizou uma aproximação com os integrantes da ONG, gerando uma forte amizade. Dentro desse contexto, foi convidada a ministrar oficinas sobre as principais técnicas de trançagem em palha. No início estava reticente em relação ao sucesso da iniciativa pois, segundo ela, nunca acreditou nesses “grupos” ou nessas organizações coletivas. Porém com a gradativa adesão por parte de algumas mulheres, a ponto de configurar-se num grupo específico de agricultoras-samambaieiras-artesãs, observou-se, ao longo do tempo, um envolvimento cada vez maior por parte de Romarise.

Com o objetivo de aglutinar ao produto a referência a esse grupo de artesãs, conferindo ao produto uma identidade própria e, com isso, possibilitar agregar valor às peças produzidas, foi criada uma etiqueta com a logomarca “Samambaia-preta - Artesanato”, demarcando a atividade artesanal como uma alternativa de renda às pessoas envolvidas na atividade extrativista da samambaia-preta.

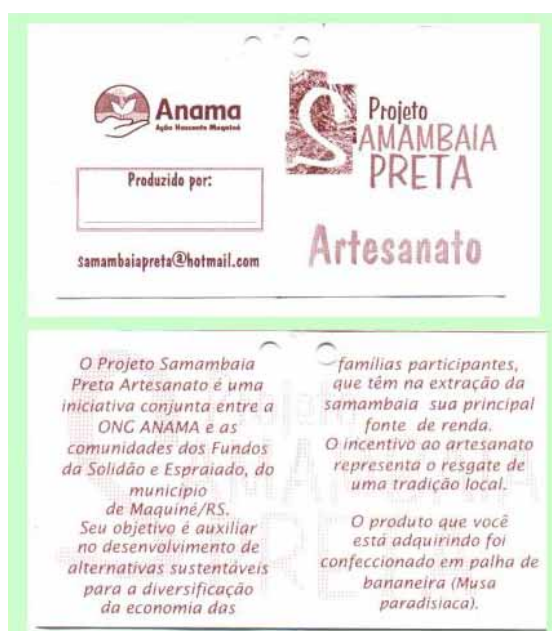


Figura 22 – Etiqueta identificando as peças artesanais produzidas pelo grupo de artesãs.



Imagens referentes aos grupo de artesanato ligado ao Projeto Samambaia –preta coordenado

pela Ong Anama, ilustrando a variedade de técnicas e formatos (a, b, c, d) criados.

O grupo vem buscando formas de auto-organização e aprimoramento através de reuniões realizadas nas próprias localidades (e). Hoje, além da exposição em algumas lojas, o grupo participa de feiras que objetivam fortalecer a agricultura familiar (d).



Figura 23 – Parte do material de divulgação do grupo que trabalha com o artesanato.

## **6.2. Reflexões em torno da formação do grupo e da instauração da atividade artesanal como uma alternativa de renda**

No processo de formação e instauração desse grupo, houve muitas reuniões e conversas informais onde o questionamento fundamental era o que compreendiam como uma alternativa de renda e quem poderia ajudá-las para a consecução desses objetivos. Para essa análise, foram consideradas a participação nessas reuniões e, sobretudo, conversas informais onde procurei questionar sobre alguns itens específicos, buscando estabelecer um debate. Esses encontros eram realizados aos fins-de-semana: períodos que as integrantes da ONG tinham livre, pois se tratava de uma atividade voluntária, encaixada em suas rotinas profissionais ou acadêmicas.

Segundo os comentários levantados nessas interlocuções, Rafinha já havia colocado essas questões e teriam escrito um projeto para a construção de uma “tafona”<sup>53</sup>, para processar o aipim. Em relação aos percursos desse projeto, pouco se pôde detalhar, no entanto, ressaltava-se como uma experiência negativa, “que não deu certo”, razão pela qual se mostravam reticentes e sem muito entusiasmo para elaborar e aderir a uma outra proposta.

Ao questionamento sobre algumas alternativas, numa reunião com os moradores dos Fundos da Solidão, realizada em 2001, as sugestões apresentadas foram: a) laboratório para produção de fitocosméticos; b) fábricas de conservas e compotas; c) plantio de ervas medicinais; d) plantio de bananeiras; e) padaria; f) creche comunitária para as mulheres poderem trabalhar nos projetos; g) aviário de codornas; h) fábrica de calçados; i) plantio de samambaia-preta. Esses itens permitiram visualizar um pouco do espectro de expectativas dos moradores.

Fundamental observar que, dentre esses itens, o artesanato não foi citado como alternativa de renda, posição defendida por alguns membros da ONG, baseada na lógica

---

<sup>53</sup> Uma espécie de moinho manual para moer a mandioca ou aipim.

produtiva do extrativismo que caracterizava a atividade samambaieira. Dessa forma, refletir sobre a ascensão dessa atividade como alternativa, implica ter em conta a presença de projetos diferenciados entre os anseios locais e dos integrantes da ONG e conseqüentemente a presença de um processo de negociação, caracterizado por relações assimétricas. Alguns moradores colocavam a vontade de ter um emprego fixo, com salário garantido no fim do mês, sendo uma das principais aspirações a obtenção de estabilidade financeira. Diante das diversas opções, pode-se visualizar a influência dos diferentes grupos com os quais esses moradores convivem: o laboratório e as plantas medicinais, relacionam-se ao trabalho de Rafinha; o plantio de samambaia, à presença dos pesquisadores da ONG; a fábrica de calçado, à experiência pregressa de moradores que foram trabalhar em Campo Bom, exercendo funções relacionadas a essa atividade, e sobretudo, o exemplo de Arlindo, o “Doca”, filho de Dona Henriqueta. Esse foi um dos que foi trabalhar com calçado em Campo Bom e hoje é dono de uma pequena fábrica de calçados, sendo o exemplo maior de um filho da localidade bem sucedido. Todas essas alternativas implicam, logicamente, em investimentos de capital. Quando questionados sobre as possíveis fontes de apoio, colocavam a prefeitura e de uma forma genérica, o “governo”. Governo nesse sentido, representa uma entidade genérica e abstrata, “os mesmos que fazem as leis” e esse era o argumento fundamental para reivindicarem esse apoio devido ao fato desses serem os responsáveis pela proibição de queimar, caçar, tirar samambaia.

Diante dessas formulações, ocorreu de questionar quem representava o governo. As respostas mais freqüentes relacionavam-se aos políticos, ao presidente e ao governador. Dentro desse quadro, em muitos momentos, os integrantes da ONG eram colocados como seus interlocutores e intermediadores. Declarações como: - “Diz lá pro Olívio ou pro Ibama...”, eram comuns, denotando, com a presença da ONG, um sentimento de aproximação com as diferentes instâncias deliberativas, o que, ao longo de tempo, foi se desvanecendo e instaurando uma percepção de que os integrantes da ONG não detinham esse poder.



A presença e o conhecimento desses “personagens governamentais”, fundamentalmente se fazia pela televisão, através dos noticiários e, secundariamente pelo rádio. Alguns nomes tornam-se emblemáticos nesse governo genérico, como era no caso do “Collor” e do presidente “Lula”. Todavia, a essa generalização entre o povo e o governo, não se visualiza uma possibilidade ou um mecanismo para uma interlocução com essas esferas.

Em muitas conversas informais, questionei quem poderia levar essas reivindicações, ou como fazer para mudar essa situação. Muitas vezes, a pergunta era rebatida e re-colocada. Por esse motivo, tentava explicar um pouco das diferentes hierarquias dos processos decisórios da esfera estatal mas, ao mesmo tempo acabava concluindo, como eles, que era um caminho penoso e, portanto, difícil de ser trilhado. Nesses momentos, era confrontada com a magnitude desses processos deliberativos, mais especificamente aos que se relacionam a esfera ambiental. Já as reivindicações da esfera local, como relativas às estradas, a necessidade de uma máquina para abrir valetas ou uma carga de cascalho para tapar algum buraco, são diretamente remetidas ao prefeito, ao vereador, ou algum conhecido ou familiar influente na prefeitura. Entre essas duas situações de reivindicação local e a dependência de esferas mais amplas, encontramos a complexificação das relações e a dificuldade de operar com essas instituições abstratas. Portanto, na busca de uma organização complexa que depende de incentivos ou apoio estatal, o grande empecilho estava em conseguir visualizar a concretude do processo. Como esse pequeno grupo dos Fundos da Solidão teria seus anseios atendidos na forma de um apoio concreto? E decorrente dessa dúvida fundamental, pode-se entender o obstáculo em acreditar que tal empreendimento realmente pudesse dar certo. Nesse sentido, essa situação encontra paralelos com a dificuldade de operar com as restrições ambientais pois, para a compreensão das leis, há a necessidade de operar com essas instituições abstratas e com sua lógica. Ao mesmo tempo, remete-nos ao modo de ser de todas essas pessoas que constroem suas vidas baseadas na concretude do hoje e das relações diretas. Para não restringir os sentidos dessa afirmação, como concreto, podemos abarcar uma gama

de atitudes, desde a reivindicação direta ao prefeito ou ao pedir um favor ao vizinho, ao negociar com o puxador, assim como ao oferecer à “Santinha” uma moeda a cada peça de artesanato vendida. Nesse sentido, a concretude está associada a um sentido de eficácia fundamentada na experiência que lança mão de um arcabouço de conhecimentos, que é formado ao longo do percurso biográfico de um indivíduo. E isto se torna mais claro, ao remetermo-nos retrospectivamente à instauração da atividade extrativista pois, também naquela situação, um repertório de conhecimentos que abrangem desde as habilidades corporais adquiridas de agricultor (muitas vezes não acessível discursivamente), até uma série de saberes genéricos sobre a planta e seu ambiente, encompassados por táticas específicas, segundo as adversidades da situação ajudaram a constituí-la.

Nesses termos, a atividade artesanal encaixava-se em alguns quesitos do *habitus* e dos saberes locais, ou seja, a familiaridade com a matéria-prima e o processo de obtenção. As bananeiras, na região dos Fundos da Solidão, eram muito comuns, inclusive tendo inúmeros bananais abandonados na capoeira onde os moradores iam - e vão até hoje - colher os frutos para consumo próprio. Esses bananais são os restos de uma iniciativa pregressa que buscou implantar o cultivo de bananas na área dos Fundos da Solidão, mas conforme relatos locais, não se mostrou adequado devido à alta umidade, razão pela qual os bananais foram abandonados. Apesar de serem impróprios para uma atividade comercial intensa, constitui-se em fonte de alimento para todos os moradores que, freqüentemente, coletam a banana. Alguns têm bananeiras cultivadas em seus quintais, perto das casas e, ocasionalmente, vendem no mercado local, o que lhes rende algum dinheiro, principalmente uma variedade específica, a banana-maçã, muito apreciada. Em geral, após coletado o cacho, a bananeira é derrubada para que propicie o rebrotamento. Sendo a fibra da bananeira obtida do pseudocaule da planta, está disponível em grande quantidade, o qual é cortada em lascas longitudinalmente e posta para secar. Assim, obter a matéria-prima e processá-la foi rapidamente assimilado pelo grupo, da mesma forma que a manufatura da peça, que exigia grande habilidade manual e,

principalmente, força para costurar não se constituía em dificuldade, uma vez que todas estavam acostumadas ao trabalho pesado do cotidiano de agricultoras e samambaieiras.

Além disso, a matéria-prima adicional reduzia-se ao fio para costura, visto que as agulhas provinham de varetas de guarda-chuvas inutilizados que eram passadas no rebolo para adquirirem ponta. Ainda relacionando essa atmosfera a qual favoreceu a adesão inicial a essa atividade, está o fato de que o artesanato era corrente entre as mulheres localmente. Ao olharem as peças produzidas, eram relatados episódios e lembranças de chapéus, sacolas, peneiras e balaios que eram feitos com palha de trigo, com tiririca e com taquara. Esses eram produzidos nas casas pelas mães e pelas avós. Aliado a tudo isto, havia, por parte de cada uma que mostrava seu trabalho, uma satisfação íntima de ver uma obra sua, acabada, onde, gradativamente transparecia o estilo de cada uma das artesãs.

Referente a esses estilos e gostos estéticos, houve um processo de negociação onde, através da intervenção de integrantes da ONG, por meio de comentários e avaliação das vendas, os tipos de peças foram sendo modificados ao longo do tempo. Esses passaram de peças decorativas para utilitárias cuja apresentação ia ao encontro dos gostos urbanos que buscava o rústico e o artesanal. A contemplação de duas peças, uma de um momento inicial do processo, e outra mais recente, permite visualizar tais transformações (figura 21).



Figura 24 - Peças produzidas antes e após o processo de formação do grupo.

### **6.3. Algumas dificuldades do processo de instauração da atividade artesanal como alternativa de renda**

Desde 2001, com as primeiras oficinas, até o momento atual, pode-se assinalar alguns períodos ou fases que demarcam o processo desse grupo. Logo, num primeiro momento, houve grande entusiasmo por parte das mulheres, inclusive com alguns homens integrando a equipe. Inúmeras pessoas tiveram passagem pelo grupo, no entanto, não permaneceram. Diversos fatores contribuíram para a não permanência dessas e permitiram evidenciar as dificuldades desse processo.

As peças produzidas eram escoadas através da intermediação das integrantes da ANAMA que, inicialmente, identificou alguns pontos para venda. Nesse período, as mulheres produziam, segundo sua demanda pessoal, as peças que julgavam convenientes. No entanto, no contato com o consumidor, começaram a aparecer às exigências do mercado, tanto em termos de escala de produção quanto em qualidade. Dentro de uma lógica de mercado, solicitava-se que passassem a confeccionar numa escala maior e com determinado padrão, o que requeria, por parte das mulheres uma autodisciplina que incluía a capacidade de prever o tempo para execução da peça, assim como a consecução de um padrão homogêneo para os produtos. Prever o tempo de realização de um trabalho, efetuado entre um afazer doméstico e outro, entre atender os filhos e o marido, era uma tarefa quase impossível. Além disso, a necessidade de cobrir determinada demanda gerava uma ansiedade entre as mulheres que, segundo elas, não conseguiam manejar.

“Isso me deixou muito estressada”, comentou-se certa vez Simone. Toda essa situação remete à experiência da samambaia-preta. Frente a complexidade da cadeia produtiva da samambaia, verifica-se que os samambaieiros se restringem aos patamares iniciais, relegando aos puxadores a operação nos elos seguintes. No caso da samambaia, constata-se que todas as decisões referentes à quantidade recaem sobre o puxador. Esse, conhecendo os limites produtivos de cada um que coleta, distribui as demandas de modo a cobrir as solicitações do

mercado; aos tiradores, cabe coletar e entregar na data combinada. Da mesma forma, nesse grupo, os olhares, inicialmente, apresentam-se restritos aos patamares iniciais, ou seja, o grupo dá conta de produzir determinada demanda com características bastante específicas: em pequena escala, dentro de uma liberdade produtiva ainda não cadenciada pelas exigências do mercado ou de outras esferas institucionais.

Esse foi um dos grandes dilemas dentro desse processo, pois o que se observava era a dependência cada vez maior da intervenção das integrantes da ANAMA. Essas estavam se constituindo nos puxadores de samambaia, reproduzindo uma situação ao qual se propunham a romper. Diante dessa constatação, buscou-se repassar esse dilema para as artesãs. Uma das formas para subtrair-se desse dilema estava na participação em feiras de artesanato e de agricultores familiares, o que propiciava uma interação direta com o consumidor, eliminando a intermediação e, conseqüentemente, atingindo melhores preços e proporcionando um confronto entre artesãs e consumidores. Isso permitiria a ambos um espaço para negociação direta, não somente dos preços, mas também das expectativas e das limitações. Entretanto, participar dessas feiras, significava ausentar-se do ambiente familiar por um intervalo de tempo intermitente, acarretando em incômodos à rotina familiar. Uma alternativa para essa situação foi enviar alguém do grupo que não tivesse filhos pequenos e que tivesse maior liberdade em relação às obrigações domésticas, no caso Romarise. Porém, enviar alguém para participar de uma feira, incorria em despesas de deslocamento, estadia e alimentação, o que exigia um esforço de organização do grupo para recolher de cada peça vendida um percentual destinado a cobrir esses gastos. Também esse fato gerou grandes dificuldades, pois aquelas que vendiam mais se sentiam lesadas, uma vez que em termos absolutos haviam contribuído com mais dinheiro do que outra que vendera menos. Aos poucos, o grupo começava a tomar contato com uma contabilidade racionalizada onde era necessário prever um custo inicial para o produto, oriundos das despesas de produção e de transporte, diferentemente da contabilidade ligada à lógica do extrativismo da samambaia, que era percebido como com um

custo mínimo, próximo a zero, uma vez que o próprio barbante com o qual eram amarrados os fardos era fornecido pelo puxador e todo o resto era retirado da natureza cujo manejo, nesse sentido, incorria apenas em administrar esse “tirar”.

No caso da samambaia, o preço era previamente estabelecido pelo puxador - valor esse que permanecia o mesmo de oito anos. Diante dessa lógica, o questionamento referente aos preços era colocado aos integrantes da ONG: “Quanto vale essa peça?” Uma vez que os gastos com o material eram mínimos, para equacionar esse dilema, colocava-se como um parâmetro possível o cálculo do trabalho despedido para coleta e manufatura da peça. Isto envolvia um esforço de, além de avaliar esse tempo gasto, valorá-lo, convertendo em dinheiro. Portanto, um tempo que estava imerso num todo cotidiano precisava ser fracionado: cuidar das crianças, fazer comida, lavar roupa, fazer o artesanato. Um outro aspecto dessa equação é a compressão dos sentidos do trabalho somente ao tempo despendido, ignorando as diferentes dimensões do cuidado com a peça, sua concepção, de onde surgiu a idéia para determinada peça, o gosto pela confecção... minúcias que, constantemente, eram relatadas pelas artesãs nas reuniões. Logo, um aspecto relevante para elas, mas que, nessa lógica de valoração proposta, acabava passando para um segundo plano.

Outras questões surgiam paralelamente a esses fatos. Como citado anteriormente, apesar de dedicarem-se ao extrativismo, suas identidades matizam-se a de colono, colocando-se como agricultoras em termos legais. Entretanto, mediante ao fato de passarem a dedicar-se ao artesanato, os questionamentos recaem sobre a perda do estatuto de agricultora e, com isto a possibilidade de perderem o direito à aposentadoria rural. Essa preocupação era relatada nas reuniões e, amplamente, debatida em casa, com seus maridos, sendo fator de pressão, para que deixassem de se dedicar a essa atividade. Assim, havia um temor de ordem legal em se apresentarem como artesãs. Dedicar ao artesanato exigia, ao longo desse tempo, assumir uma identidade e um papel ao qual não estavam preparadas, ou ao menos, exigia delas grandes rupturas, não somente do ponto de vista legal, mas, sobretudo, em alocar em seu

cotidiano um tempo e um espaço para tal identidade. Significava pois, redimensionar seu tempo dividido entre cuidar dos filhos, da casa, ajudar na roça, tirar samambaia. Implicava em tomar contato com novos valores urbanos e ritmos não adaptados aos seus, passando a contribuir de forma direta no orçamento familiar. Isso exigia, também por parte do marido, dos outros integrantes da família e do grupo social um outro olhar sobre elas, não mais de mães exemplares, mas de uma certa forma, de competidoras, ameaçando o estatuto masculino de provedores da família.

Quanto à venda dos produtos, de um modo geral, não se apresentou promissor e bastante dependente de uma intermediação eficiente e adequada à realidade local. No caso desse grupo, era efetuado pelos integrantes da ONG, cuja experiência com mercados era restrita, uma vez que demandava uma disponibilidade de tempo não somente para as reuniões, mas, sobretudo, de visitas às lojas e constante interlocução com diferentes segmentos do mercado, o que foi possível numa fase inicial, onde havia uma pessoa, recebendo uma ajuda de custo para efetuar essas operações. Impossibilitados de prosseguirem com sua remuneração, o volume das vendas diminuiu significativamente. Para ilustrar as vendas intermediadas pelos integrantes da ONG, nesse momento, onde já não havia alguém exercendo essa atividade específica de contato com as lojas e com o mercado - cabendo ressaltar que afora essas vendas, as próprias artesãs vendiam para conhecidos ou intermediadores locais - o quadro abaixo coloca o volume de vendas em reais (R\$) entre março de 2004 a fevereiro de 2005.

mês	produção	venda	unidade	total venda (R\$)	média (R\$)
mar/04	39	7	Peça	30,98	4,43
abr/04	34	20	Peça	106,20	5,31
mai/04	34	13	Peça	55,68	4,28
jun/04	12	1	Peça	2,48	2,48
jul/04	13	24	Peça	75,38	3,14
ago/04	14	18	Peça	124,83	6,94
set/04	37	6	Peça	71,10	11,85
out/04	16	0	Peça	0,00	0,00
nov/04	37	5	Peça	27,00	5,40
dez/04	20	12	Peça	106,60	8,88
jan/05	42	58	Peça	394,16	6,80
fev/05	28	14	Peça	49,95	3,57
	<b>326</b>	<b>178</b>		<b>1044,36</b>	<b>5,87</b>

Quadro 10 - Venda dos produtos do grupo Samambaia-preta-artisanato em Reais (R\$), no período entre março de 2004 a fevereiro de 2005, intermediado pela ONG ANAMA.

Pelo quadro colocado, os valores das vendas nesse intervalo de tempo, apresentam-se baixos o que evidencia, para o grupo, a importância da intermediação, ou melhor colocado, que um dos problemas fundamentais não estava na produção, mas no escoamento ou nas formas de alcançar o mercado consumidor. Fator esse que ressalta a situação de dependência e de necessidade de articulação com as esferas mais amplas do mercado, exigindo, antes de mais nada, alargar o espaço de ação para além dos limites dos Fundos da Solidão ou de Maquiné. Apontava, cada vez mais, para a necessidade das pessoas desse grupo, tão enraizado localmente, saírem desse círculo, o que, com a atividade extrativista da samambaia-preta, não se fazia necessário.

Dessa forma, o contexto de desenvolvimento desse grupo foi bastante oscilante, entre momentos de euforia por algum resultado positivo, acompanhado por uma constante aflição diante das incertezas dos rumos futuros. Houve reuniões esvaziadas; desentendimento entre as integrantes; desânimo por parte de quem achava ter investido mais energia que as demais companheiras do grupo; problemas de organização; cancelamento de reuniões porque não dispunham de carro, uma vez que os deslocamentos dependiam da disponibilidade de carros



particulares das integrantes da ONG, transparecendo a dificuldade que tinham essas mulheres em trabalharem como grupo e os limites da idéia de solidariedade.

Frente a essas questões, o caso da samambaia mostra-se bastante significativo, pois a partir das dificuldades vivenciadas para a formação do grupo de artesanato, podemos constatar a dimensão e as características do processo de instauração da atividade extrativista de samambaia e de como esse, ao longo do tempo, instalou-se dentro da comunidade e da região, abarcando homens e mulheres, adaptando-se a uma organização social e familiar local.

#### **6.4. Fatores que contribuem para a permanência desse grupo**

Nos esforços dessa conversão trabalho-dinheiro ou, através da presença do dinheiro enquanto um centro de interesse para esse grupo - uma vez que o objetivo primeiro de sua formação, da atuação da ONG e das mulheres se reunirem, girava em torno da busca de alternativas econômicas para essas pessoas - podemos visualizar os vários sentidos do dinheiro, um dos pilares das sociedades modernas conforme Georg Simmel (2005). O dinheiro torna-se a razão do grupo existir, também o motivo dos conflitos internos. Aqui, como citado por Simmel, o meio torna-se um fim. Perante essa situação, tentando analisar o caso do extrativismo da samambaia-preta, pode-se avaliar as modificações que vão se instaurando ao longo desses processos de transformação das atividades produtivas. Por exemplo, com a conversão do trabalho agrícola voltado à economia doméstica para o extrativismo, uma modificação perceptível está na dieta alimentar que, segundo relatam, era baseada nos gêneros alimentícios cultivados. Com o extrativismo, passou-se a plantar menos e, com a posse do dinheiro, gradativamente, passou-se a consumir produtos industrializados, como bolachas, óleo de soja, leite em pó, refrigerantes, margarina entre outros, com todos os seus subprodutos como as embalagens, que passam a integrar o cotidiano dessas pessoas não somente na forma de maior quantidade de lixo nos arredores da casa, mas reutilizado

cotidianamente como recipientes para guardar os grãos, transformado em lamparinas, brinquedos, raladores, enfeites), utilizando-se do gás de cozinha, dependendo cada vez mais da ida ao mercado. Do ponto de vista da cadeia produtiva, visualiza-se, sobretudo a complexificação das relações e a dependência maior de esferas mais abrangentes da sociedade, reforçando o que Georg Simmel (2005) coloca em seu texto sobre o dinheiro, ou seja a monetarização do mundo moderno e suas conseqüências nas relações sociais e no próprio modo de ser do homem moderno em termos de uma maior abstração das relações e tendência ao individualismo.

Pelas dificuldades colocadas, nessa centralidade do dinheiro, o “lado qualitativo dos objetos perde sua importância psicológica por causa da economia monetária” (Simmel, 2005, p. 31) mas, enquanto processo de criação e gerador de uma necessidade de coesão do grupo, encontra-se, através da análise dos significados da produção artesanal para essas pessoas, diretamente ligadas a esse processo, um afloramento de antigas sensações revestido em novas situações e descoberta de diferentes sensibilidades, em parte, ligadas ao processo criativo e ao seu papel social dentro da família e do grupo. O prazer encontrado na visualização de uma roça limpa e plantada, também é encontrado na peça acabada. Ao mesmo tempo, os olhos estão atentos ao que os outros produzem, ao que a companheira do grupo anda produzindo, como ela faz, o que a TV apresenta. O mundo da decoração das novelas e dos programas de televisão vai penetrando no cotidiano local. “Aquela rede do Big Brother Brasil”<sup>54</sup>, passa a ser reproduzida. O que é belo ou interessante vai adquirindo novos matizes. Na emergência dessas situações, a necessidade de explicitar sentimentos conflitantes, como a vontade de maior liberdade em relação às regras do grupo social, a descoberta da autonomia feminina e as revoltas recalcadas perante atitudes condenáveis do ponto de vista do grupo familiar.

---

<sup>54</sup> Programa de televisão em formato “reality show” onde se acompanhava pela televisão o cotidiano de um grupo de pessoas confinadas em uma casa.

Por outro lado, para os integrantes da ONG, a venda das peças para complementar a renda familiar dessas pessoas e esse processo como um todo, reveste-se não apenas de uma ação para ajudá-las, mas o interesse em atrelar a valores “ambientalmente corretos” ao uso das fibras naturais, embutindo-os no preço final da peça e na argumentação para a sua venda. Nesses termos, um valor relacionado a uma atitude perante a natureza e aos recursos naturais é convertido em um valor monetário. O consumidor de tais peças é, exatamente, o grupo que busca em Maquiné um convívio mais harmonioso com a natureza - os “novos rurais”, os “ecologistas” (conforme colocado no primeiro capítulo). Nesse caso, o dinheiro é um meio para alcançar um outro fim, a preservação ecológica, compreendida como a busca de um desenvolvimento sustentável para a região.

Diferentes anseios e perspectivas de vida se encontram pautados pela centralidade no dinheiro. Por parte das samambaieiras-artesãs, a vontade de poder efetuar melhorias na casa, “comprar uma carroça ou um fusquinha para sair oferecendo o artesanato por aí”, poder ter um banheiro em sua casa, poder ter seu próprio “dinheirinho”, poder proporcionar aos filhos a continuidade dos estudos. Já para os integrantes da ONG, trata-se de viabilizar uma ação que possa contribuir para a melhoria de vida dessas pessoas, atrelado à preservação ambiental, ou seja provar que é possível equacionar preservação e desenvolvimento: mesclam-se fortes interesses individuais a um idealismo ecológico. Por um lado, as samambaieiras-agricultoras, com nível de escolaridade básico, por outro, profissionais e estudantes universitários vinculados a diversos projetos acadêmicos: evidencia-se uma relação entre agentes dotados de volume e de estrutura de capital-social bastante diferenciados onde estão em jogo diferentes identidades (agricultor-extrativista e mediador social) com todas as assimetrias dessa relação desigual.

Nesse contexto, a questão fundamental que se coloca está em compreender como agentes tão diversos propõem-se a seguir juntos, ou, mais especificamente, porque até o presente momento permanecem interligados. Na análise dessa situação, embora sejamos

propensos a pensar em projeto de vida, onde os agentes envolvidos projetam determinadas expectativas de futuro que vão sendo construídas paulatinamente, tal como a noção de estratégia de Michel De Certeau (2003), para o contexto analítico proposto, apresenta-se, mais pertinente, ancorar na noção de tática como uma contraposição a essa, ou seja, construída na ausência de uma estratégia, a cada passo, segundo se apresentam as situações, tal como em relação ao extrativismo da samambaia e sobretudo no posicionamento diante da legislação ambiental, agora evidenciando os interesses que estão em jogo.

Para isto, pressupõe-se que as pessoas não agem de maneira disparatada que, pelo menos nesse caso, não estejam fazendo coisas sem sentido para elas. Isso significa que há uma racionalidade subjacente às suas escolhas, mesmo que essa não tenha sido orientada de modo racional. Sendo movido pelo interesse, tem-se a motivação a partir da avaliação de que seja interessante aderir a esse grupo. O investimento que se aproxima da metáfora de um jogo, referindo-se a energia que leva cada jogador a entrar no jogo, a investir, seja emocional, física ou intelectualmente<sup>55</sup>. Nesse caso, o que leva cada uma das mulheres a sair de casa e a deixar sua família para se reunir com as demais ou as integrantes da ONG a saírem de Porto Alegre, da mesma forma deixando seus familiares em momentos destinados, em princípio, ao descanso e ao lazer?

A constatação de que a samambaia está acabando, aliada às escassas oportunidades de alternativas de atividades econômicas e, por parte das integrantes da ONG, a busca de um desenvolvimento sustentável estão entre as razões explícitas para as avaliações favoráveis em torno da adesão a esse grupo. No entanto, além desses argumentos racionais, há uma outra ordem de sentidos que cimenta esse grupo, caso contrário, baseado numa análise racional, do

---

<sup>55</sup> Referência à noção de *illusio*, conforme Pierre Bourdieu (1996, p. 139-140), onde “os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer como jogos e a *illusio* é essa relação encantada com o jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social”.

ponto de vista das vendas, por exemplo, o que se concluiria era a impossibilidade desse grupo de continuar.

Um fato relevante que se observa, ao longo desse processo, refere-se às relações pessoais que vão se constituindo nessa interação de grupo. Ao final da reunião, juntamente com as peças artesanais transportadas no carro para serem levados às lojas, também eram oferecidos: aipim, bananas, algumas verduras. Ao mesmo tempo, por parte das integrantes da ONG, eram oferecidos alguma roupa para as crianças, um outro utilitário doméstico que não mais estava sendo utilizado, um remédio que era conseguido em algum posto de saúde. Enfim, caracterizam-se relações de reciprocidade que, ao longo do tempo, alimentam sentimentos de confiança e de proximidade, ou, mais especificamente, a percepção de forma mais clara das diferenças e das proximidades entre cada uma das integrantes do grupo. Essa percepção, proporcionada pelas diversas atividades do grupo, tais como a vinda ao Fórum Social Mundial<sup>56</sup> que, inversamente as situações anteriores, obrigou os moradores do Fundo a se deslocarem para o universo das integrantes da ONG, inclusive hospedando-se nas suas casas. E, nessas estadias, aparentemente tranqüilas, em realidade, apresentavam-se de forma mais pungente as diferenças dos respectivos universos sociais: os horários; a dependência do dinheiro (cada deslocamento de ônibus ou uma simples garrafa de água incorria em gasto); o modo de vida (alguns confortos como o banheiro, os quartos reservados, os eletrodomésticos); as diversões (os hábitos de ir ao teatro, ao cinema, os programas culturais); o gosto ruim da água, entre outros, eram alguns parâmetros que eram comentados informalmente entre uma brincadeira e outra.

Dessa forma, as entidades e os comentários implícitos nas relações entre essas pessoas (como a universidade, o computador, a internet e e-mail...) passam se apresentar de forma concreta, proporcionando comparações e julgamentos de valores. Algumas observações como

---

<sup>56</sup> Evento internacional realizado em janeiro de 2005 em Porto Alegre, reunindo os mais diferentes segmentos da sociedade, visando debater uma série de questões relativos à economia, política, meio ambiente, entre outros.

“você não dependem de vender o artesanato para comer”, em alguns momentos de discussões agudas eram correntes de se ouvirem, justamente, baseado na gradativa familiaridade com os universos sociais diferenciados.

O estabelecimento de relações recíprocas é um dos fundamentos desse grupo, porém, um aspecto que leva a essa situação abre-nos a possibilidade de analisarmos esse grupo, abarcando questões mais amplas como a problemática ambiental. Esse se refere a confiança. Partindo da categoria confiança, entre as mulheres que integram esse grupo e as integrantes da ONG, podemos num primeiro momento, estabelecer diferenciações. Conforme o processo relatado nesse capítulo, coloca-se o estabelecimento de laços de confiança, baseado na co-presença dos atores sociais e a vivência aproximada como mediadora das relações entre essas pessoas. Ao mesmo tempo apresenta-se fundamental para selar essa confiança a possibilidade de perceber um horizonte em comum, ou seja, interesses próximos, ou pelo menos compreendidas em suas diferenças.

Para fazer um contraste, tomando os fundamentos da problemática ambiental do qual estão imbuídas as integrantes da ONG, sobretudo, a noção de risco ambiental, verifica-se que, da mesma forma, alavanca-se num sistema de confiança, porém, trata-se, nesse caso, de confiar em técnicos, biólogos e pesquisadores. Essas são instituições abstratas que, ao longo do tempo, vêm constatando os riscos que a não-preservação dos recursos naturais pode ocasionar. Nesse contraste, tem-se dois sistemas de confiança bastante distintos. A partir dessa constatação, verificamos também a gradativa tendência para a necessidade de confiar em sistemas abstratos aos quais estamos submetidos, ocasionando o que Anthony Giddens designa de “desencaixe dos sistemas sociais”, compreendido como o “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (Giddens, 1991, p. 29). Esse autor utiliza como referência essa noção para pensar a transição do mundo tradicional ao mundo moderno em sua dimensão espaço-temporal.

No caso em questão, o que se verifica é como esses sistemas de confiança se interconectam, por exemplo, os valores relativos à preservação ambiental (baseado num sistema abstrato de confiança), lentamente, escoam através de relações de confiança, pessoalmente construídas ao longo do tempo e a própria rotina e intimidade cotidianas também vão sendo afetadas, seguindo um curso de aproximação de horizontes. Da mesma forma, a temporalidade construída em referência a um passado promissor de colono – portanto construída sobre um sistema de confiança numa tradição local – confunde-se com um tempo que busca a ruptura com esse passado, cada vez mais dependente da confiança em entidades e instituições abstratas. Do ponto de vista afetivo e cognitivo, gradativamente, deslocam-se as noções de tempo e espaço. Entretanto, isto ocorre num contexto de constante fricção, envolvendo conflitos, comparações, estabelecimento de regras, rompimentos, mas, sobretudo, de envolvimento, onde cada um visualiza a validade de entrar nesse jogo, que também é construído socialmente, ao longo do tempo.

Para essa situação, exemplificamos com a situação surgida em uma das reuniões desse grupo: três após o início das atividades do grupo, ouve-se a avaliação de uma das mulheres, relativo à participação em uma feira: “as pessoas compram os produtos para nos ajudar”. “Não”, coloca uma das integrantes da ONG, “as pessoas compram porque ficam sabendo que vocês moram numa área de Mata Atlântica e de alguma forma estão contribuindo para a sua preservação”. Apenas muito tempo depois se apresenta o espaço prático para conectar as percepções diversas diante da mesma situação. O próprio discurso de uma das integrantes do grupo de artesanato passa a abarcar o termo “Mata Atlântica”, de forma positiva, aliando ao seu produto e, conseqüentemente, intimidando o ouvinte sensibilizado do ponto de vista ambiental, a comprar. Tais situações provocam re-ordenamentos conceituais e simbólicos a todos os participantes que re-orientam sua forma de ver e de se ver na relação com o outro e com o seu meio.

O que esses relatos colocam? Dificilmente tais avaliações constam nos relatórios finais de avaliação de projetos e nem é possível levantá-las em momentos pré-determinados. Apenas perfilam microscopicamente e de forma demorada ao longo do tempo na continuidade das relações.

Assim diante de questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à preservação ambiental, vocábulos cada vez mais presentes em nosso cotidiano, indicam a irreversibilidade desse processo civilizatório e a persistência de assimetrias de ordem cultural, social e econômica entre os diferentes segmentos sociais. A reversão desse quadro passa por profundas mudanças políticas e sociais cuja perspectiva de modificação somente se pode visualizar a longo prazo. Essas diferenças de ordem econômica e, sobretudo, social e cultural dizem respeito ao acesso à informação, aos mercados e às pesquisas desenvolvidas nas universidades e nos centros de pesquisas, a participação nos benefícios das políticas governamentais e a passagem por um processo de modificação de sensibilidades, dos agricultores visualizarem a natureza não somente enquanto seu ganha-pão, mas como um “patrimônio da humanidade”, humanidade essa a qual se sintam identificados, ao mesmo tempo dessa gente que gosta de mato e que nunca precisou plantar ou tirar samambaia para sobreviver. Talvez, dentro dessa ampla perspectiva, ainda se esteja apenas articulando natureza como uma opção rentável para a sobrevivência e não abordando as mudanças de sensibilidades. Contudo, a experiência tem mostrado que tais elementos encontram-se entrelaçados, seja pela conexão entre experiência concreta e entre conceito, mas, sobretudo, pela simultaneidade desses processos.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

### 1. Os moradores do Fundo da Solidão diante da problemática ambiental

O presente trabalho coloca em pauta os conflitos sociais ligados à emergência de uma nova sensibilidade e direcionamento mundial referente ao meio ambiente e a ecologia, manifesto em documentos como a Convenção da Biodiversidade e sua repercussão em contextos locais específicos. Ao mesmo tempo evidencia um universo produtivo local, ligado à prática de uma agricultura tradicional que, desde a década de 70, estava num processo de declínio, principalmente sob os auspícios de uma política hegemônica que visava a tecnificação e à racionalização da agricultura.

Dentro desse contexto, compreender a instauração de uma atividade específica como o extrativismo de samambaia-preta, representava justamente evidenciar as contradições desse processo histórico e, sobretudo, à situação de agricultores ou outras categorias sociais inseridos nesse contexto excluídos deste processo hegemônico. Compreender a ecologia da planta, mais do que uma abordagem estritamente biológica, requeria entender o processo social e histórico ao qual estão imersos esses atores sociais. A samambaia-preta, apesar de ser uma espécie que ocorre espontaneamente em ambientes naturais (em diferentes *habitats*), é favorecida pela intervenção humana, apresentando-se numerosa em estádios iniciais a médios de regeneração da vegetação, ou seja, em locais onde foram anteriormente utilizados (para

roça, pastoreio, entre outros usos) e que, ao seu abandono, a vegetação começa a regenerar, propiciando a sucessão vegetal natural.

Isso incorre em entender que, se essa se apresenta abundante na região a ponto de instaurar uma atividade específica (cuja cadeia abastece o mercado nacional), é resultado de um processo histórico e ecológico peculiar à condição local. Relaciona-se fundamentalmente a uma condição que tem correlatos em todo o contexto rural brasileiro, ou seja, o abandono das roças relacionado ao deslocamento, em direção aos centros urbanos, de contingentes de agricultores tradicionais ou familiares, cuja reprodução social não mais estava sendo possível dentro dos moldes até então executados (dependência de mão de obra familiar, baixa mecanização, com a produção voltada para a manutenção do grupo doméstico). Essa realidade, o qual um dos aspectos é abandono das roças, é que verdadeiramente propiciou a regeneração da vegetação. Nessa regeneração, a samambaia apresenta-se como espécie dominante, desencadeando o processo de instauração de uma nova atividade onde se mobilizam saberes e práticas tradicionais, adaptando-se às exigências de um mercado emergente. Sobrepõe-se a esse processo, a gradativa importância que essa área adquire em termos conservacionistas para o Brasil, resultando na proposição de uma legislação específica, visando à proteção e regeneração das áreas naturais, restringindo o uso dos recursos naturais. Essa situação, para os olhares dos Fundos da Solidão, foi a responsável por uma alteração drástica da paisagem onde o “amarelo das roças de milho” se transformou no “verde do mato de hoje”.

Nesses termos, era necessário reconhecer as especificidades sócio-culturais locais: o fato de serem agricultores familiares, ligada a uma agricultura de provisão, e realizando uma atividade extrativista, ilegal do ponto de vista da legislação, restrição essa, incompreensível do ponto de vista local, seja pelo fato da espécie se apresentar em abundância, seja por não estarem inseridos nesse contexto do discurso conservacionista moderno. Aliado a essa condição, a luta pela consecução de uma vida digna para os moradores dessas áreas. Vida digna não somente do ponto de vista econômico, mas em uma perspectiva ampla, ligada ao conceito de cidadania que abrangeria a inserção dentro desse debate ecológico, o qual estão imersas as preocupações mundiais com a preservação e com a qualidade de vida. Nesse item é que estavam manifestos os conflitos mais profundos, pois, em sentido abrangente, essas modificações rumo a uma sensibilidade ecológica, incorrem não apenas na valorização da natureza, mas em questionar conceitos como direito de propriedade, valor da vida humana e não-humana, bem-estar social, noções essas, bastante subjetivas e que tocam na estetização do mundo. Apesar de integrarmos um mundo moderno e complexo,

persistem desigualdades e que ao falarmos em “nós”, podemos estar excluindo parcelas da população cujos conceitos considerados como partilhados ainda não estão presentes ou apresentam-se de forma fragmentada.

## **2. Os samambaieiros dos Fundos da Solidão, dentro do panorama conservacionista: da vida de colono a samambaieiro, da agricultura ao extrativismo, um modelo de proposta de desenvolvimento sustentável para a região?**

Os resultados dessa pesquisa demonstram que a coleta é efetuada nas áreas em estádios iniciais a médio de regeneração da vegetação, a “capoeira”, normalmente integrante do sistema agrícola local tradicional o qual prevê a manutenção de áreas em diferentes estágios de uso, ou seja: a roça, a capoeira (que corresponde a um estado de pousio para posteriormente ser limpo através da queimada para a consecução de novas áreas de roça) e a mata ou uma vegetação em estágio avançado de regeneração, como uma forma de reserva para obtenção de madeira ou disponibilização para futuras roças. Com isso, caracterizando-se um sistema produtivo com uma lógica de rotação de áreas e de culturas com pousio.

O funcionamento desse sistema produtivo efetua-se a partir de uma íntima relação entre terra e família, no sentido de que as atividades produtivas, embora centradas na unidade familiar, quanto à organização, dependem da disponibilidade de terras. Assim, cada família (casal e filhos que moram sob o mesmo teto) é considerada uma unidade independente nas representações locais. No entanto, a distribuição das atividades e a divisão de tarefas dependem diretamente da disponibilidade de terras, geralmente pertencentes a um patriarca ou matriarca. Dentro desse contexto, são acionados bens e pertencimentos familiares referentes a uma rede de família extensa. Também a atividade extrativista acompanha essa dinâmica local, tanto na disponibilidade de áreas, como de mão de obra para executá-la. Interferir na atividade extrativista, elegendo manejos adequados ou propondo novas alternativas de renda a essa comunidade, em última instância implica mexer com essa disposição familiar e produtiva. A intervenção, nesse sentido, acaba gerando repercussões e conflitos na esfera familiar, principalmente na relação entre gêneros.

Nessas análises encontramos os principais elementos que forjam a identidade social dos moradores da comunidade, ou seja, o trabalho e a sociabilidade. A sociabilidade baseada nos laços familiares e de pertencimento local, que regem a distribuição de tarefas e de terras, sobrepõe-se às especificidades de um saber-fazer, marcado pelo trabalho duro, assim como pelo convívio e pela dependência do meio natural ao qual estão imersos. Frente a esse contexto, auto-identificam-se como “colonos”, mas também como “samambaieiros”. Essa

sobreposição de identidades é índice de uma certa astúcia (De Certeau, 2003), oriunda deste saber-fazer de agricultor que, diante do contexto de mudança, busca adaptações como a adoção de uma atividade extrativista que se tornou tão importante do ponto de vista econômico que, agora, também matiza suas identidades.

A cada uma dessas identidades corresponde um conjunto de atividades que juntas, configuram o sistema produtivo local. Assim, conjuga-se uma agricultura primordialmente para auto-consumo ou para trocas (plantio de aipim, batata-doce, feijão, milho e em menor escala abóbora, amendoim, arroz, hortaliças, banana) com o extrativismo da samambaia-preta. Ainda para o auto-consumo, há criação de galinha, de porco e de gado para leite e corte, de caça e pesca e de coleta de alguns outros gêneros, como banana em roças abandonadas e a presença do artesanato a partir do extrativismo de fibras vegetais. Atualmente, para a complementação de renda, concorrem a aposentadoria dos mais idosos e a venda da mão de obra na forma de trabalhos temporários em propriedades maiores e prestação de serviços como pedreiro, azulejista ou babá. Verifica-se a comercialização local e em contextos regionais de chás ou outros produtos preparados a partir plantas medicinais. Já o extrativismo da samambaia insere-os a um mercado amplo, composto por vários intermediários até chegar aos centros consumidores urbanos do Rio Grande do Sul e São Paulo.

Essas estratégias produtivas são estruturadas dentro de uma construção espacial e temporal que permitem tecer uma historicidade local que regem as narrativas e a memória coletiva local, formatando paisagens, estruturando gostos, incitando atitudes, formulando saberes e práticas, articulando gestos, constituindo um cotidiano que permite a continuidade dos moradores dos Fundos da Solidão, enquanto pessoas que compõem um grupo social.

Trata-se de um grupo caracterizado por uma relação singular com o meio ambiente em termos ecológicos e simbólicos onde a forma de apropriação do meio pode ser classificada como de baixo impacto, conforme o conjunto de pesquisas relacionadas ao extrativismo. É dentro desse quadro social que se pode sobrepor ao debate em torno da regulamentação da atividade. De um modo genérico, aciona-se o discurso preconizado pelas principais diretrizes conservacionistas contemporâneas, ou seja, a conexão do local com o global, onde entram em pauta termos como desenvolvimento sustentável (Relatório Bundlandt) ou ecodesenvolvimento (Sachs, 1993). Do ponto de vista do debate conceitual, constitui-se um exercício, principalmente considerando tal situação a luz de uma categorização genérica e abrangente como populações tradicionais, paradigma inicial a partir do qual formulou-se o debate em torno do direito de permanência e de usufruto dessas comunidades em áreas de grande biodiversidade.

### **3. Problematização em torno da categoria populações tradicionais e as especificidades do contexto local**

A categoria populações tradicionais abarca e representa o reconhecimento da importância de considerar os grupos humanos que vivem e interagem em áreas de grande diversidade biológica, como atores sociais que, ao longo do tempo, poderiam estar contribuindo para o aumento dessa biodiversidade e, a crítica a uma visão de preservação onde a ação humana deve ser afastada ou alijada, remetendo conforme Diegues (1996) ao “mito moderno da natureza intocada”. Nesse sentido, trata-se de uma categorização datada e surgida dentro de um contexto específico dos debates em torno da preservação ambiental. A partir desse marco conceitual foram pautadas as ações da ONG ANAMA que cadenciaram as atividades aqui relatadas. No entanto, ao longo do processo de estudo e de análise, centrando na identidade social desses grupos representados pelas categorias “colono” e “samambaieiro”, verifica-se um distanciamento entre a categoria população tradicional e a identidade social local, no sentido de que não há uma adesão desse grupo a essa categorização. Em termos genéricos apresenta maior proximidade com a categoria campesinato.

Esse dado permite reflexões em torno das perspectivas analíticas acadêmicas e a situação em campo. A partir da discussão sob a perspectiva da legitimidade de considerar essas populações como tradicionais, pode-se abordar as tensões e mudanças pelas quais esse grupo atravessa. Nesses termos, cabe considerar a especificidade do debate em torno do binômio preservação e populações locais, no RS.

O Estado do Rio Grande do Sul apresenta um quadro marcado por embates na perspectiva da conservação, desde a década de 70 que, com lideranças de movimentos ecológicos, como José Lutzenberger e Augusto Carneiro, estabelecem marcos do movimento ambientalista, fundamentados numa tradição de lutas e de ações na defesa do meio ambiente<sup>56</sup> e com a presença de organizações combativas, como a AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural) que, quando de seu surgimento [em 1971] tornou-se a face mais radical do movimento ambientalista nacional (Bonés e Hasse, 2002). Assim, caracteriza-se por um movimento centrado num posicionamento preservacionista onde, até recentemente, havia pouco espaço para o debate em torno da presença humana nas áreas de proteção ambiental. Não significa, com isso, que tais situações não perfilaram os debates da época, mas tratava-se de um segmento secundário. Em realidade, é representativo de todo um contexto

---

<sup>56</sup> Apesar de citar essas personalidades, cabe lembrar que os pioneiros do movimento ambientalista no RS são Henrique Roessler, fundador da primeira entidade ambientalista do RS e o padre jesuíta e naturalista Balduino Rambo que desenvolveu intensos estudos sobre a vegetação gaúcha nas de 20 a 50.

nacional onde, apenas na década de 80, começa-se a tencionar o debate em torno a presença e intervenção humana direta dentro das áreas protegidas ou com interesse para preservação. Tal perspectiva, no entanto, parte principalmente de movimentações oriundas de grupos sociais do Norte do país, como dos seringueiros e as reservas extrativistas e na região sudeste, principalmente com pescadores e caiçaras.

Dentro desse contexto, no RS, um Estado caracterizado por uma tradição agro-pastoril, não se visualiza a presença de extrativistas e, mesmo os grupos indígenas ou remanescentes de quilombos, perpassam como que invisíveis dentro dos quadros sociais (a partir da década de 90, através da movimentação e articulação entre a antropólogos e movimentos sociais, essas etnias passam a ter maior visibilidade na sociedade gaúcha).

Afora esses grupos etnicamente designados, tencionam a definição populações tradicionais, os pescadores artesanais (Brutto, 2001, Adomilli, 2002) e, dentro de uma perspectiva ampla, os agricultores familiares. Esses, apesar de representarem parcela significativa da população gaúcha, compõem-se de grupos com identidades ligadas à etnia de origem (alemã, italiana, polonesa, portuguesa), o que dificulta uma categorização única. Imersos nesse quadro, temos ainda os “bugres” e os “caboclos” (Martini, 1993, Gehlen, 1998), normalmente como uma categoria contrastiva em relação à outra, considerada superior (assim são “caboclos” em relação ao “colono alemão”, como mostra Seyferth, 1993). São, portanto, categorias estigmatizadas e negativadas, razão pela qual a reivindicação de tais identidades não se faz presente. Há extensa literatura a respeito da identidade, da organização e da reprodução desses segmentos sociais, sendo o objetivo apenas dar um panorama geral do RS, de modo a justificar o pouco espaço e a restrita visibilidade ao debate sobre populações tradicionais e preservação no Estado.

Através dos grupos indígenas, esse debate começa a ser implementado, centrado na questão do acesso e direito ao uso dos recursos naturais e suas implicações com a reprodução social desses grupos. Nesse sentido, o primeiro dilema gira em torno do reconhecimento desses como signatários de uma etnia e tradição, cristalizado por questionamentos como “eles ainda são índios?”. Se, entre aos indígenas, aqui representado pelas etnias Kaingang e Mbyá-guarani, perpassa essa dúvida, para os demais grupos, tal desconfiança apresenta-se de forma mais contundente. Nesse contexto, inserem-se os extrativistas relatados nesse trabalho, apresentando-se como agricultores, ligados a uma forma de apropriação peculiar do meio, dentro do qual se inclui o extrativismo, conforme se observa entre os moradores dos Fundos da Solidão, motivo pelo qual, adequadamente, operam com essas duas categorias. É, a partir desse quadro que o estudo aqui proposto começa a problematizar concepções e definições,

como tradição. Definições que se apresentam essencializadas, no sentido de conceber tradição e cultura como categorias substancializadas, atreladas: a) a uma visão de tradição imutável que perpassa gerações, não reconhecendo o caráter dinâmico que tanto a tradição como as identidades possuem; b) ao fato de não estarem inseridos a um mercado mais amplo e c) a utilizarem-se de tecnologias simples, que teriam baixo impacto ambiental. Essas propriedades, sobrepostas à situação empírica encontrada em nossos estudos, demonstram que cada uma delas é passível de discussão e de relativizações, o que complexifica o debate e permite vislumar as razões desse distanciamento entre a identidade local e a categoria populações tradicionais.

Antes de prosseguir nessa problematização, cabe também colocar a instância em que se forjam idéias e concepções que reconhecem a importância da preservação do meio ambiente; uma mudança de sensibilidades, que não somente fomenta o debate mas, sobretudo, impõe novas posturas diante dos padrões de consumo e de uso dos recursos naturais. Há, nesse processo, uma razão civilizadora que apresenta uma inevitável tensão unificadora. Nessa perspectiva, surgem categorias como a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, considerando uma formação fitofisionômica como um patrimônio da Humanidade. Assim, as disputas e conflitos em torno das populações tradicionais representam as ambivalências entre tradição e modernidade, visto que atrelam um apelo patrimonial - que aponta para o passado como elemento fundamental do presente - a um certo apelo ecológico que aponta para o futuro, enquanto valor-medida a que se deve sujeitar o presente.

Nesses termos, essas ações unificadoras apresentam-se na forma de programas amplos, de diretrizes gerais ou de uma legislação específica, envolvendo atores de esferas diversas como as tecno-científicas e político-administrativas. Nesse quadro, há pouco ou nenhum espaço para a ação das populações locais. Tal situação foi possível constatar através da realização dessa pesquisa. Os moradores dos Fundos desconhecem a legislação em detalhe e a própria fundamentação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, além do sentido amplo de “preservar” e no caso, “preservar o mato e os bichos” e de serem “proibidos de botar capoeira ou de caçar”. Não há espaço para interlocução que visualize a interferência dessas populações, com propostas, ou mesmo manifestando suas opiniões. Quando isso ocorre, exatamente por não coexistirem dentro de uma perspectiva onde haja uma contínua interlocução, apresenta-se na forma de alguma reunião extraordinária, apresentando-se como uma oportunidade de protestar e resultando em manifestações violentas e discussões, sobrando pouco espaço para o diálogo, como na situação relatada neste trabalho.

Perante o exposto, reconhece-se a categoria “populações tradicionais” como aparato analítico fundamental para alavancar estudos e ações, como as citadas nesse trabalho, visto que a forma de intervenção desse grupo em seu meio ambiente, ao mesmo tempo em que é essencial para sua reprodução social, apresenta fórmulas de ocupação e uso dos recursos naturais com baixo impacto para o meio.

Todavia, reconhecer a legitimidade dessa situação requer, por outro lado, a modificação da legislação no que concerne a legalização da atividade extrativista e do manejo de áreas em regeneração. Isso exige a negociação entre os atores sociais envolvidos. Nesse processo, os olhares diante de categorias como “populações tradicionais” vão se reconstituindo. Requer, o reconhecimento dessa categoria por parte dos pertencentes das esferas mais amplas (legisladores, governantes e sociedade em geral), a fim de visualizar uma relação não-destrutiva entre os extrativistas/agricultores e seu meio, não transvestido por uma idealização do “bom selvagem”. Ao mesmo tempo busca a compreensão por parte dos extrativistas/agricultores dos termos que tornam importante a preservação da Mata Atlântica, agora compreendida como patrimônio da qual também eles se sintam usufruidores e preservadores.

Nesse sentido, concorda-se com análises de Cunha e Almeida (2001) que colocam a categoria “populações tradicionais” como em constituição, que prevê um amplo debate e negociação, muitas vezes tensa, que permite o estabelecimento de um diálogo, onde ambas as partes devem ceder. Nesse processo perfilam mudanças de atitude e de sensibilidades. Nestes termos, não seriam mais “populações tradicionais”, pode-se argumentar. Dentro desse quadro pode-se pensar num processo de configuração e constante reconfiguração do relacionamento do homem com a natureza, que se faz observar através dos desdobramentos dos fatos relatados nessa tese. Observa-se que conceitos como Reserva da Biosfera vão perfilando, acoplados às dinâmicas e aos contextos locais, acompanhado de conflitos e re-acomodações e que, trazem à tona outras questões que acompanham o debate em torno da preservação ambiental.



#### **4. Do que foge da apreensão: comentários sobre a narrativa visual**

Todo o processo de inserção e de construção dessa tese foram permeados pela imagem com o uso da fotografia e do vídeo, constituindo subsídio importante para este trabalho. Dessa forma, de modo a discutir os sentidos do uso da imagem visual e, sobretudo, poder vislumbrar analiticamente o estatuto do uso da imagem, buscou-se a construção de uma narrativa visual. Trata-se de uma releitura da atividade de coleta. A construção dessa narrativa baseou-se nas entrevistas, saídas a campo com os coletores e nas imagens capturadas. Rápidas anotações eram feitas em campo - visto que o meio era impróprio para tal ação - para depois serem desenvolvidos num diário de campo. A câmera foi utilizada em algumas dessas saídas, no entanto, inicialmente, sendo fator de inibição, foi colocada de lado. Posteriormente, a imagem mostrou-se um instrumento eficaz para o estabelecimento de reciprocidade. Foi, nesse contexto que, paulatinamente, foram introduzidas a câmera fotográfica e, num momento seguinte, o vídeo, que causou grande sensação - algo como uma aproximação ao universo das telenovelas e suas celebridades. Nesse jogo de “tirar a foto e ver”, “filmar” e “ver a imagem na TV”, também foi possível sentir-me mais próxima do grupo. A possibilidade de compartilhar o registro causando comoção, riso, estupefação foi um elemento importante na minha aproximação e posicionamento diante das pessoas.

No momento de inserção no universo do coletor, apesar de não se poder ter a inocência de que as hierarquias se desfazem, essas se contrabalançam, pois, se no universo das “idéias”, apresento uma certa superioridade, no ambiente de coleta, de subida de morros, entrada na capoeira, claramente, manifesta-se minha inferioridade em termos de resistência física e, sobretudo, desenvoltura para movimentar-me em meio aos arbustos e as “macegas”. Nessa situação, é impossível não assumir uma posição de aprendiz. As hierarquias invertem-se e, nessa inversão, a possibilidade de dar luz às habilidades e saberes que separam o eu do outro, além de reforçarem as representações em torno do “trabalho duro”, constantemente referido.

Gravações das entrevistas, registros do diário de campo, imagens viodeográficas e fotográficas: temos assim conjuntos de registros oriundos da mesma situação, materializados de forma distinta, cada um com uma gênese própria. O desafio seguinte constiu-se em compor uma narrativa com o uso da imagem e de todas as observações e análises oriundas do campo. Em relação ao processo, apresentam-se como produtos provisórios, fragmentos necessitando um encadeamento de modo a, adequadamente, comporem uma narração para um público receptor. E nesse momento, a sensação de que, tão importante quanto todo o processo de captura e recolhimento das informações, é o momento de sua escritura e de sua

diagramação. Efetuar escolhas, recortes, privilegiar determinadas situações e obscurecer outras incorre na capacidade de formulação de juízos, decorrentes da interação entre sujeitos cognoscentes.

Nessa tentativa de encadear uma narrativa a partir da experiência de campo, de modo sintético, o que se propõe é concatenar entendimento e sensibilidade enquanto duas fontes de conhecimento. No conhecimento objetivo, segundo a acepção kantiana, a sensibilidade é condicionada pelo entendimento enquanto que ao relacionarmos ambos funcionalmente temos o “prazer estético”. A partir dessa polaridade inicial, encontramos em Schaeffer (1996), algumas proposições gerais que podem introduzir a discussão. Baseada nos conceitos presentes na “Crítica da faculdade de julgar”<sup>57</sup> de Kant, Jean-Marie Schaeffer propõe de modo vago - como ele mesmo qualifica - duas orientações gerais da imagem fotográfica dentro da Arte: uma que se orienta para a idéia de belo e outra de sublime. A orientação ao primeiro conceito refere-se àquele objeto ou àquela imagem que “a compreensão conforme a intuição sensível, ocasiona uma harmonia entre imaginação produtiva e o entendimento, sem um fim específico” (Schaeffer, p. 164). Já a orientação para o sublime refere-se a uma ruptura dessa harmonia, ou seja, a impossibilidade desse estado de equilíbrio, pois “revela-se inadequado à faculdade de representar e exerce uma violência quanto à imaginação criativa” (p. 168). Ambos causariam prazer estético, a primeira por esse estado de “feliz encontro” onde o “entendimento e sensibilidade estão num acordo funcional, acordo que, ao ativar as duas faculdades, permite que elas se complementem harmoniosamente” (Nunes, 1999, p. 51), enquanto o sublime, justamente por “sua natureza decepcionante”, porém, não resultando numa “desordem dialética”, porque essa “decepção icônica e semântica é na realidade uma liberação... liberação lúdica sem as conseqüências destrutivas que poderiam resultar se acontecesse em nossa vida efetiva” (Schaeffer 1996, p. 168). Essas duas orientações provisórias, exatamente, por serem modelos ideais, nos permitem o questionamento sobre o que gostaríamos de alcançar num trabalho que conjugue sensibilidade e entendimento; o peso e a medida que se quer - e que está se dando - para cada elemento e a quê isso pode nos conduzir. Assim, a colocação de fundo dessa narrativa consiste em uma obra posicionada em algum ponto entre entendimento e entre sensibilidade, atentando para a geração de conhecimento e para o prazer estético. Tendo em vista que é a imaginação a faculdade que conjuga entendimento e sensibilidade, é também onde nos ancoramos para concebermos esse trabalho.

---

<sup>57</sup> Aqui consultado na compilação de Rodrigo Duarte (1997) em *O belo autônomo. Textos clássicos da estética*.

Tomando como suporte a reprodução de uma cédula de um real com a impressão das imagens do processo de coleta e de trechos de entrevistas efetuadas com os coletores ou conversas que ocorreram nas saídas de coleta, busca-se evocar esse momento de encontro com o universo social dos samambaieros-colonos. Na formulação dessa idéia, assim como na montagem das notas, ocorre um jogo cognitivo entre a imaginação reprodutora e criadora. As pequenas dimensões das imagens e escritas tornam-se um convite-obrigação aos que querem aproximar-se desse mundo particular do coletor e do narrador. É preciso uma aproximação, redobrar a atenção e querer entrar na narrativa para compreender esse trabalho.

Por que uma nota de um real? Por representar o pouco - é a cédula de menor valor vigente nos País - representa o discurso comum que se refere à baixa remuneração dessa atividade. Contudo, a nota traz também a conotação de uma inserção a um mercado nos moldes capitalistas, o que, em certa medida, move suas vidas, nos vários sentidos colocados por Georg Simmel (2005) ao dinheiro. As falas fazem alusão à luta pela sobrevivência, aos tempos difíceis e o sentimento de impotência diante da situação dos tempos atuais, o que traz também a tona a referência ao “tempo antigo”, onde não se precisava depender da samambaia e todos plantavam. A alusão ao passado associado a uma paisagem recoberta de roças - em contraste com a atual, onde se vê apenas “mato e capoeira” e muito pouco espaço para “botar roça” - é a constatação dos tempos difíceis que faz com que se busque a constituição de uma memória idealizada, de fartura, trabalho digno, convertendo-se em outra forma de conceber a riqueza.

Artistas como Cildo Meireles na década de 70, e, mais recentemente Jac Leirner já se utilizaram de cédulas como alusão à exclusão social, ao trabalho ou à sociedade de consumo.<sup>58</sup> O primeiro colocou em circulação uma nota de “Zero Cruzeiro” tomando como referência a cédula de 10 cruzeiros (em circulação na época) e, com a fotografia de um índio Krahô e de um doente mental impressos, discutindo, entre outras questões, o valor do dinheiro e da pessoa. Jac Leirner, em seu “Little Pillow”, coloca uma nota de um dólar e outra de 100.000 cruzeiros em um travesseiro, apropriando-se de objetos cotidianos e recolocando-os dentro de um circuito artístico<sup>59</sup>. Sobretudo, na obra de Cildo Meireles, utiliza-se da força simbólica da cédula para provocar um questionamento sobre valores humanos.

A alusão ao dinheiro traz também a idéia de uma sociedade que os subjuga. Entretanto, o fato de ali estarem representa toda a capacidade de conviver com esses tempos

---

<sup>58</sup> Para referências mais detalhadas ver Herkenhoff (2001) e Aguilar (2000).

<sup>59</sup> Essa possibilidade já fora explorada no início do século passado por Marcel Duchamp, questionando o estatuto da arte na modernidade e colocando-o como um das artistas mais influentes para as gerações posteriores.

atuais, incorporando as mudanças. Afinal, de uma planta daninha da capoeira fazem dinheiro. Eis um dos sentidos do extrativismo. Planta que “quanto mais se tira, mais dá”. Acompanhando a coleta, pode-se conviver com o prazer proporcionado em encontrar uma boa “malha ou bola de samambaia” na capoeira e a avidez em coletá-lo: move-os esta idéia de que coletando, está-se contribuindo para estimular sua brotação, propiciando também sua própria sobrevivência.

A impressão de imagens com trechos de falas, não mostram uma correspondência entre fala e imagem, pois entre o discurso e a imagem fotográfica temos gêneses diferentes, irreduzíveis um ao outro, embora haja a possibilidade do estabelecimento de correlações. Ao visualizar a imagem, não se visualiza o texto do outro lado<sup>60</sup>. Como se tratam de uma coleção de imagem e falas, inicialmente desconexas, o receptor desse trabalho, caso busque algum entendimento, tem a necessidade de buscar as conexões entre elas: entre aquilo que se leu e as imagens, e dessas entre si, em seu conjunto, exigindo operações cognitivas complexas. Assim, exige-se do receptor/leitor esse esforço de restituir o conjunto; sendo ativados, nesse processo, percepção e memória, aliado-os a uma ludicidade que as notas permitem a quem está olhando/lendo, devido a sua possibilidade de serem manipuladas e agrupadas. O filósofo Friedrich Schiller (2002), em sua obra refere-se ao impulso lúdico, tomando por base a importância do jogo funcional entre entendimento e sensibilidade na fundamentação do juízo de gosto (proposto por Kant). O impulso lúdico seria a tentativa de superar a oposição “platônica” entre sensível e entre inteligível, configurando-se uma operação que envolve imaginação.

Nessa metáfora do jogo, também está inscrito o sentido do interesse conforme coloca-se na interação social estabelecida entre samambaieiros, colonos, artesãos, os integrantes da ONG, os pesquisadores e outros atores sociais. Johan Huizinga (1980) em seu livro “*Homo ludens*”, observa que *illusio* (falso), tem sua origem do latim *ludus* (jogo), podendo significar estar no jogo. De onde mais, tarde Pierre Bourdieu (1996) formula a noção de *illusio*, enquanto o interesse em estar no jogo social, das energias e das estratégias que se mobilizam em função de estar dentro de um campo social.

Nesse conceito de jogo lúdico, pode-se também questionar os sentidos de todo esse processo. Isso tudo acaba numa brincadeira, em um simples jogo? O próprio fazer antropológico, em que medida não se converte na elucidação de um jogo? E a vida é apenas um grande jogo? Nesse sentido, o que está em jogo: uma imagem ou um encadeamento de

---

<sup>60</sup> Aqui fica uma abertura para a inserção do som, que não será objeto de análise neste trabalho.

imagens ou palavras que consigam trazer a vivência com o grupo, com suas aspirações? Como definir essa composição? Trata-se de uma tarefa árdua, decepcionante até certo ponto, tal como a referência a imagem sublime. O sublime abala a imaginação e o entendimento, pode ser algo terrível. É o sentimento de segurança e de não envolvimento do espectador, que poderia explicar como uma imagem ou objeto terrível causa um sentimento de prazer? Ou a aproximação a algo mais genuíno, real, fidedigno? Em tal situação, o cotidiano se torna espetacular e permanece a pergunta: qual imagem que queremos constituir?

## CONCLUSÕES

---

- O Coelho Branco botou os óculos e perguntou:  
- Majestade, por favor, por onde começo?  
- Comece pelo começo – disse o Rei, solene – e continue até o fim. Quando acabar, pare.  
(Alice no país das maravilhas, Lewis Carrol)

Com o trecho acima, extraído de um clássico da literatura infanto-juvenil, iniciei o texto da qualificação, fazendo menção a dificuldade em que se constitui iniciar um trabalho. Nesse momento, dou-me conta que tão difícil quanto começar é acabar. Como colocar um ponto final, quando sabemos que na realidade, os fenômenos estão em constante mutação? Nessa situação, talvez estejam os sentidos dessa tese: congelar um momento ou algumas situações que permitam reter, mesmo que de modo fugidivo, o sentido e os significados dessas mudanças que se fazem presentes em nossas vidas e nas dos moradores dos Fundos da Solidão.

Entre os diversos fios que teceram essa tese, temos como foco central o extrativismo da samambaia-preta, na localidade da Fundos da Solidão, o qual articula diferentes dimensões em que se pode analisar temas abrangentes como tradição e modernidade, relações homem-natureza, mas, aqui escolhido porque traz à tona os conflitos sociais que se apresentam sob a perspectiva ambiental.

Esse tema (extrativismo), em sua abordagem ligada às ciências da natureza, toca em questões o como desenvolvimento sustentável, capacidade de suporte, uso dos recursos naturais, onde se confrontam ideais de preservação ambiental com a possibilidade de uso dos recursos naturais. No caso específico do RS, o marco inicial para da experiência aqui relatada reside numa problemática relacionada a uma atividade extrativista, a coleta de samambaia-preta (*Rumohra adiantiformis*), uma pteridófita, utilizada para ornamentação de arranjos florais. Essa planta, pelo fato de ocorrer dentro dos limites do Domínio Mata Atlântica, um importante marco para as políticas conservacionistas, segundo a legislação ambiental (Decreto Federal 750/93) tem sua comercialização proibida. Esse fato contrapõe-se a uma realidade

local, onde essa atividade envolve grande número de pessoas direta ou indiretamente. Em 2001, quando iniciamos esse trabalho, não havia nenhum dado referente a essa atividade ou a planta, que corroborasse ou refutasse tais ordenamentos da legislação ambiental no RS. Dessa forma, um primeiro passo foi a proposição de um diagnóstico sobre a atividade e estudos sobre a biologia da espécie.

A estratégia para a realização desse diagnóstico centrou-se em metodologias ligadas a etnoecologia e etnobiologia, onde se previa a realização de estudos de cunho biológico e sócio-econômico, tendo como fundo a existência de pelo menos dois parâmetros de conhecimento: o científico e o local (ou tradicional). Assim, o trabalho envolvia uma preocupação com o estabelecimento de metodologias oriundas das áreas biológicas buscando elucidar a auto-ecologia dessa espécie, tendo como parâmetro os conhecimentos locais a respeito da espécie e, sobretudo, a formas e o manejo, localmente executado.

Essa primeira etapa culminou com a geração de dados referentes à atividade, sua cadeia produtiva, um panorama do manejo localmente executado e do ponto de vista biológico, dados sobre crescimento e regeneração da espécie, o ambiente propício para seu desenvolvimento e alguns parâmetros que apontavam para a sustentabilidade em termos ecológicos, além do levantamento de algumas alternativas econômicas para a atividade. Esses dados calcaram a abertura da discussão sobre a legalização e licenciamento do extrativismo da espécie samambaia-preta, convertendo-se na primeira experiência no Estado, de diálogo entre o órgão licenciador (em nível estadual), Ong, Universidade e extrativistas e tomado como uma referência para a elaboração de um modelo de protocolo para o licenciamento de recursos naturais não-madeiráveis sob restrições de uso no Estado.

A abordagem aqui proposta, transpõe essa discussão anteriormente travada dentro do campo disciplinar das ciências biológicas para o das ciências humanas, no sentido de que articula o debate em torno do tema sociedade e meio ambiente, buscando aprofundar as implicações dos novos ordenamentos ligados a uma mudança de sensibilidades diante da natureza. Para tal trabalhamos com diferentes planos de temporalidades sobrepostas, reconstituída pelas narrativas e construídas dentro do processo etnográfico aqui relatado. Desta forma, o trabalho, ao mesmo tempo em que tem como objeto de análise a dimensão ambiental, constitui-se num processo microscópico e artesanal onde a cada instante, travam-se pequenas simpatias, descobertas, situações diversas, que foram mexendo com o universo formatado e em formação do pesquisador e que por canais de percepção diversos conformaram essa tese. Os capítulos e sua ordenação refletem um pouco desse percurso, acoplada as diversas abordagens em torno do extrativismo.

A investigação em torno da identidade desses moradores dos Fundos da Solidão evidencia uma identidade sobreposta, ora de colonos, ora de samambaieros, que encontram analogia com os olhares lançados sobre a paisagem e que refletem dois regimes temporais distintos: o tempo das roças e o tempo da samambaia.

Essas sobreposições referenciam o extrativismo enquanto uma vivência contraditória entre continuidade e mudança. Os pontos de continuidade a partir de uma delimitação temporal e paisagística dicotômica, inicialmente apresentaram-se pouco nítidos, o que somente foi compreendido com a análise do universo das atividades cotidianas, da experiência vivida. Portanto, todos esses processos, são costurados nas microscópicas e corriqueiras vivências cotidianas, muitas vezes, não claramente contemplados quando nos detemos apenas no plano dos discursos, daí o tema da experiência e da ênfase no vivido.

Nos saberes e habilidades inerentes a prática de tirar samambaia, evidencia-se a referência a um saber-fazer de colono. O conhecimento do ambiente, da planta, as posturas corporais para execução da operação, nos gestos minuciosos... Tal compreensão encontrou reforço na abordagem do processo de instauração da atividade artesanal com palha de bananeira como alternativa de renda para essas pessoas. A análise das dificuldades que se apresentaram nesse processo relacionado ao artesanato com palha de bananeira, recupera o papel das formas culturais coexistentes (tradição artesanal, modo de vida rural) resultando em afirmação e legitimação do sentido do novo para esse grupo. Trata-se, pois do novo que não é novo, mas é essencial para o processo de legitimação dos impasses pressentidos diante das mudanças.

Aqui a constatação de que nenhuma identidade ou legitimidade, por mais determinada por condições materiais específicas de existência, se instaura no vazio das formas culturais pré ou coexistentes e essas se impõem aos novos conteúdos por força dos efeitos do pensamento analógico ancorado sob o conteúdo das representações. Em toda essa abordagem permeia os sentidos da tradição, que o campo ambiental por um lado tensiona, mas ao mesmo estimula na forma de seu resgate, através da incorporação da temática relacionada às populações tradicionais e conservação da biodiversidade. Nesse caso, cabe fazer uma crítica à concepção de tradição que calcam essas idéias, geralmente uma tradição compreendida como estática no tempo, cristalização de um conjunto de práticas e saberes. Ao contrário, a tradição que se manifesta através desses grupos, apresenta-se dinâmica, raiz para a persistência no tempo, e que instaura a constituição de uma duração que preconiza a complementaridade entre tradição e novo. Nesse encontro entre tradição e modernidade, verifica-se também o processo de dissolução a uma cultura abrangente. Nesse caso, emergem em um único



processo a afirmação dos mecanismos genéricos da expressão ideológica por analogia com formas preexistentes e a de uma nova lógica com que essas formas são pouco a pouco investidas. Nesse sentido, gradativamente idéias como a Reserva da Biosfera, preservação da Mata Atlântica, vão sendo incorporados ao vocabulário cotidiano dos moradores, constituindo-se em moeda de troca para a possibilidade de reprodução social desse grupo.

A abordagem em torno dos conflitos traz a tona um pouco das angústias e tensões vivenciadas diante das mudanças, cujo símbolo é exatamente a instauração do extrativismo da samambaia. Rege o tema do conflito a mudança percebida como imposta por mecanismos externos e abstratos como a legislação, o governo, os políticos, enfim “os de fora”, o que por um lado legitima um modo de ser que lhes confere identidade enquanto grupo (manifesto no universo dos saberes locais, do trabalho duro, mas honesto, do viver da terra e de seu trabalho), contrabalançando ainda com um sentimento de marginalidade ressentida.

O tema da astúcia e das táticas diante dessas tensões revela o quanto o conflito e o convívio com o novo sempre foram constitutivos do grupo, novamente sendo um caso exemplar o caso do extrativismo da samambaia-preta. Essas populações sempre conviveram com o novo e manejam com os conflitos, incorporando-o, re-transformando, reciclando. Trata-se, nos termos de De Certeau, da astúcia dos fracos. Dessa forma, percebem o contexto de subordinação diante de um todo que os envolve, representados pelo governo, pelos “da cidade”, pelos “de fora” e rebelam-se transformando em oportunidades, possibilidade de melhoria de vida. Ao seu modo protestam, sob um projeto de liberdade, de impor seu ritmo de trabalho, negando as determinações impostas pela legislação ambiental, o que novamente reforça sua identidade ligada ao colono.

Em tudo isto, podemos ver “a delicadeza e a complexidade dos fios que entretecem a prática da diferenciação, a construção e a reconstrução contínua das identidades dentro dos códigos acessíveis de legitimidade” (Dias Duarte, 1999, p. 277).

Na etnografia da formação do grupo de artesãs revivemos os sentidos da reciprocidade presente nas relações, tema caro à antropologia e constitutivo de toda essa tese. A reciprocidade, constituída a partir de uma assimetria social ao qual estão submetidos todas essas pessoas e as instituições que representam, com seus novos mediadores, mas baseada em estruturas de lealdades pré-existentes. Na análise do processo em suas dificuldades, novamente revisitamos os sentidos da instauração do extrativismo da samambaia-preta relacionado a sua adequação a um quadro cultural e social pré e co-existente. Evidenciamos também (novamente) as identidades sobrepostas destas pessoas, verdadeiro *bricoleur*, que constrói sob as franjas de uma sociedade moderna e de consumo que se impõe a eles, onde a

própria sensibilidade ambiental é uma das facetas, mas também vão sendo incorporados as suas vidas. Aqui novamente o tema da dissolução a um contexto abrangente preconizado pelo discurso preservacionista e das relações capitalistas.

O processo de formação do grupo de artesãs converte-se assim num encontro, no sentido de que, de forma mais clara manifestam-se as diferenças dos universos sociais entre moradores locais e mediadores, entre extrativistas/colonos/artesãos e pesquisadores, mas que trazem à tona também a possibilidade de partindo dessas assimetrias, a própria condição para refletir, pensar e criticar tais posições desiguais. Dessa forma, por parte das artesãs há uma familiarização com o universo dos pesquisadores, por exemplo, o deslocamento ao meu mundo cotidiano, com isto, a própria possibilidade de ao longo do tempo, tecer críticas mais pungentes sobre as nossas diferenças, os interesses envolvidos, a percepção de que o objeto de estudo para nós pesquisadores, para alguém “de lá” é a própria sobrevivência. Um certo mal estar surge diante dessa constatação, sobretudo por se tratar de palavras ditas por alguém “de lá” e que nos faz pensar no que estamos a vivenciar nesse momento, nessa tese.

Também nos sentidos dessa última etnografia o tema do encontro intersubjetivo com o outro. Do ponto de vista do recorte analítico, a abordagem e construção aqui colocada somente foi possível graças a um olhar aproximado, imerso na realidade cotidiana local, capturada na observação de situações microscópicas (como se refere Geertz), paralelamente ao convívio e preocupações de minha inserção entrecortada entre pesquisadora e militante, que se transveste no tão citado encontro com o outro, enquanto um encontro intersubjetivo. Significa isto que, o que era inicialmente lançar mão dos instrumentos metodológicos da antropologia, converte-se na incorporação de premissas fundantes da disciplina do relativismo cultural e de desconstrução de determinados olhares formatados. Sobrevém o aprofundamento dos sentidos de uma construção etnográfica, não somente no momento do campo, mas em sua construção enquanto escrita e meio de interlocução. Coteja-se dentro desse tema os meios e suportes adequados para a inserção e campo, bem como de seu uso para a construção de uma narrativa (aqui pautada pelo uso da imagem e de construções visuais para dar conta de todo o processo etnográfico).

À guiza desse capítulo, podemos refletir sobre a diferença em etnografar e construir uma etnografia, a importância da “interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição para a produção etnográfica”, que no início dessa tese foi-me colocada e que agora nesse momento atinge matizes bastante diferentes daquele momento inicial. Um processo de conhecimento em que meios e fins estão intrinsecamente ligados, sob a égide de uma “hermenêutica do si”.

Disso tudo, cabe lembrar que se por um lado, temos aqui a formalização de um trabalho escrito, paralelamente os conflitos e tensões, a problemática ambiental enfrentada por essas populações permanece e de certa forma, os moradores dos Fundos da Solidão e todos que demais envolvidos, ao contribuírem para a construção dessa tese, esperam que de alguma forma, o “mana” contido nessa colaboração lhes retorne na forma de uma possibilidade de desfecho dessa situação. Nesse momento, retorna a pesquisadora militante, que apesar de perceber, a complexidade dos fios que regem as tensões ao qual estão submetidas essas pessoas, também confia, pelo que em parte essa tese trouxe à tona, que tudo isto faz parte de um movimento cujo desfecho desconhecemos, mas que em seus atos cotidianos, as pessoas revelam a grande capacidade de persistirem no tempo, de perpetuarem sob diferentes formas suas idéias, seu estilo de vida. Em meio a tudo isto e em função de todas essas situações aqui relatadas, continuo indo à Maquine, indo à Solidão, participando de reuniões, buscando espaços na Universidade para que tais movimentos possam ter espaço.

Finalmente com o tema das diferentes formas de apresentar a tese, seja através das notas, das imagens contidas na tese, recupero um pouco da ambiência dos Fundos da Solidão, algumas imagens fugidias, como os materiais cotidianos, os momentos de sociabilidade intensa, que indiretamente conduziram às constatações e reflexões aqui propostas. Revelam uma artesanidade que nos remete ao fazer antropológico, delicado em sua tessitura, como ao tentar descobrir quais os sentidos de uma nota com fotos e texto, pois a cada movimento estamos na iminência de nos confrontarmos com algo que nos faça pensar, estranhar, devanear constituindo um vivido que nos conduz a um conhecimento, conhecimento esse do outro mas ao mesmo tempo de si mesmo.

## REFERÊNCIAS

- 
- AB'SABER, Aziz N. Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil. *Biomorfologia*, v. 20, p. 1-26, 1970.
- ABREU FILHO, Ovídio de. Parentesco e identidade. *Anuário Antropológico*, n. 80, p. 95-118, 1982.
- ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia*, v. 43, n.1, p.145-182, 2000.
- ADAMS, Cristina. *Caiçaras na mata atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.
- ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. *Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2002. 114 p.
- ADOMILLI, Gianpaolo. *Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe*

- (RS). Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2002. 114 p.
- AGUILAR, N. (org.) *Mostra do Redescobrimento: arte contemporânea*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2000.
- AMOROZO, M. C. M. *Sistema de agricultura camponesa em Santo Antônio do Leverger, Mato Grosso, Brasil*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- ANAMA/ PGDR-UFRGS. *Avaliação etnobiológica e socioeconômica da samambaia-preta (Rumohra adiantiformis (G.Forst.) Ching) na região da Encosta Atlântica do Estado. Porto Alegre, RS: Relatório Final Pesquisa por Demanda – RS RURAL, Secretaria de Agricultura e Abastecimento RS, Porto Alegre, 2003. 111 p.*
- ANAMA/ PGRD- UFRGS. *Diagnóstico socioeconômico e ambiental do Município de Maquiné - RS: perspectivas para um desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Relatório de Pesquisa, Pró-reitoria de Pesquisa da UFRGS, 2000. 108 p.
- ANAMA/ SEMA. *Projeto Samambaia-preta: avaliação etnobiológica e etnoecológica da samambaia-preta Rumohra adiantiformis (G.Forst.) Ching no município de Maquiné, RS. Relatório de Pesquisa - Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA): Porto Alegre, RS, 2002. 108p.*
- ANDERSON, A B., MAY, P., BALICK, M. *The subsidy from nature: palm forests, peasantry and development on na Amazon frontier* . New York: Columbia University Press, 1991.
- ARIÉS, Phillipe. *História social da criança e da família*. São Paulo: Zahar, 1981.
- BACHELARD, G. *A dialética da duração*. São Paulo: Ática, 1988.
- BACHELARD, G. *A terra e os devaneios da vontade*. São Paulo: Ática, 1991.
- BACHELARD, G. *A terra e os devaneios do repouso: ensaio sobre as imagens da intimidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. São Paulo: Ática, 1988.

- BACHELARD, Gaston. *A terra e os devaneios da vontade: ensaio sobre a imaginação das forças* São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- BALÉE, William. Diversidade amazônica e a escala humana do tempo. *In: Simpósio de Etnobiologia e Etnoecologia da Região Sul: Aspectos humanos da Biodiversidade. 1. Anais.* Florianópolis: UFSC, p. 14-28, 2003.
- BECK, Ulrich. From industrial society to the risk society: questions of survival, social structure and ecological enlightenment. *Theory, Culture and Society*, v. 9, p. 97-123, 1992.
- BENJAMIN, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.* São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BONES, E., HASSE, G. *Pioneiros da ecologia: breve historia do movimento ambientalista no RS.* Porto Alegre: JA Editores, 2002. 214 p.
- BORDIEU, Pierre. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação.* Campinas: Papirus Editora, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. Celibat et condition paysanne. *Études Rurales*, n. 5-6, 1962.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação.* Campinas: Papirus, 1996.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A partilha da vida.* São Paulo: Geic/ Cabral Editora, 1995.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O afeto da terra.* Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- BRANDON, K.; REDFORD, K.H.; SANDERSON, S. *Parks in peril: people, politics and protected areas.* The Nature Conservancy. Island Press, 1998.
- BROWDER, J. O. The limits of extractivism. *Bioscience*, v. 42, p. 174-181.
- BRUMANA, Fernando Giobellina. *Sentidos de la antropologia, antropologia de los sentidos.* Cádiz, Universidad, Servicio de Publicaciones, 2003, 304 p.

- BRUTTO, Luis Fernando G. *Ecologia humana e etnoecologia em processos participativos de manejo: o caso do Parque Estadual de Itapuã, RS, e os pescadores artesanais*. Dissertação de Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais. São Carlos: Faculdade de Biologia, Universidade Federal de São Carlos. 2001.
- BUENO, Rogério M., SENNA, Rosana Moreno. Pteridófitas do Parque Nacional do Aparados da Serra. I - Região do Paradoiro. *Caderno de Pesquisa, Série Botânica*, v. 4, n. 1, p. 5-12, 1992.
- CAMARGOS, Regina e MOREIRA, Roberto José. A inserção local e global de áreas naturais protegidas: refletindo sobre condomínios e turismo ecológico. *Ruralidades*, n. 8 (agosto), 2003.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.
- CAPOBIANCO, João Paulo Oliveira. *Quem faz o que pela Mata Atlântica – 1990-2000: Projeto avaliação dos esforços de conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais da Mata Atlântica*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.
- CAPOBIANCO, João, Paulo Ribeiro (org). *Dossiê Mata Atlântica 2001*. Brasília: Instituto Sócio Ambiental, 2001.
- CAPOBIANCO, João, Paulo Ribeiro. Mata Atlântica. Conceito, abrangência e área original. *In: Schaeffer, W. B., Prochnow, M. (orgs.) A Mata Atlântica e você. Como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira*. Brasília: ABREMAVI, 2002.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O saber e a ética. A pesquisa científica como instrumento de conhecimento e transformação social. *In: Cardoso de Oliveira, R. E Cardoso de Oliveira, L. R. Ensaios antropológicos sobre moral e ética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A invenção ecológica. Narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n.38, 1998, p. 63-79.
- CASTRO, Sílvio. *A carta de Pero Vaz de Caminha. Transcrição atualizada*. Porto Alegre: LPM, 1996.
- CHEVALIER, Sophie. Uma sociedade em mudança. Antropologia de uma transição na Bulgária. *Horizontes Antropológicos*, n. 15, Porto Alegre, 2001.
- CHEVALLIER, D. Des savoies efficaces. *Terrain*, n. 16, mars 1991.
- CIOCCARI, Marta. *Ecos do subterrâneo: estudo antropológico do cotidiano e memória da comunidade de mineiros de carvão de Minas do Leão (RS)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2004. 198 p.
- CLEMENT, Charles R. Melhoramento de espécies nativas {Improvement of native species}. *In: Nass, L.L.; Valois, A.C.C.; Melo, I.S.; Valadares-Inglis, M.C. (Eds.). Recursos genéticos e melhoramento - plantas*. Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso –Fundação MT, Rondonópolis, MT. p. 423-441, 2001.
- CLIFFORD, James. Poder e diálogo na etnografia: iniciação de Marcel Griaule. *In: Clifford, J. A experiência etnográfica. Antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- CÓDIGO FLORESTAL. Lei Federal nº 4771. Diário Oficial da União de 15 de setembro de 1965.
- COELHO DE SOUZA, Gabriela, KUBO, R. R., DOURADO, A.C.B., SILVA, F., ELISABETSKY, E. O Projeto Samambaia-preta e a questão do artesanato como alternativa de renda: subsídios para uma reflexão diante das propostas de uso de recursos naturais e desenvolvimento sustentável. *In: I SEESUL – Simpósio de Etnobiologia e*



- Etnoecologia da Região Sul: Aspectos humanos da biodiversidade. Florianópolis, SC, 2003, pp.291-300.
- COELHO DE SOUZA, Gabriela. *Extrativismo em área de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no RS: um estudo etnobiológico em Maquiné*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-graduação em Botânica, 2003. 160 p.
- CONVENÇÃO DA BIODIVERSIDADE (CDB). Rio de Janeiro: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992.
- COSTA, J. P. O. *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica*. <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioamb/arprot/tombadas/resbiosf/index.htm>. Acesso em 26/02/2003.
- CUÉLLAR, Karla Y. Covarrubias. Etnografía: el registro del mundo social desde la vida cotidiana (apuntes metodológicos). *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas*, v. 4, n. 8, p. 93-119, 1998.
- CUNHA, M. C., ALMEIDA, M. W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: Capobianco, J. P. (org.). Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade, Instituto Socioambiental, p. 184-193. 2001.
- CUNHA, M. C., ALMEIDA, M. W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: Capobianco, J. P. (org.). Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade, Instituto Socioambiental, p. 184-193. 2001.
- DALMOLIN, Bernardete Maria; LOPES, Stela Maris Brum, VASCONCELLOS, Maria da Penha Costa. A construção metodológica do campo: etnografia, criatividade e sensibilidade na investigação. *Saúde e Sociedade*, v. 11, n. 2, ago-dez/2002.
- DALPIAZ, Sérgio Antônio. Maquiné e Santo Antônio da Patrulha. Elos históricos. In: Encontro de Pesquisadores do Vale do Rio Maquiné, 1, Livro de Resumos, p. 1-4, 2000.

- DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano. A arte de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2003. 351 p.
- DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 216-228, 1991.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DIEGUES, Antônio Carlos (org.) 2000. *Etnoconservação*. São Paulo: Hucitec/Nupaub.
- DIEGUES, Antonio Carlos, ARRUDA, R. A. *Saberes tradicionais e biodiversidade*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito da natureza intocada*. São Paulo : Ed. Hucitec, 1996.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. *As redes de suor. A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba*. Niterói, EdUFF, 1999.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- DUARTE, Rodrigo. *O belo autônomo. Textos clássicos da estética*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.
- DUMONT, Louis. *Homo hieraechicus. O sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 1992.
- DUMONT, Louis. *O individualismo, uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro, Rocco, 1985
- DURIGAM, C. C. *Biologia e extrativismo do cipó-titica (Heteropsis spp Araceae)* Dissertação de Mestrado, Universidade do Amazonas/ Instituto de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 1998.
- ECKERT, Cornelia. Memória e identidade. Ritmos e ressonâncias da duração de uma comunidade de trabalho: mineiros do carvão (La Grand-Combe, França). *Cadernos de Antropologia UFRGS; PPGAS*, n.11, 1993.

- ELÍADE, M. *Origens: história e sentido na religião*. Lisboa: Edições 70, 1969.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Volume I: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- EMATER, Escritório Municipal de Maquiné. *Estudo de Situação*. Rio Grande do Sul. Maquiné: EMATER, 1996.
- EMPERAIRE, Laure. *A floresta em jogo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000. 232p.
- Estatuto da ANAMA. Cartório de Ofício do Registro de Títulos e Documentos Civis da Pessoas Jurídicas de Osório, número 13497 L A-3 Fls. 38v.m, de 06/10/94 e REGISTRADO sob no. 395, fls. 101 a 103v L A-3 do Registro Pessoa Jurídica, em 06/10/97.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- FERNANDES, Irene. *Levantamento da flora vascular rupestre do Morro do Cabrito e Morro Sapucaia, Rio Grande do Sul, Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-graduação em Botânica, 1990. 187 p.
- FERREIRA, Lucia Costa. Dimensões humanas da biodiversidade mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Brasil. *In: Simpósio de Etnobiologia e Etnoecologia da Região Sul: Aspectos humanos da Biodiversidade*. 1. Anais. Florianópolis: UFSC, p.32-47, 2003.
- FONSECA, Adolfo. Cultivo Del helecho “hoja de cuero” (*Rumohra adiantiformis*). *For export*, p. 3-6, janeiro, 1977.
- FORTES, Meyers. Introduction. *In: Goody, J. (Ed.) Developmental cycles in domestic groups*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-4, 1958.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1994.

- FUCKS, M. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. *DADOS, Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 41, p. 87 – 113, 1998.
- GEERTZ, Clifford. “O mundo em pedaços: cultura e política no fim do século”. *In: \_\_\_\_\_*. Nova luz sobre a antropologia. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, p. 191-228.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GEERTZ, Clifford. Os usos da diversidade. *Horizontes Antropológicos*, n. 10, p. 16-34, 1999.
- GEHLEN, Ivaldo. Identidade estigmatizada e cidadania excluída: trajetória cabocla. *In: Zart, P. A., Boneti, L. W. Lechat, N. M. P. Gehlen, I. Os caminhos da exclusão social*, Ijuí: Editora Unijui, p. 121-141. 1998.
- GERHARDT, Cleiton. H. Agricultores familiares, mediadores sociais e meio ambiente: a construção da “problemática ambiental” em agro-ecossistemas. *Série PGDR, Dissertação n. 020*, 2003.
- GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pos-tradicional. *In: Giddens, A. Beck, U., Lash, S. Modernidade reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora UNESP, p. 73-133, 1997.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991. 177 p.
- GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 14, p. 59-67, 1990.
- GODOI, Emília Pietrafesa. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Etnodesenvolvimento indígena no Nordeste (e Leste): aspectos gerais e específicos. *Revista Antropológicas*, a. 7, v. 14 (1 e 2), p. 47-71, 2003.

- GUEVARA, Ramon. Mercado Del helecho “hoja de cuero”. *For export*, p. 7-8, janeiro, 1977.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HERKENHOFF, P. *Cildo Meireles, geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Artviva, 2001.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOMMA, Alfredo. K. O. *Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades*. Brasília: Embrapa, 1993.
- HUIZINGA, Johan. *Homo ludens, o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- IBAMA. *Marco conceitual das unidades de conservação federais do Brasil*. Brasília: Diretoria de Ecossistemas, 1997.
- INGOLD, Tim. The Temporality of the Landscape. *World Archaeology*, v. 25, n. 2, p. 152–74, 1993.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mapa da vegetação do Brasil, escala 1:5.000.000, Rio de Janeiro, 1993.
- JACKSON, Luiz Carlos. A tradição esquecida. Os Parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido. Belo Horizonte, São Paulo: UFMG/FAPESP, 2002. 234 p.
- JANEIRA, Ana Luisa. *Antologia Propedêutica II: Sujeito, Objeto e Espaços Epistêmicos num contexto de Inovação-Tradição-Globalização*. 2001 (mimeo)
- KAINER, K. A., DURYEYEA, M. L. Tapping women’s knowledge: plant resource use in extractive reserves, Acre, Brazil. *Economic Botany*, v. 46, n. 4, p. 408-425, 1992.
- KROEBER, A. L. *Anthropology*. New York: Harcourt, 1948.
- LEIS, H. R. Ética ecológica: análise conceitual e história de sua evolução. *In: Reflexões cristãs sobre o meio ambiente*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LEROI-GOURHAN, Andre. *O gesto e a palavra – Memórias e ritmos (Volume II)*. Lisboa: Edições 70, 1965.

- LÉRY, Jean. Viagem à terra do Brasil (1576). *Série Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica*. Caderno n. 10, 1998.
- LÉVI-STRAUSS, C. Jean-Jacques Rousseau, fundador das ciências do homem. *In: Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 1989.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. *In: Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa, Edições 70, s/d.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *L'identité*. Paris, Grasset et Fasquelle, 1977.
- LIEDKE, Alice. *Educação, patrimônio e memória social: um estudo de caso no distrito de Barra do Ouro, Maquiné – RS*. 2003. (mimeo)
- LITTLE, Paul. E. Etnoecologia e direitos de povos: elementos de uma nova ação indigenista. *In: Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Contra Capa Livraria: Rio de Janeiro, 2002.
- MACFARLAINE, A. *História do casamento do amor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- MAFFESOLI, Michel. *O conhecimento do cotidiano*. Lisboa: Veja, 1984.
- MALDONADO, Simone Carneiro. Dois Excertos de Georg Simmel. *Política e Trabalho*, n. 14, set/1998, p. 173-175.
- MARCUZZO, Silvia; PAGEL, Silvia. M.; CHIAPPETTI, Maria Isabel S. A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul – Situação Atual, Ações e Perspectivas. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. *Série Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica*. Caderno n. 11, 1998.
- MARTINI, M. L. F. *Sobre o caboclo-camponês: “um gaúcho a pé”*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Porto Alegre: PPG Sociologia/UFRGS, 1993.
- MAUSS, Marcel. Une catégorie de l'esprit humain: la notion de personne; celle de 'moi', pp. 333-364. *In: M. Mauss (org.). Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1973.

- MAYBURY-LEWIS, B. Terra e água, identidade camponesa como referência de organização política entre ribeirinhos do rio Solimões. In: Furtado, L. *Amazônia, desenvolvimento, sócio-diversidade e qualidade de vida*. Belém: UFPA, 1997.
- MELLO, Marcelo Pereira. Três pressupostos para a facticidade dos problemas públicos ambientais. *Antropolítica*, n. 5, p. 63-79, 1998.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- MESQUITA, Zila. Cotidiano ou quotidiano. In: Mesquita, Z. e Brandão, C. R. *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre/ Santa Cruz do sul: Ufrgs/Unisc, p. 12-26. 1995.
- MILTON, S.J. & MOLL, E.J. Effects of harvesting on frond production of *Rumohra adiantiformis* (Pteridophyta: Aspidiaceae) in South Africa. *Journal of Applied Ecology*, n. 5, p. 725-743, 1988.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL, Secretaria de Formulação de Políticas e Normas Ambientais Diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica. *Documento final*. Brasília, 1998(a).
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL, Secretaria de Coordenação dos Assuntos do Meio Ambiente. *Programa piloto para proteção da Mata Atlântica (PPG-7/MA)*. Brasília, 10/08/1998.
- MORAES FILHO, Evaristo. Formalismo sociológico e a teoria do conflito. In: Moraes Filho, E. (Org.). *Simmel*. São Paulo, Editora Ática. p. 7-31, 1983.
- MORAES, Antonio Carlos R. Valor, natureza e patrimônio natural. *Ciência e ambiente*, n. 28, p. 105-120, jun/2004.
- MORAN, Emilio F. *Adaptabilidade humana: uma introdução à antropologia ecológica*. São Paulo: Edusp, 1994.

- MOREIRA, José Roberto. Cultura, Política e Extensão Rural na Contemporaneidade. *Ruralidades*, n. 8 (agosto), p.1-10, 2003.
- MOREIRA, José Roberto. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. *Ruralidades*, n. 1 (novembro), p.1-24, 2002.
- MORIN Edgar, KERN Anne Brigitte. A carta de identidade terrena. *Revista Margem*, n. 3, p. 18-26, 1994.
- MUSSUMECI, L. *O mito da terra liberta*. São Paulo: Vértice-ANPOCS, 1988.
- NUNES, B. *Introdução à filosofia da arte*. São Paulo: Ática, 1999.
- ODUM, Eugene. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- OLMOS, F.; ALBUQUERQUE, J. L.; GALETTI, M.; MILANO, M.; CÂMARA, I. G.; COIMBRA-FILHO, A. F.; PACHECO, J. F.; BAUER, C.; FREITAS, T. R. O.; PIZZO, M. A.; ALEIXO, A. Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das populações tradicionais à Mata Atlântica. In: J. Albuquerque; J. F. Cândido; F. C. Straube; A. Roos. (Org.). *Ornitologia e Conservação: da Ciência às Estratégias*. Tubarão: SOB, UNISUL/CNPq, 2001, v. , p. 279-312.
- PADUA, S. Natureza e projeto nacional: o nascimento do ambientalismo brasileiro. In: Svirsky, R. Capobianco, J. P. *O ambientalismo no Brasil. Passado, presente e futuro*. São Paulo: ISA-SMA, p. 13-18, 1997.
- PAOLI, Maria Célia. Apresentação. In: JACKSON, L. C. *A tradição esquecida. Os Parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido*. Belo Horizonte, São Paulo: UFMG/FAPESP, 2002. 234 p.
- PERONI, Nivaldo. Manejo agrícola itinerante e domesticação de plantas neotropicais: o papel das capoeiras. In: Albuquerque et al (orgs.) *Atualidades em etnobiologia e etnoecologia*. Recife: SBEE, 2002.
- PETERSEN, Silvia. Regina. Ferraz. (a) Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. In: Mesquita, Z. e Brandão, C. R. *Territórios do cotidiano*:



- uma introdução a novos olhares e experiências . Porto Alegre/ Santa Cruz do Sul: Ufrgs/Unisc, 57-73, 1995.
- PETERSEN, Silvia. Regina. Ferraz. (a) O cotidiano como objeto teórico ou impasse entre ciência e senso comum no conhecimento da vida cotidiana. *In: Mesquita, Z. e Brandão, C. R. Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/ Santa Cruz do sul: Ufrgs/Unisc, p. 37-47, 1995.*
- POSEY, D.A. Traditional Knowledge, conservation and “The Rain Forest Harvest”. *In: M. Plotkin and L. Famolare (eds) Sustainable harvest and marketing of rain forest products . Washington, DC: Conservation International, Island Press, 1992.*
- POSEY, Darrel. Manejo das florestas secundárias, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). *In: Ribeiro, Berta. Suma Etnobiológica brasileira. Petrópolis: Vozes, 1987.*
- QUEIROZ, M. I. P. O sitiante tradicional e a percepção do espaço. *In: O campesinato brasileiro. São Paulo: Vozes, p. 48-71, 1973.*
- RAFINHA; BECKER, Rosimere Carlos, BORGES, Adalberto Lumertz. *Manual das Bruxinhas de Deus. Torres: MMTR – Região Torres, 1997.*
- RECH, Salomé. *Geografia física do vale do Maquiné. Osório, RS., 1987. (mimeo)*
- REDFIELD, Robert. *The little community, peasant and culture. Chicago: University of Chicago Press, 1960.*
- RENCK, Arlene. *A luta da erva. Um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.*
- RIBAS, Rafael, GUIMARÃES, Leonardo Alonso, MIGUEL, Lovois Andrade, DOURADO, Ana Cristina Brandão, COELHO DE SOUZA, Gabriela Peixoto, KUBO, Rumi Regina. Aspectos econômicos e sociais da cadeia da samambaia-preta (*Rumohra adiantiformis* (G. Forest) Ching) na região da Encosta Atlântica do Estado do Rio Grande do Sul. *Redes, v. 7, n. 2. p. 153-166, 2002.*

- RIBEIRO, B. G. *Suma Etnobiológica Brasileira. Etnobiologia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Finep, 1987. V. 1.
- RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa* (volume I). Campinas: Papyrus, 1994.
- RIZZINI, C. T. *Tratado de Fitogeografia do Brasil. Aspectos Sociológicos e Florísticos*. São Paulo. HUCITEC/EDUSP, 1979, 374 p. v.2.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho. A irracionalidade do belo e a estética urbana no Brasil. In: Mesquita, Z. e Brandão, C. R. Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/ Santa Cruz do Sul: Ufrgs/Unisc, 1995, p. 110-129.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho. *Nas trilhas de uma bioetnodiversidade: a questão do olhar do outro e seus desdobramentos na construção dialógica das ciências ambientais*. Porto Alegre: Instituto Antropos, 2000.
- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: Bursztyn, M. Para discutir o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. In: Santos, Boaventura de Sousa (org). *A Globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1996.
- SCHAEFER, Murray. *O ouvido pensante*. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1991. 399p.
- SCHAEFFER, Jean-Marie. *A imagem precária: sobre o dispositivo fotográfico*. Campinas: Papyrus, 1996.
- SCHAEFFER, Wigold., PROCHNOW, Miriam. Mata Atlântica Informações gerais. In: Schaeffer, W. B., Prochnow, M. (orgs.). *A Mata Atlântica e você. Como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira*. Brasília: ABREMAVI, 2002.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- SCHILLER, Friedrich. *A educação estética do homem*. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- SCHIRMER, Cláudia Luiz, BALDAUF, Cristina. Ou mato ou morro (ou floresta, ou capoeira...): reflexões e práticas de educação ambiental no sul da Mata Atlântica. In: Rego, N. Aigner, C. Pires, C. Lindau, H. (orgs). Um pouco do mundo cabe nas mãos. Geografizando em educação o local e o global. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SCHNEIDER, D. *A critique of the study of kinship*. Ann Harbor: University of Michigan, 1992. p. 187-201.
- SCHUTZ, Alfred. "The homecomer". *American Journal of Sociology*, v. 50, n. 5, p. 369-376, 1945.
- SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *Anuário Antropológico*, n. 91, p. 31- 63, 1993.
- SHIRAIISHI NETO, J. Reconceituação do extrativismo na Amazônia: práticas de uso comum dos recursos naturais e normas de direito construídas pelas quebradeiras de coco. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará/ Núcleo de altos estudos Amazônicos, Belém, 1997.
- SILVERMAN, Sydel. Patronage and community-nation. Relationship in Central Italy. In: SCHIMIDT, Steffen W. et alii. Friends, followers and factions: a reader. Berkeley, Univ. of California Press, 1977, p. 293-304.
- SIMMEL, G. *A Filosofia da Paisagem. Política e Trabalho*, n. 12, set/1996.
- SIMMEL, Georg. A metafísica da morte. *Política e Trabalho*, n. 14 (set), p. 177-182, 1998.
- SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: Moraes Filho, E. (Org.). Simmel. São Paulo, Editora Ática. p. 123-134, 1983.
- SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: Moraes Filho, E. (Org.). Simmel. São Paulo, Editora Ática. p. 123-134, 1983.
- SIMMEL, Georg. O dinheiro na cultura moderna. In: Souza, J., Oelze, B. (orgs) Simmel e a modernidade. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2ª. Ed. 2005.

- SIMMEL, Georg. O estrangeiro. *In: Moraes Filho, E. (Org.). Simmel. São Paulo, Editora Ática. p. 182-188, 1983.*
- SIMMEL, Georg. O segredo. *Política e Trabalho*, n. 15, p. 221-226, 1999.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. “Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada do pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico*, v. 84 , p. 11-44, 1985.
- STEIL, Carlos Alberto. “Estado, Movimentos Sociais e ONGs: a Guerra Fria e a Globalização como cenários de compreensão da realidade social”. *Revista Humanas*, v. 24, n. 1 e 2, 2001, p. 9-16.
- TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *Visões da natureza: seringueiros e colonos em Rondônia*. São Paulo: EDUC, 1999. 338p.
- THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- TOLEDO, Victor. La etnobotánica en Latinoamérica: Vicisitude, Contextos, Desafios. *In: Memorias do VI Congresso Latinoamericano de Botanica. Simposio de Etnobotánica. Medellín, Colombia. 1986.*
- TURNER, F. *O espírito ocidental contra a natureza – mito, história e terras selvagens*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- TURNER, Victor. *Anthropology of experience*. Illinois: Illinois Books Ed., 1986.
- VELHO, O. G. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo a ecopolítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 3, v. 1, 1987.
- WALTER, C. *Diagrama climático da estação meteorológica de Osório. Maquiné, RS. 1987.*  
(mimeo)
- WHELAN, R. J. *Wild in woods: the myth of the noble eco-savage*. London: Institute of Economics Affairs, 2000.
- WOLF, Eric. R. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOORTMANN, Ellen. F., WOORTMANN, Klaas. “Fuga a tres vozes”. *Anuário Antropológico*, n. 91, p. 89-137, 1983.

WOORTMANN, Ellen. F., WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra*. Brasília: Editora UnB, 1997.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do sul e sitiantes do nordeste*. São Paulo- Brasília: Hucitec-Edunb, 1995.

WOORTMANN, Klaas. O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins. *Série Antropologia* (UnB), n. 293, p. 1-28, 2001.

## **ANEXOS**

IMAGENS UTILIZADAS NA INSTALAÇÃO ONDE ESTAS SÃO APRESENTADAS  
NA FORMA DE CÉDULAS DE UM REAL.







# UM REAL

Seu Renato

A raizinha já tinha que parecia seca, fininha, Dal o fogo passava e minava por ali, o tempo muito seco se queimava a roça em tempo seco. Então, passava por ali por baixo, atravessa, não adiantava tu limpar por cima, tu tinha que cavocar, tirar aquela raiz verde, dava uma trabalhadeira. Olha, a gente tinha uma raiva de samambaia (rsos), nunca ninguém imaginou que hoje em dia, que a samambaia tá ter o comércio que tem aí hoje, tá vendo aí qual a utilidade que tem a samambaia no fim.

CHAVA DA BREVIA DO BRASIL

# UM REAL

Seu Renato

Então é isso aí, criavam porco com a própria criação do trigo, tu plantava, aonde tu trilhava o trigo ali ficava um monte, então as galinhas se alimentavam dali. Estou falando certo, o milho é a mesma coisa né, aqui nesses morros aí, tu trazia para cá. Ai tu não precisava estar dando trato para galinha ou comendo trato para galinha. Os porcos também, que a gente crava por ali, se alimentavam tudo, em roda do engenho. A guarapa era o bagaço da alimentação, o bagaço da cana tu carregava daqui e botava lá e os bichos se divertiam e ficavam tudo ali.

CHAVA DA BREVIA DO BRASIL

1

A gente não gostava de uma roça que tinha muita samambaia. Ela formava uma raiz verde, uma chapa de raiz, então, ali tu botava uma roça e ia fazer uma cerca para queimar era muito perigoso, tu tinha que limpar muito bem, cavocar, arrancar aquela raiz, deixai só na terra, senão tu facilitava, o fogo passava por baixo da raiz verde passava para capoeira e dava incêndio.

Seu Renato

# UM REAL

CHAVA DA BREVIA DO BRASIL

1

Isso aí, até que eu estava pensando bem tá para fazer uns dez, quinze anos que eu vendo samambaia. Quinze anos, por aí que eu comecei a tirar, porque de primeiro quem começou a tirar primeiro foi esta turma da Solidão aí, que até hoje estão tirando, aí muitas vezes eu arrependava. Arrendei bastante vezes para os baixinhos aí eles tiravam. Ai depois eu fui pegando, aí comecei a tirar também.

Seu Renato

# UM REAL

CHAVA DA BREVIA DO BRASIL

1

Foram saindo os primeiros, depois foi indo outros. Ficou pouco morador. Primeiro tinham casas aí por cima desses morros tudo, aí de onde tiramos samambaia, dava baile por cima desses aí, fazia baile nas casas.

Andre

# UM REAL

CHAVA DA BREVIA DO BRASIL

1

Planta a gente sempre continua plantando para o gasto, mas tira samambaia e faz outros biscoitos também. E eu faço serviço de casa, quando pedem pra mim cuidar no fim de semana.

Andre

# UM REAL

CHAVA DA BREVIA DO BRASIL







1

Começaram às vezes multava um adiante, outros falavam nisso aí... Dai foi espalhando "tem a lei que não pode derrubar, que não pode isso e aquilo" e aí o povo foi sabendo.

Andre

## UM REAL

WWW.LOJAVIRGEM.COM

Mas no verão o que tem de marimbondo, nossa vida, marimbondo de vez em quando dá vontade de bater, correi lomba a baixo. Esse verão passado, nos andamos no morro ali, mas o que eu sofri de marimbondo, nossa senhora, eu tirava com o facão de baixo do braço já, por que era muito fechado, fazia tempo que ninguém tinha entrado. Ai ia picando devagarzinho para fazer entrada, ali tinha muito cipó, de vez em quando a gente dava de cara com uma cachopa de marim-bondo, aí pegava e pá... mordia...

Lino

## UM REAL

WWW.LOJAVIRGEM.COM

1

Tudo roça estes chatão por cima onde tem capoeira agora, era tudo roça. Só deixavam mesmo onde não dava para plantar. Começaram a parar quando ficou ruim para eles. Começaram a vender menos não tava mais dando lucro para eles, eles começaram a correr para fábricas de calçados, foram se empregar.

Andre

## UM REAL

WWW.LOJAVIRGEM.COM

1

Embora que eles deixassem para tirar a vontade, mas o cara não vence, tem que tirar só o tanto que vence.

Andre

## UM REAL

WWW.LOJAVIRGEM.COM

1

Rocava até mato, mato virgem que nos tempos do falecido vovo vieram para cá, isso aí de um certo ponto para cá era tudo mato virgem. E esse varzeado aí, não era só em cima dos morros que era mato, era tudo parelho, até para fazer o lugar da casa, dos bem mais antigo aí era derrubado os mato virgem, aí queimavam quando era para a roça, plantavam milho. Nem usava essas máquinas que tem hoje era de ciricuá. Ciricuá é uma vara com uma ponta, aí furava o chão e tocava a semente.

Andre

## UM REAL

WWW.LOJAVIRGEM.COM

1

A política antes, a política continua toda vida do mesmo jeito, só promessa e não fazem nada pelos colonos fracos, eles fazem pelos ricos. Os ricos eles deixam cada vez mais rico, pros colonos meio pobre que nem nós, eles não fazem nada.

Andre

## UM REAL

WWW.LOJAVIRGEM.COM







1

Eu andei saindo, tra-  
balhei fora, andei  
parando fora uns  
tempos, e depois  
agarrei e voltei pra  
casa e agora me arre-  
pendi que não fiquei.  
Trabalhei em Tra-  
mandá, depois trab-  
alhei um pouco em  
Osório, também.

Lino

UM REAL

www.lostokumar.pt/vivo

1

Naquela época tinha  
bastante samambata,  
época porque tinha bas-  
tante samambata, e o  
cara quase não pre-  
cisava arrendar, agora  
tem que estar arrenda-  
ndo os pedacinhos que  
é dos outros e eles já  
querem cobrar um din-  
heirão por um ped-  
acinho, daí eu acho que  
ficou mais ruim, está  
bem mais pior. Está ter-  
minando mesmo, a  
samambata está termi-  
nando por causa dos  
matos.

Lino

UM REAL

www.lostokumar.pt/vivo

1

A cobra é o bicho mais  
perigoso que tem né,  
se morde e tu ta meio  
longe de recursos, tu  
vai e o cara morre. Se  
fica ruim no morro,  
que nem o cara as  
vezes ta tirando sama-  
mbaia sozinho, que  
nem a gente tira a  
maior parte, a maioria  
sozinho, né. Se morde  
uma cobra e o cara  
fica mal lá no morro,  
não consegue vir  
embora e é difícil dos  
outros acha pelo vale,  
não sabe onde é que  
ta, qual é a parte.

Lino

UM REAL

www.lostokumar.pt/vivo

1

Agora vai indo, vai indo, e vai  
ficando cada vez mais difícil,  
que nem eu, eu arrendei sama-  
mbaia, estou arrendando para  
tirar. Ai no caso, eu arrendo por  
mês, e sobra muito pouco  
tempo para eu poder plantar,  
que eu tenho que aproveitar e  
tirar, né, por que paga a sama-  
mbaia por mês. Se fosse por  
molhe já era diferente, daí eu  
podia. Então eu arrendei por  
mês, pauliei, pauliei o que deu  
a samambaia ali, tirei o que  
deu. Daí agora eles não  
quiseram mais a samambaia  
velha, tem que esperar a sama-  
mbaia nova.

Dai agora ta brotando, tem  
que esperar para não  
estragar. Daí eu me grudei  
na roça, arrendei uns  
pedaços de terra para  
poder plantar, né.

Lino

UM REAL

www.lostokumar.pt/vivo

1

Só quando fecha  
muito o capoeirão,  
que vira  
capoeirão  
mesmo, aí ela  
termina, aí vai  
enfraquecendo. Aí  
ela termina, não sei  
deve ser de certo as  
raízes das árvores  
das capoeira, ela vai  
tramando, a capoeira  
vai crescendo, a raiz  
vai trazendo ela pra  
cima da raizera, a  
samambaia vai vindo  
pra cima, daí e onde  
ela vai morrendo, eu  
acho...

Lino

UM REAL

www.lostokumar.pt/vivo

1

Ah, tinha roça. Planta-  
vam milho, era feijão  
que tinha nos morros,  
tudo. Nós plantamos  
uma roça para o lado  
de cá, bem lá em cima  
do chato do morro lá,  
para milho e o Jucão  
botou mais lá para as  
bandas do Brocó lá.  
Colhemos uma milhar.  
adã assim que nossa  
mãe! Hoje em dia o  
cara tem que trabalhar  
para comprar de todo,  
né, no fim não dá conta,  
se quer criar um bicho  
não pode para botar  
uma roça para plantar,  
para colher para tratar  
aqueles bichos, tem  
que ser comprado. Para  
comprar vai dar conta.

Lino

UM REAL

www.lostokumar.pt/vivo







Porque aqui, que nem  
isso aqui era derrubada  
também, né. Aquilo que  
disseram que aquilo era  
derrubado também pra  
plantar. E aonde existe  
sambamba foi a terra  
que eles plantaram  
demais, trabalharam  
mais, plantando cana e  
aonde entracqueu a  
terra a sambamba veio.  
Ela não gosta de terra  
forte, não é que ela não  
goste, ela vem uma  
sambamba bonita. Só  
que daí a capoeira  
também vem de vereda.  
E aonde a terra era  
fraca, que eles trabalha-  
vam muito, agora já tá  
bem dizer, uma terra  
boa, voltou tudo.

Andre

# UM REAL

WWW.DOS.TURKUM.VI.VIDEO

E toda vida plantando  
na mesma terra que  
nada chegava, né. Ou  
tinha muita gente que  
vivia só da roça, aí  
arrancava e plantava  
outra. Daí a terra foi  
ficando fraca, trabal-  
hava demais, é onde a  
sambamba veio  
bonita. Queimava a  
soca também pra plan-  
tarem. Eu acho que é  
por isso a sambamba  
gosta de queimada  
aqui. Pega uma  
capoeirinha dá uma  
cortada e queima pra  
ver se não vem.

Andre

# UM REAL

WWW.DOS.TURKUM.VI.VIDEO

Eu vou dizer uma  
coisa pra ti. Eu tirava  
a sambamba, eu fazia  
a minha plantação, na  
hora do meio dia, na  
corria pra casa e fazia  
comida e agarrava  
uma trouxa de roupa  
assim, ó....enfia no  
braço, na hora do  
meio dia, e o filho  
mais pequeno botava  
em cima e ia lá  
naquele rio. Ia lavar  
roupa. Eu passei  
muito trabalho na  
minha vida. Eu tava  
dizendo. Essas mulher  
de hoje tem uma vida  
de anjo.

Dona Otilia

# UM REAL

WWW.DOS.TURKUM.VI.VIDEO

Bah, brincava pouco  
no mato, lá, que a  
gente ia para ficar.  
Tinha vez que a gente  
ficava quase a  
semana toda.  
Montava as barracas,  
cozinhava lá. Se era  
mais perto a gente ia  
em casa e quando era  
longe aí ficava a  
semana toda. Quando  
tinha lugar, ficava  
num galpãozinho em  
cima dos morros,  
porque eles planta-  
vam muito. A comida  
nós tudo fazia: tudo  
junto e era feijão,  
arroz, cuzcuz,  
polenta, tudo que a  
gente comia. Tinha  
que ser forte para  
poder trabalhar.

Margarida

# UM REAL

WWW.DOS.TURKUM.VI.VIDEO

iii. Está diminuindo,  
as bolas estão  
fechando assim, já  
não vêm samambaia,  
fecha a capoeira já  
não dá nada. Ah, se  
deixar assim, não ir  
roçando, vai ligeiro.  
Tem lugar que nós  
tirava de montão,  
assim parelho assim  
e, agora não precisa  
nem tirar. A capoeira  
mata.

Margarida

# UM REAL

WWW.DOS.TURKUM.VI.VIDEO

E nós tirava de  
turma ainda, não era  
só assim por  
exemplo assim, eu  
arrendar um terreno  
que nem hoje e tirar  
de dois, três. Era a  
turma toda que vinha  
e tirava até um mês,  
tirava aí direto. A  
turma toda. Agora  
não, a gente arrenda  
um terreno e a  
gente vai de um,  
dois...

Margarida

# UM REAL

WWW.DOS.TURKUM.VI.VIDEO







1

Eu e o Lino quando era pequeninho, as vezes, levavam pra roça, botavam dentro de um baiao, de uma caixa e deixava lá (risos). E hoje os nossos não levamos, ficamos com do tem que ficar um em casa pra cuidar ou arrumar uma pra cuidar. Antes mais, nós ia pra roça, nem que os mosquitos mordessem.

Andre

**UM REAL**

CHAU DA BARRA DO BRAS

1

Saiu quase tudo daqui. Eram os que mais viviam das roças, daí quando não deu a plantaçaõ... E estou falando, não tinha esse negócio da samambata. Começou dali para cá e aí saíram foram se empregar e o pai foi se agüentando, aí plantava para o gasto e fazia biscate, aí depois veio este da samambata.

Andre

**UM REAL**

CHAU DA BARRA DO BRAS

1

Quem começou a tirar aqui primeiro foram os da Barra não sei se vocês conhecem os barreiros? Eles tiravam do nosso terreno, tudo daqui, daí arrumavam uma arrendazinha pequeninha e exportava. Daí depois a turma toda foi tirando pra vender pra eles mesmo, já entrou mais puxador também. E começou a tirar.

Andre

**UM REAL**

CHAU DA BARRA DO BRAS

1

Comprar as coisas não tá alcançado mais aí tem que trabalhar até dia de domingo um pouco. Descanso aí eu faço domingo de tarde só, até o meio dia ainda trabalho pra plantar um pouquinho o feijão que eu plantei, eu tive que fazer até sábado e domingo. Antes não precisava, eu tirava uns três, quatro dias da semana. Fazia domingo, eu ia pescar ou ia descansar.

Andre

**UM REAL**

CHAU DA BARRA DO BRAS

1

A paisagem mudou da onde era mato fizeram roça, aí agora tá voltando de novo o que era antes, né. E daí muitos anos vai ficar igual o que era mato virgem.

Andre

**UM REAL**

CHAU DA BARRA DO BRAS

1

A paisagem mudou da onde era mato fizeram roça, aí agora tá voltando de novo o que era antes, né. E daí muitos anos vai ficar igual o que era mato virgem.

Andre

**UM REAL**

CHAU DA BARRA DO BRAS